

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES
INTERNACIONAIS**

Eduarda Racoski Cortelini

**PARA ALÉM DA NARRATIVA DE SUCESSO: UMA ANÁLISE
PÓS-COLONIAL E INTERSECCIONAL DA AGENDA
MULHERES, PAZ E SEGURANÇA NA MINUSCA**

**Santa Maria, RS
2022**

Eduarda Racoski Cortelini

**PARA ALÉM DA NARRATIVA DE SUCESSO: UMA ANÁLISE
PÓS-COLONIAL E INTERSECCIONAL DA AGENDA MULHERES, PAZ E
SEGURANÇA NA MINUSCA**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em Relações Internacionais**.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Mariana Selister Gomes

Santa Maria, RS
2022

Eduarda Racoski Cortelini

**PARA ALÉM DA NARRATIVA DE SUCESSO: UMA ANÁLISE
PÓS-COLONIAL E INTERSECCIONAL DA AGENDA MULHERES, PAZ E
SEGURANÇA NA MINUSCA**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em Relações Internacionais**.

Aprovada em 15 de Dezembro de 2022:

Mariana Selister Gomes, Doutora (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Ademar Pozzatti Júnior, Doutor (UFSM)

Paula Drumond Rangel Campos, Doutora (PUC-Rio)

Santa Maria, RS
2022

Cortelini, Eduarda
PARA ALÉM DA NARRATIVA DE SUCESSO: UMA ANÁLISE PÓS
COLONIAL E INTERSECCIONAL DA AGENDA MULHERES, PAZ E
SEGURANÇA NA MINUSCA / Eduarda Cortelini.- 2022.
190 p.; 30 cm

Orientadora: Mariana Selister Gomes
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação em Relações Internacionais, RS, 2022

1. Mulheres, Paz e Segurança 2. Gênero 3. MINUSCA 4.
Pós-colonialismo 5. Interseccionalidade I. Selister Gomes
, Mariana II. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Declaro, EDUARDA CORTELINI, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Dissertação) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não teria sido possível sem o inestimável apoio de minha família. Agradeço à minha mãe, Sandra Racoski, pelo imenso apoio emocional, pelos conselhos, pelo incentivo em seguir a vida acadêmica, pelas reflexões e por se indignar comigo com as injustiças do mundo. O apoio e as cobranças para que esta dissertação fosse finalmente entregue foram essenciais na reta final. Agradeço também ao meu pai, Carlos Cortelini, pelo incentivo, pela força, pelo afeto, e pelas palavras de carinho durante toda essa jornada.

Agradeço à minha orientadora Prof^a Mariana Selister, pela compreensão nesses quase três anos de mestrado, e por me encorajar a fazer uma pesquisa tão complexa e importante como essa. Nossas conversas e orientações desde a graduação foram essenciais para que esse trabalho fosse realizado. Meu enorme agradecimento por me fazer uma pesquisadora feminista e por me mostrar que eu era capaz.

Agradeço aos meus amigos de Santa Maria e de Santiago, colegas de mestrado e colegas do GIDH por acompanharem todo esse processo e estarem comigo nos êxitos e nos fracassos. Obrigada pelos conselhos, desabafos, reflexões, artigos submetidos e trabalhos apresentados. A vida acadêmica pode ser muito solitária, mas agradeço por vocês não terem a deixado sê-la.

Agradeço à Capitão Carla Araújo, a Major Christiane Lima, a Cabo Darilene Moura e a Capitão Ana de Falco pela colaboração e disponibilidade para auxiliar nessa pesquisa.

Agradeço também a todas as entrevistadas pela disponibilidade, pelo comprometimento com seus trabalhos junto a ONU, pelos relatos riquíssimos e pelas enormes contribuições feitas a esta dissertação. Sem dúvida nenhuma, a realização das entrevistas foi a força motriz para que essa pesquisa fosse desenvolvida e concluída. Agradeço às entrevistadas por me mostrarem, na prática, a importância deste trabalho e por me motivarem a dar passos ainda maiores na pesquisa.

Por fim, agradeço à Universidade Federal de Santa Maria pela oportunidade de realizar uma pós-graduação de qualidade no ensino público, apesar de todas as dificuldades enfrentadas nos últimos anos. Agradeço a todos os professores e professoras do PPGRJ pelo empenho e pela dedicação ao programa para que se continue produzindo ciência no Brasil.

A existência humana é, porque se fez perguntando, a raiz da transformação do mundo. Há uma radicalidade na existência, que é a radicalidade do ato de perguntar. [...] Radicalmente, a existência humana implica assombro, pergunta e risco. E, por tudo isso, implica ação, transformação.

Paulo Freire e Antonio Faundez,
Por uma pedagogia da pergunta

A teoria não é intrinsecamente curativa, libertadora e revolucionária. Só cumpre essa função quando lhe pedimos que o faça e dirigimos nossa teorização para esse fim.

bell hooks
Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade

RESUMO

PARA ALÉM DA NARRATIVA DE SUCESSO: UMA ANÁLISE PÓS-COLONIAL E INTERSECCIONAL DA AGENDA MULHERES, PAZ E SEGURANÇA NA MINUSCA

AUTORA: Eduarda Racoski Cortelini

ORIENTADORA: Profª Drª Mariana Selister Gomes

Esta dissertação propõe-se a realizar uma análise pós-colonial e interseccional da Agenda Mulheres, Paz e Segurança (MPS) na MINUSCA (Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização da República Centro-Africana) no período de 2014 a 2021. Dividido em quatro tópicos de investigação, este trabalho analisou a) a participação de mulheres nas operações de manutenção da paz; b) a capacitação pré-desdobramento das mulheres e o treinamento em assuntos de gênero; c) a prevenção da violência de gênero e a atuação de *Gender Advisers* na MINUSCA e d) as dinâmicas de raça que refletem o racismo e a xenofobia no ambiente institucional e interpessoal. Utilizando a metodologia Estudo de Caso, as principais fontes dessa análise foram os relatórios trimestrais da MINUSCA no período de 2014-2021, e as entrevistas realizadas com mulheres brasileiras participantes da operação no período. Em termos teóricos, este estudo parte das contribuições de Scott (1990) sobre o conceito de gênero, buscando analisar como o Estado possui bases patriarcais (PATEMAN, 1993) e a partir disso, como é necessário uma abordagem feminista para os estudos de Segurança Internacional para pensarmos instituições e práticas internacionais (PETERSON, 1992; TICKNER, 1992, 2001; SJOBERG, 2009). De forma semelhante, o conceito de Masculinidade Hegemônica, pensada por Connell (1995) nos ajuda a compreender como instituições militarizadas possuem uma cultura generificada (CARREIRAS, 2010) e como isso afeta as práticas militares, políticas estatais e discursos de segurança. Por fim, esse trabalho buscou mapear as origens, as intenções e a linguagem colonial da Agenda MPS (PARASHAR, 2018) a partir do olhar pós-colonial (HALL, 2003) e interseccional (CRENSHAW, 1991, 2002; HILL COLLINS, BILGE, 2021). Concluiu-se que os relatórios trimestrais da MINUSCA, assim como os demais dados fornecidos pelas Nações Unidas, apesar de abrangentes, são insuficientes para captar todas as dinâmicas que ocorrem no terreno. Somente a análise micro e macro, estrutural e subjetiva, com recorte interseccional, é capaz de compreender as dinâmicas de poder presente nesses espaços e propor estratégias que levem em consideração o contexto local de atuação da Agenda MPS.

Palavras-chave: Mulheres, Paz e Segurança. Gênero. MINUSCA. Interseccionalidade. Pós-colonialismo.

ABSTRACT

BEYOND THE SUCCESS NARRATIVE: AN INTERSECTIONAL AND POSTCOLONIAL ANALYSIS OF THE WOMEN, PEACE AND SECURITY AGENDA IN MINUSCA

AUTHOR: Eduarda Racoski Cortelini

ADVISOR: Prof^a Dr^a Mariana Selister Gomes

This dissertation proposes to perform an intersectional and postcolonial analysis of the Women, Peace, and Security Agenda (WPS) in MINUSCA (United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission In The Central African Republic) from 2014 to 2021. Divided into four investigation topics, this dissertation analyzed: a) women's participation in peacekeeping operations; b) the pre-deployment capacitation of the women and the training in gender issues; c) the prevention of gender violence and the performance of Gender Advisers in MINUSCA and d) the dynamics of race that reflect the racism and xenophobia in the institutional and interpersonal environment. Utilizing the Case Study methodology, the main sources of this analysis were MINUSCA's quarterly reports from 2014-2021 and the interviews done with Brazilian women that participated in the operation. In theoretical terms, this study uses the contributions of Scott (1990) about the gender concept, looking for analyzing how the State has patriarchal bases (PATEMAN, 1993) and, from that, how a feminist approach is necessary for the studies of International Security to analyze international institutions and practices (PETERSON, 1992; TICKNER, 1992, 2001; SJOBERG, 2009). Similarly, Connell's concept of Hegemonic Masculinity (1995) helps us to understand how militarized institutions have a gendered culture (CARREIRAS, 2010) and how it affects the military practices, state policies, and security discourses. In the end, this work sought to map the origins, intentions, and colonial language of the WPS Agenda (PARASHAR, 2018) from the postcolonial (HALL, 2003) e intersectional perspective (CRENSHAW, 1991, 2002; HILL COLLINS, BILGE, 2021). In conclusion, MINUSCA's quarterly reports, as well as other data provided by the United Nations, although comprehensive, are insufficient to understand all the dynamics that occur on the ground. Only the micro and macro analyzes, structural and subjective, with an intersectional approach, is capable of comprehending the power dynamics present in these locals and proposing strategies that consider the local context in which the MPS Agenda operates.

KEYWORDS: Women, Peace, and Security Agenda. Gender. MINUSCA. Intersectionality. Postcolonialism.

LISTA DE TABELAS

| | | |
|-----------------|---|-----------|
| TABELA 1 | Quadro de desenho da pesquisa | 76 |
| TABELA 2 | Participação feminina na MINUSCA 2014-2021 | 83 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|----------------|---|
| ACNUR | Alto-comissariado das Nações Unidas para os Refugiados |
| AU-PSC | African Union Peace and Security Council |
| BINUCA | Bureau Intégré De L'organisation Des Nations Unies En Centrafrique |
| DDR | Desarmamento, Desmobilização e Reintegração |
| DDRRR | Desarmamento Desmobilização Repatriação, Reintegração e Reassentamento |
| CSNU | Conselho de Segurança da ONU |
| FET | Female Engagement Teams |
| FMI | Fundo Monetário Internacional |
| MINURCA | Missão das Nações Unidas na República Centro-Africana |
| MINUSCA | Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a República Centro-Africana |
| MISCA | Missão Internacional de Apoio à República Centro-Africana |
| MPS | Mulheres, Paz e Segurança |
| OMC | Organização Mundial do Comércio |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| PKO | Peacekeeping Operations |
| POC | Protection of Civilians |
| QIP | Quick Impact Project |
| RCA | República Centro-Africana |
| RDC | República Democrática do Congo |
| UA | União Africana |
| UMIRR | Unidade Conjunta para a Intervenção Rápida e Repressão da Violência Sexual contra Mulheres e Crianças |
| UNIFEM | United Nations Development Fund for Women |
| WPS | Women, Peace and Security |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO | 13 |
| 1.1 Histórico da República Centro Africana e da presença da ONU no país | 18 |
| 1.2 Operações de Manutenção da Paz: um breve histórico | 22 |
| 1.3 A Agenda Mulheres, Paz e Segurança: adoção da perspectiva de gênero nas Operações de Manutenção da Paz | 26 |
| 2. REFERENCIAL TEÓRICO | 38 |
| 2.1 ABORDAGENS FEMINISTAS DE SEGURANÇA INTERNACIONAL: DESAFIANDO O MAINSTREAM | 39 |
| 2.1.1 Lentes de gênero para a Segurança Internacional | 39 |
| 2.1.2 Gendered States: A crítica feminista ao Estado nas Relações Internacionais | 43 |
| 2.1.3 Organizações internacionais: uma extensão do Estado Patriarcal e Colonial? | 50 |
| 2.2 MASCULINIDADE E MILITARISMO | 54 |
| 2.2.1 Masculinidade Hegemônica: um conceito ainda válido para as Relações Internacionais? | 54 |
| 2.2.2 As dinâmicas de masculinidade nas instituições militares: Masculinidades Militarizadas | 56 |
| 2.3 ABORDAGENS PÓS-COLONIAIS E INTERSECCIONAIS NAS OPERAÇÕES DE PAZ | 59 |
| 2.3.1 Abordagens terceiro-mundistas do Direito Internacional: um olhar para as operações de paz | 59 |
| 2.3.2 Raça, classe e gênero: uma abordagem necessária à Agenda Mulheres, Paz e Segurança | 62 |
| 3 ESTUDO DE CASO: A MINUSCA SOB OLHAR INTERSECCIONAL E PÓS-COLONIAL | 74 |
| 3.1 METODOLOGIA | 74 |
| 3.2 PARTICIPAÇÃO DE MULHERES NAS OPERAÇÕES DE MANUTENÇÃO DA PAZ | 79 |
| 3.2.1 Mulheres peacekeepers: a presença feminina nos contingentes militares e policiais na MINUSCA | 81 |

| | | |
|--------------|--|------------|
| 3.2.2 | Percepções de mulheres militares e policiais sobre a participação nas operações de manutenção de paz da ONU | 85 |
| 3.3 | ESTÁGIO PREPARATÓRIO PARA OPERAÇÕES DE PAZ | 97 |
| 3.3.1 | A capacitação pré-desdobramento | 98 |
| 3.3.2 | Percepções de mulheres militares e policiais sobre as capacitações em Assuntos de Gênero | 106 |
| 3.4 | “POR ONDE EU COMEÇO?”: UMA ANÁLISE DOS ÍNDICES DE VIOLÊNCIA E A EXPERIÊNCIA EM TERRENO NA MINUSCA | 111 |
| 3.4.1 | Análise dos Relatórios da MINUSCA 2014 -2021: Um olhar sob os índices de violência | 112 |
| 3.4.2 | Percepções de militares e policiais sobre a proteção de civis | 136 |
| 3.5 | RAÇA, RACISMO E XENOFOBIA NA MINUSCA | 162 |
| 3.5.1 | Percepções de militares e policiais sobre as questões de raça, racismo, nacionalidade e xenofobia | 164 |
| 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 168 |
| | REFERÊNCIAS | 175 |

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho se propõe a realizar uma análise pós-colonial e interseccional da Agenda Mulheres, Paz e Segurança (MPS) na MINUSCA (Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização da República Centro-Africana) no período de 2014 a 2021. Dividido em quatro tópicos de investigação, este trabalho analisou a) a participação de mulheres nas operações de manutenção da paz; b) a capacitação pré-desdobramento¹ das mulheres e o treinamento em assuntos de gênero; c) a prevenção da violência de gênero e a atuação de *Gender Advisers* na MINUSCA e d) as dinâmicas de raça que refletem o racismo e a xenofobia no ambiente institucional e interpessoal.

Este estudo se propõe, através da metodologia Estudo de Caso realizar uma investigação sobre a aplicação das diretrizes da Agenda MPS na MINUSCA, respondendo à seguinte pergunta de pesquisa: Como podemos analisar os resultados da aplicação das diretrizes da Agenda Mulheres, Paz e Segurança (MPS) na MINUSCA de uma forma pós-colonial e interseccional?

Para isso, as principais fontes dessa análise foram os relatórios trimestrais da MINUSCA no período de 2014-2021, e as entrevistas realizadas com mulheres brasileiras participantes da MINUSCA, a fim de coletar o maior número de informações em relação à aos avanços e desafios no desenvolvimento da operação na República Centro-Africana, focando, sobretudo, na aplicação da Agenda MPS. Sabendo das limitações que existem na análise documental, este trabalho procurou dar ênfase as entrevistas semi-estruturadas com mulheres militares e policiais, de diferentes patentes, que participaram ou estão participando da MINUSCA como fonte essencial para a abordagem os quatro tópicos de investigação que nortearam a pesquisa, buscando compreender de forma prática, como as dinâmicas ocorrem no terreno.

A partir de uma perspectiva feminista, o debate teórico na disciplina de Relações Internacionais sobre mulheres e segurança internacional e sobre a Agenda Mulheres, Paz e Segurança têm buscado problematizar e aprofundar o debate no âmbito da ONU. Diante disso, as(os) acadêmicas(os) e pesquisadoras(es) da área atentaram-se para a necessidade de discutir criticamente a Resolução 1325 e seus desafios (PRATT, RICHTER-DEVROE, 2011;

¹ Desdobramento de tropas em missões da ONU significa o envio dessas tropas ao terreno. Portanto, a etapa pré-desdobramento refere-se ao momento anterior em que militares, policiais e civis ainda estavam no seu país de origem.

WILLETT, 2010) e os discursos essencialistas na Agenda MPS (PUECHGUIRBAL, 2010, SHEPHERD, 2008). Na segunda década do século XXI, os desafios visam analisar, sobretudo, as dinâmicas de raça (PRATT, 2013; DE ALMAGRO, 2018; PARASHAR, 2018) e a difusão das políticas e a implementação dos Planos nacionais (TRUE et al, 2016), explorando a efetividade da Agenda no impacto na segurança das mulheres (KRAUSE, KRAUSE, BRANFORS, 2018; SIMIC, 2010).

Passados mais de vinte anos desde a Resolução 1325, o debate ainda está muito presente no campo das Relações Internacionais, demonstrando a importância do tema no cenário atual. Este tópico de investigação vem sendo explorado pelas teóricas feministas desde a criação da Resolução 1325 nos anos 2000 (COHN, 2004, 2008; PRATT, 2011, 2013; SHEPHERD, 2008, 2011). Como afirma Laura J. Shepherd na edição especial da *International Feminist Journal of Politics: The Women, Peace and Security Agenda in 2020: A forward-looking retrospective*, os debates acadêmicos sobre o tema, felizmente, tem evoluído muito nas duas últimas décadas. De acordo com a autora, hoje há uma maior diversidade de perspectivas na Agenda, bem como um reconhecimento das estruturas de poder, colonialidade e parcialidade nela contidas e a problemática do discurso das instituições, bem como um olhar especial para as masculinidades contidas nesses espaços. Shepherd também salienta que o ativismo das mulheres pela paz está presente em uma grande diversidade de cenários, e o protagonismo e ativismo das lideranças tem sido cada vez mais valorizado. Ainda, afirma que é preciso criar e manter espaço para feminismos além da academia, ressaltando a experiência das mulheres enquanto agentes nesses processos.

Sendo assim, analisando a bibliografia da produção científica sobre o tema na área de Relações Internacionais, é possível afirmar que o teórico na disciplina de Relações Internacionais sobre mulheres e segurança internacional encontra-se em uma “segunda onda”. Em um primeiro momento, observou-se a necessidade de discutir criticamente a Resolução 1325 e seus desafios (PRATT, 2011; WILLETT, 2010) e os discursos essencialistas na Agenda (PUECHGUIRBAL, 2010, SHEPHERD, 2008). Agora, os desafios visam analisar as dinâmicas de raça (PRATT, 2013) e sobretudo, a difusão das políticas e a implementação dos Planos nacionais (TRUE, 2016), analisando a efetividade da Agenda no impacto na segurança das mulheres (KRAUSE, 2018; SIMIC, 2010). Pode-se notar assim, que a tendência nesse campo de pesquisa é identificar de que maneira o “discurso” (aqui entendido como todas as resoluções, planos e diretrizes relacionados à Agenda MPS) se comportam na prática.

Como afirmam Davis e True (2018) muitos obstáculos e desafios ainda persistem e impossibilitam a total implementação da agenda MPS, assim como as próprias Resoluções reconhecem os obstáculos persistentes e os desafios a participação das mulheres e o total envolvimento; a subrepresentação das mulheres em todas as etapas; e a atuação limitada da implementação da MPS. Por este motivo, torna-se essencial que pensemos na importância de observar a efetividade da Agenda, através do impacto real que as suas ações têm no terreno onde atuam, bem como trazer discussões interseccionais e pós-coloniais para o debate. Ainda, as autoras afirmam que a Agenda MPS é uma tentativa pragmática “It is not based on an a priori theory of gender and conflict but on a trial and-error process committed to creating realizable pathways to gender equality, social justice, and peace” (p.4) e que “despite the semblance of permanence given by UNSC resolutions (UNSCR), the norm of WPS is a “work in progress”—its content is contested and dynamic rather than fixed” (DAVIS, TRUE, 2018, p.6).

De maneira semelhante, Laura J. Shepherd na curadoria da edição especial da *International Feminist Journal of Politics: The Women, Peace and Security Agenda in 2020: A forward-looking retrospective*, aponta que dez anos depois de assumir um “otimismo feminista cauteloso”, reconhece que talvez realmente houve um motivo para tal otimismo. Para a autora, que possui um longo trabalho sobre a Agenda Mulheres, Paz e Segurança, é possível observar algumas mudanças, como uma maior diversidade nas perspectivas da agenda, além do reconhecimento da parcialidade, colonialidade e hierarquias incorporadas à ela. Contudo, também observa um processo de burocratização que tende a despolitizar e amenizar as fronteiras dessa agenda radical e transformadora.

As mulheres estão participando das tomadas de decisões? O número de reportes de violência diminuiu? As mulheres locais estão sendo ouvidas? A presença de mulheres *peacekeepers* é sinônimo de maior segurança? Indagações como esta buscam compreender qual o impacto das operações de manutenção da paz da ONU na saúde e segurança da população civil em ambientes de conflito armado. Enquanto alguns estudos e sobretudo, o discurso oficial da ONU, demonstram que a implementação da Agenda tem gerado ótimos resultados, outros apontam desconexões entre o ativismo das mulheres no campo e na academia e as intenções declaradas na 1325 e o processo de paz, de maneira que há poucas evidências de que as resoluções ofereçam um mecanismo eficaz para a segurança das mulheres, que há uma lacuna entre o discurso e a prática (FARR, 2011). Estes estudos

recentes demonstram que a preocupação atual do campo de pesquisa é examinar o impacto da Agenda MPS na vida e na segurança das mulheres e a sua real participação nos processos de negociação da paz. Nesse sentido, há um foco maior na experiência das mulheres, nos índices de violência como o abuso sexual, nos índices de participação feminina nas operações, na influência das mulheres líderes nos processos de negociação de paz, entre outros indicativos. Se em um primeiro momento priorizou-se discutir as ações da Agenda, o espaço do debate na ONU e a aplicação das normas, nos últimos cinco anos o debate científico tem se concentrado em discutir a efetividade desses processos e quais são suas falhas ou lacunas.

Dito isso, este trabalho surge a partir da necessidade de ultrapassar o âmbito discursivo na análise e lançar um olhar crítico para a prática, levando em consideração a inevitabilidade de abordar o “local” nas Relações Internacionais. Assim como outras pesquisadoras, reconheço a importância de centrar o “local” como um local de produção de conhecimento na agenda de MPS, entendendo que muito da teoria sobre mulheres, paz e segurança acontece no “terreno” e não nas grandes instituições (BASU, 2016; SHEPHERD, 2020). Do mesmo modo, como afirma Singh (2020), a maioria das pesquisas sobre a Agenda deu pouca atenção ao cotidiano como um local de análise. As subjetividades que constituem o cotidiano das mulheres são muitas vezes consideradas “pequenas coisas”. Neste sentido, os relatos de experiência das mulheres brasileiras na MINUSCA buscam elucidar a perspectiva dos sujeitos envolvidos nesse processo, para entendermos de forma mais profunda as dinâmicas sexistas, classistas, racistas, xenofóbicas e coloniais presentes nesses espaços, expondo fissuras que permeiam as operações de paz.

É necessário, no entanto, reconhecer que, embora este trabalho conduza esforços para trazer a perspectiva dos sujeitos para o centro da análise, as entrevistas realizadas com mulheres brasileiras (policiais e militares) na MINUSCA também representam um recorte, e não a totalidade das experiências das mulheres desdobradas na República Centro-Africana. Desta forma, ainda sim, a amostragem deste trabalho é situada num contexto cultural, social e racial específico, que, por sua vez, também influencia na percepção das mulheres sobre as operações de paz e sua relação com a comunidade do país.

Por adotar essa perspectiva, esse trabalho é consciente das problemáticas que envolvem as operações de paz da ONU, sabendo da importância de questionarmos, para além dos resultados dessas operações, as motivações que levam à existência das mesmas. Mais do que nunca, é preciso reconhecer que as operações de manutenção da paz e a sua fusão com

humanitarismo, na verdade, refletem e reforçam a estrutura do sistema mundial capitalista. Como afirma Pugh (2004), apesar de muitas sociedades devastadas pela guerra se beneficiarem de ajuda humanitária e proteção militar, eles também pagam um preço por essa assistência em sua dependência das partes ricas do mundo e sua sujeição às demandas de uma globalização econômica que pode beneficiar a minoria de empresários, mas mina a autossuficiência da maioria (p. 54).

Este trabalho também reconhece as limitações e lacunas que existem ao pensarmos em resultados a curto prazo das operações de paz da ONU, mas, ainda sim, reconhece a necessidade de também termos um horizonte político a longo prazo, a fim de que as mudanças estruturais sejam feitas, e não apenas reformas. Para isso, recorreremos aos escritos de Rosa Luxemburgo - *Reforma ou Revolução?* (1908) para guiar nossos objetivos a curto prazo e longo prazo dessa pesquisa. Como mostra Frölich (2019):

“Enquanto a revolução é o ato político fundador da história de classes, a legislação é a continuação do vegetar político da sociedade. O trabalho de reforma legal não tem, em si, uma força motriz própria, independente da revolução; em cada período histórico ele apenas se movimenta sobre a linha, e pelo tempo em que permanece o efeito do pontapé que lhe foi dado na última revolução ou, dito de maneira concreta, apenas no quadro da forma social que foi colocada no mundo pela última transformação. Esse é o ponto crucial da questão. É basicamente errado e inteiramente a-histórico imaginar o trabalho legal de reforma apenas como a revolução estendida e a revolução como uma reforma condensada. Uma revolução social e uma reforma legal não são fatores diferentes por sua duração, mas pela sua essência. Todo o segredo das transformações históricas por meio do uso do poder político encontra-se justamente na reversão de mudanças apenas quantitativas em uma nova qualidade, dito de maneira concreta: na passagem de um período histórico, de uma ordem social a outra. Quem, portanto, se manifesta pelo caminho da reforma legal em vez de e em oposição à conquista do poder político e à transformação da sociedade escolhe, de fato, não um caminho mais calmo, seguro e vagaroso para um mesmo fim, mas também um outro fim (...). Em suma, a democracia é indispensável, não por tornar supérflua a conquista do poder político por parte do proletariado, mas, inversamente, por tornar essa conquista do poder necessária tanto quanto a única possível. (...) (FRÖLICH, 2019, p. 66-67).

Assim como Rosa Luxemburgo, este trabalho adota uma postura que não é adversária a reformas, mas que as entende como passos importantes para as mudanças profundas na estrutura política da sociedade. Desta forma, esta pesquisa visa avançar nas discussões já realizadas, a fim de observar como a Agenda Mulheres, Paz e Segurança se comporta na prática, e como podemos observar essas dinâmicas de uma forma crítica, feminista, pós-colonial e interseccional. Nesse sentido, pretende-se lançar um olhar crítico não somente às ações diretas relacionadas à Agenda MPS, mas também refletir sobre a estrutura do

Sistema Internacional, que é profundamente colonial e patriarcal. Não somente as normas, os princípios e os valores das instituições internacionais estão inseridos nesta lógica, mas também os Estados-Membros que fazem parte, as instituições que as financiam, e no caso da ONU, os contingentes militares que aplicam suas tropas às Operações de Paz.

Assim, é possível perceber a maneira transversal que as estruturas de poder operam nas sociedades e refletem na política internacional de forma estrutural, do macro ao micro nível. De maneira semelhante, compreendemos que as diversas faces da masculinidade são formadas e reforçadas a partir de vários níveis, moldadas por práticas militares, mas também por políticas estatais, discursos de segurança, programas educacionais, entre outros (EICHLER, 2014). Por fim, também reconhecemos a necessidade de um olhar interseccional para uma análise profunda das dinâmicas de raça, classe e gênero imbricadas nas operações de paz, a fim de que se analise as possíveis manifestações de violência simbólica que podem estar incluídas nesses processos, bem como as continuidades e descontinuidades da colonialidade presente nessas dinâmicas que reforçam divisões do Norte/Sul global e contribuem para a manutenção das estruturas de poder colonial.

Portanto, os objetivos específicos da pesquisa, por sua vez, são: (a) aprofundar o debate teórico sobre as abordagens feministas, pós-coloniais e interseccionais nas análises de operações de manutenção da paz nas Relações Internacionais; (b) observar de que maneira a participação feminina, um dos pilares da Agenda MPS, foi implementada na MINUSCA (c) analisar em que medida a MINUSCA comprometeu-se com o treinamento para as mulheres desdobradas, incluindo o treinamento em questões de gênero (d) explorar quais foram os resultados da aplicação da Agenda MPS de forma ampla na República Centro-Africana e (e) compreender de que forma a MINUSCA percebe as dinâmicas de raça, racismo e xenofobia nos conflitos armados, partindo de uma abordagem Pós-Colonial e Interseccional, sobretudo no que diz respeito à violência simbólica.

1.1 Histórico da República Centro Africana e da presença da ONU no país

A MINUSCA foi estabelecida na República Centro-Africana em abril de 2014, quando o Conselho de Segurança da ONU adotou a resolução 2149 (2014). Contudo, conforme aponta Siradağ (2016), desde que a República Centro-Africana (RCA) conquistou a independência de seu antigo poder colonial em 1960, não conseguiu estabelecer instituições

estatais capazes de fornecer serviços sociais, econômicos ou políticos aos seus cidadãos. Até o final do século XX, diversos conflitos ocorreram entre o governo e os grupos rebeldes do país, e entre 2005 e 2015 a RCA sofreu 10 tentativas de golpe militar, o que agravou seriamente o seu desenvolvimento político e econômico (SIRADAĞ,2016).

Os anos de 2012-2014 tiveram uma escalada de violência no país. Com a forte presença de grupos armados que faziam oposição ao governo, criou-se a aliança Seleka no final de 2012, que desafiava o governo de Bozizé, de maioria muçulmana e que tinha como líder Michel Djotodia. A partir de então, a milícia armada desencadeou ataques no nordeste do país, avançando em direção a Bangui e dando um golpe de Estado em março de 2013 (WEYNS et al, 2014). Os anti-Balaka, por sua vez, surgiram para retaliar o grupo Seleka, sendo uma milícia cristã que se reestruturou para lutar contra o grupo armado que estava no poder. Ambos grupos armados, contudo, além de disputarem território e poder na RCA, também cometeram crimes graves contra a população civil.

Segundo a ACNUR², somente em 2013 mais de 710 mil pessoas foram obrigadas a abandonar as suas casas por causa da violência. Em Bangui, a capital, o número de deslocados chegava a 214 mil. Outro dado alarmante era o de que as crianças representavam 60% das pessoas deslocadas no período.

Como apontado por Weyns et al (2014) sob pressão internacional, o líder Seleka Djotodia renunciou à presidência em janeiro de 2014 e pouco depois, o Governo de Transição chefiado por Samba Panza foi estabelecido. Contudo, o país não observou um cessar-fogo. Pelo contrário, desde então, os confrontos violentos entre os Seleka, os anti-balaka e a população civil, bem como os ataques, continuaram regularmente.

No entanto, é necessário destacar que a formação do Estado e o funcionamento das instituições, sobretudo dos Estados africanos, não pode ser desvinculada do legado da colonialidade. Assim como outros países da África Subsaariana, a República Centro-Africana enfrentou enormes desafios no período pós-colonial, como a dificuldade de articulação política e a fragilidade das instituições. Contudo, é preciso observar que as origens de muitas instituições econômicas e políticas nos países da região remontam o período colonial, e são, portanto, extrativistas (ACEMOGLU, ROBINSON, 2012). Sendo assim, o fato dessas instituições terem sido mantidas mesmo depois da conquista da independência das antigas colônias com características extrativistas - visando beneficiar somente a elite monetária

² ONU News. Fonte: <https://news.un.org/pt/audio/2013/12/1086751>. Acesso em: 15 de julho de 2021.

desses Estados - faz com que esses países se tornem Estados frágeis, com grande propensão a conflitos civis, migrações em massa, elevados índices de corrupção e estagnação econômica (ACEMOGLU, ROBINSON, 2012). Como destaca Bonacina (2018), o Estado centro-africano também conviveu nas três primeiras décadas de independência com a presença intensa da França em seu território e, mesmo com mudanças no regime político na RCA, a França atuou para conservar seus interesses no país (como o interesse em urânio na região), através da passividade frente a Golpes de Estado e apoio à destituição de governantes (p. 31). Portanto, é necessário pontuar as heranças coloniais como um fator importante para a compreensão das instabilidades políticas e econômicas do país, ao invés de simplesmente taxá-los como Estados falidos ou fracassados.

Em relação à presença da comunidade internacional no país, a RCA possui um longo histórico. Em 1997, houve a assinatura do Acordo de Bangui por Patassé, atual líder do governo, que previa o envio de uma missão militar interafricana para a República Centro-Africana, além de conter medidas que pretendiam resolver conflitos entre facções políticas e promover reformas econômicas no país africano (McKENNA, 2011). Porém, o Acordo de Bangui durou pouco tempo, sendo logo substituído por uma força de manutenção de paz das Nações Unidas, em 1998, a MINURCA, através da Resolução 1159 (1998). A MINURCA foi ativa no país durante o período de Abril de 1998 a fevereiro de 2000, e tinha como principal objetivo auxiliar na manutenção e melhoria da segurança e estabilidade em Bangui e arredores; supervisionar, controlar o armazenamento e monitorar a disposição das armas recuperadas no exercício de desarmamento; auxiliar na capacitação da polícia nacional; fornecer aconselhamento e apoio técnico para as eleições legislativas.³

Em 2013, após o golpe de Estado e o agravamento da crise, a MISCA (Missão Internacional de Apoio à República Centro-Africana) foi aprovada pelo Conselho de Segurança através da Resolução 2127 (2013). A iniciativa tinha apoio de países como França e Portugal, e também atuava em cooperação com a União Africana. A Res. 2127 (2013) expressava profunda preocupação com a contínua deterioração da situação de segurança na RCA, caracterizada por uma total quebra da lei e da ordem, a ausência do Estado de Direito e, do mesmo modo, mantia-se preocupado com as múltiplas e crescentes violações do direito humanitário internacional e as violações e abusos generalizados dos direitos humanos,

³ Completed Peacekeeping Operations. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/past/minurcaB.html>. Acesso em: 15 de julho de 2021.

notadamente por ex-Seleka e grupos de milícias, em particular aqueles conhecidos como "antibalaka", incluindo aqueles que envolvem assassinatos extrajudiciais, desaparecimentos forçados, prisões e detenção arbitrárias, tortura, violência sexual contra mulheres e crianças, estupro, recrutamento e uso de crianças e ataques contra civis. (S/RES/2127, 2013).

Além disso, a Res. 2127 (2013) acolhia a decisão do Conselho de Paz e Segurança da União Africana (AU-PSC) de autorizar a implantação da "Missão de Apoio Internacional liderada pela África na RCA" (referida a partir de agora como MISCA), bem como a adoção de um novo conceito de operação em 10 de outubro de 2013. Sendo assim, a partir da 2127 (2013) a MISCA foi autorizada para contribuir, principalmente, com: i) A proteção dos civis e a restauração da segurança e da ordem pública, mediante a utilização de medidas adequadas; (ii) a estabilização do país e a restauração da autoridade estatal sobre todo o território do país; (iii) a criação de condições propícias à prestação de assistência humanitária às populações necessitadas; (iv) o processo DDR (desarmamento, a desmobilização e a reintegração) ou DDRRR (desarmamento, a desmobilização, a repatriação, a reintegração e o reassentamento) liderado pelas Autoridades Transitórias e coordenado pela BINUCA e (v) esforços nacionais e internacionais para reformar e reestruturar os setores de defesa e segurança liderados pelas Autoridades Transitórias e coordenados pela BINUCA (S/RES/2127, 2013).

No ano seguinte, a MISCA passa o mandato da missão, que até então estava sob a União Africana (UA) para a ONU⁴. Assim, através da Res. 2149 (2014) é estabelecida a MINUSCA – Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a República Centro-Africana. Em 2014, a situação humanitária do país era extremamente preocupante. Segundo a ACNUR, em torno de 60 mil pessoas buscaram refúgio na República Democrática do Congo, país vizinho. O principal motivo da busca por refúgio eram as atrocidades cometidas pelos Seleka no início do conflito e, mais recentemente, aos confrontos recorrentes, assim como aos ataques indiscriminados realizados por muçulmanos armados e máfias cristãs. Ainda, a ACNUR aponta que desde o início do conflito, em dezembro de 2012, 246 mil civis da RCA tornaram-se refugiados em toda a região e quase 840 mil pessoas também permanecem deslocadas⁵.

⁴ ONU News. Disponível em: <https://news.un.org/pt/audio/2014/09/1109861>. Acesso em: 15 de julho de 2021.

⁵ ACNUR - Agência da ONU para Refugiados. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2014/02/07/cerca-9-mil-deixam-a-republica-centro-africana-para-camaroes-para-escapar-da-violencia/>. Acesso em: 16 de julho de 2021.

Devido ao caráter de urgência e agravamento da crise humanitária, a principal prioridade da MINUSCA era a proteção de civis (POC, do inglês *Protection of Civilians*).

Assim, o mandato da Unidade de Proteção Civil (POC) da MINUSCA é composto por: (i) Resoluções 2286 (2016) e 1894 (2009) sobre a proteção de civis em conflitos armados; (ii) resoluções sobre o destino das crianças em tempos de conflito armado, incluindo a Resolução 2225 (2015), (iii) resoluções sobre mulheres, paz e segurança, incluindo a Resolução 1325 (2000); e, finalmente (iv) resoluções e declaração 2387 (2017) sobre a República Centro-Africana (MINUSCA, 2021). A Resolução 2387 (2017), dentre as tarefas prioritárias deveria “[...] fornecer proteção específica às mulheres e crianças afetadas por conflitos armados, inclusive através da implantação de Conselheiros de Proteção à Criança, Conselheiros de Proteção à Mulher e Conselheiros de Gênero” (CSNU, 2017).

Através da Resolução 2387 (2017) foi solicitado à MINUSCA a garantia da participação plena e efetiva, o envolvimento e a representação das mulheres em todas as esferas e em todos os níveis, bem como o envolvimento de um maior número de mulheres nos componentes militar, policial e civil da missão, pautado pela Resolução 1325 sobre Mulheres, Paz e Segurança. Por este motivo, o recorte temporal desta pesquisa contempla o período de 2014 a 2021, a partir do ano em que a MINUSCA foi estabelecida da República Centro-Africana.

1.2 Operações de Manutenção da Paz: um breve histórico

O termo *peacekeeping* ou *peace operation* não consta na Carta das Nações Unidas, o que torna difícil a sua conceituação e acaba sendo um termo que define uma ampla gama de operações (DIEHL, 1993; BELLAMY, WILLIAMS, GRIFFIN, 2010). De maneira geral, as Nações Unidas afirmam que a manutenção da paz é uma entre uma série de atividades realizadas pelas Nações Unidas e outros atores internacionais para manter a paz e a segurança internacionais em todo o mundo (ONU, 2008). Ainda, a ONU (2008) argumenta que além de *peacekeeping*, existem outras quatro categorias de operações, sendo elas: *conflict prevention*, *peacemaking*, *peace enforcement* e *peacebuilding*.

De acordo com Aguilar (2016) a legalidade das operações se dá com base nos diversos documentos existentes no âmbito do Direito Internacional, apesar da Carta da Organização das Nações Unidas (ONU) não fazer uma referência explícita às operações de paz. Contudo, as operações são amparadas nos capítulos VI, VII e VIII do referido tratado

(Ibid, p.687). Em especial, destaca-se o Artigo 36 do capítulo VI da Carta da ONU que afirma que o Conselho de Segurança poderá, em qualquer fase de uma controvérsia da natureza, ou de uma situação de natureza semelhante, recomendar procedimentos ou métodos de solução apropriados (ONU, 1948) e os artigos 41 e 42 do capítulo VII que estabelecem, respectivamente, que o Conselho de Segurança decidirá sobre as medidas que, sem envolver o emprego de forças armadas, deverão ser tomadas para tornar efetivas suas decisões e que, caso o Conselho de Segurança considerar que as medidas previstas no Artigo 41 seriam inadequadas, poderá levar a efeito, por meio de forças aéreas, navais ou terrestres, a ação que julgar necessária para manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais. Tal ação poderá compreender demonstrações, bloqueios e outras operações, por parte das forças aéreas, navais ou terrestres dos membros das Nações Unidas (ONU, 1948). Assim, para a ONU (2008):

“Peacekeeping is a technique designed to preserve the peace, however fragile, where fighting has been halted, and to assist in implementing agreements achieved by the peacemakers. Over the years, peacekeeping has evolved from a primarily military model of observing cease-fires and the separation of forces after inter-state wars, to incorporate a complex model of many elements – military, police and civilian – working together to help lay the foundations for sustainable peace” (ONU, 2008, p.18).

No entanto, esta questão não pode ser analisada por avaliações simplistas se as operações de manutenção da paz ONU são ou não legítimas, uma vez se perdem uma série de elementos-chave, incluindo o fato de que a legitimidade é um conceito contestado e variável, que é entendido de diferentes maneiras por diferentes atores, e que é reivindicada ou procurada de diferentes maneiras (von BILLERBECK, 2017, p. 13). Para von Billerbeck (2017) a ONU, enquanto organização, emprega seus esforços para buscar a legitimidade de suas ações por meio do discurso, da comunicação e da inclusão simbólica de atores nacionais, buscando demonstrar comportamentos alinhados aos princípios de autodeterminação e não interferência. No entanto, seus esforços para buscar a legitimidade por meio de ações eficientes são, às vezes, ações exclusivas e unilaterais, que se destinam a cumprir metas e objetivos declarados, levando a uma contradição entre seu discurso e suas práticas e afetando a imagem de legitimidade das Nações Unidas (p.13).

Para além da legalidade, as operações de manutenção da paz sofreram duras críticas ao longo das décadas e até hoje enfrentam diversos problemas em sua implementação. Como afirmam Sarjoon e Yusoff (2019) embora a ONU tenha uma série de mecanismos, resoluções

e recursos que visam melhorar suas operações de paz ainda existem retrocessos e questões que desafiam o sucesso das operações de manutenção da paz, como, por exemplo, a atuação da ONU sem o consentimento claro das partes em conflito, o que por sua vez impõe uma série de questões e desafios relacionados a soberania dos Estados e a política de não-intervenção nos assuntos internos.

Contudo, mesmo que este trabalho reconheça a importância das críticas a serem feitas às operações de paz e à própria instituição, também reconhecemos a importância das reformas institucionais, entendendo esses espaços de poder não apenas como legitimadores dos países hegemônicos, mas também como espaços de disputa. Nesse sentido, ainda que tenhamos objetivos políticos a longo prazo, as reformas a curto prazo - sejam no Conselho de Segurança ou na Agenda MPS -, como a análise de suas potencialidades e desafios, também são importantes para esse processo.

De acordo com as Nações Unidas⁶, as operações de manutenção da paz da ONU iniciaram em 1948, com a operação denominada Organização de Supervisão da Trégua das Nações Unidas (UNTSO). Durante as quatro décadas seguintes, as operações da ONU possuíam um caráter um pouco mais limitado em relação ao que conhecemos atualmente, sendo destinadas, principalmente, para estabelecer o cessar-fogo do conflito e a estabilização das situações no terreno. Nessa primeira fase, as operações de manutenção da paz contavam apenas com militares para monitoramento do conflito. Ao longo dos anos, segundo a ONU, o número de militares armados nas operações foi crescendo, tornando-se então, operações de larga escala, ainda que de curto prazo.

Conforme apresenta Karim (2018), as operações de manutenção de paz se intensificaram no período pós-guerra fria, na década de 1990. A partir deste período, estas passaram por uma mudança profunda em seu contexto estratégico: se anteriormente a maioria das operações de manutenção da paz eram compostas por militares e direcionadas para o cessar-fogo e a estabilização do conflito, a partir dos anos 1990 elas começaram a ter uma abordagem multidimensional, expandindo seus mandatos para outras funções mais complexas e incluindo não apenas militares, mas também policiais e civis. Para as Nações Unidas, essas missões multidimensionais foram pensadas para garantir a implementação de acordos de paz mais abrangentes e para ajudar a estabelecer as bases para a paz, incluindo outras faces à

⁶ Fonte: <https://peacekeeping.un.org/en/our-history#:~:text=The%20earliest%20armed%20peacekeeping%20op.> Acesso em: 02 de abril de 2022.

manutenção de paz, como observadores e monitores de direitos humanos, especialistas em comunicação, advogados, entre outros atores não-estatais. Neste mesmo período, houve um rápido crescimento no número de operações de manutenção da paz. Contudo, alguns contratempos e críticas à atuação das Nações Unidas nos terrenos fizeram com que muitas questões passassem a ser revistas e reestruturadas internamente. É preciso destacar que até os anos 2000 as questões envolvendo gênero, bem como uma perspectiva de gênero não estavam incluídas nos debates acerca das atividades em terreno da ONU.

Em relação à MINUSCA, um fato crucial para entendermos a politização da agenda Mulheres, Paz e Segurança nesta operação a partir de 2017 é a ocorrência de diversas denúncias de abuso e exploração sexual cometidos pela Operação Sangaris no período de 2013-2014. O desenvolvimento de uma agenda de gênero na RCA, bem como a adoção da Resolução 2272 (destinada a investigar e punir funcionários da ONU responsáveis por abuso e violência sexual) e da Resolução 2387 (2017) nos anos seguintes às denúncias são consideradas respostas à atenção da mídia focada em várias alegações feitas contra os peacekeepers na operação de paz da ONU na República Centro-Africana (MINUSCA), bem como provas de que os acusados gozam de imunidade, enfrentando pouca ou nenhuma ação punitiva (LAVILLE, 2015; VILLAREAL, MONTALVO, 2019).

Na ocasião, Anders Kompass, funcionário de alto escalão das Nações Unidas, atuou como denunciante a partir de um relatório sobre abuso sexual infantil perpetrado por tropas francesas (Sangari Forces) na República Centro-Africana, nos anos de 2013-2014. Durante a investigação das denúncias de abuso sexual, Kompass compilou informações que mostram o envolvimento da Sangari Forces (França) no abuso sexual de crianças no campo de deslocados no aeroporto da capital da RCA (Bangui), atos perpetrados entre dezembro e junho de 2014 em troca de dinheiro ou comida, mas que foram reportados em 2015 (Laville, 2016a, 2016b apud VILLAREAL, MONTALVO, 2019). Na época da denúncia, o escândalo fez com que Kompass fosse demitido por, segundo a instituição, violar protocolos e vazar informações confidenciais das Nações Unidas (LAVILLE, 2015).

Assim, o Escritório de Assuntos de Gênero da MINUSCA, a partir de 2017, começou a operar em dois níveis estratégicos: interno (dentro da MINUSCA) e externo (em colaboração com instituições governamentais, sociedade civil e outros parceiros técnicos e financeiros). As prioridades internamente são: fornecer suporte técnico e orientação à alta administração para a consideração das questões de gênero dentro da Missão; construir

capacidades de equipes de missão (militares, policiais e civis) em questões de gênero; fornecer assessoria e suporte técnico para implementar a ampla estratégia de paridade de gênero dentro da Missão. Externamente, as prioridades são: aprimorar o conhecimento dos formuladores de políticas, parceiros de desenvolvimento e comunidades sobre a Resolução 1325 e outros instrumentos jurídicos internacionais, regionais e nacionais relacionados aos direitos das mulheres; Desenvolver estratégias de apoio, prevenção à violência e mecanismos de gestão de conflitos no âmbito da promoção da governança local; Aumentar a participação e representação de mulheres e jovens no processo de resolução de conflitos e construção da paz e aumentar a participação das mulheres na política nacional.⁷

1.3 A Agenda Mulheres, Paz e Segurança: adoção da perspectiva de gênero nas Operações de Manutenção da Paz

De forma mais geral, a Agenda Mulheres, Paz e Segurança (MPS) foi inaugurada nos anos 2000 a partir da Resolução 1325 (ONU), aprovada por unanimidade nas Nações Unidas. Desta forma, a Agenda MPS constitui-se uma importante ferramenta de diretrizes e ações que orientam sobre a problemática de gênero nas operações de paz das Nações Unidas. Historicamente, o reconhecimento dos direitos das mulheres e a sua afirmação através de tratados, princípios, normas e regras foi evoluindo ao longo do tempo. A Carta da ONU, em 1945, já afirmava o princípio da igualdade entre homens e mulheres, mas foi nas décadas de 1970, 80 e 90 que os direitos das mulheres ganharam uma afirmação institucional e, sobretudo internacional, mais precisa. Antes disso, apesar da questão “mulheres e paz” estarem incluídas na agenda da ONU desde a criação da Comissão da ONU sobre a Situação das Mulheres em 1947, o tema nunca foi considerado uma prioridade, havendo uma grande lacuna causada pela ausência de foco nas questões específicas das mulheres (GIERYCZ, 2001).

O debate acerca da temática de gênero na manutenção de paz da ONU era muito ausente nas Resoluções da ONU e nas reuniões do Conselho de Segurança até anos 1990. A partir da segunda metade da década de 90, um movimento em prol da necessidade de maior inclusão de mulheres nos contingentes militares começou a consolidar-se, visto que, até o momento, o percentual das mulheres nas operações não havia ultrapassado 0,1% (BEILSTEIN, 1995).

⁷ Fonte: <https://minusca.unmissions.org/en/gender>. Acesso em: 20 de julho de 2021.

De 1975 a 1995, ocorreram quatro conferências globais sobre mulheres, sendo elas: I Conferência Mundial da Mulher sob o lema “Igualdade, Desenvolvimento e Paz”(México, 1975), II Conferência Mundial da Mulher sob o lema “Educação, Emprego e Saúde”(Copenhague, 1980), III Conferência Mundial sobre a Mulher com tema central “Estratégias Orientadas ao Futuro, para o Desenvolvimento da Mulher até o Ano 2000” (Nairóbi, 1985) e finalmente a IV Conferência Mundial sobre a Mulher com tema central “Ação para a Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz”, também conhecida como a Plataforma de Ação de Pequim (China, 1995).

Essas quatro conferências centrais sobre mulheres demonstraram que o debate gradativamente foi evoluindo, a fim de reconhecer e afirmar cada vez mais o direito das mulheres a participar formalmente da vida política, econômica e social do Estado, e de viver uma vida livre de violências (INSTITUTO IGARAPÉ, 2018). Na Conferência de 1975, o tema central era a igualdade das mulheres e a sua contribuição para o desenvolvimento e a paz. O ano de 1975 foi designado como o Ano Internacional da Mulher. Ao todo, trinta e cinco resoluções e decisões foram tomadas na presente conferência, que contou com a participação de 133 delegações, abordando questões como: saúde, assistência financeira, prevenção da exploração de mulheres e meninas, participação política e social, eliminação da discriminação contra as mulheres, participação das mulheres na promoção da paz mundial e cooperação internacional, participação das mulheres no fortalecimento da paz e segurança internacional e na luta contra o colonialismo, racismo, discriminação racial e dominação estrangeira, entre outros tópicos (ONU, 1976). Ao fim da Conferência, também decidiu recomendar que a Assembleia Geral das Nações Unidas, em sua trigésima sessão, considerasse a convocação de outra conferência mundial sobre a mulher em 1980.

Como recomendado, a próxima Conferência ocorreu no ano de 1980, em Copenhague. Adotando 48 resoluções ao total, a Conferência ocorrida em Nairóbi proclamava que os princípios e objetivos adotados na Conferência de 1975 ainda eram relevantes e constituíam as bases de ação para a presente década. Pensada para contemplar a segunda metade da década (1980-1985), a Conferência visava refinar e fortalecer os compromissos anteriores de maneira mais incisiva, reconhecendo os fatores políticos, sociais, econômicos e culturais para a desigualdade entre homens e mulheres, bem como os desafios ao desenvolvimento. Como subtema, a II Conferência destacou questões relacionadas à educação, emprego e saúde, adotando resoluções e discutindo questões relacionadas à mulheres migrantes e refugiadas,

mulheres com deficiência, mulheres rurais, segurança econômica, violência doméstica, pobreza, desigualdade educacional, além de discutir questões já apresentadas na conferência anterior (ONU, 1980).

Em 1985, a realização da III Conferência também ocorreu em Nairóbi, Copenhague. A III Conferência teve o objetivo de revisar e avaliar os objetivos das Nações Unidas para a Década da Mulher, bem como explorar os principais obstáculos que impediam a concretização das resoluções anteriores. Neste ano, também foram lançadas as Estratégias Prospectivas de Nairóbi para o Avanço das Mulheres, a partir de um plano de ação que estabelecia metas a serem cumpridas no que diz respeito à igualdade, desenvolvimento e paz, até os anos 2000. Sobretudo, discutiu-se temáticas relacionadas à necessidade da adoção de estratégias a níveis nacionais, como a ratificação de tratados internacionais, o monitoramento das instituições no combate à todas formas de discriminação e a participação na formulação de políticas, bem como a necessidade de instigar a investigação e o levantamento de dados sobre as questões relacionadas à mulheres para que se formulem políticas a partir da realidade concreta (ONU, 1986).

Como aponta Gierycz (2001) as discussões realizadas na II e III Conferências Mundiais da Mulher em Copenhague e Nairóbi continuaram a ser moldadas pelo clima da Guerra Fria, com pouco ou quase nenhum foco nas abordagens das mulheres para a paz, segurança, desarmamento, resolução de conflitos e sua situação sob ocupação e apartheid (p.15). Na Conferência de 1980, em Copenhague, o debate se concentrou nas situações de emergência e nas violações dos direitos humanos em alguns países / territórios como Bolívia, Chile, El Salvador, Líbano, Namíbia e África do Sul e seus efeitos sobre as mulheres, enquanto que em 1985, em Nairóbi enfatizou-se algumas discussões sobre o papel da mulher na educação para a paz, na pesquisa para a paz, na tomada de decisões e nas atividades não governamentais relacionadas à paz (GIERYCZ, 2001). Em certo sentido, pode-se dizer que na Conferência de 1985 os temas evoluíram em um certo grau, e que as perspectivas e experiências das mulheres estavam, pouco a pouco, conquistando espaço nas Nações Unidas. Do mesmo modo, é preciso reconhecer que apesar de suas limitações, a Conferência de Nairóbi foi a primeira Conferência da ONU que incluiu uma série de perspectivas feministas em seu documento final, como a definição mais abrangente de paz (Ibid. p.15).

Em 1995, ocorreu a Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher, em Pequim. De acordo com Viotti (2006), esta conferência foi, sem dúvida, a

mais importante da temática, tanto pelo número de participantes que reuniu, quanto pelos avanços conceituais e programáticos que propiciou, assim como pela influência que continua a ter na promoção da situação da mulher. Baseou-se sobretudo na discussão dos obstáculos relacionados aos direitos das mulheres e na avaliação das conferências anteriores, discutindo possibilidades e desafios, tais como a erradicação da pobreza, empoderamento de mulheres e meninas e a igualdade de direitos. Do mesmo modo, foram estabelecidas 12 áreas de preocupação sobre os direitos de mulheres e meninas, dentre elas: 1. Mulheres e pobreza; 2. Educação e Capacitação de Mulheres; 3. Mulheres e Saúde; 4. Violência contra a Mulher; 5. Mulheres e Conflitos Armados; 6. Mulheres e Economia; 7. Mulheres no Poder e na liderança; 8. Mecanismos institucionais para o Avanço das Mulheres; 9. Direitos Humanos das Mulheres; 10. Mulheres e a mídia; 11. Mulheres e Meio Ambiente; 12. Direitos das Meninas (ONU, 1995). A importância desta Conferência para o marco institucional de garantia dos direitos das mulheres dá-se pelas metas e objetivos traçados a partir das doze principais áreas que o evento abordou, além de mostrar-se um guia estratégico para formulação de políticas e implementação de programas. Contudo, destacou principalmente pelas três inovações dotadas de grande potencial transformador na luta pela promoção da situação e dos direitos da mulher: o conceito de gênero, a noção de empoderamento e o enfoque da transversalidade (VIOTTI, 2006).

Paralelo a isso, neste período as operações de manutenção de paz da ONU passavam por intensas e importantes transformações, motivadas principalmente pelas constantes críticas em relação à atuação das Nações Unidas e o descrédito da comunidade internacional na instituição, a exemplo do fracasso da ONU em impedir o genocídio em Ruanda (1994). Devido a isso, no ano 2000 foram lançados dois importantes documentos que viriam a ser essenciais para a aplicação dessas mudanças e para a inserção da temática de gênero nas operações de paz. O primeiro deles foi o Plano de Ação da Namíbia, publicado em junho de 2000. O documento foi dividido em nove tópicos principais que discutiam a importância de igual acesso e participação das mulheres em todos os níveis e estágios dos processos de negociação da paz, a participação de pelo menos 50% de mulheres em posição de liderança e de tomada de decisões, um maior número de mulheres nos contingentes militares, policiais e civis, o treinamento adequado para as questões de gênero (incluindo tópicos como abuso e exploração sexual) e o monitoramento e a avaliação da implementação dessas ações (ONU, 2000a). Assim, o Plano de Ação de Namíbia já sinalizava o início de importantes mudanças

institucionais e foi um dos primeiros e grandes documentos que ligaram a agenda Mulheres, Paz e Segurança à manutenção da paz (KARIM, 2018, p 335).

De maneira semelhante, o Relatório Brahimi, convocado pelo então Secretário-Geral das Nações Unidas Kofi Annan e lançado em agosto de 2000, também faz parte desse conjunto de reformas estabelecidas pela ONU na virada do milênio. O relatório tinha como principal objetivo reestruturar as operações a partir de mudanças operacionais e organizacionais, dando a elas um caráter multidimensional para o estabelecimento de uma paz sustentável. Dentre os principais apontamentos, estavam a necessidade de fortalecimento do compromisso dos Estados-Membros com as operações, uma melhora no tempo de implementação das operações, melhor gestão das necessidades em terreno, planejamento estratégico a curto e longo prazo, entre outras demandas (ONU, 2000b).

Ambos documentos, juntamente com as questões debatidas na IV Conferência de Pequim, construíram um terreno fértil para a formulação da Resolução 1325 da ONU. Em 2000, o Conselho de Segurança aprovou com unanimidade a Resolução 1325. Este marco foi histórico porque, pela primeira vez, reconheceu-se a necessidade de discutir sobre gênero em ações relacionadas à paz e à segurança internacionais (COHN, 2008). Além disso, a R. 1325 fomentou o equilíbrio de gênero por meio do reconhecimento de que mulheres devem desempenhar um papel efetivo na busca pela paz; e introduziu a transversalização de perspectivas de gênero no tratamento dos conflitos armados, assim como na prevenção da violência e de consolidação da paz, ao observar os diferentes impactos que conflitos armados têm sobre cada grupo e cada gênero de forma distinta, em especial sobre as mulheres e meninas (BRASIL, 2017). De maneira geral, a R. 1325 apela para a participação das mulheres (em mecanismos de prevenção, gestão e resolução de conflitos, nas negociações de paz, em operações de paz, como soldados, policiais e civis, como representantes especiais do Secretário-Geral da ONU), para a proteção das mulheres (em situações humanitárias e de emergência, por meio do treinamento para o pessoal das operações de paz sobre os direitos das mulheres e meninas e pela adoção de medidas de proteção eficazes) e prevenção da violência (através da promoção dos direitos das mulheres, *accountability* e aplicação da lei), às vezes chamados de "Três P's", juntamente com um quarto princípio abrangente: integração de gênero (MILLER; POURNICK; SWAINE, 2014).

É importante destacar que, a partir desse momento, muitas questões começaram a ser de fato politizadas e tratadas em agendas institucionais nas organizações internacionais, como

a violência sexual em conflitos armados. Assim, a Agenda MPS inicialmente foi criada pelo reconhecimento das necessidades específicas das mulheres e das crianças em situações de conflito armado, sendo necessária uma atenção técnica específica a estes sujeitos, devido aos diversos fatores que poderiam caracterizá-los como vulneráveis nesse contexto. Como apontado no Relatório da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, os conflitos armados colocam em risco a vida das mulheres e crianças uma vez que geram graves e sistemáticas violações de direitos humanos que afetam a população civil:

“Os efeitos da violência contra a mulher e da violação dos direitos humanos da mulher nessas situações são experimentados por mulheres de todas as idades, que são vítimas de deslocamentos, perda do lar e de bens, perda ou desaparecimento involuntário de parentes próximos, pobreza, separação e desintegração da família; elas sofrem também assassinatos, terrorismo, tortura, desaparecimento involuntário, escravidão sexual, estupro, abuso sexual e gravidez forçada em situações de conflito armado, especialmente como resultado de políticas de depuração étnica e outras novas formas de violência. Isso tudo é agravado pelas traumáticas e irreversíveis consequências de caráter social, econômico e psicológico causadas pelos conflitos armados, a ocupação e o domínio estrangeiros” (ONU, 1995, p.196).

Do mesmo modo, reconhece-se que particularmente mulheres e crianças constituem a imensa maioria dos afetados por conflitos armados, inclusive como refugiados e deslocados internos - cerca de 80% dos milhões de refugiados do mundo (ONU, 1995) - e que são cada vez mais alvos de combatentes e outros elementos armados, reconhecendo o consequente impacto disso sobre a paz e a reconciliação duradouras (S/RES/1325, 2000). Igualmente preocupante é o fato de que como mães, provedoras de família e cuidadoras, as mulheres são particularmente penalizadas por sanções econômicas associadas a conflitos militares, como o boicote instituído pelas Nações Unidas contra o Iraque após a Guerra do Golfo de 1991 (TICNER, 2001, p.50).

Em relação à violência sexual, o estupro sistemático utilizado como arma de guerra mostra-se outra grave violação de direitos humanos utilizada para fins tático-militares. Como aponta Hansen (2000a) cerca de vinte mil mulheres foram estupradas na Bósnia- Herzgovina, mas ainda havia uma dificuldade em compreender que este fenômeno não era apenas um acidente de guerra, mas uma estratégia militar sistemática e uma questão de segurança coletiva, que não deveria ser individualizada. No caso da Ruanda por exemplo, durante o genocídio de 1994, as mulheres ruandesas foram vítimas de violência sexual em grande escala. Perpetrada por membros da milícia Hutu que dirigiram ou encorajaram tanto os assassinatos quanto a violência sexual para promover seu objetivo político - a destruição dos

tutsis como um grupo - o estupro foi utilizado para aterrorizar e degradar uma comunidade específica e para atingir um fim político específico. Nessas situações, o gênero se cruza com outros aspectos da identidade da mulher, como etnia, religião, classe social ou filiação política - e no caso de Ruanda, as mulheres tutsis foram perseguidas por causa de seu gênero e etnia (HUMAN RIGHTS WATCH, 1996). A perseguição sob a forma de violência sexual e outros tipos de perseguição relacionados ao gênero fazem com que as mulheres estejam vulneráveis não somente à violência e exploração sexual em situações de conflito, mas também quando fogem, buscam asilo em outros países, ou ainda, quanto tentam se reinserir em sua comunidade depois de sofrer um episódio de violência, sobretudo quando ficam grávidas (ONU, 1995) - sendo conhecidas como as "gravidezes da guerra", "filhos do ódio"(HUMAN RIGHTS WATCH, 1996) ou ainda "filhos do diabo"(TICKNER, 2001).

Um ponto importante a ser destacado é o fato de que os atores políticos raramente falavam do estupro como um problema de direitos humanos antes da década de 1990, e que, somente a partir da década de 90 é as violações de direitos humanos foram teorizadas como traumas individuais e sociais que exigem novas formas de intervenção internacional (HARRINGTON, 2010). No entanto, Carol Harrington (2010) afirma que é importante perceber como, porque e em que contexto a violência sexual passou a ser politizada. Para a autora, o discurso feminista sobre a violência sexual como trauma fornece um importante fio condutor nas práticas contemporâneas de intervenção militar, política e econômica internacional, fazendo com que a violência sexual esteja presente em narrativas de intervenção internacional, colocando as forças de paz como defensoras da integridade e liberdade sexual das mulheres (HARRINGTON, 2010,p.143). Segundo este argumento, a narrativa em torno do discurso de prevenir a violência sexual poderia esconder motivações militares intervencionistas.

Por outro lado, autoras como Hansen (2000a) acreditam que a politização da violência sexual, sobretudo em organismos internacionais, beneficia as mulheres. Segundo este argumento, reconhecer o estupro como arma de guerra como um problema de segurança coletiva faz com que a resposta e o combate à violência não seja somente em âmbito individual. No caso da Bósnia, sendo consciente da dificuldade de mudar a prática internacional, a inclusão do estupro em tempo de guerra no discurso de segurança mais amplo e o desenvolvimento da prática legal para tornar o estupro uma ofensa grave seriam passos importantes que devem ser aplaudidos (HANSEN, 2000a). Contudo, a autora afirma que essa

inclusão também cria novos dilemas, uma vez a intervenção da OTAN em Kosovo em 1999 foi em parte legitimada por referência a estupros em massa e campos de estupro administrados por sérvios em Kosovo, o que vai ao encontro de argumentos que autoras como Harrington (2010) apresentam ao dizer que é preciso cautela para observar de que forma certos temas são politizados em âmbito internacional, uma vez que a existência da violência sexual pode vir a legitimar intervenções.

Nesse contexto, todos esses fatores fizeram com que a R. 1325 (2000) tivesse um papel histórico e fundamental no que tange às temáticas relacionadas à mulheres, paz e segurança. Como apontou Felicity Hill (membra do United Nations Development Fund for Women - UNIFEM) em uma entrevista com Cohn, Kinsella e Gibbings em 2004, as expectativas em relação a R. 1325 acreditavam no seu potencial revolucionário, uma vez que ela poderia transformar maneiras de entender como a segurança é concebida, protegida e aplicada, ao invés de ficar presa em essencialismos que se limitassem a adicionar mulheres (como vítimas / construtoras da paz) no modo atual de operar na paz e campo de segurança (COHN, KINSELLA, GIBBINGS, 2004). Contudo, Hill também era cautelosa ao afirmar que,

“Perpetually problematizing women, placing women, their absence or their ‘victimhood’, at the centre of ‘the problem’ of women, peace and security fails to notice the problematic role of masculine identities in security discourse and actual wars, or the systematic over-representation of men [...]”. (COHN, KINSELLA, GIBBINGS, 2004, p. 137).

Apesar das críticas, Carol Cohn afirmava que era preciso não perder de vista o quão extraordinário a RES. 1325 era para a época. Mesmo que pesquisadoras(es) estivessem atentos aos seus possíveis perigos e limitações e ainda, afirmando que a reformulação do Conselho de Segurança fosse mais retórica do que prática, também era necessário reconhecer o quão positivo era que a maior instituição de segurança internacional do mundo tenha declarado publicamente que a atenção ao gênero é parte integrante de "fazer a segurança" (COHN, KINSELLA, GIBBINGS, 2004, p. 139).

Neste cenário, a Agenda MPS foi evoluindo e modificando suas estratégias ao longo dos anos, a partir do debate público. O ano de 2020 marcou o aniversário de 20 anos da adoção da RES. 1325 e de 25 anos da Plataforma de Ação de Pequim, dois marcos importantes para o debate sobre mulheres, paz e segurança. Atualmente, a Agenda contém outras nove Resoluções no Conselho de Segurança, a saber: R. 1820 (2008), R. 1888 (2009),

R. 1889 (2009), R.1960 (2010), R. 2106 (2013), R. 2122 (2013), R. 2242 (2015), R. 2467 (2019) e R. 2493 (2019).

Nos âmbitos regional e nacional, a Agenda recomendou a elaboração de Planos Nacionais de Ação (PNAs) a fim de que os governos assumissem a responsabilidade de discutir sobre a temática e comandar ações. O Brasil publicou o Plano no ano de 2017, constituindo um importante avanço para o país. Apesar de não ter um histórico recente de envolvimento em conflitos armados e nem ameaças externas, o Brasil tem um histórico de envio de tropas para as operações de paz da ONU de forma recorrente (destaca-se aqui a experiência do Haiti), e por isso é necessário que o país esteja em consonância com as discussões da Agenda Mulheres, Paz e Segurança a nível global. Os Planos Nacionais de Ação enfocam em ações concretas, buscando a integração das questões de gênero na agenda nacional de paz e segurança ao mesmo tempo em que representam uma ponte entre os governos e organizações da sociedade civil, o que, conseqüentemente, aumenta a participação das mulheres nos processos de paz e na formulação de políticas. Assim, de acordo com Jacevic (2018), apesar da criação de PNAs não ser, por si só, um indicativo de boas práticas, os planos nacionais são uma ferramenta com o potencial de garantir que os compromissos das mulheres, da paz e da segurança se tornem mais sistêmicos e permanentes (p.276). Além disso, também representam um instrumento importante, tanto de política quanto de prática, para continuar a fortalecer os esforços institucionais para a mudança (JACEVIC, 2018).

Porém, mesmo que atualmente as questões envolvendo gênero e operações de paz sejam mencionadas em quase todos os mandatos da ONU, existem muitas variações na forma que essas questões são mencionadas. Muitas vezes os mandatos variam entre somente proibir a exploração sexual e o abuso por peacekeepers, enquanto outras mencionam objetivos específicos, como promover a participação das mulheres na política, ou prevenir a violência sexual (KARIM, 2018, p. 335). Da mesma forma, a narrativa de sucesso da ONU precisa ser analisada com cuidado, uma vez que muitas vezes a realidade contrasta com as experiências vividas pela população civil, que nem sempre se beneficiam do legado de sucesso da Agenda MPS.

Outro ponto a ser destacado é o fato de que algumas questões relacionadas à atuação dos peacekeepers nas operações de paz foram tratadas em resoluções isoladas da Agenda 1325. A Resolução 2272 (2016), por exemplo, foi a primeira resolução inteiramente dedicada a tratar do combate à exploração sexual cometida pelas forças de paz da ONU. Dentre as

principais recomendações do documento, estão a repatriação da unidade militar ou da unidade policial formada (FPU) quando há provas de exploração e abuso sexual generalizado ou sistêmico por essa unidade, a substituição de todas as unidades militares e/ou de polícia de que são objeto de alegação de exploração e abuso sexual, incluindo também a investigação e o monitoramento contínuo das denúncias de abuso sexual seguindo o protocolo de tolerância zero para estes casos. A Resolução 2272 (2016) também demonstra grande preocupação com as contínuas alegações de violação sexual por parte do pessoal da ONU em terreno e solicita o empenho da organização para o combate à impunidade nesses casos, a fim de que as medidas necessárias para conduzir investigações de alegações de exploração e abuso sexual por seus funcionários sejam tomadas e concluídas o mais rápido possível.

Apesar de extrema importância, esta resolução não faz parte, oficialmente, do conjunto de resoluções da Agenda MPS. Mais uma vez, é necessário observar como, quando e em que contexto certos temas são politizados (ou não) na agenda oficial Mulheres, Paz e Segurança. Uma vez que a construção discursiva da Agenda MPS tende a se configurar como uma narrativa de sucesso da atuação da ONU no terreno, não é de interesse das Nações Unidas que uma resolução voltada especificamente ao combate à violência sexual perpetrada por seus próprios funcionários, no caso, a Resolução 2272, tenha tanto destaque nesse contexto.

Além disso, a Resolução 2272 foi uma resposta às denúncias de abuso sexual infantil ocorridas na MINUSCA nos anos de 2013-2014, cometidas por tropas francesas da ONU. A partir dessas informações, majoritariamente divulgadas por fontes jornalísticas e não institucionais, é possível perceber como as denúncias de abuso e violação sexual, ainda que de forma implícita, estão diretamente relacionadas com as ações tomadas pela ONU em relação às questões de gênero a partir de 2017. Este olhar mais atento, que vai um pouco além da narrativa institucional de sucesso, nos permite politizar o histórico de inserção da Agenda MPS na MINUSCA, entendendo-a como uma resposta das Nações Unidas às diversas denúncias recebidas em 2014, ano em que a Missão estava ainda em seu primeiro ano de atuação - como uma operação multidimensional. Infelizmente, o histórico de violência e abuso sexual por *peacekeepers* da ONU não é uma realidade nova. Contudo, estar ciente dessas violações nos faz perceber que muitas mudanças internas - envolvendo resoluções,

normativas e protocolos de ação - não são tomadas em prática somente pela boa vontade dos atores envolvidos, mas sim, por pressão frente aos escândalos institucionais.

As pesquisas mais recentes, como é o caso do estudo sobre a aplicação da Agenda MPS na Libéria (KARIM, 2018), no Afeganistão (DUNCANSON, FARR, 2018), os papéis femininos na prevenção de conflitos no caso de Bougainville (GEORGE, 2018), a proteção de mulheres e meninas deslocadas na Síria (FERRIS, 2018) e outros, demonstram que a preocupação atual do campo é examinar o impacto da Agenda MPS na vida e na segurança das mulheres e a sua real participação nos processos de negociação da paz. Nesse sentido, há um foco maior na experiência das mulheres, nos índices de violência como o abuso sexual, nos índices de participação feminina nas operações, na influência das mulheres líderes nos processos de negociação de paz, entre outros indicativos. Se em um primeiro momento priorizou-se discutir as ações da Agenda, o espaço do debate na ONU e a aplicação das normas, atualmente debate-se a efetividade desses processos e quais são suas falhas ou lacunas. Como afirmam Davis e True (2018), é importante que se atente, da mesma forma, às adaptações locais da Agenda Mulheres, Paz e Segurança e as suas respectivas estratégias contextuais, de maneira que, os planos nacionais e as estratégias locais definem o que “funciona” e o que “não funciona”.

A problematização entre a efetividade da Agenda MPS na MINUSCA pelo “discurso oficial” da ONU *versus* o impacto real na segurança de populações vulnerabilizadas pela questão de gênero se dá pela necessidade de superar o discurso feminista pelo viés liberal. A perspectiva feminista liberal discute a presença (e a ausência) de mulheres nas instituições e nos espaços de poder, entendendo que a igualdade de gênero deve ser alcançada removendo os obstáculos legais que impedem as mulheres de terem as mesmas oportunidades e posições que os homens (TICKNER, SJOBERG, 2013). Geralmente as pesquisas feministas que analisam a questão de gênero pelo viés liberal utilizam pesquisas quantitativas, com dados estatísticos, survey, etc. Contudo, essa abordagem pode ser insuficiente, principalmente por analisar de forma um pouco superficial questões que necessitam uma profundidade maior. Críticas ao feminismo liberal afirmam que a desigualdade de gênero continua a existir mesmo em sociedades com alto índice de igualdade “formal”, o que significa que nem sempre os dados refletem a realidade (TICKNER, SJOBERG, 2013).

A partir disso, este trabalho também utiliza-se da Teoria Crítica das Relações Internacionais para analisar as operações de manutenção de paz da ONU, baseando-se no trabalho de Pugh (2004). Tendo como referência as contribuições da teoria crítica do trabalho de Robert Cox e Mark Duffield, Pugh (2004) argumenta para a necessidade de desconstruirmos o papel humanista e neutro das operações de apoio à paz, sugerindo que elas sustentam uma ordem particular da política mundial que privilegia os estados ricos e poderosos na manutenção do status quo. Essa forma de atuação das operações de manutenção da paz visa estabelecer os valores da economia de mercado neoliberal, passando a representar os ideais da governança liberal global, que Duffield designa como “a paz liberal” (PUGH, 2004, p.41).

Nesse sentido, o papel que as operações de paz da ONU ocupam não é neutro, mas serve ao propósito de manutenção de uma ordem existente, uma vez que os Estados ocidentais, como França e Reino Unido, dominam as contribuições de tropas para as operações de paz no período pós-guerra fria (PUGH, 2004). Pugh (2004) afirma que a narrativa em torno das missões de paz baseia-se na ideia de que “apoio à paz” é um significante positivo, sugerindo uma preocupação moral com a ordem e a segurança no sistema internacional (p.48), enquanto os *peacekeepers* são representados como desinteressados no resultado de uma disputa, neutros e imparciais em relação aos disputantes (p.47). Apesar dessa narrativa, Pugh (2004) chama a atenção para o fato de que essa narrativa foi construída por parte dos estados dominantes armados com um design moral para salvaguardar os direitos humanos, como um arcabouço moral que sustenta e legitima as operações de paz. Contudo, do ponto de vista da teoria crítica, as operações de paz e as missões humanitárias ilustram os efeitos enfraquecedores da soberania estatal e da globalização, uma vez que os estados ricos se tornam os principais decisores de como e quando intervir, além dos maiores fornecedores de tropas de paz (p.51-52). Como alternativa, Pugh (2004) defende que a Teoria Crítica tem o propósito de impulsionar mudanças estruturais que entendam o potencial emancipatório da sociedade. Isso só pode ser alcançado liberando as operações de apoio à paz do sistema de controle centrado no Estado e tornando-as responsáveis por instituições multinacionais mais transparentes, mais democráticas e responsáveis. (p.39)

De forma semelhante, abordagens feministas têm percebido que instituições e organizações sociais são uma das dimensões construídas através de uma visão patriarcal que sustentam relações de poder, ampliando a noção de gênero para um aspecto político (SCOTT, 1990). Assim sendo, utilizamos o conceito de interseccionalidade (CRENSHAW, 2002) para entender dinâmicas coloniais de poder de Estados e Instituições enquanto estruturas que marcam os discursos e práticas institucionais internas (Estado) e externas (Organização das Nações Unidas).

Assim, reconhece-se a necessidade de uma lente feminista e pós-colonial sobre a Agenda MPS para que se compreenda de que maneira as dinâmicas raciais-sexuais então presentes não somente no discurso acadêmico mas também nas práticas e discursos dominantes de segurança (PRATT, 2013). Aliado a isso, discute-se também a visão crítica e pós-colonial de Spivak (1988) e Mohanty (1988) sobre as chamadas “mulheres do Terceiro Mundo” e as dinâmicas coloniais de poder contidas nesses discursos.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo está dividido em três subseções. Na primeira seção, foram apresentadas as abordagens feministas de Segurança Internacional, que se propõe a ampliar o conceito de Segurança, questionar a centralidade do Estado e incluir a perspectiva micro, dos indivíduos, enquanto igualmente importantes para as dinâmicas de segurança. Somente a partir de uma perspectiva feminista é que temos as ferramentas capazes de analisar as práticas da Agenda MPS fora do escopo tradicional, do *mainstream*. Isso nos permite compreender também como a formação do Estado-Nação e as organizações internacionais possuem raízes generificadas, ou seja, não são instituições neutras em termos de gênero. Ao identificar essas características, as abordagens feministas nos permitem compreender como práticas masculinistas estão contidas na própria formação dessas estruturas. Isso também nos faz pensar de que maneira é possível modificar e desconstruir práticas e discursos que se tornam hegemônicos. Por isso, é preciso partir de uma análise estrutural que vai do macro ao micro nível, fornecendo um olhar transversal para as dinâmicas de poder.

A segunda seção pretende analisar em que medida as instituições, como as instituições militares, reforçam e reproduzem masculinidades, e como isso impacta nas ações militares e dos indivíduos incluídos neste sistema. Da mesma forma, é preciso compreender que

dinâmicas de poder e hierarquias de gênero operam no interior dessas instituições e que estes preceitos masculinistas e patriarcais ditam a maneira como as guerras e conflitos armados são travados, moldam os discursos que justificam ações militares e valorizam certas características ditas masculinas em detrimento às ditas femininas. A análise feminista sobre estes conceitos estruturais e sociais explicam a legitimação das masculinidades através de instituições sociais e grupos sociais, bem como a ação de certos indivíduos, que, mesmo não correspondendo aos ideias de masculinidade, reproduzem ações masculinistas.

Por fim, a terceira e última seção aborda a necessidade de observarmos como as dinâmicas coloniais e de raça estão presentes nas práticas de Segurança Internacional. É importante mencionar que esta abordagem entende a raça como uma construção social e histórica, como demarcador da diferença. Nesse sentido, reconhece-se a importância de um olhar pós-colonial e interseccional que considere raça, classe e gênero enquanto indissociáveis, bem como as dinâmicas de poder contidas no Norte/Sul Global. De maneira semelhante, esta abordagem visa não somente observar as questões estruturais, mas também a violência simbólica que está implícita em discursos e ações.

2.1 ABORDAGENS FEMINISTAS DE SEGURANÇA INTERNACIONAL: DESAFIANDO O MAINSTREAM

2.1.1 Lentes de gênero para a Segurança Internacional

Desde os anos 1980, observamos as abordagens feministas serem, pouco a pouco, incorporadas à disciplina de Relações Internacionais, acompanhadas do que chamamos de “terceiro debate” ou pós-positivismo nas RI (LAPID, 1989). Publicações como *Bananas, Beaches and Bases* (ENLOE, 1990), *Gender in international relations* (TICKNER, 1992), *Gendered States: Feminist (Re) Visions of International Relations* (PETERSON, 1992) apenas para citar algumas, foram marcos históricos que simbolizaram a inserção do debate no campo. Observar o mundo através das lentes de gênero nos permite focar no gênero enquanto uma forma particular de relações de poder, uma vez que as Relações Internacionais são um mundo masculino (TICKNER, 1988).

As teóricas feministas, de maneira geral, mostravam-se descontentes com as fronteiras restritas das Relações Internacionais tradicionais. Por isso, as feministas de RI frequentemente fazem suposições diferentes sobre o mundo, moldam perguntas diferentes e usam

metodologias diferentes para respondê-las (TICKNER, 2001). Como aponta Peterson (1992) no entanto, os estudos feministas nas Relações Internacionais são não um campo monolítico, mas tremendamente diverso em alcance e orientação, devido em parte à sua natureza transdisciplinar e crítica. Somando-se aos estudos críticos e pós-positivistas nas RI (PETERSON; TICKNER, 1992), as abordagens feministas têm proposto novas formas epistemológicas e ontológicas de observar os fenômenos da política internacional, alegando que os conceitos fundacionais da disciplina foram pensados sob concepções patriarcais e masculinistas, e que as vozes das margens devem ser ouvidas. Do mesmo modo, desenvolver metodologias feministas de RI torna-se essencial para o avanço de uma abordagem feminista como uma investigação diversa, variada e coletiva (ACKERLY, STURN, TRUE, 2006).

Segundo Sjoberg (2009), para entender a crítica das feministas de RI é importante compreender o gênero não enquanto uma definição biológica dos sexos, mas sim, como um sistema de significados simbólicos que cria hierarquias sociais com base na associação percebida com características masculinas e femininas (p. 187, tradução livre). Desta forma, incluir o gênero enquanto uma categoria central de análise significa caracterizá-lo como fator constitutivo e causal nas relações internacionais (TICKNER, 2001).

Após o final da Guerra Fria, estudos sobre a centralidade da segurança nacional e a predominância do Realismo enquanto teoria principal começaram a ser questionadas, e o campo de Segurança Internacional começou a se tornar mais aberto a novas questões de segurança, novas definições do que é “segurança” e novas formas de analisá-las.

A obra de Barry Buzan, *People, States and Fear* (1983) foi essencial nesse processo. Nela, Buzan afirma que é preciso compreender que a força militar não é a única ameaça potencial à segurança dos Estados, e que é preciso expandir o que entendemos como segurança em relação a cinco 'setores' diferentes: militar, mas também ambiental, econômico, político e social e vários níveis de análise, incluindo o indivíduo, atores subestatais, atores estatais, o subsistema internacional e o sistema internacional (BUZAN, 1983). Enquanto as abordagens tradicionais de Segurança (referindo-se aqui às perspectivas realistas e liberais) priorizam o Estado como o objeto de referência e focam sobretudo nas ameaças militares à segurança e sobrevivência do Estado, os estudos críticos estão ligados a movimentos que se afastam do militarismo centrado no Estado, que podem ser resumidos com referência à chamada ampliação e aprofundamento da agenda de segurança (KRAUSE, WILLIAMS, 1997; BUZAN et al, 1998).

Contudo, Booth vai mais além. Em seu artigo intitulado de *Security and Emancipation* (BOOTH, 1991) o autor argumenta que os estudos críticos de Segurança não se limitam à expandir o conceito, mas sim, que devem entender a segurança de uma forma emancipatória:

‘Security’ means the absence of threats. Emancipation is the freeing of people (as individuals and groups) from those physical and human constraints which stop them carrying out what they would freely choose to do. War and the threat of war is one of those constraints, together with poverty, poor education, political oppression and so on. Security and emancipation are two sides of the same coin. Emancipation, not power or order, produces true security. Emancipation, theoretically, is security. (Booth 1991, p. 319).

Além disso, Booth argumenta que devemos analisar a segurança de uma perspectiva que parta dos indivíduos, de baixo para cima, uma vez que as ameaças militares, ambientais, econômicas, políticas e sociais afetam as pessoas em primeiro lugar (BOOTH, 1999). De maneira semelhante, às abordagens feministas de Segurança também apostam em uma análise “bottom-up”, analisando o impacto da guerra no micronível (TICKNER, 2001, p. 48).

Nesse sentido, os estudos críticos de Segurança Internacional se aproximam das abordagens feministas quando a) ampliam o conceito de Segurança no sentido do que pode ser entendido como ameaça; b) questionam a centralidade do Estado nas dinâmicas de guerra e c) ampliam a segurança a fim de incluir o nível dos indivíduos e outros atores não-estatais.

As abordagens feministas, desta forma, têm analisado conceitos tradicionais e teorias dos Estudos de Segurança. Suas propostas visam revisitar, problematizar, e redefinir conceitos tradicionais do campo, como Estado, violência, guerra, paz e até mesmo o que é entendido como segurança, a fim de demonstrar que esses conceitos foram pensados sob a ótica masculina e patriarcal (PETERSON, 1992; TICKNER, 1992, 2001; SJOBERG, 2009). Tickner (2001) aponta que as feministas de Segurança Internacional assumem que as hierarquias de gênero são socialmente construídas e mantidas por meio de estruturas de poder que trabalham contra a participação das mulheres e na formulação de políticas de segurança internacional e nacional (p.21). Do mesmo modo, enquanto os estudos convencionais de Segurança geralmente examinam o conflito de uma perspectiva de cima para baixo ou estrutural, as feministas adotam uma abordagem de baixo para cima, analisando o impacto da guerra no nível micro, analisando o que ocorre durante as guerras, especialmente o impacto da guerra sobre as mulheres e os civis em geral. As abordagens feministas, dentre outros aspectos, desafiaram o mito de que as guerras são travadas para proteger mulheres, crianças e outras pessoas estereotipadas como "vulneráveis" (TICKNER, 2004, p 45).

De maneira resumida, as abordagens feministas de Segurança tem contribuído, segundo Sjoberg (2009) com quatro pontos principais no debate sobre Segurança, sendo eles:

1. O amplo entendimento do que conta como um problema de segurança e a quem o conceito de segurança deve ser aplicado. As abordagens feministas à definem a segurança amplamente em termos multidimensionais ou multinível, entendendo que as ameaças à segurança incluem não apenas guerra e violência internacional, mas também violência doméstica, estupro, pobreza, subordinação de gênero e destruição ecológica (p. 198).
2. Os valores que são valorizados no domínio da segurança internacional e suas hierarquias de gênero. A masculinidade idealizada e hegemônica recebe um peso desigual na hierarquia de gênero e tende a ser valorizada face à feminilidade inferiorizada.
3. O papel amplo e diverso que as feministas de segurança vêem o gênero desempenhando na teoria e na prática da segurança internacional. Para Sjoberg (2009) gênero é importante na teoria e prática da segurança internacional de três maneiras principais: é necessário, conceitualmente, para compreender a segurança internacional, é importante para analisar as causas e prever resultados e é essencial para pensar sobre soluções e promoção de mudanças positivas no domínio da segurança. (p. 200, tradução livre).
4. E por último, as feministas compreendem que omitir a categoria gênero das pesquisas em segurança internacional não torna esse trabalho neutro em relação ao gênero, mas sim, parcial, uma vez que as mulheres fazem parte da política e da segurança internacional, só não são ouvidas.

Scott (1990) afirma que “[...]gender is a primary way of signifying relationships of power. It might be better to say, gender is a primary field within which or by means of which power is articulated” (p. 1069). A autora afirma que símbolos culturais, doutrinas religiosas, instituições e outras organizações sociais operam num sistema de hierarquias de gênero baseados em entendimentos generalizados da relação entre homens e mulheres.

Do mesmo modo, Scott (1990) aponta que as relações de poder entre as nações tornaram-se legítimas em termos de relações entre homens e mulheres.

“A legitimação da guerra - gastar vidas jovens para proteger o Estado - tem assumido diversas formas de apelos explícitos à masculinidade (à necessidade de defender mulheres e crianças vulneráveis), de confiança implícita na crença no dever dos filhos de servir seus líderes ou seu (pai, o) rei, e de associações entre masculinidade e força nacional” (SCOTT, 1990, p. 1073, tradução livre).

Assim, a autora conclui que o gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político foi concebido, legitimado e criticado.

Nesse sentido, os subtópicos a) e b) desta seção visam problematizar o papel do Estado e das instituições internacionais nas Relações Internacionais, demonstrando que ambas estruturas partem de hierarquias de gênero baseadas em concepções de masculinidade e feminilidade. Mais uma vez, é importante destacar que os conceitos-chave das Relações Internacionais não são naturais nem neutros em termos de gênero: eles são derivados de um contexto social e político onde a hegemonia masculina foi institucionalizada, onde as noções de poder, soberania, autonomia, anarquia, segurança e os níveis de análise nas Relações Internacionais são inseparáveis da divisão de gênero das esferas pública e privada institucionalizadas dentro e entre os Estados (TRUE, 1996;2013).

Para compreendermos a forma como os Estados e as instituições operam na atualidade, bem como as dinâmicas de segurança, sobretudo no que tange às questões de gênero, é preciso partir de uma investigação profunda sobre as origens da estrutura do Estado, perpassando as instituições internacionais. Nestas seções, tentaremos demonstrar que, historicamente, estas organizações possuem raízes *generificadas* que priorizam o poder dos homens e são construídas a partir de um viés masculinista. Deste modo, não há como adotar uma perspectiva feminista de Segurança Internacional sem redefinir e problematizar conceitos centrais do campo, bem como identificar as questões estruturais que permeiam o debate.

2.1.2 *Gendered States*: A crítica feminista ao Estado nas Relações Internacionais

As críticas à formação do Estado Moderno têm sua origem nas teorias do contratualismo, que sob a ótica feminista, foi fundado em bases patriarcais (PATEMAN, 1993; SOUZA, 2015; SPINELLI, 2016). A partir do exame da dicotomia público/privado e mapeando teses centrais e passagens significativas (particularmente das obras de Locke, Hobbes e Rousseau), as teóricas feministas passaram a desvendar a lógica subversiva (do ponto de vista de gênero) inerente à investigação desses autores (SPINELLI, 2016, p.198).

Nas obras de Rousseau, por exemplo, um dos maiores contratualistas modernos, é possível identificar a narrativa que as mulheres teriam funções diferentes na sociedade contratual, com a total ausência de participação política. Isto fica claro na obra *Emílio ou Da Educação*, publicada em 1762, que pretendia ser um guia para a educação dos seres humanos, desde crianças até a fase adulta, instruindo medidas educacionais para os cidadãos de acordo com a natureza e a razão. Contudo, baseando-se em concepções essencialistas sobre a “natureza” dos homens e das mulheres, Rousseau argumenta a necessidade de uma educação diferente para o sexo feminino daquela provida ao sexo masculino. Ao longo dos capítulos da obra, o autor apresenta argumentos demonstrando como deveria ser a educação de Emílio (homem) e de Sofia (esposa de Emílio). Como argumenta Souza (2015), na obra *Emílio*, Rousseau realiza uma clara distinção entre o espaço público e o privado (doméstico), o primeiro destinado aos homens e o último, às mulheres (p.149). Para Rousseau, a desigualdade entre os sexos, o confinamento da mulher ao espaço doméstico e a inferioridade do sexo feminino possuem como fundamento a natureza e a razão (SOUZA, 2015, p.150). Isso pode ser observado em trechos como:

Quando a mulher se queixa da injusta desigualdade que o homem impõe, não tem razão; essa desigualdade não é uma instituição humana ou, pelo menos, obra do preconceito, e sim da razão: cabe a quem a natureza encarregou do cuidado dos filhos a responsabilidade disso perante o outro (ROUSSEAU, 1992, apud SOUZA, 2015, p.151).

Assim como homens e mulheres não deveriam receber a mesma educação:

Uma vez demonstrado que o homem e a mulher não devem ser constituídos da mesma maneira, nem de caráter nem de temperamento, segue-se que não devem receber a mesma educação. Seguindo as diretrizes da natureza, devem agir de acordo, mas não devem fazer as mesmas coisas: o fim dos trabalhos é o mesmo, mas os trabalhos são diferentes e, por conseguinte, os gostos que o dirigem (ROUSSEAU, 1992, apud SOUZA, 2015, p.151).

As mulheres, por sua vez, deveriam obedecer a figura masculina:

(...) a primeira e mais importante qualidade de uma mulher é a doçura; feita para obedecer a um ser tão imperfeito quanto o homem, amiúde cheio de vícios e de defeitos, ela deve aprender desde cedo a sofrer até injustiças e a suportar os erros do marido sem se queixar [...]. O azedume e a obstinação não fazem senão aumentar seus males e os maus procedimentos dos maridos. (ROUSSEAU, 1992, apud SOUZA, 2015, p.153).

Desta maneira, nota-se que Rousseau consolidou a divisão dicotômica entre o espaço público e privado, destinados, respectivamente, aos homens e às mulheres. Essa teoria legitimou a permanência da exclusão feminina do espaço político até meados do século XX (SOUZA, 2015, p.168) fato que, posteriormente, levou Pateman (1993) a argumentar sobre a existência de um pacto sexual do contratualismo. Para ela, o contrato original é social e também sexual, “é sexual no sentido de patriarcal [...] pois cria o direito político dos homens sobre as mulheres e garante acesso sistemático dos homens aos corpos das mulheres” (PATEMAN, 1993, p. 17).

Como aponta Spinelli (2016), Rousseau naturaliza características supostamente tidas como femininas instrumentalizando-as dentro de um profundo esquema de opressão de gênero e fazendo com que as mulheres sejam designadas somente à esfera privada, no interior do lar e no cuidado da família, retirando-a da vida pública (p.210). Assim, o Estado moderno nasce a partir de um modelo idealizado de masculinidade hegemônica com fundamentos patriarcais (TRUE, 1996; PETERSON, 1992).

Giddens (1999) em sua análise sobre *O Estado-Nação e a Violência*, aponta que Estado-nação é o principal veículo de organização política no mundo contemporâneo e detentor legítimo de monopólio dos meios de violência, reconhecido pela sua população e por outros Estados-nação. Deste modo, o Estado participa e promove um processo generalizado de militarização no sistema mundial como um todo (GIDDENS, 1999, p.255). O autor afirma que há três principais fatores que contribuíram para isso: (1) a combinação do poder industrial e militar originalmente desenvolvido pelo Estado-nação europeu, (2) a vasta expansão do poder administrativo do Estado e (3) um conjunto de influências que referem-se a uma série de desenvolvimentos históricos que afetaram diretamente a construção do mundo moderno. Dentre essas influências estão (3.1) o período de paz relativa na Europa no século 19 e (3.2) o reconhecimento da autonomia e das fronteiras do Estado-nação, principalmente após a 1ª GM. (GIDDENS, 1999,p.256).

Conforme argumenta Tickner (1992,2001) os primeiros estados da Europa dos séculos XVI e XVII foram identificados com a pessoa do rei soberano. A representação de Hobbes do Leviatã, um homem com uma armadura, usando uma coroa e carregando uma espada, serve como uma representação visual desta forma dos primeiros tempos modernos de autoridade soberana. Concluimos, portanto, que a construção histórica do Estado, sobre a qual se baseia o

modelo do ator unitário na teoria internacional, representa um modelo generificado e masculino (TICKNER, 2001, p.54).

Grant (1991) ao analisar os “mitos criacionais” das RI, sobretudo aqueles sobre os quais as teorias realistas e neorrealistas baseiam-se para afirmar seus pressupostos sobre o comportamento dos Estados, são, na verdade, mitos construídas sob representações masculinas de como os indivíduos funcionam na sociedade. Mitos que descrevem o comportamento humano no Estado de natureza como egoísta e auto interessado devido ao constante estado de ameaça, são, na verdade, a descrição modelo masculino, em vez de universal. Contudo, este modelo “universal” continua a ser utilizado, sobretudo pelos realistas, para explicar o comportamento dos Estados no sistema internacional (GRANT, 1991). Ao atuar de acordo com um modelo dominante de masculinidade, os estados podem se constituir (e, portanto, se posicionar) relacionalmente como sujeitos poderosos (WADLEY, 2009, p.49).

A partir disso, as abordagens feministas adicionam à esta análise o fato de que, como aponta Peterson (1992), apesar dos costumes patriarcais precederem e permitirem a formação do Estado, é com o surgimento dos primeiros Estados que o masculinismo sistêmico e a dominação de classe são institucionalizados; a exploração das mulheres como uma "classe de sexo / gênero" é aqui apoiada pelo poder coercitivo do Estado, e a reprodução da hierarquia de gênero é assegurada por uma reconfiguração de ideologias legitimadoras (p.33).

Do mesmo modo, a formação do Estado constitui relações de poder (gênero, raça, classe, hierarquias), de maneira que o Estado possui o direito exclusivo de usar a força para manter essas relações (Ibid. p.39). De maneira geral, Peterson aponta que:

“[...] while there are many sources of power shaping our social relations and in/security, the state is strategic in three senses: it acts as the centralized "main organizer" of gendered power, it "exercises legitimate violence and defines what is illegitimate"; and it institutionalizes and reproduces (through sanctions, cultural forms, education, policy, regulation, law) the legitimation of social hierarchy (PETERSON, 1992, p. 39).

Assim, o Estado age como o principal organizador centralizado do poder de gênero, trabalhando em parte por meio da manipulação das esferas pública e privada. Pateman (1993) afirma que o contrato social que cria a sociedade civil e dá origem ao Estado, é, na verdade, “um pacto sexual-social” (PATEMAN, 1993, p. 15). Assim, a sociedade civil que surge a partir do contrato se configura como uma ordem social patriarcal. O contrato social deu origem à esfera pública, a única que possui relevância política e histórica. As mulheres, por sua vez, são incorporadas à esfera privada.

“A esfera privada, feminina (natural) e a esfera pública, masculina (civil) são contrárias, mas uma adquire significado a partir da outra, e o sentido de liberdade civil da vida pública é ressaltado quando ele é contraposto à sujeição que caracteriza o domínio privado” (PATEMAN, 1993, p. 28).

A exclusão das mulheres da esfera política, sobretudo, pela negação do direito ao voto, já era alvo de críticas em 1792, com a célebre obra de Mary Wollstonecraft, *A Reivindicação dos Direitos da Mulher*, que desafiava a narrativa dominante de subordinação das mulheres e reivindicava a participação ativa na vida política. Através de uma produção que tornou-se referência para os estudos feministas, Mary Wollstonecraft, ainda no século XVIII, já denunciava a exclusão das mulheres do novo contrato social.

A exclusão das mulheres da categoria de indivíduo tem expressão legal e social, pois a estrutura da sociedade incorpora a concepção patriarcal da diferença sexual, atribuindo às mulheres um papel feminino de subordinação. No que diz respeito à política internacional, a imagem de um formulador de política externa construída no Ocidente tem sido fortemente associada à elite, aos homens brancos e às representações da masculinidade hegemônica (TICKNER, 2001).

Tendo o direito exclusivo e o controle social de delimitar o que é legítimo ou não, o Estado muitas vezes legitima a violência contra as mulheres, uma vez que entende que a não intervenção na “esfera privada” (PATEMAN, 1989; PETERSON, 1992). Como aponta Peterson (1992) uma interpretação da violência sexual e da ameaça de violência como “privada” e não uma preocupação pública ou política, torna o Estado cúmplice “diretamente” por meio de sua política de “não intervenção” na violência doméstica e cúmplice “indiretamente” por meio de sua promoção de ideologias masculinistas, heterossexistas e classistas (Ibid, p.46). Isso se torna potencialmente maléfico para as mulheres na medida em que ao não reconhecer as mulheres como um grupo potencialmente ameaçado, o “sujeito potencial da segurança não tem, ou tem uma possibilidade limitada de falar sobre o seu problema de segurança.” (HANSEN, 2000b, p. 295). O resultado disso é o silenciamento desses sujeitos. As estruturas de poder existentes, institucionalizadas na divisão entre as esferas pública e privada e o que é considerado “importante”, evita que sujeitos marginalizados (como as mulheres) sejam ouvidos (ENLOE, 2004).

Assim, nos deparamos com um paradoxo: ao mesmo tempo em que o Estado não compromete com a segurança das mulheres, tratando grande parte da violência que as atinge como pertencente à esfera “privada”, a distinção público / privado é a base fundamental da

função do Estado moderno de separar e concentrar as formas jurídicas de poder que emanam do Estado, uma vez que, na verdade, a regulamentação da tributação, da seguridade social, da educação, da saúde e da previdência tem efeitos imediatos na esfera privada (CHARLESWORTH, CHINKIN, WRIGHT, 1991, p.628).

De maneira semelhante, o Estado se utiliza do discurso hipermasculino de “proteção às mulheres e crianças” para justificar a necessidade de ir à guerra. A inocência, a fragilidade e a vulnerabilidade das mulheres são características construídas para justificar a necessidade de homens fortes. Assim, a proteção das *Belas Almas* (aqui referindo-se às mulheres) se torna um motivo pelo qual os homens vão para a guerra (ELSHTAIN, 1995). Ao tratar a guerra como inevitável para a sobrevivência do Estado, essa construção baseia-se em um tipo heróico de masculinidade que depende de uma noção feminizada e desvalorizada de paz vista como inatingível e irreal (TICKNER, 2001).

Judith Stiehm, em seu artigo intitulado de *The protected, the protector, the defender* (1982) demonstra que o Estado reivindica a oferta de proteção através do uso da força legítima como sua função definidora, mas somente os homens são autorizados a usar essa força; apenas homens podem ser “os protetores”. São também os homens que estabelecem as regras sobre o exercício da violência legítima e são eles que exigem o apoio, a honra e a recompensa daqueles que protegem (STIEHM, 1982, p. 374). Do mesmo modo, as mulheres que deveriam ser protegidas sabem que muitas vezes não são, e que os protetores podem ser uma fonte de perigo para os protegidos. Dito de outra forma, a lógica de proteção de um Estado é profundamente relacionada ao gênero. Na forma como opera o Estado, a lógica de proteção é aplicada a todos aqueles considerados feminilizados, sejam elas mulheres, crianças, dependentes, "nativos", cidadãos fracos ou Nações “menos desenvolvidas” (PETERSON, 2018). A redução desses sujeitos pelo Estado ao papel de protegidos faz com que sejam entendidos como vulneráveis, dependentes dessa proteção e sem capacidade de agência (STIEHM, 1982).

A política e os discursos de proteção legitimam uma gama de relações de poder nos níveis doméstico e internacional e no contexto da segurança, como (neo)colonialismo, imperialismo, silenciamento e exclusão (RAI, 1996; SHEPHERD, 2006 apud AGIUS, 2017). De maneira semelhante, “In this patriarchal logic, the role of the masculine protector puts those protected, paradigmatically women and children, in a subordinate position of dependence and obedience” (YOUNG, 2003, p.2). Assim, observamos que essa dinâmica faz

com que os “protegidos” tornem-se subordinados e dependentes, reafirmando uma forma de dependência estrutural, bem como as identidades de “protetor” e “protegido” que precisam dessas dicotomias para se co-constituírem. Em outras palavras: “os protegidos são essenciais para o protetor” (PETERSON, 1992; STIEHM, 1982).

Shepherd (2006) e Young (2003) ao analisarem as dinâmicas e ações do governo Bush após os ataques do 11 de Setembro, afirmam que a relação dos líderes dos Estados Unidos com seus cidadãos depois dos ataques pode ser interpretada sob a lógica da proteção masculinista (YOUNG, 2003) e que a construção discursiva de gênero permitiu que os ataques liderados pelos EUA no Afeganistão fossem considerados uma resposta legítima aos ataques do 11 de Setembro (SHEPHERD, 2006). Ambos autores afirmam que o governo Bush utilizou-se da construção de uma narrativa do “inimigo” e na necessidade de proteger a “nação” e os cidadãos americanos para legitimar suas ações. Do mesmo modo, Shepherd e Young chamam a atenção para o apelo discursivo de gênero, uma vez que o governo Bush afirmava invadir o Afeganistão para “libertar” as mulheres afegãs. Ao mesmo tempo, a construção discursiva de um “inimigo” perigoso para os Estados Unidos utilizou-se da infantilização das mulheres do Afeganistão para justificar porque deveriam ser “protegidas” (SHEPHERD, 2006).

Em resumo, para compreender as dinâmicas de poder atuais e as maneiras pelas quais os Estados afirmam proteger, é necessário, como argumenta Peterson (2018) produzir uma genealogia da formação do Estado inicial e sua institucionalização de hierarquias interativas (homem-mulher, por exemplo) para expor que a criação do Estado moderno e sua naturalização de hierarquias semelhantes foram profundamente moldadas pela história.

Somente desta forma é possível demonstrar como as primeiras centralizações do poder político normalizaram formas de identificar, pensar e agir, com implicações para a compreensão das relações de poder da produção de conhecimento moderna, exploração capitalista e instituições imperialistas - hetero patriarcais e racistas (PETERSON, 2018, p.5). Em outras palavras, isso significa dizer que, apesar das dinâmicas do sistema internacional e do próprio Estado terem se alterado ao longo dos séculos, essas organizações políticas ainda carregam raízes *generificadas* que influenciam o seu modo de agir, não somente no âmbito nacional, mas também internacional. Não é atoa que devido às bases patriarcais do contratualismo, somente no século XX é que na maioria dos países ocidentais as mulheres tiveram o direito ao voto (SOUZA, 2015).

Na próxima seção, analisaremos como as organizações internacionais, em grande parte, também reproduzem uma lógica patriarcal e colonial, uma vez que, financiadas sobretudo por Estados do Norte Global, reproduzem as mesmas dinâmicas em suas ações.

2.1.3 Organizações internacionais: uma extensão do Estado Patriarcal e Colonial?

Partindo de uma perspectiva crítica em relação às abordagens Realistas das Relações Internacionais, as abordagens feministas têm tentado demonstrar como famílias, Estados, instituições internacionais e a economia global estão ligadas estrutural e ideologicamente, e como identidades generificadas e divisões generificadas do trabalho definem e estruturam a construção de instituições localmente, nacionalmente e globalmente (TICKNER, 2001, p.104). Como afirma Wadley (2009), líderes, Estados, organizações internacionais - todos eles agem de acordo com as normas de gênero, embora de maneiras diferentes em momentos diferentes (p.38).

A década de 1970 estabeleceu-se, inegavelmente, enquanto um marco para as pautas do feminismo, uma vez que estas começaram a ganhar notoriedade e espaço nas organizações internacionais. Como já apontado anteriormente, as décadas de 1970, 80 e 90 assistiram a um amplo movimento internacional que pretendia discutir e implementar políticas relacionadas à temáticas como pobreza, violência e emancipação das mulheres. As Conferências realizadas no México, Copenhage, Nairóbi e Pequim demonstraram que o tema estava finalmente ganhando espaço nas discussões internacionais. Como apontam Jussara Prá e Léa Epping (2012) com a realização de conferências internacionais e a assinatura de tratados, acordos, protocolos ou convenções, criam-se importantes formas de apoio para enfrentar o problema das desigualdades de gênero, tanto em países desenvolvidos como nos em desenvolvimento, do mesmo modo que também serviriam para definir a natureza e a gama de problemas que afetam o segmento feminino em diferentes sociedades (p.41).

As intervenções massivas das Nações Unidas nas políticas feministas como promotora e defensora da emancipação das mulheres “foram concretizadas por meio de diversas conferências globais sobre mulheres e por uma série de atividades complementares dirigidas a instruir os governos ao redor do mundo sobre a necessidade de incluir as mulheres em programas políticos e econômicos” (FEDERICI, 2019, p.238). Esse movimento de

mobilização de pautas de grupos e organizações, para muitas autoras feministas, ampliaram e construíram uma identidade coletiva das mulheres como um grupo homogêneo com objetivos comuns, de forma que o espectro de suas reivindicações ganhou notoriedade e avanços inegáveis (PRÁ, EPPING, 2012,p.48).

De maneira semelhante, a aprovação e implementação da Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (que integram o gênero nas operações do Conselho de Segurança e obrigam os estados-membros a incluir mulheres nas negociações de paz e reconstrução pós-conflito) e iniciativas semelhantes nas Nações Unidas, no Banco Mundial e o FMI mostravam que gênero era uma preocupação importante na governança global (SJOBERG, 2010, p. 2).

Contudo, uma visão crítica e anticapitalista deste fenômeno, como apresenta uma das mais importantes intelectuais feministas da atualidade, Silva Federici (2019), aponta que a cooptação das pautas dos movimentos feministas surgidos na década de 1970 por parte da ONU influenciaram negativamente no alcance de resultados que esses movimentos se propunham, no caso, a emancipação social e a transformação radical da realidade. Segundo a autora:

[...] a intervenção da ONU limitou o potencial revolucionário desses movimentos, assegurando que suas agendas sociais fossem adaptadas aos objetivos do capital internacional e das instituições que o sustentam. Ao contrário da crença popular de que o feminismo patrocinado pela ONU serviu para a causa da libertação feminina, eu me inclino a pensar que o “feminismo global” despolitizou os movimentos de mulheres, debilitando a preciosa autonomia de outrora e contribuindo para desarticular as mulheres frente à expansão das relações capitalistas. (FEDERICI, 2019, p. 238).

Federici faz uma crítica ao que intitula de “feminismo de Estado”⁸, que, segundo ela, foi criado artificialmente, principalmente pelas Nações Unidas, com conferências globais sobre mulheres a partir da metade da década de 70 e que se configura como um projeto que possui dois objetivos: o primeiro seria domesticar o feminismo, eliminando seus aspectos mais subversivos que focam nas mudanças sociais, e o segundo, vender a emancipação, fazendo da mulher uma força de trabalho barata na economia global. Devido à sua trajetória como militante, pesquisadora e professora, Federici viveu um período como professora na Universidade de Port Harcourt, na Nigéria. Esta experiência lhe permitiu observar de perto como as dinâmicas do colonialismo operam nas sociedades africanas. Em especial, presenciou

⁸ FEDERICI, Silvia. Quero outra sociedade, 2020. Disponível em: <https://revistatrip.uol.com.br/tpm/entrevista-com-a-historiadora-italiana-silvia-federici>.

a implementação de "ajustes estruturais" patrocinados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial na Nigéria, o que influenciou tanto a sua produção acadêmica quanto o seu olhar crítico para as instituições internacionais.

Federici (2019) também pontua que a existência de correntes liberais no seio do movimento feminista, aqueles que equiparavam a libertação da mulher à igualdade de direitos e à "igualdade de oportunidades" no sistema econômico existente, revelou a possibilidade de usar o movimento para apoiar o desenvolvimento da agenda liberal. Assim, o que aconteceu na verdade foi uma cooptação destas pautas que foram incorporadas um movimento capaz de legitimar e apoiar a agenda neoliberal (Ibid, 241). Para a autora, a divulgação, o financiamento e a colaboração, não só da ONU como também de um grande número de corporações como o FMI e o Banco Mundial foram essenciais para que essas iniciativas tenham gerado efeito. Contudo, deve-se lembrar que ao mesmo tempo em que a ONU estava engajada com a pauta das mulheres de forma mais incisiva, sobretudo entre os anos 1976 e 1985, [...]a condição das mulheres se deterioraram drasticamente no mundo inteiro, devido às políticas adotadas por agências que fazem parte da própria instituição, como o Banco Mundial, o FMI e a OMC". (FEDERICI, 2019, p. 244). As mulheres recebiam uma parcela desproporcionalmente pequena do crédito de instituições bancárias formais, mesmo sendo as maiores responsáveis pela produção de alimentos, como na África, por exemplo (TICKNER, 2001).

De acordo com Tickner (2001) a presença de mulheres nas organizações internacionais, mesmo depois dos anos 90, que, em tese, marcava um comprometimento maior das Nações Unidas com a Plataforma de Ação de Pequim, continuava baixa. Como aponta a autora, na década de 1990, a posição das mulheres no Secretariado da ONU havia melhorado um pouco, mas, quase dez anos depois, em 1998, a porcentagem de mulheres no nível profissional havia atingido 36,8% apenas. Do mesmo modo, a grande parte destas mulheres ocupavam cargos inferiores. Na Assembleia Geral da ONU e no Conselho de Segurança a situação também era praticamente a mesma. Com a ausência de mulheres nesses espaços, sobretudo no CSNU, suas vozes e perspectivas foram excluídas das principais decisões políticas e de segurança dos últimos anos, embora as mulheres tenham um forte histórico de organização em torno de questões de guerra e paz (TICKNER, 2001, p.111).

Neste sentido, o ponto apresentado nesta discussão não visa diminuir ou colocar em dúvida os avanços indiscutíveis feitos por algumas organizações internacionais no que diz

respeito às temáticas de gênero. Como argumenta Federici (2019), sem dúvida, surgiram pontos positivos dos encontros internacionais promovidos pela ONU, como a internacionalização da política feminista, o maior contato das feministas - sobretudo da Europa e dos Estados Unidos - com outras realidades que geraram conhecimento mais amplo da política internacional e o estabeleceram laços políticos com grupos e redes externas à esfera da ONU (Ibid, p.250). Contudo, não podemos ignorar o fato de que, mesmo cinquenta anos depois das Conferências Internacionais sobre a Mulher, muitas pautas ainda sejam pertinentes e as desigualdades ainda sejam gritantes. Ainda há uma enorme disparidade entre as promessas destas organizações e a realidade das mulheres.

De maneira semelhante, em muitas narrativas pós-guerra ou em operações de paz, substituiu-se a figura do homem pela figura do Estado e/ou instituições internacionais, como a ONU, enquanto protetores e capazes de “salvar” as mulheres e as crianças. Essas instituições, no entanto, também não são neutras em termos de gênero, uma vez que se utilizam dessa retórica para legitimar as suas ações e operações, como já dito anteriormente.

Desta forma, o nosso olhar crítico precisa estar presente não somente nas ações diretas relacionadas à Agenda MPS, mas também ao analisar de maneira mais profunda toda a sua estrutura organizacional, que é profundamente hierarquizada em termos de gênero. Sendo assim, as organizações internacionais configuram-se como uma extensão do estado patriarcal e colonial. Não somente as normas, os princípios e os valores das instituições internacionais estão inseridos nesta lógica, mas também os Estados-Membros que fazem parte, as instituições que as financiam, e no caso da ONU, os contingentes militares que aplicam suas tropas às Operações de Paz. Assim, é possível perceber a maneira transversal que as estruturas de gênero operam nas sociedades e refletem na política internacional de forma estrutural. As organizações, contudo, possuem uma perspectiva de transformação maior que os Estados Nacionais, permitindo que, mesmo que se reconheçam as raízes generificadas e coloniais, as organizações também se tornem um espaço de disputa e contestação.

No próximo tópico, abordaremos o conceito de Masculinidade Hegemônica e Masculinidade Militarizada, a fim de compreender como eles podem ser úteis para a análise do comportamento dos indivíduos envolvidos em operações de paz, bem como para entender o funcionamento das Forças Armadas enquanto uma instituição amplamente generificada.

2.2 MASCULINIDADE E MILITARISMO

2.2.1 Masculinidade Hegemônica: um conceito ainda válido para as Relações Internacionais?

Apesar do conceito de masculinidade poder se desdobrar de muitas formas distintas, a definição de Masculinidade Hegemônica, pensada por Connell (1995), foi um marco para os estudos feministas e de gênero. Enquanto em diferentes áreas o conceito era utilizado para compreender questões como educação, esportes, bullying, criminologia, a representação de homens na mídia, etc, no campo das Relações Internacionais diversas autoras e autores demonstraram como este pode ser útil para analisar a guerra, as instituições militares e os temas de segurança internacional (TICKNER, 2001; GOLDSTEIN 2001; KRONSELL, 2005).

No entanto, a partir dos anos 2000 notou-se que o conceito de Masculinidade Hegemônica ganhou dimensões muito vastas, a ponto de se tornar generalizante nas pesquisas e nos debates sobre homens e masculinidades. Essas críticas destacam que a teorização de Connell sobre a masculinidade corre o risco de limitar como os pesquisadores são capazes de compreender as experiências e significados da vida dos homens, essencializando vivências e reduzindo a complexidade e as nuances do que os sujeitos da masculinidade vivenciam (MOLLER, 2007). Do mesmo modo, questiona-se a validade teórica desse conceito, defendendo que a masculinidade hegemônica não é branca e heterossexual, mas sim um bloco híbrido que reúne práticas de diversas masculinidades. (DEMETRIOU, 2001).

Ainda sim, precisamos apontar que Connell (1995, 2005) reconhece as críticas e capacidades limitantes do conceito, principalmente em dois pontos: a) Primeiro, afirma que devemos pensar na construção da masculinidade como um projeto, que é construído ao longo de muitos anos e através de encontros complexos com instituições (tais como escolas e mercados de trabalho) e com forças culturais (tais como a comunicação de massa, a religião e o feminismo). Esses encontros têm uma estrutura dialética e não uma estrutura mecânica. (CONNEL, 1995, p. 190). Assim, se as masculinidades são construídas através dessas formas, elas são também constantemente re-construídas. b) E o segundo ponto é que o conceito de masculinidade hegemônica não busca abarcar tudo e muito menos ser uma causa primeira; é uma forma de entender certa dinâmica no seio de um processo social. (CONNELL, MESSERSCHIMIDT, 2005, p.256).

Dito isso, é necessário compreender de que maneira o conceito de Masculinidade Hegemônica ainda é útil para os estudos de Relações Internacionais. Embora haja uma compreensão quase totalizante da área dos Estudos de Gênero sobre a importância e a centralidade do conceito cunhado por Connell (1995), é preciso retomar as teorias e discussões para entender o seu real significado e no que ele se difere dos demais conceitos teóricos já existentes. Para isso, é essencial reconhecer a contribuição da obra de Simone de Beauvoir, *The Second Sex* (1949). A partir de uma obra extensa que abarca a biologia, a psicanálise, a literatura e a filosofia, Beauvoir pretendia demonstrar, a partir de sua célebre frase “Não se nasce mulher, torna-se”, que ser *homem* ou ser *mulher* não é um estado predeterminado, e sim, fruto de uma construção. Assim, não tomamos como dados os papéis sociais femininos e masculinos, uma vez que “nenhum destino biológico, psíquico ou econômico define a forma que a mulher ou a fêmea humana assume no seio da sociedade” (BEAUVOIR, 1980. p. 9). Cabe lembrar aqui que o princípio também é verdadeiro para os homens: ninguém nasce masculino, é preciso tornar-se um homem (CONNELL, PEARSE, 2015, p.38). Desta forma, a obra de Beauvoir é igualmente importante para a discussão de masculinidades.

Do mesmo modo, o conceito de “papéis sexuais” é crucial para situarmos a discussão sobre masculinidades e feminilidades. O conceito de “papéis sexuais” foi popularizado nos anos 40 e 50, especialmente pela obra de Parsons e Bales (1956), definindo, sobretudo, que os papéis sociais correspondem às normas culturais daquilo que é esperado para tal gênero. Tanto mulheres quanto homens, nesse caso, seriam socializados ao longo da vida para agirem de certa maneira e a função masculina seria considerada de maior importância. Enquanto o homem desempenharia um papel “instrumental”, ou seja, de provedor da família, enquanto o papel feminino seria “expressivo”, de suporte emocional (PARSONS, BALES, 1956).

Mais tarde, no entanto, Connell (1995) identifica que o uso desses conceitos, como o de “papel masculino” seriam insuficientes para compreender questões relacionadas ao poder, à violência ou à desigualdade material, deixando de lado as complexidades no interior da masculinidade e as múltiplas formas de masculinidade (p.188). No campo mais subjetivo da formação de cada indivíduo, a diversidade de masculinidades e feminilidades mostradas por muitas pesquisas de gênero demonstram que as diferentes trajetórias de formação de gênero implicam desigualdades de classe, diversidade étnica, diferenças regionais, origem nacional e migração e assim, criam diferentes experiências na família e na infância do sujeito

(CONNELL, PEARSE, 2015,p.203). De maneira semelhante, Connell (1995) afirma que gênero vai muito além da simples interação entre homens e mulheres, sendo o gênero uma estrutura ampla e complexa que engloba dimensões como a economia, o Estado, a família, a sexualidade e até mesmo uma importante dimensão internacional. O gênero é também “uma estrutura complexa, muito mais complexa do que as dicotomias dos "papéis de sexo" ou a biologia reprodutiva sugeririam” (p.189). Nesse sentido, é importante destacar que a ideia de masculinidade não existe por si só, mas sim, que é constantemente reforçada pelas instituições que a permeiam. Assim, masculinidade hegemônica tem sido amplamente utilizada como um conceito estrutural social para explicar a legitimação das masculinidades através de instituições sociais e grupos sociais (MORRELL, JEWKES, LINDEGGER, 2012 apud JEWKES et al, 2015).

Portanto, o conceito de Masculinidade Hegemônica ainda pode ser considerado válido para as Relações Internacionais, uma vez que nos fornece ferramentas importantes para a análise das práticas sociais desde o nível micro, dos indivíduos, até o nível macro, estrutural.

2.2.2 As dinâmicas de masculinidade nas instituições militares: Masculinidades Militarizadas

As instituições militares, por exemplo, como aponta Kronsell (2006), são instituições de masculinidade hegemônica porque os corpos masculinos dominam neles, e têm feito isso historicamente, e uma forma particular de masculinidade tornou-se a norma (CONNELL, 1995 p.77 apud KRONSELL, 2006). Ainda, a autora argumenta que embora muitas instituições de importância para as Relações Internacionais possam ser categorizadas como instituições de masculinidade hegemônica, a defesa e as organizações militares têm uma posição particularmente forte.

De maneira semelhante, Helena Carreiras (2010) aponta que a estrutura organizacional militar é baseada em divisões de gênero. Observa-se isso tanto em oportunidades e poder (divisões hierárquicas) quanto em termos de estrutura ocupacional (divisão sexual do trabalho). As mulheres geralmente são excluídas de certas especialidades e existem padrões distintos de representação de gênero por áreas hierárquicas e funcionais. Como afirma Carreiras (2010) há uma *gendered culture* (ou cultura generificada, em tradução livre) nas operações de manutenção da paz. Analisando o papel e integração das mulheres na manutenção da paz, a autora questiona até que ponto as missões de manutenção da paz, e

especificamente o que foi rotulado como um novo regime de gênero na manutenção da paz, têm o potencial de desafiar concepções e práticas anteriormente dominantes de papéis de gênero na cultura militar. Observa-se aqui que apesar da narrativa estereotipada de “homem protetor” e “mulher vítima” venha se modificando ao longo do tempo com a participação de um maior número de mulheres nas operações de paz, os ideais de masculinidade e feminilidade vão ganhando novas formas. Pode-se notar isso na divisão de tarefas militares, nos postos que ocupam no interior das operações, na lógica do cuidado que é sempre delegada às mulheres, as justificativas para a inclusão de mulheres, entre outros fatores.

Do mesmo modo, o domínio numérico masculino nas forças armadas reforça uma imagem masculinista que permeia a função militar e suas imagens. Nas operações de paz, essa estrutura não é diferente. Janet Beilsten (1995) aponta que entre a década de 1950 e 70, o percentual feminino de mulheres militares nas operações de paz da ONU era de somente 0,1%. Nos anos de 1989-1992, este percentual foi para 1,4%, mas claramente a participação feminina continuou irrisória. Ainda pensando do ponto de vista do equilíbrio de gênero, autoras como Väyrynen (2004), Simic (2010) e Willett (2010) têm demonstrado que o equilíbrio numérico não garante necessariamente a plena incorporação de perspectivas de igualdade de gênero. Isso significa dizer que, apesar do aumento da participação feminina fortalecer as operações em termos operacionais, na maioria das vezes isso não altera os papéis desempenhados por homens e mulheres e nem as relações de poder hierárquicas no interior das organizações, ou seja, as desigualdades institucionais continuam a existir. Autoras feministas como Shepherd (2006), Carpenter (2006) e Puechguirbal (2010) também apontam que a linguagem masculinista empregada nos documentos relativos às operações de paz da ONU e como estes perpetuam práticas e discursos generificados. Segundo as autoras, esses documentos reforçam a ideia de “mulheres e crianças” como civis, vítimas e vulneráveis, argumentos essencialistas que prejudicam o papel das mulheres como agentes e as colocam em posições subordinadas as quais, por outro lado, reforçam a ideia de homens como protetores e bravos. Em diversos momentos, a justificativa para a participação das mulheres nas operações de paz dá-se pela ênfase excessiva nas qualidades únicas e percepções alternativas que as mulheres trazem para as operações, enfatizando as características de cuidadoras e pacíficas.

Carreiras e Kummel (2008) também apontam duas das mais difundidas e importantes armas discursivas que corroboram na análise das instituições militares enquanto instituições

de masculinidade hegemônica: o culto ao corpo e o culto da homogeneidade. Ambos argumentos residem em uma convicção essencialista e fortemente determinista sobre a natureza e a biologia. Além de enfatizarem qualidades físicas e psicológicas que tradicionalmente são dadas aos homens, como força, racionalidade, agressividade e resistência para justificarem a participação dos homens nas forças armadas, “os tradicionalistas militares, em seguida, continuam dizendo que as mulheres são as que devem ser protegidas pelos homens por causa de seus papéis familiares de nascimento da criança e criação dos filhos” (CARREIRAS, KUMMEL, 2008, p.31). No que se refere a inclusão das mulheres no meio militar, argumentos como gravidez, menstruação e falta de força física sempre foram utilizados para justificar a limitante capacidade em realizar tarefas militares (CARREIRAS, KUMMEL, 2008).

Outro argumento utilizado é o da eficácia. Isso “pressupõe que os militares são diferentes do resto da sociedade: sua missão, para fornecer segurança, é singular e tem precedência sobre todos os outros; portanto, o papel dos militares não é conceder direitos iguais a todos os indivíduos” (CARREIRAS, KUMMEL, 2008, p. 31). Visto dessa maneira, a presença das mulheres nos contingentes militares representaria um perigo para a eficiência das Forças Armadas, visto que as suas características físicas e psicológicas não seriam consideradas adequadas para a função de combate.

Como argumenta Kronsell (2005), as instituições de masculinidade hegemônica foram monopolizadas pelos homens e suas normas foram definidas com base nos corpos masculinos e nas práticas masculinas. Assim, a predominância de homens em instituições de masculinidade hegemônica faz com que a identificação dos ideais de masculinidade com os homens pareça natural, uma vez que a divisão em esferas (esfera pública homem/esfera privada mulher) construída historicamente ajudou a garantir a continuidade das instituições da masculinidade hegemônica (p. 284,285).

Dito isso, é essencial que pensemos como as operações de paz são impactadas por essa estrutura masculinista que são as organizações militares. Carreiras (2010) aponta que variáveis como o nível de integração de gênero das forças, os padrões de valores específicos nas relações de gênero que trazem para a manutenção da paz internacional e a capacidade dos soldados de lidar com a diversidade cultural (dentro das forças armadas e em relação aos contextos locais) são essenciais para determinar o que acontece no campo em termos de gênero (p.471).

Eichler (2014) por sua vez, visa aprofundar especificamente o conceito de Masculinidade Militarizada. A masculinidade militarizada, nesse sentido, refere-se à afirmação de que traços estereotipadamente associados à masculinidade podem ser adquiridos e comprovados por meio do serviço ou ação militar. A autora afirma que embora os homens não sejam inerentemente militaristas, a masculinidade militarizada é fundamental para a perpetuação de violência nas Relações Internacionais (EICHLER, 2014, p. 81). No mesmo sentido, Eichler (2014) afirma que as masculinidades militarizadas são constituídas dentro e fora das forças armadas públicas, sendo produzidas e reproduzidas em diferentes contextos. Assim:

“Militarized masculinities are produced at multiple sites: the individual, e.g., through the beliefs and actions of individual men and women; institutions, e.g., through the policies of states, public militaries, peacekeeping forces, private military and security companies (PMSCs), or international organizations; as well as at the level of ideology, culture, and discourse, such as through social norms, ilm, or media.” (EICHLER, 2014, p.84);

Nesse sentido, compreendemos que as masculinidades militarizadas são formadas e reforçadas a partir de vários níveis, moldadas por práticas militares, mas também por políticas estatais, discursos de segurança, programas educacionais, debates na mídia, cultura popular, entre outros (EICHLER, 2014).

2.3 ABORDAGENS PÓS-COLONIAIS E INTERSECCIONAIS NAS OPERAÇÕES DE PAZ

2.3.1 Abordagens terceiro-mundistas do Direito Internacional: um olhar para as operações de paz

Adotando uma concepção crítica de direitos humanos, que os entende enquanto produtos culturais (HERRERA FLORES, 2009), levando em consideração as origens coloniais do Direito Internacional (JOUANNET, 2014) e a reprodução de forma acrítica das teorias e práticas que provêm das estruturas de poder projetadas a partir da matriz cultural de poder colonial (CHIMNI, 2000), as reflexões terceiro-mundistas do Direito Internacional buscam trazer uma abordagem pós-colonial para a Agenda MPS que lide com as possibilidades de ruptura histórica e epistêmica com a colonialidade (MIGNOLO, 2008).

Levando em consideração as origens, as intenções e a linguagem colonial da Agenda MPS (PARASHAR,2018), esta abordagem traz a possibilidade da Agenda MPS de fornecer

ferramentas que representem uma ruptura histórica e epistêmica com o Direito Internacional do Norte Global. Reconhecendo que a formulação de políticas institucionais ainda seguem normas e padrões universalizantes e não dialogam com os movimentos sociais e a sociedade civil e nem com as necessidades locais, a reflexão aqui colocada busca trazer de que forma podemos aprofundar os debates sobre as concepções críticas de direitos humanos e examinar quais são as alternativas decoloniais para pensarmos a Agenda Mulheres, Paz e Segurança.

Herrera Flores (2009) entende os direitos humanos como “um produto cultural surgido em um contexto concreto e preciso de relações que começa a expandir-se por todo o globo - desde o século XV até estes incertos inícios do século XXI - sob o nome de modernidade ocidental capitalista” (p.2). Isso significa dizer que é preciso compreender os direitos humanos como um produto que é fruto de um processo específico. Ainda, é necessário entender que isso não significa desprezar ou deslegitimar aquilo que é entendido como direitos humanos, mas sim compreender que estes foram ora legitimadores de um novo sistema de relações e ora cumpriram o papel de mobilização popular contra a hegemonia das relações capitalistas (HERRERA FLORES, 2009). Portanto, em primeira instância, a concepção crítica de direitos humanos de Herrera Flores (2009) busca trazer um olhar histórico e situado sobre os direitos humanos, entendendo-os como produtos culturais que são fruto do contexto do qual surgem. Desta forma, essa concepção nos auxilia na medida em que busca desmistificar a ideia de direitos humanos como algo universal e, sendo estes produtos culturais, o marco cultural deve nos permitir reconsiderar os direitos humanos como verdadeiros caminhos da dignidade.

Nessa mesma perspectiva, Emanuelle Jouanet (2014) defende que as origens do Direito Internacional são coloniais. Para fazer essa afirmação, a autora argumenta que o direito internacional nasce nos séculos XVII e XVIII na Europa para justificar e tornar lícita a dominação dos europeus sobre os outros povos (p.650). Jouanet (2014, p.651) defende que esse direito em prol da colonização é atestado tanto na prática dos Estados, por um lado, quanto na doutrina da lei das nações, por outro. Portanto, o direito internacional agiu para servir como um respaldo legal para a consolidação econômica, militar e política dos Estados europeus sob o resto do mundo (JOUANET, 2014).

A universalidade traduz intenções homogeneizadoras e uniformizadoras na imposição da superioridade que determina a modernidade e legitimava “missões civilizadoras” (HERRERA FLORES, 2009, p. 49). É nesse sentido que o direito internacional pode e deve ser entendido

como um instrumento colonial, visto que sempre se colocou como expressão dos interesses dos países colonizadores contra os interesses dos países colonizados. O ponto de vista de Jouanet (2014), contudo, também lança luz para uma nova perspectiva: mesmo que reconheçamos a colonialidade contida nas práticas de direito internacional que muitas vezes perduram até hoje, também é necessário observar como, no próprio direito internacional, há também um potencial emancipatório, uma vez que ele se constitui um campo de disputa. Como afirma Jouanet, o direito internacional pode ser um instrumento de paz e emancipação em face das políticas hegemônicas, ao mesmo tempo em que também pode ser um instrumento de dominação, uma vez que tudo depende do contexto internacional em que o direito internacional é implantado e como é feito o seu uso concreto (p.671). Nas palavras da autora, o direito internacional pode ser usado para fins contraditórios: libertador, pacífico ou opressivo (JOUANET, 2014, p.672).

Desta forma, este trabalho busca compreender toda a bagagem colonial fundante do direito internacional, do Estado Moderno e das próprias instituições, mas, por outro, aprofunda de que maneira esses instrumentos políticos podem ser utilizados de uma forma emancipatória. Walter D. Mignolo (2008) afirma que a desobediência epistêmica e política é o único movimento que nos permitirá a mudança de descolonização política (não-racistas, não heterossexualmente patriarcal). Caso contrário, não será possível o desencadeamento epistêmico e, portanto, permaneceremos no domínio da oposição interna aos conceitos modernos e eurocentrados (MIGNOLO, 2008, p. 288). Assim, Mignolo (2008) defende que a opção descolonial é uma forma de desobediência epistêmica. Portanto, para além do aprofundamento de instrumentos políticos e seus usos, este trabalho também busca trazer reforçar uma certa desobediência epistêmica, uma vez que busca dar voz a autores e autoras do Sul Global, muitas vezes marginalizados.

É neste sentido que se fazem essenciais as Abordagens Terceiro Mundistas do Direito Internacional (Third World Approaches to International Law ou TWAIL, em inglês). Para Chmini (2000) o Direito Internacional é uma ideologia, uma vez que desempenha um papel significativo na legitimação das ideias dominantes. A linguagem discursiva do direito internacional é ligada à racionalidade, neutralidade, objetividade e justiça. Da mesma forma, as instituições ligadas ao Direito Internacional legitimam ideologicamente as normas da ordem mundial, cooptam a elite dos países periféricos e absorvem ideias contra-hegemônicas.

Assim, tornam-se instrumentos de uma coalizão dominante de forças sociais e Estados para legitimar sua visão de ordem mundial. Desta forma, para o autor, a elaboração de uma abordagem terceiro-mundista do direito internacional precisa levar em conta: a) o apoio e o fortalecimento dos movimentos sociais, b) o apoio às perspectivas críticas do direito internacional e c) a projeção de mudanças concretas nos regimes jurídicos internacionais existentes (CHMINI, 2000). Vinte anos após este artigo importante de Chmini e da criação da Agenda MPS com a R. 1325 (2000), muitas coisas evoluíram. No entanto, muitos pontos ainda merecem destaque, pois ainda se configuram como discussões atuais no campo, e outros, infelizmente, ainda não avançaram o quanto deveriam.

Desta forma, reconhece-se que a Agenda MPS possui um potencial de mudança, uma vez que o direito internacional e as suas instituições se configuram como um campo de disputa e um instrumento muito potente que pode ser canalizado para a realização de mudanças concretas. No entanto, as dificuldades são notáveis, bem como as desigualdades que compõem todo o processo desde a formulação da Agenda até a sua aplicação prática nas operações de paz da ONU. Para que essa realidade seja alterada, é preciso que mudanças estruturais sejam feitas, e as políticas implementadas não se restrinjam à reparação de danos e a segurança de mulheres a curto e médio prazo. Somente assim é que poderemos considerar instituições que outrora estiveram alinhadas com o colonialismo nossas verdadeiras aliadas no projeto de emancipação social.

2.3.2 Raça, classe e gênero: uma abordagem necessária à Agenda Mulheres, Paz e Segurança

A partir das problematizações feitas nas subseções anteriores sobre as hierarquias de gênero e as construções masculinistas imbricadas no Estado, nas instituições internacionais e nos indivíduos, sobretudo aqueles inseridos nos meios militares, se faz necessário aprofundar de que maneira os discursos e práticas de Segurança Internacional reproduzem também dinâmicas coloniais e de raça.

A raça, é, na verdade, uma construção social (GUIMARÃES, 2003; MUNANGA, 2003). Segundo Munanga (2003), a primeira vez que o termo é utilizado para classificar a diversidade humana em grupos fisicamente contrastados é em 1684, através do francês François Bernier. Assim, nos séculos seguintes, essa classificação começou a atuar na

diferenciação de classes sociais da Europa, transformando-se numa categoria utilizada para “legitimar as relações de dominação e de sujeição entre classes sociais (Nobreza e Plebe), sem que houvessem diferenças morfo-biológicas notáveis entre os indivíduos pertencentes a ambas as classes” (MUGANGA, 2003, p.1).

A classificação da humanidade em raças hierarquizadas ganhou espaço no início do século XX com a teoria da raciologia, que, no entanto, era baseada num discurso pseudo-científico, uma vez que a raciologia tinha um conteúdo mais doutrinário do que científico, uma vez que o discurso serviu mais para justificar e legitimar os sistemas de dominação racial do que como explicação da variabilidade humana (MUNANGA, 2003, p.5). Esse caminho, como aponta o autor, serviu para legitimar a hierarquização da diferença, uma vez que, biológica e cientificamente, comprovou-se no século XX que as raças não existem (MUNANGA, 2003). Contudo, a hierarquização das sociedades e populações humanas fundamentou um certo racismo doutrinário (GUIMARÃES, 2003, p.96).

Portanto, como afirma Munanga (2003):

Podemos observar que o conceito de raça tal como o empregamos hoje, nada tem de biológico. É um conceito carregado de ideologia, pois como todas as ideologias, ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e de dominação. A raça, sempre apresentada como categoria biológica, isto é natural, é de fato uma categoria etnosemântica (MUNANGA, 2003, p. 6).

Desta maneira, as “raças” são efeitos de discursos sobre as origens de um certo grupo, que usam termos que remetem à transmissão de traços fisionômicos, qualidades morais, intelectuais, psicológicas, etc, pelo sangue, mas que não possuem o menor respaldo científico (GUIMARÃES, 2003).

Contudo, como aponta Munanga (2003), o uso do conceito ainda é muito popular nos estudos produzidos na área de Ciência Sociais. Assim, embora muitos teóricos concordem com as conclusões da atual Biologia Humana sobre a inexistência científica da raça e a inoperacionalidade do conceito, “eles justificam o uso do conceito como realidade social e política, considerando a raça como uma construção sociológica e uma categoria social de dominação e de exclusão” (MUNANGA, 2003, p.6). Portanto, olhar para as dinâmicas de raça contidas nas operações de paz, e em especial, que atravessam a Agenda Mulheres, Paz e Segurança, é reconhecer que embora raça seja uma construção social, esta categoria está inserida numa lógica de dominação e exclusão perpetuada através de hierarquias de poder.

De maneira semelhante, é preciso situar o debate pós-colonial a fim de que se compreenda de que maneira esta abordagem nos é útil para a compreensão histórica da exploração e do colonialismo, do racismo e do sexismo e como o conceito opera hoje. Para Stuart Hall (2003), o termo pós-colonial “se refere ao processo geral de descolonização que, tal como a própria colonização, marcou com igual intensidade as sociedades colonizadoras e as colonizadas (de forma distinta, é claro)” (HALL, 2003, p. 108). Assim, complementa o autor,

Conseqüentemente, o termo “pós-colonial” não se restringe a descrever uma determinada sociedade ou época. Ele relê a “colonização” como parte de um processo global essencialmente transnacional e transcultural - e produz uma reescrita descentrada, diaspórica ou “global” das grandes narrativas imperiais do passado, centradas na nação (HALL, 2003, p. 109).

Assim, o conceito pode nos auxiliar a descrever ou caracterizar a mudança nas relações globais, que marca a transição da era dos Impérios para o momento da pós-independência ou da pós- descolonização, sendo útil também (embora de forma mais simbólico) na identificação do que são as novas relações e disposições do poder que emergem nesta nova conjuntura (HALL, 2003, p.107). Como afirma Hall (2003) o pós-colonial se refere à colonização como algo mais do que um domínio direto de certas regiões do mundo pelas potências imperiais, mas sim a todo o processo de expansão, exploração, conquista, colonização e hegemonia imperial. (p. 112).

Parashar (2016) no artigo *Feminism and Postcolonialism: (En)gendering Encounters*, pontua que pós-colonialismo oferece ao feminismo a caixa de ferramentas conceituais para ver múltiplos locais de opressão e rejeitar universalismos em torno de experiências de gênero de homens e mulheres. Nesse sentido, a autora destaca que o feminismo pós-colonial nos ajuda no entendimento da construção discursiva e colonial das “mulheres do Terceiro Mundo”, abordado por Chandra Mohanty e que será exposto mais adiante. Parashar (2016) destaca que reconhecemos, na verdade, que a diferença não é apenas *entre* o Ocidente e o Não-Ocidente, mas *dentro* dessas geografias e temporalidades também e que qualquer universalismo é uma violência discursiva que escreve histórias e silencia vozes (p. 372).

Essa tentativa de aproximação se torna essencial na medida em que reconhece a necessidade de desvendar a complexa relação entre Estado e violência política. Como reforça Parashar (2016), as abordagens feministas lidam com o reconhecimento de que os Estados são patriarcais, militarizados, violentos, incorporam uma identidade masculina e são

inerentemente excludentes. Essa compreensão é fundamental para entendermos as dinâmicas de gênero da violência política e assim, o pós-colonialismo acrescenta também como a exclusão e a violência estão inseridas no imaginário do próprio Estado-nação (p.373). Assim, podemos compreender como a participação de conflitos armados em contextos pós-coloniais serve para manter as relações neocoloniais de exploração entre o Ocidente e o Não-Ocidente, e torna-se tanto possível quanto eficaz através do identidades políticas generificadas, como a ideia de “Estado fraco/feminilizado” opera e legitima as relações hegemônicas entre o centro e a periferia. Portanto, essa construção discursiva que baseia-se tanto em ideias generificadas quanto coloniais que o mundo não-ocidental é o local da violência política, legitima práticas hegemônicas de Estados fortes/masculinizados contra Estados fracos/feminilizados (MEGER, 2016).

Seguindo esta lógica, De Almagro (2018) salienta para a necessidade de observar como a Agenda Mulheres, Paz e Segurança não oferece uma visão interseccional sobre as relações de poder contidas no terreno, de forma que a literatura de MPS negligenciou “[...]the fact that the agenda is about gendering in racialized, sexualised and classed ways.” (DE ALMAGRO, 2018, p. 396). Assim, a interseccionalidade surge como uma ferramenta útil na análise dos processos de subjetivação de gênero e como estes se relacionam com outras relações de poder (raça, classe, sexualidade) (DE ALMAGRO, 2018; HUDSON, 2016).

Kimberly Crenshaw, teórica do direito, dos direitos humanos e das dinâmicas de raça, foi uma das importantes referências para a conceituação da “interseccionalidade”. No artigo *Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color* Crenshaw (1991) aponta que é necessário uma abordagem interseccional para a compreensão da violência contra mulheres de cor, entendendo que estas são uma “massa homogênea” e tampouco os homens estão sempre na figura de perpetradores. De maneira semelhante, a violência não é somente fruto da ação do Estado ou de certos indivíduos. Se tratarmos como lentes exclusivas de gênero, por exemplo, os agressores serão sempre os homens e as vítimas sempre as mulheres. Se utilizarmos lentes exclusivas de raça, violências perpetradas contra homens negros podem ser colocadas em detrimento à violência doméstica contra mulheres negras, por exemplo. É portanto, através do artigo *Mapping the Margins* (1991), que Crenshaw cunha o termo interseccionalidade e o demarca como uma importante ferramenta analítica que busca investigar as relações de poder e promover justiça social.

Da mesma forma, sua contribuição através do documento *Background Paper for the Expert Meeting on Gender Related Aspects of Race Discrimination* (2002) foi essencial para articular o termo interseccionalidade nas organizações e convenções internacionais e debater sobre a garantia dos direitos humanos com base no gênero e na raça. Para a autora, o uso da interseccionalidade garante um aporte teórico essencial para pensar múltiplas exclusões e os meios para o enfrentamento dessas desigualdades.

Para Crenshaw (2002) “a interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação” (p.177). A interseccionalidade, desta forma, busca demonstrar como o racismo, o patriarcado, a opressão de classes e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades que, para serem analisadas, não devem ser dissociadas. O problema interseccional, desta, forma, não está simplesmente em não abordar um único tipo de discriminação, mas no fato de que uma gama de violações de direitos humanos fica obscurecida quando não se consideram as vulnerabilidades interseccionais, que afetam em sua grande maioria mulheres marginalizadas, mas também homens (CRENSHAW, 2002, p.178).

Em relação à formulação de políticas, Crenshaw (2002) destaca a importância de desenvolver uma perspectiva que revele e analise a discriminação interseccional. Isso forneceria descrições mais precisas sobre as experiências vividas por mulheres racializadas, ao passo em que, quando não há um olhar interseccional, as intervenções baseadas em compreensões parciais e por vezes distorcidas das condições das mulheres são muitas vezes ineficientes e talvez até contraproducentes (p.177). Desta forma, somente através de um exame mais detalhado das dinâmicas que afetam a subordinação de mulheres racialmente marcadas pode-se desenvolver intervenções e proteções mais eficazes, com protocolos interseccionais, por exemplo, que dão especial atenção à análise contextual (CRENSHAW, 2002). Só é possível fazermos uma análise interseccional olhando de baixo para cima, investigando a fundo a maneira como as dinâmicas de raça, classe e gênero moldam a vida e as experiências de mulheres racializadas. Isso se torna especialmente importante, como destaca Crenshaw (2002) na medida em que muitos relatórios de organizações internacionais, órgãos revisores de políticas públicas, ONGs e demais instituições não apresentam dados que revelam, suficientemente, as identidades múltiplas das mulheres racializadas e suas experiências ou seja, não são capazes de desvendar aspectos chave da subordinação interseccional (p.183). Como argumenta De Almagro (2021) é preciso que se interogue

criticamente o papel dos relatórios da Agenda da ONU para a paz. Para a autora, os relatórios, através dos mecanismos de persuasão e homogeneização, servem não apenas para medir o sucesso e o fracasso e para produzir conhecimentos contextualizados, mas também para exercer poder simbólico, (re)produzir conhecimento autoritário sobre as mulheres, gênero e reconciliação e dar legitimidade às intervenções externas.

Para Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021), há seis ideias centrais da interseccionalidade: a desigualdade social, as relações de poder interseccionais, o contexto social, a relacionalidade, a justiça social e a complexidade. Para as autoras, a interseccionalidade entende que as desigualdades sociais de raça, gênero, nação e etnia são raramente causadas por um único fator, o que adiciona camadas de complexidade aos entendimentos da desigualdade social, o que faz com que se entenda a desigualdade social através da interação entre várias categorias de poder (p.46).

No que diz respeito às relações de poder interseccionais, Hill Collins e Bilge afirmam que as relações de poder devem ser analisadas por meio de intersecções específicas - por exemplo, racismo e sexismo, ou capitalismo e heterossexismo - bem como entre domínios de poder - a saber, estrutural, disciplinar, cultural e impessoal (2021, p. 46). A análise interseccional também prioriza o contexto social, uma vez que o contexto global de um certo grupo produz reflete preocupações específicas em contextos sociais específicos (HILL COLLINS, BILGE, 2021, p.47). Em suma, a interseccionalidade nos chama a refletir para onde e de onde estamos falando e reivindicando nossos direitos, ou seja, destaca a importância de diferentes grupos em cada contexto específico e da geografia política para as dinâmicas interseccionais.

As autoras também destacam como a relacionalidade afeta todos os aspectos da interseccionalidade. Para elas, a relacionalidade é uma estrutura analítica que muda o foco de oposição das categorias para o exame de suas interconexões (p.47). Neste sentido, a interseccionalidade é relacional, ou seja, dialoga, interage e transaciona com as categorias. Tudo isso leva a ideia de complexidade da análise interseccional. Para Hill Collins e Bilge (2021) a interseccionalidade como ferramenta analítica é difícil e multifacetada, uma vez que uma análise interseccional pode levar à inclusão de níveis mais complexos de análise (p.48). Para as autoras, no entanto, isso aprofunda a análise, não sendo apenas uma consequência da análise interseccional. E por fim, a justiça social, ligado a práxis crítica da interseccionalidade. Para as autoras, o que faz com que um projeto seja interseccional crítico é

a sua conexão com a justiça social (HILL COLLINS, BILGE, 2021, p.48).

Neste sentido, o uso da ferramenta analítica da interseccionalidade é a forma mais precisa de lidar com todas as dinâmicas que ocorrem no terreno, uma vez que se articulam raça, classe, gênero, etnia, religião e nacionalidade. Assim, Pratt (2013) aponta para a necessidade de uma lente feminista e pós-colonial sobre a Agenda MPS para que se compreenda de que maneira as dinâmicas raciais-sexuais então presentes não somente no discurso acadêmico mas também nas práticas e discursos dominantes de segurança. Práticas e entendimentos de segurança e insegurança dependem da identificação de limites entre "nós" e "eles" e construções particulares de Eu/Outro, que são generificadas, racializadas, sexualizadas e de classe (DISSE, 1978; AGATHANGELOU, LING 2004; PETTMA, 2005 apud PRATT, 2013). Sendo assim, é essencial que rompemos com o silenciamento do feminismo pós-colonial dentro da Resolução, a fim de que seja possível a produção de uma análise de gênero, raça e sexualidade, dinâmicas essas que constroem hierarquias raciais-sexuais na segurança internacional, evocando continuidades e descontinuidades com o colonialismo (PRATT, 2013, p.772).

Para Pratt (2013), a Agenda MPS pode ser lida como uma resposta às principais preocupações históricas das feministas liberais, tais como o aumento da representação das mulheres em órgãos oficiais, desde governos nacionais até as missões da ONU, incluindo as negociações de paz, com o argumento de que o aumento da representação das mulheres é necessário para garantir que os processos pós-conflito e de construção da paz (Ibid. p.773). Contudo, isso faz com que a Agenda MPS privilegie o gênero acima da raça, classe ou outras relações significativas de poder na compreensão das experiências e respostas das mulheres ao conflito (PRATT, 2013). Como complementa Crenshaw (2002), o nível de organização e institucionalização da prática de direitos humanos com base no gênero está mais avançado do que o com base na raça (p.184).

As contribuições de Spivak (1999), deste modo, nos auxiliam a problematizar como o sujeito do Terceiro Mundo é representado no discurso ocidental. Para Spivak, a violência epistêmica é um projeto remotamente orquestrado, vasto e heterogêneo de se construir o sujeito colonial como o Outro (p.47). Ao mesmo tempo que Spivak (2010) nos questiona se "*Pode o subalterno falar?*", a autora indiana afirma que, se, no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade (p.57). Igualmente, as estruturas coloniais

operam de forma que o discurso Ocidental em relação à “mulher do Terceiro Mundo” seja de que “homens brancos estão salvando mulheres de pele escura de homens de pele escura” (SPIVAK, 2010, p.91). A partir desta sentença, a proteção da mulher (hoje, a mulher do Terceiro Mundo) se torna um significante de uma boa sociedade. (Ibid, p. 95,96). Assim, a imagem do imperialismo, também opera, para Spivak (2010) como o estabelecedor da boa sociedade que é marcada pela adoção da mulher como objeto de proteção de sua própria espécie (p.98).

Nesse sentido, afirma: “entre o patriarcado e o imperialismo, a constituição do sujeito e a formação do objeto, a figura da mulher desaparece, não em um vazio imaculado, mas em um violento arremesso que é a configuração deslocada que é a “mulher do Terceiro Mundo”. (SPIVAK, 2010 p.119). Portanto, a autora conclui que o subalterno não pode falar. Não há valor algum atribuído à "mulher" como um item respeitoso nas listas de prioridades globais. (p.126).

De maneira semelhante, Mohanty (1988) busca analisar especificamente a produção e construção discursiva da “mulher do Terceiro mundo” como sujeito monolítico e singular no feminismo Ocidental. A autora afirma que o discurso e a prática política do feminismo ocidental não são singulares nem homogêneos em seus objetivos, interesses ou análises, mas que é possível traçar uma coerência de efeitos que resultam do pressuposto implícito do "Ocidente" (MOHANTY, 2008, p.1). Mohanty afirma que a produção de conhecimento na academia feminista, não é apolítico, pelo contrário:

“Se trata de una práctica directamente política y discursiva en tanto que tiene propósitos e ideologías. Se puede entender más fácilmente como una forma de intervención en ciertos discursos hegemónicos (por ejemplo, la antropología, sociología y crítica literaria tradicionales, entre otras); es una praxis política que va en contra y se resiste al imperativo totalizador de los cuerpos de conocimiento “legítimos” o “científicos” establecidos a través de los siglos. Así, las prácticas del feminismo académico (ya sea de lectura, escritura, crítica o textual) están inscritas en las relaciones de poder, relaciones a las que se enfrentan, resisten o, quizás, incluso respaldan implícitamente.” (MOHANTY, 2008, p.2, tradução livre).

Assim, há muitas maneiras pelas quais o conceito de “mulheres” como categoria de análise se utiliza no discurso feminista ocidental sobre as mulheres do Terceiro Mundo e a imensa totalidade destas categorias “[...] ilustra la construcción del concepto de “mujeres del tercer mundo” como grupo homogéneo y “sin poder”, frecuentemente ubicado como víctima implícita de sistemas socioeconómicos específicos” (MOHANTY, 2008, p.6). Um dos exemplos citados por Mohanty é o conceito de mulheres como dependentes universais. A

autora utiliza-se de produções acadêmicas sobre as mulheres do Terceiro Mundo para demonstrar como, erroneamente, constrói-se a ideia de que estas mulheres constituem um grupo identificável puramente com base em suas dependências compartilhadas, aqui incluindo as relações de dependências baseadas em raça, sexo e classe que fariam com que todas as mulheres do Terceiro Mundo criassem um vínculo a partir disso. Mohanty (2008) afirma que se o único requisito para se unir como um grupo fosse as dependências compartilhadas das mulheres, as mulheres do Terceiro Mundo sempre seriam vistas como um grupo apolítico sem status de sujeito (Ibid.p.7) .

Da mesma forma, Mohanty (2008) examina afirmações na publicação de Maria Rosa Cutrufelli pela Zed Press, *Women in Africa: Roots of Oppression (1983)* como as seguintes: "Minha análise começará afirmando que todas as mulheres africanas são política e economicamente dependentes" (Cutrufelli 1983p .13, tradução livre), "[...]a prostituição é a principal fonte, ou mesmo a única fonte de trabalho aberta às mulheres africanas”(Cutrufelli 1983,33). A autora, deste modo, afirma que estas generalizações, assim como o próprio termo “mulheres africanas” é problemático na medida em que passa a criar um grupo sociológico homogêneo caracterizado por suas dependências comuns ou pela falta de poder (ou mesmo de sua força) (MOHANTY, 2008, p. 8). Por sua vez, essas generalizações implicam na caracterização deste grupo apenas como “mulheres dependentes e oprimidas” que impossibilita a análise de circunstâncias históricas específicas (MOHANTY, 2008), uma vez que essa narrativa se torna hegemônica:

“Al usar “mujeres de África” (como un grupo ya constituido de personas oprimidas) como categoría de análisis, Cutrufelli le niega especificidad histórica a la ubicación de las mujeres como subordinadas, poderosas, marginales, centrales o cualquier otra descripción, frente a las redes sociales y de poder particulares. Las mujeres son consideradas como un grupo “despojado de poder” antes de que se analice el asunto.” (MOHANTY, 2008, p.9).

Para De Almagro (2018) essas diferenciações e generalizações evocam certas continuidades com a era colonial. Inegavelmente, essa narrativa generalizante perpassa não somente a produção acadêmica, mas normas, instituições, políticas estatais, incluindo a Agenda MPS. Como aponta Henry (2021), a branquitude é central para o funcionamento da Agenda MPS enquanto uma prática política e normativa devido a sua atual manifestação em, e de, instituições de governança global (p.22). Focando especificamente na branquitude presente na produção acadêmica da Agenda Mulheres, Paz e Segurança, Henry (2021) destaca

que o conhecimento produzido sobre a Agenda nas universidades é um projeto de conhecimento branco que centraliza consistentemente o conhecimento da casa geo-epistêmica do Norte Global. Aqui, a autora argumenta que essa branquitude é refletida pela dominação de publicações acadêmicas por estudiosos em departamentos de Relações Internacionais, Direito Internacional e Estudos Estratégicos e de Segurança e não em departamentos de Paz e/ou Estudos de Gênero, por exemplo, o que prioriza vozes brancas comandando recursos, pensando conflitos e soluções dentro de uma esfera pertencente ao Norte Global (p.23).

Henry (2021) também expõe que há uma clara ausência de feministas negras e acadêmicos negros, bem como estudiosos indígenas e aborígenes pensando a Agenda MPS no âmbito acadêmico. Quando estão presentes, aparecem como ativistas, artistas, mas praticamente nunca como professores (p.23). Isso se torna especialmente grave na medida em que exclui esses sujeitos enquanto agentes do conhecimento e expertise (Idem, 2021). Enquanto a Agenda MPS está interessada nas “*womenoverthere –women ethnicised and/or racialised*” como as principais vítimas dos conflitos e da violência armada - aquelas que irão aparecer nas páginas da ONU e/ou em materiais acadêmicos -, as mulheres negras são silenciadas nos espaços de produção de conhecimento sobre a Agenda (p.23). Assim:

“It is as if BIPOC (Black, Indigenous and people of colour) faculty cannot simultaneously be the knowers and the objects of knowledge – they cannot be the repositories of GPS/WPS knowledge and also those in charge of crafting the field, embodying the expertise and speaking authoritatively”. (HENRY, 2021, p.23).

Nesse sentido, Henry (2021) aponta para a necessidade de se levar a sério teorias como a interseccionalidade; no fortalecimento de um entendimento e compromisso com o antirracismo que deveria ser uma parte central de qualquer organização acadêmica de gênero, paz e segurança e de prestar atenção ao que os estudiosos feministas negros estão dizendo fora das disciplinas convencionais interessadas em conflitos (p.23). Para a autora, a interseccionalidade nos auxilia na medida em que aponta que as experiências nunca são determinadas apenas por um sistema de opressão, como o patriarcado, mas são interseccionalizadas pelo capitalismo e pelo racismo e que em contextos de conflito e pós-conflito essa abordagem são especialmente úteis, pois nos permitem um exame das múltiplas camadas que estruturam a vida das mulheres (e dos homens).(HENRY, 2021, p.24).

Da mesma maneira em que reconhecemos a necessidade de um olhar interseccional para uma análise profunda das dinâmicas de raça, classe e gênero imbricadas nas operações de paz, reconhecemos a necessidade de observar as manifestações de violência simbólica que

podem estar incluídas nesses processos. O poder simbólico, para Bourdieu (1989) é “poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU,1989, p.7,8). Para o autor, os sistemas simbólicos são instrumentos de conhecimento e de comunicação que possuem uma função de integração social para gerar um consenso pautado em hegemonia e dominação. Deste modo, o poder simbólico é, portanto, um poder transmitido por meio da comunicação e dos discursos que age como um instrumento político.

Para Bourdieu (2004) a violência simbólica é uma violência que se exerce, se assim podemos dizer, segundo as formas, dando forma. Dar forma significa dar a uma ação ou a um discurso a forma que é reconhecida como conveniente, legítima, aprovada, vale dizer, uma forma tal que pode ser produzida publicamente, diante de todos, uma vontade ou uma prática que, apresentada de outro modo, seria inaceitável (p.106). Nesse sentido, a força da forma é uma força simbólica, pelo fato de se apresentar sob uma aparência de universalidade - a da razão ou da moral, ou seja, que ganha legitimidade a partir da forma (BORDIEU, 2004).

Nesse sentido, é importante observar como, muitas vezes, o chamado Feminismo Neoliberal/Imperial (EISENSTEIN, 2007) reproduz um tipo de violência simbólica. Mesmo mulheres oriundas do Sul Global e/ou racializadas ao estarem inseridas no sistema ONU, se tornam mulheres que representam um feminismo e/ou políticas feministas, do Ocidente, do Norte Global. Inseridas numa dinâmica liberal, que não se debruça em estruturas mais profundas, as representantes deste feminismo vêem suas vidas de maneiras privatizadas e individualistas e usam seu próprio sucesso e poder para negar as reivindicações de outros feminismos (EISENSTEIN, 2007, p.97). Einsenstein (2007) ainda complementa que hoje, as feministas imperiais falam em nome dos Estados Unidos, mas em particular falam pelas vozes militaristas de hoje. Isso significa dizer que o feminismo imperial muitas vezes fala em nome da guerra, do “inimigo”, e usa a retórica dos direitos das mulheres para legitimar essas ações. Feministas neoliberais abraçam o militarismo e suas construções masculinistas enquanto supostamente constroem um rosto feminino compassivo para seu conservadorismo, ao mesmo tempo que as estruturas de desigualdade patriarcais, racializadas e de classe são silenciadas e reprimidas (Ibid. p.98). O discurso feminista global atual, desta forma, parece ter adotado tons coloniais olhando para o Sul Global como locais de conflitos incontroláveis, de maneira que esses locais podem ser considerados campos de teste empírico para as abordagens ocidentais de construção da paz e resgate de mulheres de seus patriarcados opressores (PARASHAR,

2018, p.837). De forma semelhante, muitas políticas feministas são hoje cúmplices na (re) produção de hierarquias raciais e trabalham em estreita colaboração com os estados neoliberais ocidentais em suas grandes missões para promover bons valores liberais, como igualdade de gênero e empoderamento (Idem, 2018).

Assim, a adoção de políticas de gênero por Estados e organizações que não visam a real emancipação de todas as formas de opressão e não analisam os contextos de forma interseccional acabam reproduzindo lógicas patriarcais e colonialistas. Da mesma forma, os sujeitos envolvidos nesse processo, sob instituições militares masculinistas, reproduzem violências simbólicas, como o racismo e o sexismo. Como afirma Parashar (2018) a “agenda” MPS é atualmente implantada por meio de uma compreensão limitada das normas e relações de gênero no Sul Global, prestando pouca atenção às masculinidades, interseccionalidade e hierarquias de gênero. Levando em conta todos esses conceitos, este trabalho visa lançar, como já dito, um olhar crítico sobre a aplicação das normas da Agenda 1325 na MINUSCA, buscando analisar em que medida essas políticas impactam na operação de paz no país.

No próximo capítulo, será desenvolvida a análise dos indicadores elencados para este trabalho, de acordo com as unidades de mensuração escolhidas. As principais fontes para tal foram os relatórios gerais da MINUSCA do ano de 2014 a 2021 e as entrevistas realizadas.

3 ESTUDO DE CASO: A MINUSCA SOB OLHAR INTERSECCIONAL E PÓS-COLONIAL

Este capítulo dedica-se à análise empírica dos elementos propostos para essa pesquisa. O capítulo está dividido em seis seções principais. A primeira seção dedica-se ao detalhamento da metodologia utilizada para a análise e os métodos e técnicas de pesquisa aplicados neste estudo. Nesta seção, também é apresentado o desenho de pesquisa das variáveis que guiarão a análise.

Na seção seguinte, pretende-se avaliar os números de participação feminina na no período de 2014-2021, ao mesmo tempo em que, através das entrevistas, buscou-se compreender por que, mesmo com todas as iniciativas da ONU, este número ainda permanece tão baixo.

Na seção 3.3 foi avaliada a capacitação pré-desdobramento e a preparação para o cargo de *Gender Adviser* na MINUSCA, uma das etapas mais importantes de todo o processo de desdobramento. A partir das entrevistas, buscou-se detalhar como é feito esse treinamento e quais são os principais desafios nessa etapa.

Na seção 3.4 foi analisado como ocorre a aplicação das políticas da Agenda MPS nas operações de paz da ONU e a sua real efetividade no terreno, buscando, a partir do relato de mulheres brasileiras que estão ou estiveram na missão, reflexões, questionamentos e experiências acerca deste tema.

Na seção 3.5 buscou abordar como as hierarquias raciais e as dinâmicas de poder marcadas pelo colonialismo ainda estão presentes nas operações de paz das Nações Unidas através de ataques e comportamentos racistas e xenofóbicos, muitas vezes ocultos. O relato das entrevistadas, nesse sentido, buscou demonstrar como o tema ainda é muito velado dentro das instituições.

Por fim, buscou-se trazer as principais conclusões do trabalho na seção seguinte.

3.1 METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste trabalho foi de abordagem qualitativa e feminista. Segundo Goertz & Mahoney (2012), a pesquisa qualitativa se encaixaria melhor no tipo de

pesquisa a ser realizada, visto que a análise pretende dar mais profundidade e explicações a um caso individual, o da MINUSCA. De maneira semelhante, Flick (2008) aponta que a pesquisa qualitativa é aquela que “usa o texto como material empírico (em vez de números), parte da noção de construção social das realidades em estudo, está interessada na perspectiva dos participantes, em suas práticas do dia a dia e em seu conhecimento cotidiano relativo à questão em estudo” (p.16).

A metodologia feminista, por sua vez, propõe reflexões ontológicas e epistemológicas sobre as metodologias mainstream utilizadas nas RI, discutindo sobre o pensamento metodológico tradicional, desenvolvendo novas perguntas de pesquisa e novas formas de respondê-las, de forma que a abordagem feminista em Relações Internacionais torna-se uma investigação diversa, variada e coletiva (ACKERLY, STURN, TRUE, 2006).

O método para este estudo foi o Estudo de Caso, por permitir uma análise em profundidade do tema. Para Van Evera (2002) não há um método de pesquisa “melhor” ou “pior” quando falamos em observação de n grande ou estudos de caso. No entanto, segundo o autor, por muito tempo entendeu-se o Método Estudo de Caso enquanto um modo frágil de fazer pesquisa, sobretudo por não permitir comparações em larga escala. Contudo, há dois pontos fortes que superam essas fragilidades: primeiro, os contrastes feitos com estudos de caso são geralmente fortes, porque as previsões contrastadas são relativamente únicas (outras teorias conhecidas não fazem) e segundo, a inferência e contraste de explicações que definem como a variável independente causa a variável dependente são mais fáceis de observar em um Estudo de Caso (VAN EVERA, 2002, p. 64). De maneira semelhante, afirma Van Evera (2002) se houver uma hipótese, o pesquisador pode então explorar o caso mais profundamente para deduzir e contrastar explicações que detalham a operação da hipótese, assim como "rastrear os processos", ou seja, examinar os processos pelos quais as condições iniciais do caso são traduzidas em resultados do caso (Idem, p.64).

De maneira geral, o método Estudo de Caso nos permite um aprofundamento nas causas e consequências dos processos analisados, bem como explicações mais detalhadas. Uma vez que um estudo com um n grande nos fornece pouco ou nenhum novo entendimento do processo causal por trás da explicação da hipótese, apenas afirmando se esta é válida ou não, os estudos de caso nos contam mais sobre por que tais hipóteses são válidas, ou seja, geram maiores explicações (VAN EVERA, 2002).

Em relação às técnicas de pesquisa, foram utilizadas as seguintes: pesquisa documental, análise de dados quantitativos secundários e entrevistas. A característica da pesquisa documental considera que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, (escritos ou não) constituindo o que se denomina de fontes primárias (Marconi e Lakatos, 2003). Gil (2008) afirma que, para fins de pesquisa científica, "são considerados documentos não apenas os escritos utilizados para esclarecer determinada coisa, mas qualquer objeto que possa contribuir para a investigação de determinado fato ou fenômeno" (p.147). Exemplos clássicos dessa modalidade de registro são os documentos elaborados tanto por agências governamentais quanto não governamentais, caracterizando-se como registros institucionais escritos (GIL, 2008). Neste caso, a pesquisa documental será realizada a partir dos Relatórios gerais anuais da MINUSCA publicados pela Organização das Nações Unidas.

Também foi utilizada a técnica de análise de dados quantitativos secundários. Segundo Gil (2008) a análise de dados tem como objetivo geral analisar e resumir os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas para o problema proposto para investigação (p.156). A análise de dados deste estudo, contudo, não visa analisar dados quantitativos primários, visto que esses dados não serão produzidos pela pesquisadora, mas sim, obtidos através de relatórios. Por isso, sendo um Estudo de Caso, os procedimentos analíticos são principalmente de natureza qualitativa (GIL, 2008). Sendo assim, os dados quantitativos obtidos através da pesquisa documental serão selecionados, reduzidos e simplificados para que correspondam aos padrões definidos nos objetivos originais da pesquisa, bem como serão apresentados através da organização dos dados selecionados de forma a possibilitar a análise sistemática das semelhanças e diferenças e suas correlações (MILES, HUBERMAN, 1994 apud GIL, 2008).

Enquanto método, este estudo também adotou as contribuições metodológicas da Análise de Conteúdo, com base na obra de Laurence Bardin (1977). A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações que visa obter, através de procedimentos sistemáticos e objetivos, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens (BARDIN, 2011, p. 48). A análise de conteúdo, portanto, desenvolve-se em três fases: (a) pré-análise; (b) exploração do material; e (c) tratamento dos dados, inferência e interpretação (Bardin, 1977, p. 95). Neste caso, a análise de conteúdo será utilizada para compreender os elementos discursivos dos relatórios.

Por fim, esta pesquisa também realizou com participantes da MINUSCA. A entrevista, para Gil (2008) é adotada, devido a sua flexibilidade, como técnica fundamental de investigação nos mais diversos campos e pode-se afirmar que parte importante do desenvolvimento das ciências sociais nas últimas décadas foi obtida graças à sua aplicação (p.109). Ainda, a entrevista possibilita a obtenção de dados referentes aos mais diversos aspectos da vida social, sendo uma técnica muito eficiente para a obtenção de dados em profundidade acerca do comportamento humano, dados que muitas vezes são ficam à mostra com a simples aplicação de questionários (GIL, 2008, p.110). Em resumo, enquanto técnica de coleta de dados, a entrevista é bastante adequada para captar informações que muitas vezes ficam implícitas ou não são observadas com outras técnicas de pesquisa. Por este motivo, a realização de entrevistas visa aproximar-se dos sujeitos entrevistados a fim de compreender de forma mais abrangente e precisa, as suas experiências.

Como já dito, este trabalho se propôs a realizar um Estudo de Caso sobre a aplicação das diretrizes da Agenda MPS na MINUSCA. Sendo assim, os principais indicadores para esta análise são: a) a participação de mulheres nas operações de manutenção da paz; b) a capacitação pré-desdobramento das mulheres e o treinamento em assuntos de gênero; c) a prevenção da violência de gênero e a atuação de *Gender Advisers* na MINUSCA e d) as dinâmicas de raça que refletem o racismo e a xenofobia no ambiente institucional e interpessoal.

As unidades de mensuração por sua vez, foram, respectivamente: a) Número de mulheres militares e policiais desdobradas na MINUSCA entre 2014-2021 e relatos das entrevistadas sobre suas experiências no processo de seleção; b) Relatos da experiência pré-desdobramento das mulheres participantes da MINUSCA e do treinamento em assuntos de gênero; c) informações divulgadas nos relatórios trimestrais sobre a violência de gênero e percepções das entrevistadas sobre a proteção de civis e a Agenda MPS no terreno e d) Indicadores de raça nos relatórios da MINUSCA e percepção de discursos e/ou práticas colonialistas e racistas pelas entrevistadas.

A seguir, foi elaborado um quadro do desenho de pesquisa:

| CONDIÇÃO ANTECEDENTE | VARIÁVEL INDEPENDENTE | VARIÁVEL INTERVENIENTE | VARIÁVEL DEPENDENTE 1 | FONTES EMPÍRICAS |
|---|----------------------------|-------------------------------------|---|--|
| Estado Patriarcal Instituições / ONU Masculinidade Colonialidade | Operação de Paz MINUSCA | Agenda Mulheres, Paz e Segurança | Proteção de civis | Relatórios da MINUSCA Entrevista |
| | | | VARIÁVEL DEPENDENTE 2 Participação de mulheres nas operações de manutenção da paz | Relatórios da MINUSCA Dados sobre participação feminina Entrevistas |
| | | | VARIÁVEL DEPENDENTE 3 Treinamento das tropas em Assuntos de Gênero | Relatórios da MINUSCA Dados sobre treinamento específico sobre Assuntos de Gênero Entrevistas |
| | | | VARIÁVEL DEPENDENTE 4 Presença ou ausência de indicadores de raça Racismo/Xenofobia | Relatórios da MINUSCA Entrevistas Poder simbólico/discursos |

Tabela 1. Quadro do desenho de pesquisa.

Ao todo, foram analisados 24 relatórios do Secretário-Geral sobre a MINUSCA e a situação na RCA no período de 2014-2021, além das quatro newsletters publicadas durante este período pelo Time de Conduta e Disciplina (Conduct and Discipline Team - CDT, em inglês) da MINUSCA sobre as alegações de exploração e abuso sexual (SEA). É importante destacar que estes relatórios são publicados trimestralmente e tem o intuito de fornecer um panorama geral da situação política, econômica, social e humanitária do país e da operação. Normalmente estes relatórios são divididos em sub tópicos principais, que variam de acordo com as diferentes temáticas abordadas. Na primeira parte, normalmente os relatórios detalham quais foram os maiores desenvolvimentos no país em termos mais gerais, como segurança,

direitos humanos, política do país (processo eleitoral, por exemplo), desenvolvimento socioeconômico, entre outros. Numa segunda parte, são abordados os principais tópicos referentes à implementação do mandato da MINUSCA, bem como seus desdobramentos e desenvolvimento, que também são divididos em tópicos relacionados à proteção de civis, questões de gênero, desarmamento, desmobilização e reintegração, financiamento, segurança, proteção contra abuso e violência sexual, entre outros. Ao final, há sempre observações gerais sobre temas diversos.

Em termos de análise, esse trabalho delimitou-se a analisar, majoritariamente, os dados dos relatórios contidos nesta segunda parte, que dizem respeito à implementação, desdobramento e desenvolvimento da MINUSCA na República Centro-Africana. Em especial, a leitura dos relatórios atentou-se para as quatro variáveis principais elencadas para este estudo.

Em relação às entrevistas, entre Janeiro e Maio de 2022, foi estabelecido o diálogo com 10 interlocutoras, chegando-se a 4 entrevistas em profundidade com mulheres brasileiras que participaram ou estiveram participando da MINUSCA. As entrevistas foram realizadas individualmente, pela plataforma *Google Meet*, sendo gravadas e posteriormente transcritas, tendo a duração média de 1 hora e 30 min à 2 horas cada. As entrevistas foram guiadas por alguns temas e perguntas-chave que relacionam-se com os quatro tópicos de investigação deste trabalho. No entanto, nem sempre as entrevistas seguiram de forma linear, uma vez que os tópicos apenas serviram para uma base de discussão, entrelaçando-se com os relatos pessoais. Por sua vez, as entrevistas serviram para fornecer dados qualitativos através dos relatos de experiência de mulheres militares e policiais que estiveram no terreno. As entrevistadas e as interlocutoras não serão identificadas (salvo exceções onde as próprias sugeriram identificação, em função de posições e cargos específicos).⁹ Também, não será apresentada uma linearidade de cada entrevistada, para não permitir identificação.

3.2 PARTICIPAÇÃO DE MULHERES NAS OPERAÇÕES DE MANUTENÇÃO DA PAZ

⁹ Esta discussão sobre a identificação ou não das entrevistadas ainda está em aberto, uma vez que há uma dificuldade ética em compreender qual a melhor forma de expor os relatos. Por um lado, é importante destacar a trajetória e os feitos das entrevistas para valorizar o seu trabalho e a sua atuação junto à ONU, mas, por outro lado, há a necessidade de proteger as entrevistadas garantindo o seu anonimato. No momento, optou-se por não identificar nenhuma delas.

A participação de mulheres nas operações de manutenção de paz da ONU é uma das iniciativas que fazem parte da Agenda Mulheres, Paz e Segurança, iniciada nos anos 2000. Ao longo dos anos, estratégias foram criadas para que os países-membros incentivassem a participação feminina nessas operações. Em 2015, os Estados-Membros da ONU adotaram a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, composta por 17 metas relacionadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Uma das metas é a igualdade de gênero, que, dentre outros objetivos, prevê garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública¹⁰.

Em 2018, o Secretário-Geral da ONU lançou a Estratégia para a Paridade de Gênero de Pessoal Uniformizado. O documento, redigido pelo Departamento de Operações de Paz, destacava que o número de mulheres militares servindo na ONU, tanto em missões quanto em quartéis-generais, permanecia baixo desde 2010. Em 2018, o número de mulheres servindo em contingentes também permanecia extremamente baixo – 3,9% da força de 76.677 homens. Segundo o documento, a meta do Escritório de Assuntos Militares é atingir 25% até 2028 (ou seja, mais 1% ao ano), além de dobrar o número de mulheres em componentes uniformizados no geral até 2020. Dentro das tropas contingentes, estabeleceu-se uma meta de 15% de mulheres até 2028.

Em relação à situação de mulheres policiais, em janeiro de 2018, as policiais mulheres representavam 7% das Unidades Formadas de Polícia (UFP's) e 20% dos Policiais Individuais, uma média combinada de 10,5%. Assim, a meta é atingir 30% de mulheres em postos profissionais terceirizados e cedidos e 25% em missões de campo até 2025; e atingir 30% em missões de campo e 35% em postos profissionais terceirizados e cedido até 2028. (DPO, 2018).

Sobre a situação do Brasil, segundo uma pesquisa realizada pelo Instituto Igarapé, entre 1992 e 2019, 338 mulheres brasileiras (militares, policiais e civis) participaram de missões de paz da ONU, o que equivale a 0,7% de um universo de mais de 48.163 brasileiros. Destas 338 mulheres, 261 foram militares, 25 policiais e pelo menos 52 civis do sexo feminino, sendo 44 UN Volunteers e pelo menos oito civis que integraram a equipe do Secretariado (IGARAPÉ, 2019).

¹⁰ Fonte: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/5>.

Esses dados são importantes para entendermos de que forma a participação das mulheres nas operações de paz da ONU está intrinsecamente relacionada com o percentual de mulheres nas Forças Armadas e policiais dos países contribuintes de tropas. Contudo, para além do número deficitário de mulheres nas Forças Armadas e policiais, a questão também envolve questões burocráticas e políticas que permeiam essas instituições, assim como estigmas relacionados à participação feminina. Com os incentivos à participação feminina ao longo dos anos citados acima, sobretudo a partir de 2010, o número de mulheres participantes nas operações de paz da ONU foi aumentando gradativamente. No entanto, os desafios permanecem e atravessam não somente as instituições, mas também a realidade social de cada país. No tópico seguinte, será abordado a participação feminina da MINUSCA a partir dos relatórios e dados fornecidos pela ONU. Adiante, também serão apresentadas as percepções das mulheres civis e policiais participantes da MINUSCA sobre a questão, contribuindo para uma análise mais profunda e trazendo o olhar e os relatos de quem faz parte deste processo e enfrenta essas dificuldades no seu dia a dia, que vão desde a baixa divulgação das vagas existentes para mulheres à ausência de treinamento para o desdobramento.

3.2.1 Mulheres *peacekeepers*: a presença feminina nos contingentes militares e policiais na MINUSCA

Em um Relatório sobre RCA do início de 2014, recomendava-se que fosse estabelecido no país uma missão multidimensional, de forma que a maior parte do MISCA fizesse a transição para uma operação de manutenção da paz das Nações Unidas, a fim de alcançar uma força autorizada de 10.000 militares, incluindo 240 observadores militares e 200 funcionários, e até 1.820 policiais civis, com 10 unidades policiais formadas, compostas por 1.400 policiais formados, 400 policiais individuais e 20 agentes penitenciários destacados (S/2014/142).

A MINUSCA foi estabelecida em 10 de abril de 2014, e a transição de poder estava prevista para ocorrer até o dia 15 de setembro de 2014. No relatório de novembro de 2014, informava-se que, até o momento, aproximadamente 74% da força militar total autorizada, e aproximadamente 60% do total de força policial autorizada tinham sido enviados para a MINUSCA (S/2014/857). No ano seguinte, a Resolução 2212 (2015) autorizou um aumento de 750 militares, 280 policiais e 20 agentes penitenciários para a MINUSCA, além do pessoal autorizado na Resolução 2149 (2014). Portanto, a MINUSCA possuía um teto de tropas

autorizado de 10.750 militares, incluindo 480 Observadores Militares e Oficiais Militares e 2.080 policiais, incluindo 400 Policiais Individuais e 40 agentes penitenciários. Além disso, havia a intenção de manter esse número sob revisão contínua, em particular para as tropas adicionais autorizadas pelas resoluções 2212 (2015) e 2264 (2016).

A Resolução 2387 (2017) autorizava um aumento de 900 militares para além do número anterior, “[...] a fim de aumentar a flexibilidade e mobilidade da MINUSCA para melhorar a implementação eficiente de todo o seu mandato e, em particular, a proteção de tarefa de civis [...] resultando em um teto de tropas autorizado de 11.650 militares” (S/2017/2387). Neste mesmo documento, o Conselho de Segurança da ONU solicita à MINUSCA que leve em consideração a integração de gênero como uma questão transversal ao longo de seu mandato, auxiliando as autoridades do país a garantir a participação plena e efetiva das mulheres em todas as esferas e em todos os níveis. As iniciativas, entre outros fatores, prevêm o estabelecimento de gender advisers, solicitações de relatórios aprimorados da MINUSCA ao Conselho sobre esta questão e, além disso, incentivava o Secretariado da ONU, em colaboração com os Estados Membros, a envolver um maior número de mulheres nos componentes militar, policial e civil da missão, com total respeito ao princípio de distribuição geográfica equitativa, em conformidade com o artigo 101, parágrafo 3, da Carta das Nações Unidas (S/2387/2017).

Já em 2021, através da Resolução 2566 (2021) o mandato da MINUSCA decide aumentar o tamanho autorizado dos componentes militares em 2.750 e aumentar o tamanho do componente policial autorizado da MINUSCA em 940, dos atuais níveis autorizados nas resoluções anteriores. Desta forma, em termos numéricos mais gerais, a MINUSCA, durante os anos de 2014-2021 contou com um número total entre 10.000 a 14.000 militares e policiais que estiveram no terreno. Ao longo dos anos, como apontado acima, na medida em que o mandato da MINUSCA foi sendo prorrogado, o pessoal total autorizado para a Missão foi aumentando gradativamente.

O gráfico abaixo ilustra a participação de mulheres nos componentes militares (incluindo Military Experts, Staff Officers e componentes das tropas militares) e policiais (incluindo aqui Individual Police Officers e Formed Police Units - FPU) da MINUSCA durante o referido período. Como podemos observar, o número de mulheres militares foi aumentando gradativamente ao longo dos anos. Em maio/15, um ano após o estabelecimento da Missão, a porcentagem de mulheres militares no terreno era de 0,96% - percentual esse

relativo ao número de militares totais na operação. Em mai/16, esse número subiu para 1,25%, e em mai/17, o percentual era de 1,84%. Nos anos seguintes de 2018, 2019, 2020 e 2021, esse número aumentou para 3,08%, 4,09%, 5,21% e 5,63%, respectivamente. O último registro de 2021 nos mostra que, em dez/21, o percentual de mulheres militares na Missão era de 6,60%, o maior número registrado até então.

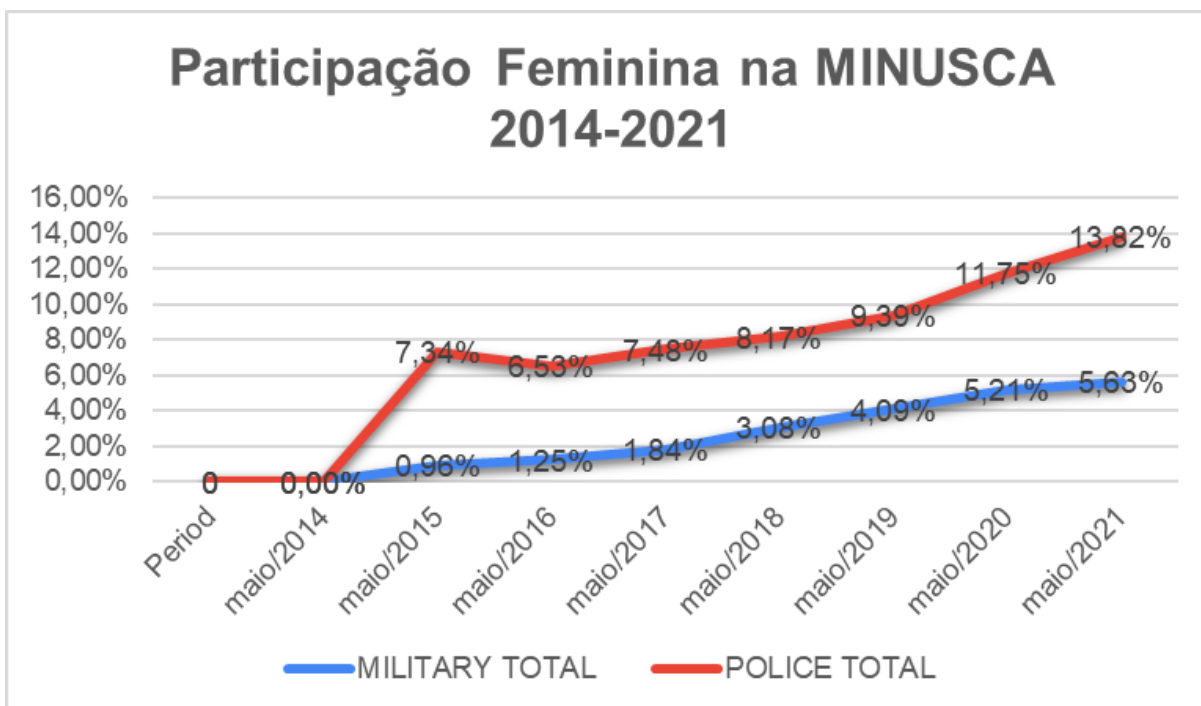


Tabela 2. Participação Feminina na MINUSCA 2014-2021. Fonte: Elaboração própria.

Em relação ao número de mulheres policiais na Missão, em maio/15 o percentual de mulheres policiais era de 7,34%. No mesmo período do ano seguinte este número era de 6,53%. Em maio de 2017 a porcentagem de mulheres policiais na MINUSCA era de 7,48%, em maio/18 - 8,17%. Nos anos de 2019, 2020 e 2021 os números percentuais foram de 9,39%, 11,75% e 13,82%, respectivamente. O período em que houve a maior participação de mulheres policiais no terreno, no entanto, foi em janeiro de 2021, onde as mulheres policiais representavam 15,25% do componente policial.

É preciso lembrar, contudo, que apesar de ambos componentes apresentarem um crescimento gradativo na participação de mulheres, o número de tropas variava mês a mês, devido a intensa movimentação de oficiais militares iniciando e encerrando a sua participação

na operação. Desta forma, avaliar a participação feminina através de um recorte anual nos permite visualizar melhor os resultados desta análise, bem como os esforços para a inclusão de um maior número de mulheres na MINUSCA.

Frente a esses dados, algumas considerações podem ser feitas. Primeiramente, é notável que, durante esses anos, houve um esforço tanto das Nações Unidas quanto dos países-membros no aumento de mulheres participantes da MINUSCA. Esse esforço foi estimulado pela Agenda Mulheres, Paz e Segurança, pelos Planos Nacionais de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança (no caso do Brasil, elaborado somente em 2017), e também pela Agenda 2030 da ONU - acordo firmado em 2015 pelos 193 Estado-membros da instituição - que prevê o estabelecimento de 17 objetivos para o desenvolvimento sustentável e, dentre eles, a igualdade de gênero. Em termos mais específicos, o aumento da participação de mulheres na MINUSCA ganhou maior destaque a partir de Resolução 2387 (2017), onde foi reforçada a importância do mandato da Seção de Gênero na operação que, dentre outros objetivos, também estabelece a participação de mulheres como um de seus pilares. Além disso, no mesmo período foi lançada a Estratégia de Paridade de Gênero da ONU 2018-2028 sobre o pessoal uniformizado, que buscou traçar metas a curto, médio e longo prazo para o alcance da paridade de gênero nos componentes militares, civis e policiais.

Este cenário, somado aos números alarmantes de denúncias de abuso por parte dos capacetes azuis na RCA, fez com que a pauta de gênero fosse incluída de vez na operação. Como dito anteriormente, muitas vezes a presença feminina é usada como uma das estratégias de prevenção de abuso e violência sexual. No entanto, o equilíbrio numérico de homens e mulheres nem sempre garante que a violência e exploração sexual não ocorram. Como aponta Simic (2010) o combate ao abuso não deve substituir o objetivo mais abrangente de melhorar o equilíbrio e a igualdade de gênero nas operações de manutenção da paz, uma vez que a responsabilidade pela prevenção da violência sexual deve recair sobre os países contribuintes de tropas, e não sobre as mulheres. Desviar a responsabilidade para as mulheres não resolve o problema da violência sexual nas operações de manutenção de paz, nem ajuda a erradicar suas causas (SIMIC, 2010. p.188).

Além disso, há pouca evidência de que a presença de mulheres nas operações de manutenção da paz tenha mudado a atitude dos homens em relação às mulheres locais (SIMIC, 2010, p. 196). Isso não significa dizer, no entanto, que as iniciativas estimuladas pela ONU ao longo dos anos serviram unicamente para esse propósito, ou que não são válidas. O

importante aqui é atentemo-nos a cronologia dos acontecimentos, sobretudo aos fatos ocorridos na RCA para entendermos de que forma todas essas ações se relacionam.

É importante destacar também que essas iniciativas podem e devem ser estimuladas, tanto pela Organização das Nações Unidas quanto pelas forças dos países-membros. O que discute-se a seguir busca demonstrar os esforços para a paridade de gênero nas operações de paz não podem se debruçar somente no equilíbrio numérico, ou em metas a serem batidas. Um estudo feito pelo Instituto Igarapé em 2018 destaca que foram encontrados pelo menos sete desafios que geram impactos na participação e na representatividade das mulheres brasileiras em missões de paz: (1) dificuldades metodológicas na produção e armazenamento de dados sobre o assunto; (2) expectativa social sobre o papel da mulher; (3) quantidade de mulheres nas Forças Armadas e Forças Auxiliares brasileiras; (4) participação em níveis hierárquicos mais altos; (5) comunicação das vagas e dos processos seletivos; (6) condições no terreno, com riscos e sacrifícios inerentes às mulheres; e (7) preparo/treinamento antes do desdobramento (IGARAPÉ, 2019).

Em todos esses quesitos, os relatórios numéricos não contemplam os estudos em profundidade sobre a participação feminina nas operações. Para além das questões citadas acima, até mesmo a presença de mulheres sem treinamento adequado para uma operação de paz torna-se uma questão a ser debatida sobre a eficácia da paridade numérica em termos de gênero. De forma semelhante, os papéis desempenhados por homens e mulheres nessas operações e as relações de poder hierárquicas no interior dessas organizações, que são ultrapassadas pelas dinâmicas de raça, gênero e nacionalidade, não estão descritos ali.

Portanto, as entrevistas realizadas tiveram o intuito de coletar relatos e informações sobre a experiência de mulheres brasileiras participantes da MINUSCA. O tópico a seguir tem o objetivo de explorar a trajetória dessas mulheres e os principais desafios enfrentados nas suas carreiras nas Forças Armadas e como integrantes da MINUSCA.

3.2.2 Percepções de mulheres militares e policiais sobre a participação nas operações de manutenção de paz da ONU

A participação feminina nas operações de paz da ONU é atravessada por múltiplas e complexas questões. Na nossa percepção, esses desafios podem ser classificados em duas esferas principais, sendo eles a existência da mulher enquanto fêmea da espécie

(BEAUVOIR, 1970) e a estrutura da sociedade e das instituições - atravessada pelo patriarcado (PATEMAN, 1993).

O termo "fêmea", para Beauvoir (1970), é pejorativo, não porque enraíze a mulher na Natureza, mas porque a confina no seu sexo. (p.25). Nesse sentido, os desafios enfrentados relacionam-se com a condição das mulheres na sociedade e o papel desempenhado (e esperado) por elas enquanto mães, cuidadoras, esposas e pela essencialização de suas características de fêmea da espécie, em detrimento ao macho. Questões como gravidez, licença maternidade, menstruação e pouca força física podem ser utilizadas como justificativa para a exclusão de mulheres *cis* dos espaços tradicionalmente ocupados por homens *cis*. No entanto, no que tange à participação feminina em operações de manutenção da paz, há um paradoxo. Os atributos comumente associados às mulheres, ou seja, uma natureza gentil, atitude conciliadora e capacidade de controlar a agressão, podem torná-las *peacekeepers* eficazes, de forma que, o que até então era utilizado para criar barreiras à participação das mulheres nas Forças Armadas, agora torna-se o motivo principal para inclusão feminina em operações de paz. (DeGROOT, 2001). Contudo, as dificuldades burocráticas, o baixo incentivo e a falta de divulgação das oportunidades, que também implicam na falta de treinamento e capacitação adequados, relacionam-se com a estrutura patriarcal da sociedade e das instituições, que dificulta o acesso das mulheres a esses espaços.

O trecho a seguir é o relato de uma das entrevistadas sobre o seu processo de candidatura ao cargo na MINUSCA, detalhando o momento em que isso se tornou uma possibilidade e como precisou gerenciar isso com a demanda dos filhos:

“E aí ficou assim. Aquele negócio, aquela ideiazinha, pairando ali. E aí eu comecei a ver, porque assim, em 2015 nós tivemos uma série de alterações, tanto de parte de Marinha quanto de parte geral no país, né? Revisão da lei da empregada doméstica, horas extras, uma série de coisas. Tenho dois filhos. Eu entrei em desespero porque assim, a pessoa que me ajudava tinha que obedecer um regime de 08h00 diárias ou 40 horas semanais. E eu saía de casa às 06h30 da manhã, chegava às 21h00. Aí nesse ano, eu tive que botar duas pessoas para trabalhar e aí nesse ano tive que pegar um empréstimo pra pagar as minhas contas fixas. Aí eu entrei em desespero. Eu falei assim, então vai mudar tudo, vou largar a Marinha [...]. Enfim, gosto muito mas... Eu tenho dois filhos, sou separada. Eu tenho que pensar como é que eu vou bancar os filhos. Mas conversando com vários amigos assim "não, não sai. Você vai ser uma grande perda para a Marinha." [...] Aí eu comecei assim, conversei com meus filhos, eles me apoiaram. Falei assim: "Mas tem certeza? porque se eu for, eu vou ficar pelo menos 1 ano fora. Vocês têm que ter isso em mente." [...] Em 2018, quatro anos atrás, ela tinha dez, ele tinha seis. Foram meus grandes motivadores para correr atrás. Nesse meio tempo, já tinham mudado todo o esquema em casa, mudei eles de escola para poder viabilizar uma empregada só. Enfim, tive que reorganizar.”

A partir desse relato, é possível observar como a demanda de cuidado é uma questão muito pertinente para a participação de mulheres nas operações de paz. Mesmo que haja oportunidades, cursos de formação e incentivo, essa barreira ainda persiste, pois são as mulheres as principais responsáveis por essa tarefa no ambiente familiar, sendo elas mãe solo, separadas ou não. É necessário examinar também que, em certos casos, essas oportunidades só se tornam concretas quando há a possibilidade de delegar essa função de cuidado para outra mulher, sejam elas babás, cuidadoras ou empregadas domésticas. Neste ponto, a interseccionalidade também é importante para analisarmos a raça e a classe dessas mulheres que têm a possibilidade de delegar essa função a outras. A ausência de responsabilidade paterna com o cuidado dos filhos torna-se mais um elemento que compõe essa barreira, sejam eles companheiros ou ex-companheiros de mulheres que vão para as operações de paz ou os próprios militares, policiais ou civis que participam dessas operações. O trecho a seguir demonstra isso:

‘Brinco com os amigos meus, que eu falo assim: gente, para vocês irem para a missão é muito fácil. Vocês tem mulher, têm filhos. Se forem separados, normalmente fica com a mulher. Vocês vão, vocês voltam e a casa tá lá. E o buraco é mais embaixo pra gente. Não é fácil não.’

De forma semelhante, enquanto a maioria dos homens aceita a oportunidade de participar de uma missão de paz como um desafio para a sua carreira, que envolve principalmente dinheiro e promoção de cargos, para as mulheres, os fatores decisivos geralmente são outros. É claro que carreira, status e maior remuneração também são fatores considerados pelas mulheres, mas a preocupação com a família (pais, mães, avós, tios) e com os filhos, citadas em algumas entrevistas, são elementos-chave nesse processo. Isso, para uma das entrevistadas, influencia na dedicação dos seus trabalhos no terreno, pois sabem que estão abrindo mão de muitas coisas para estarem ali.

“E o caminho foi muito difícil. Então chega um ponto que você fala, como assim você ralou tanto para estar aqui, você tem mais é que fazer o que você puder fazer nesse período para fazer a diferença. Você estar aqui, só por estar aqui?... E isso eu digo pra todo mundo. Dinheiro nenhum do mundo paga você ficar longe da família, entendeu? As privações, as dificuldades que você passa né? Se não for por uma coisa, um ideal, não vale a pena. [...] Estive quase para desistir de ir por uma série de coisas, [...]. Eu falei assim: Gente, eu não tenho como ir e arriscar dos meus filhos ficarem órfãos, né?”

Por outro lado, Sion (2009), em seu estudo sobre a participação feminina na Bósnia e no Kosovo aponta que muitas mulheres, assim como os homens, podem ser conservadores em

suas ideologias e ingressarem em operações de paz com o objetivo de focar na carreira e melhorar o salário. Da mesma forma, muitas mulheres enfatizam a individualidade em vez de uma identidade ou solidariedade feminina comum, ao passo em que também reproduzem papéis de gênero (SION, 2009).

A forma como os familiares e a sociedade encaram o fato de uma mulher estar um ano em uma operação de manutenção de paz da ONU e as impressões que isso causa também são questões que permeiam essa decisão e influenciam na confiança que as mulheres têm para participar. Muitas vezes, um homem morrer estando em missão é considerado um ato heroico, enquanto uma mulher pode ser taxada de irresponsável. O relato de uma das peacekeepers que ganhou o prêmio de Defensora da Igualdade de Gênero da ONU demonstra como isso é encarado:

“Um dia encontrei com uma ex-cunhada, "Ah, quando a gente soube do teu prêmio, a gente ficou muito orgulhoso, fiquei muito orgulhosa. Você é muito corajosa.” E não sei o que. Aí eu ri. Eu falei assim: sou corajosa agora que ganhei o prêmio e deu tudo certo. Se tivesse dado errado, eu ia ser só maluca, né? Você deixa os filhos. Você tem uma série de motivos para você não fazer isso. E tem alguns para você fazer. Então você tem que estar muito certo do que você quer [...]”.

Outra entrevistada também destaca como esse foi um dos processos mais importantes e desafiadores da sua carreira:

“A gente é muito forte, eu fiquei 9 meses sem ver meu filho, quando estourou a Covid, ele tinha 3 anos na época. Então eu tenho muito orgulho do meu trabalho, que eu sou cabo, sou praça, sou policial e sou mulher. Eu tenho muito orgulho da minha trajetória.”

Em relação ao processo de seleção, as entrevistadas relatam as dificuldades e os estereótipos que ainda permeiam o imaginário militar em relação às capacidades femininas no terreno, como podemos ver nos trechos a seguir:

Aí eu comecei a me voluntariar [...] E aí aquela coisa.. muito difícil né. Porque geralmente tem uma política de resistência muito forte, das Forças Armadas de mandar mulheres. Várias são as justificativas mas todas elas facilmente derrubadas. "Ah porque não tem condições de receber, condições de alojamento e não sei o que". Outra: "Ah, não tem segurança no terreno para desdobrar". "Ah, porque as mulheres não estão preparadas militarmente, taticamente para poder ir". Então várias variáveis eles colocavam pra impedir. [...] E às vezes é um trabalho de convencimento muito grande de mostrar que temos condições né, porque eles alegam: "Ah, vai ficar preocupado com o filho, vai pedir pra voltar, vai ter problemas de assédio..."

Este trecho é bem emblemático porque nos traz elementos muito importantes para a análise sobre a participação das mulheres nas operações de paz. Aqui, observamos que as justificativas e a resistência para o desdobramento das mulheres não baseiam-se somente nas capacidades físicas e emocionais, mas também na própria estrutura organizacional da ONU. Ao alegarem que não há condições de alojamento, segurança no terreno e risco de assédio, a organização e os Estados-Membros se isentam da responsabilidade de melhorar essas condições, uma vez que isso não diz respeito às capacidades e nem as condições femininas, mas sim, a estrutura patriarcal da sociedade que exclui mulheres desses espaços e dificulta a sua permanência. Todos esses problemas são estruturais, mas aos olhos das organizações, complexos de resolver. De fato são, mas esses fatores não podem ser uma justificativa para que haja cautela para o desdobramento de mulheres. Dito dessa forma, faz parecer que as mulheres são as principais responsáveis por incidentes, violências e necessidades que se relacionam com a sua condição enquanto mulher, enquanto na verdade, a organização é que se isenta das responsabilidades de manter a segurança e as condições ideais de trabalho do seu próprio pessoal uniformizado.

De maneira semelhante, as alegações sobre a falta de preparo militar e tático das mulheres não são uma responsabilidade de cunho individual, mas novamente, organizacional. Cabe às instituições nacionais e internacionais fornecer treinamento e capacitação adequados para que as mulheres estejam aptas para estarem no terreno e desempenharem as suas funções. Para além desses fatores, o processo seletivo para concorrer às vagas é, na maioria das vezes, pouco divulgado e requer bastante preparo técnico, físico e psicológico. Uma das entrevistadas, em seu depoimento, destaca como esse esforço tem que ser, muitas vezes, individual, até para fins de convencimento dos seus superiores de que são capazes de se desdobrar no terreno.

“A gente sempre tem que estar bem preparadas, porque uma falha, um erro, ou alguma outra coisa que aconteça, eles vão apontar: "Viu? Não tem condições de desdobrar mulheres no terreno por causa disso, disso e disso." Então a gente está sempre conscientizando a todas para estarem sempre preparadas fisicamente, intelectualmente, estudando idiomas, estarem sempre preparadas.”

Essa responsabilidade com a preparação para o terreno e com as adversidades que podem surgir no meio do processo tem um peso muito mais significativo para as mulheres. O que percebemos nos relatos é que as mulheres não podem dar margem para que nenhum tipo de “problema” surja ao longo do seu desdobramento, uma vez que isso pode se tornar uma

justificativa para a sua incapacidade de estar no terreno. Por outro lado, as constantes denúncias de abuso e violência sexual - SEA (Sexual Exploitation and Abuse, em inglês) perpetrados por homens a serviço da ONU nunca foram um impeditivo que levasse ao envio de menos tropas masculinas às missões. Ou seja, a forma como alguns erros e problemas individuais são facilmente tolerados e resolvidos enquanto outros não o são, nos diz muito a respeito de como muitos comportamentos masculinistas dos militares são naturalizados.

Em relação ao processo seletivo, todas as entrevistadas relataram um certo grau de desconhecimento, antes de se voluntariarem para os cargos, sobre o funcionamento das missões de paz e o processo, as etapas e os requisitos mínimos para a candidatura.

“A Marinha abriu esse curso (de Operações de Paz para Mulheres), e por acaso, por curiosidade, por mera curiosidade, eu me inscrevi e fui fazer esse curso. E aí eu entendi. Até então eu nem sabia. Eu entendi o que era uma Missão de Paz, e entendi que no caso eu teria oportunidade de ir, como Staff Officer ou como observador militar. E aí eu lembro que foi muito emocionante, né [...] teve uma Major da FAB que tava lá voltando do Sudão [...] e aí ela mostrou um vídeo, mostrou fotos do trabalho que ela fazia, e aí a gente visualiza, porque a gente tem uns estereótipos, né, a gente imagina umas coisas muito diferentes do que são na realidade, né?”

“Aí comecei a procurar como é que eu fazia para participar de uma missão de paz. Descobri que tinha lá um banco de dados da Marinha. [...]. O fuzileiro tem todo um processo diferente que é do meu corpo, do que eu sou. Eu sou da Marinha, então é um outro processo separado. Eles não sabiam me dizer como fazer e eu sempre acompanhei. Aí eles falaram assim: descubra quem é o dono do banco de dados no comando de Operações Navais. Um dia eu estava no Centro do Rio resolvendo outro problema passei perto do prédio onde tinha o comando de Operações Navais. [...] Cheguei lá, sempre tem uma recepção. Aí cheguei para um cabo que estava na recepção. Eu queria falar com o encarregado do banco de dados de operações de paz. Aí o menino olhou pra minha cara, tipo, quem ? Que língua você está falando? O que é isso? Aí eu repeti exatamente, porque estava tipo papagaio de pirata. Eu não sabia o que era. Me mandaram falar isso aí e eu falei isso. [...] Aí passou uma senhora atrás de mim. Aí perguntou: posso te ajudar? Você está procurando o quê? Aí eu contei a mesma historinha, me orientaram para procurar ou ligar do banco de dados. Aí ela olhou para mim e riu. E falou assim: eu sou a encarregada, vem comigo. [...] E aí fiquei sabendo como é que era todo o processo e dei meu nome como voluntária. Foi um ano fazendo provas, uma série de provas. Tem provas psicotécnicas, avaliação psicológica, tem provas físicas, tem provas de proficiência em línguas, de um processo seletivo grande para você fazer parte desse banco de dados.”

É preciso destacar que estamos falando de mulheres que participaram da MINUSCA nos últimos cinco anos, o que demonstra um claro atraso no tratamento das questões relativas à Agenda Mulheres, Paz e Segurança e ao compromisso dos Estados-Membros a se comprometerem com o envio de mais mulheres em seus componentes. O que esses relatos têm em comum é o fato de expressarem uma determinação e esforço individual para fazerem

parte do banco de dados e se candidatarem às vagas, uma vez que as informações claras são de difícil acesso.

Em relação ao currículo, algo que dificulta nesse processo é que muitas vezes as mulheres ocupam certos cargos e funções de maneira extraoficial, ou seja, não há registros para fins de comprovação de experiência em certa área, o que acaba tornando o processo desvantajoso para muitas mulheres. Como afirma Carreiras¹¹ (2010) a estrutura organizacional das forças armadas é claramente baseada em divisões de gênero, tanto em termos de oportunidade e poder (divisões hierárquicas) quanto em termos de estrutura ocupacional (divisão sexual do trabalho). Assim, as mulheres geralmente são excluídas de certas especialidades e há padrões distintos de representação de gênero por cargos e áreas funcionais.

As forças armadas também são dominadas por homens em termos de representação numérica, “[...]especialmente nas áreas mais intimamente relacionadas com as funções centrais da instituição, exatamente aquelas que conferem não apenas mais prestígio e recompensas, mas também possibilidades objetivas de acesso aos níveis hierárquicos mais elevados” (CARREIRAS, 2010, p.472),

“Às vezes é muito complicado para uma mulher concorrer com um homem. Porque assim, ao longo da carreira, muitas vezes eu não tenho determinados títulos que eu posso ser extra oficialmente encarregada de determinada coisa. Mas eu não tenho ali no meu currículo aquele título, né? Então, assim, nesse período que eu estive como fuzileiro, eu me sentia capacitada para trabalhar com a parte de recursos humanos, com a parte de logística, com a parte de operações, com a parte de comunicação, porque você acaba mexendo com isso. Mas eu nunca tinha sido encarregada. Eu não tinha um currículo de peso para concorrer com um homem que tinha essas funções desde tenente. Porque o nosso é sempre assim, um cargo colateral.”

A situação só começou a mudar de fato a partir da política de paridade de gênero da ONU, lançada em 2018 e que prevê metas a serem cumpridas nos componentes militares, policiais e civis até 2028. Muitas entrevistadas definem como uma pressão da organização para que seus Estados-Membros conseguissem atingir os percentuais acordados:

“Eu vi um curso que tava sendo oferecido, era um estágio, sobre Operações de Paz da ONU, só pra mulheres. [...] Justamente porque o Brasil tava sendo pressionado né, por causa da Agenda Mulheres, Paz e Segurança. Os países

¹¹ Helena Carreiras é hoje a atual ministra da Defesa Nacional de Portugal, sendo a primeira mulher a ocupar a pasta. Sua trajetória acadêmica concentrou-se principalmente em compreender as questões de gênero no seio das instituições militares e a integração das mulheres nas Forças Armadas.

contribuintes de tropa estavam sendo pressionados a aumentar a participação feminina no contingente militar e tem a estratégia de paridade da ONU, né, que tem os percentuais que têm que ser atingidos de participação feminina, até 2028. O Brasil estava bem aquém disso. O Brasil começou a ser pressionado e começou a receber as notas verbais e de alguma forma tinha que aumentar e não tinha, assim, muitas voluntárias dentro da Marinha. Ainda que a Marinha quisesse mandar, havia um problema de que as mulheres não conheciam o que era uma missão de paz. Não teria voluntárias, né?” .

Aqui, novamente, é citado o desconhecimento de muitas mulheres em relação a essas oportunidades. No trecho abaixo, outra entrevistada relata como é possível identificar de que maneira a pressão política para o desdobramento de mulheres foi o principal motor para as iniciativas tomadas pelas Forças Armadas brasileiras:

“Com a Gender Parity, a política da ONU, isso em 2018 né, forçando os países contribuintes de tropas a terem que mandar mulheres, senão eles iam perder posição, aí começou, como a gente diz no quartel, "tocou a barata, a barata voa". Então assim, as Forças Armadas se viram num dilema né, se não desdobrassem mulheres, eles teriam a possibilidade de perder alguns postos nas missões. Porque assim, tem vários países que querem participar, por questões financeiras, por questões de treinamento, por questões de oportunidade. E o Brasil, apesar de ser muito bem reconhecido militarmente, profissionalmente, se não consegue atingir o que a ONU pede, ou seja, desdobrar mulheres, acaba perdendo posição. Então, houve uma sensibilização das Forças Armadas para que mandassem mulheres. E aí como dizem, igual "cota" né, a gente entrou nessa cota. Então teve uma leva muito grande, e a tendência agora é aumentar o número de mulheres, em consequência dessa pressão, vou dizer assim, uma pressão muito grande de Nova York e da ONU de desdobrar mulheres. Então de uma certa forma a gente conseguiu, mas por essa pressão que a ONU fez muito forte. "Se não mandar mulher a gente vai oferecer a outro país". E são justificativas que.. uma coisa que a gente fala, ainda não temos na posição de Decision Maker, mulheres. Quem decide por nós ainda são os homens, são os generais, almirantes, brigadeiros, que estão nessas posições que decidem se mandam ou não mulheres.”

Este último ponto também é uma discussão essencial quando falamos em participação feminina dos componentes civis, militares e policiais. Como afirma Solhjell (2014) os dados sobre mulheres e homens em cargos da ONU também devem incluir uma compreensão de sua posição. Assim, precisamos saber não apenas quantas mulheres, mas que tipos de oportunidades elas têm na missão e o que pode estar bloqueando seu acesso aos papéis de tomada de decisão (p.19).

Uma das entrevistadas também relata que compreende que a sua participação na MINUSCA só foi possível justamente porque a vaga que concorreu era para Conselheiro de Gênero e que quem trata desse assunto, no imaginário militar, são somente as mulheres.

Como afirma Carreiras (2010), nesse ponto nos deparamos com um paradoxo: ao mesmo tempo em que observamos um novo regime de integração de gênero na

manutenção da paz, as novas oportunidades para as mulheres nas forças armadas são legitimadas por um discurso que se conforma aos estereótipos tradicionais de gênero (p.477).

Por exemplo, a abertura de um processo seletivo para a vaga de Conselheiro de Gênero foi algo recente. A decisão de quem exerceria esse cargo até então estava totalmente a cargo dos superiores, como demonstra o trecho a seguir:

“[...] até então, o cargo de conselheira de gênero ou a função de gênero era uma coisa colateral. Enfim, se você passasse no corredor na hora certa, no momento certo, ou um coronel, um general ia virar e falar assim, você vai ser o ponto focal para isso. Mas em 2018, foi a primeira vez que foi designado um conselheiro de gênero para a Força pelo Escritório de Nova York. E que foi a Márcia Braga.”

O fato da vaga de conselheira de gênero ou a função de gênero ser algo colateral demonstra um certo descaso com a função e com o trabalho exercido, como se fosse de menor importância. De certa forma, designar pessoas sem preparo, sem treinamento adequado e com um acúmulo de funções delimita o trabalho que pode ser e o tempo dedicado para tal. Além disso, todas as entrevistadas mencionam que a premiação da Capitã Márcia Braga foi um ponto-chave nesse processo, tanto para a mobilização das Forças Brasileiras desdobrarem mais mulheres, quanto para um maior destaque da função de gênero na MINUSCA. Como relatado, foi a partir daí que esta vaga se tornou um cargo efetivo com um processo seletivo próprio.

“E aí acabou que, nesse ano (2018), aconteceu uma coisa que teve muita visibilidade que foi a Márcia, comandante Márcia Braga, que também ganhou um prêmio, com o trabalho dela nessa área de gênero aqui na MINUSCA, aliás, na função que hoje eu to exercendo. E isso teve um vulto muito grande no Brasil e ela começou a dar muitas palestras [...]”

Portanto, a partir dos relatos, compreende-se que o aumento exponencial no número de mulheres participantes da MINUSCA teve dois pontos-chave: primeiro, a política de paridade de gênero do pessoal uniformizado da ONU, lançada em 2018 e, neste mesmo ano, a premiação da Capitã Márcia Braga como defensora da igualdade de gênero, devido à sua atuação na MINUSCA. Juntos, esses dois fatores foram os principais responsáveis pelo aumento de mulheres brasileiras nas operações de manutenção da paz. No entanto, não podemos ignorar o fato de que, apesar da premiação ter dado um destaque para o tema e para questões de gênero como um todo em missões de paz, essa premiação é importante para a imagem da ONU. Deste modo, a visibilidade proporcionada pela premiação tinha um peso político muito importante para a instituição, como comenta uma das participantes da pesquisa neste trecho da entrevista:

“Meu general, toda vez que eu ia despachar algo com ele, ele falava assim: Eu não quero saber disso. Eu só quero saber o seguinte: você tem que trazer outro prêmio pra gente. Aí eu ria e falava assim: Ah, general, não dá né? Já veio o prêmio para MINUSCA. Então assim, prêmio eu não posso dar pro senhor não, mas eu vou trabalhar o máximo possível. Eu vou fazer o que eu acho que tem que ser feito. Vou dar o meu melhor. E acho que o senhor vai gostar. Mas sempre aquela brincadeirinha. Ele brincava assim: não quero saber dessas ideias. Eu quero prêmio.”

Como discutido anteriormente, a narrativa de sucesso das operações de paz é muito importante para a instituição e para as Forças Armadas envolvidas. Além disso, o histórico da presença da ONU na República Centro-Africana é marcado por muitas denúncias de exploração e abuso sexual, que chamaram a atenção para o fato e aumentaram a descrença sobre a efetividade dessas operações. Para além disso, os acadêmicos e críticos têm ressaltado as constantes dificuldades da plena implementação da Agenda Mulheres, Paz e Segurança em todos os seus pilares, resultando em avanços ainda tímidos. Diante deste contexto e do relatado pelas entrevistadas, é notável como a visibilidade que as questões de gênero têm ganhado se torna uma questão importante para os comandantes, uma vez que, pelo menos no papel, é importante e benéfico que a organização se mostre comprometida com o tema.

Apesar disso, muitas ainda são as barreiras encontradas pelas mulheres para que consigam competir de forma igualitária com os homens para os cargos em operações de paz. Como já citado, o baixo número de voluntárias, o desconhecimento do funcionamento de uma missão de paz, a falta de informações claras sobre os processos seletivos e o nível de dificuldade da seleção são apenas alguns dos fatores que influenciam nesse processo. Para além dessas questões, os elementos de violência simbólica também se destacam nesse processo. Apesar de muitas vezes implícito, é nítido que há o incômodo dos homens em relação à disputa de cargos com mulheres, algo que até então não existia:

“O problema é que isso (o desdobramento de um maior número de mulheres) impacta no desdobramento dos homens. Ou seja, o que era unicamente homens sendo desdobrados no terreno, agora eles têm que dividir isso. Se a gente tem currículo, condições de competir ou de ser selecionada na mesma proporção que homens, aí, se a gente tem um bom currículo, às vezes um homem não vai entrar porque perde por um currículo nosso.”

Como discutiremos adiante, o treinamento militar e policial de alto padrão, o preparo físico e psicológico e o domínio da língua estrangeira local são fatores imprescindíveis para a participação das mulheres nas operações de paz, uma vez que a mera presença de mulheres militares e policiais que não estão devidamente capacitadas para o trabalho no terreno não resolve os problemas estruturais. Em contrapartida, a ausência de alguns desses elementos já

faz com que as mulheres estejam em desvantagem nessa disputa de vagas. O domínio da língua francesa, por exemplo, que possui um acesso ainda mais limitado que o inglês no Brasil, muitas vezes vai definir, o gênero, a raça e a classe de quem consegue concorrer às vagas. Por outro lado, a colonização francesa como uma característica em comum permite aos países africanos francófonos o envio de um maior número de tropas para essas operações no continente, o que é importante em diversos aspectos, sobretudo geográficos, culturais e sociais. Assim, a questão de domínio do idioma é mais um dos fatores que se articula com raça, classe, gênero e nacionalidade também e relaciona-se com o elemento do contexto social, citado por Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021) para compreender que as dinâmicas interseccionais podem assumir contextos diferentes dentro de determinados contextos.

O trecho da entrevista abaixo expõe a questão da baixa participação feminina nos processos seletivos e da dificuldade com o idioma:

“Quando a gente chegou no RJ a gente se deparou com um processo seletivo muito difícil. Um teste de habilidades, né. Se eu não me engano eram 204 ou 208, inscritos e foram aprovados somente 52. Sendo que desses 52 policiais, só tinham 09 mulheres. Só 09 mulheres, gente. E da língua francesa, foi somente 02 mulheres, eu e uma sargento. As demais 07 mulheres foram somente em inglês. A língua francesa não é muito praticada no Brasil e por coincidência eu decidi fazer Letras - Licenciatura em Francês na Universidade Federal do Pará. [...] E eu acho que isso facilitou. E eles pedem que o inscrito tenha o B1, mas a prova eu percebi que era um nível B2, C1. E no final eu tive a surpresa de saber que eu fui a única aprovada no meu Estado. Fiquei um pouco triste né...”

De modo geral, a participação de mulheres nas operações de paz da ONU é atravessada por questões complexas, que precisam ser analisadas de forma interseccional para sua total compreensão. Como afirmam Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021), observar como as relações de poder interseccionais moldam de maneira contextualizada e histórica identidades, práticas sociais, arranjos institucionais, ideologias e representações culturais acrescenta complexidade em tudo (p.259).

Somente a partir desta ferramenta analítica é possível entendermos como a participação de mulheres nas operações não se restringe a uma questão de gênero, mas sim, um tópico que se articula também com raça, classe, etnia e nacionalidade. Somado a isso, as hierarquias de poder que permeiam as instituições militares, civis e policiais, que influenciam diretamente os cargos, funções, salários e que definem quem são os tomadores de decisões têm um peso muito grande nesse processo. A partir dos relatos das mulheres entrevistadas foi possível observar que, mesmo depois das iniciativas como a Agenda MPS e o Plano Nacional

de Ação do Brasil sobre a Agenda MPS, as participantes expuseram diversas dificuldades ao longo de suas carreiras até chegarem à MINUSCA. Dentre as dificuldades, constatou-se a falta de oportunidades e o pouco incentivo das Forças Armadas à participação, baixa divulgação das oportunidades e escassez de informações claras sobre o processo seletivo. Além disso, dificuldades como o peso do currículo na seleção, o domínio de línguas estrangeiras, e a baixa oferta de cursos de capacitação obrigatórios para as missões de paz também foram empecilhos bastante citados durante as entrevistas.

Por outro lado, todas as entrevistadas relataram que, após a política de paridade de gênero 2018-2028, houve uma notável mudança na postura das Forças Armadas do Brasil, resultando em um maior incentivo para participação, mais divulgação das vagas e também maior ofertas de cursos de preparação, muitos destes, inclusive, voltado especialmente para as mulheres militares, civis e policiais que estivessem interessadas em participar. No caso da MINUSCA, a premiação da Capitã Márcia Braga, também em 2018, pela sua atuação na função de Conselheira de Gênero foi um fator de grande visibilidade que impulsionou as iniciativas em prol das questões de gênero da ONU. Apesar de todas essas ações terem um resultado positivo a longo prazo, sobretudo se observarmos o salto na participação feminina na MINUSCA a partir de 2018 (observar Gráfico 01), muitas entrevistadas relatam que, sob outro ponto de vista, a sua participação na MINUSCA pode ser interpretada por muitos como apenas um preenchimento de cota para mulheres, sem levar em consideração a sua formação, preparação, habilidades e desempenho nas provas de seleção.

Essa percepção é reforçada quando observamos que a participação feminina em operações de paz é um tema de discussão tanto nas Forças Armadas quanto no meio acadêmico há pelo menos vinte anos, mas só começou a ser tratado com maior seriedade quando os países membros da ONU começaram a ser pressionados para tal, com risco de perderem cargos e posições. Portanto, é preciso reconhecer que importantes avanços foram feitos desde a Estratégia de Paridade da ONU em 2018, mas ao mesmo tempo, é preciso manter nosso olhar crítico sobre essas questões. Mais do que nunca, o olhar e o relato das entrevistadas foram essenciais para compreendermos os mecanismos de poder que extrapolam os dados numéricos a que temos acesso. Apesar de observarmos resultados positivos sobre a participação feminina nos últimos cinco anos, é preciso que se entenda quais foram as decisões políticas e estratégias que também estiveram por trás desse processo, para além da boa vontade dos atores envolvidos. De igual forma, é imprescindível destacar que muitas

conquistas e avanços devem-se à articulação de mulheres em prol de melhores condições de trabalho e estruturas adequadas às suas necessidades, mais oportunidades, maior oferta de formação/capacitação, entre outros. O descontentamento e a busca por melhorias fica bem evidente durante todas as entrevistas, onde pode-se observar que os problemas crônicos identificados já eram alvo de reclamações há muito tempo.

No próximo tópico, abordaremos o treinamento e a capacitação das militares e policiais realizado no estágio obrigatório para as operações de paz e também os tópicos apresentados em assuntos de gênero, tanto nos treinamentos anteriores ao desdobramento quanto os realizados em terreno. O intuito é que consigamos observar quais foram as ferramentas fornecidas às entrevistadas para o desdobramento na MINUSCA, inclusive para o cargo de Conselheira de Gênero e de que forma isso impacta na realização de suas funções.

3.3 ESTÁGIO PREPARATÓRIO PARA OPERAÇÕES DE PAZ

Uma das etapas mais importantes para o desdobramento de militares, policiais e civis no terreno é a realização de um estágio de preparação para as operações de paz. Esta é uma etapa obrigatória que prepara, para operações individuais ou não, militares, policiais e civis para estarem em uma missão. No Brasil, essa capacitação é dada pelo CCOPAB, o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil, no caso dos militares do exército e policiais, e pelo COpPazNav, no caso de militares da Marinha, e de outras Forças Armadas, Forças Auxiliares e Militares de Nações Amigas, assim como civis dos quadros de servidores da própria Força Naval e de outros órgãos e instituições. O CIMIC - Estágio de Coordenação Civil-Militar também é um estágio obrigatório, mas destina-se à preparação específica de militares que exercerão atividades relacionadas à Coordenação Civil-Militar dos contingentes brasileiros em operações de paz.

Durante esse treinamento, que geralmente tem a duração de dois meses, são apresentadas instruções que fazem parte do Material Básico de Treinamento Pré-desdobramento das Nações Unidas, também chamado de CPTM, sigla em inglês para *Core Pre-deployment Training Materials*. O conteúdo do CPTM inclui temas e prioridades transversais, como conduta e disciplina, exploração e abuso sexual, proteção de civis, direitos humanos, integração de gênero, violência sexual relacionada a conflitos, proteção infantil e proteção ambiental (ONU, 2022). O conteúdo é dividido em três módulos principais, e dentre

esses módulos, lições divididas por tópicos. Também há os *Specialized Training Materials* (STM) que são materiais divididos por áreas/tópicos específicos, geralmente relacionados a uma função específica ou categoria de trabalho envolvida em operações de manutenção da paz.

A fim de estimular um maior número de mulheres participantes nas operações de manutenção da paz, tanto o CCOPAB quanto o Centro de Operações de Paz de Caráter Naval tiveram a iniciativa de fornecer treinamento específico para mulheres. O COpPazNav, em 2021, realizou o VI 6º Estágio de Operações de Paz para Mulheres. Segundo a notícia divulgada no site da Marinha, “o estágio teve como objetivo disseminar conhecimentos sobre as Operações de Paz da ONU e encorajar o público feminino a participar deste tipo de operação”. No final de 2021, o CCOPAB conduziu o primeiro Estágio de Preparação Específica de Militares do Sexo Feminino para Missão de Paz (EPESFMP), com o mesmo intuito.

Sendo assim, essa seção tem o objetivo de discutir a importância da etapa de capacitação e treinamento para atuação das mulheres militares e policiais no terreno, a fim de debater quais são as principais ferramentas fornecidas ao pessoal da ONU para a realização de suas atividades. Pretende-se discutir também como é feita a capacitação em relação aos *Five Hats* da MINUSCA, que são, para além do componente de gênero: proteção de civis, proteção de crianças, prevenção da violência sexual relacionada ao conflito e prevenção da exploração e abuso sexual. Além disso, como algumas das entrevistadas desempenham ou estão desempenhando a função de Conselheira de Gênero na MINUSCA, o intuito é explorar como se dá a formação e a preparação para esta função.

De forma resumida, o intuito deste tópico é discutir: a) a percepção das mulheres participantes sobre o treinamento que receberam antes do desdobramento e como isso impactou no desenvolvimento de sua função e b) a percepção das mulheres na função de Gender Advisers sobre o preparo para assumir o cargo.

3.3.1 A capacitação pré-desdobramento

Como dito anteriormente, a capacitação é parte do Estágio Obrigatório em Operações de Paz, etapa muito importante para o desdobramento de pessoal para as operações de paz da ONU. O CCOPAB, Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil, é o responsável por

realizar o treinamento e a capacitação das tropas brasileiras que serão desdobradas nas missões de paz. Assim, o Estágio de Preparação para Missões de Paz (EPMP) é um estágio destinado a preparar militares para exercer as funções de Observadores Militares, Oficiais de Estado-Maior e Policiais das Nações Unidas. Neste estágio, são apresentadas instruções abrangendo o Material Básico de Treinamento Pré-desdobramento das Nações Unidas (ONU CPTM). Da mesma forma, o Centro de Operações de Paz de Caráter Naval (COpPazNav) prepara militares da Marinha do Brasil (MB), de outras Forças Armadas, Forças Auxiliares e Militares de Nações Amigas, assim como civis dos quadros de servidores da própria Força Naval e de outros órgãos e instituições, para as operações de paz. Há também o CIMIC - Estágio de Coordenação Civil-Militar que destina-se à preparação específica de militares que exercerão atividades relacionadas à Coordenação Civil-Militar dos contingentes brasileiros em operações de paz. Tanto o COpPazNav quanto o CCOPAB, mais recentemente, começaram a ofertar um estágio de operações de paz específica para militares do sexo feminino.

Autoras como Kronsell (2006), Carreiras (2010) e Eichler (2014) têm destacado como o ambiente militar é permeado pela lógica masculinista e que reproduz divisões hierárquicas em termos de gênero. A masculinidade militarizada, desta forma, é (re)produzida tanto no âmbito do indivíduo, através das crenças e ações, por meio de políticas de Estados, Forças Armadas, incluindo forças de manutenção da paz, bem como no nível da ideologia, cultura e discurso, como por meio de normas sociais, filmes ou mídia (EICHLER, 2014, p.84). Essas crenças, ideias e comportamentos, baseados na masculinidade no meio militar, reforçam a percepção de que a presença das mulheres nos componentes militares representaria um perigo para a eficiência das Forças Armadas, visto que as suas características físicas e psicológicas não seriam consideradas adequadas para a função de combate. (CARREIRAS, KUMMEL, 2008).

Ao mesmo tempo - sabendo que essas instituições não são homogêneas -, há uma pluralidade de sujeitos e experiências nesses espaços. As mulheres, na medida em que adentram instituições masculinistas como as Forças Armadas, podem tanto reforçar estereótipos e papéis de gênero como uma forma de permanência nesse espaço, quanto contestar as normas vigentes.

Em relação ao treinamento militar para operações de paz, como pontuado na seção anterior, muitos argumentos utilizados pelas Forças Armadas em relação ao baixo

desdobramento de mulheres referem-se à falta de experiência e treinamento tático-militar, além da ausência de preparo físico e emocional. Essas crenças baseiam-se em justificar a desadequação ou insucesso de algumas mulheres no terreno a partir de suas características biológicas inerentes ao sexo feminino.

Sabendo que essa percepção é construída socialmente e não biologicamente, e que muitas deficiências neste processo são fruto das falhas organizacionais das Forças Armadas em relação ao preparo e treinamento, pretende-se analisar como se deu esta etapa para as mulheres participantes, argumentando que, com treinamento e capacitação adequados, as mulheres conseguem desempenhar o seu papel de forma muito eficaz. Os problemas relacionados à falta de habilidades e competências das mulheres desdobradas, são, na verdade, falhas organizacionais e não individuais.

O relato da entrevistada a seguir demonstra como o treinamento do CCOPAB foi uma etapa essencial do seu desdobramento:

“Foram dois meses [o treinamento no Rio de Janeiro]. Eu achei um treinamento muito interessante, pra mim foi eficaz. Eu acho que todo mundo que vai pra missão tem que passar mesmo por isso, porque lá eu tive uma noção... Eles conseguiram imitar o local mais ou menos, né, para trabalhar. Por exemplo, tem um local lá que eu não me recordo o nome, mas eles fizeram um lamaçal doído lá, e colocaram a gente pra dirigir nessas ruas com muita lama, e nós passamos por situações iguais lá, né. Por exemplo, quando eu cheguei lá, voltando a tratar desse assunto, eles ficaram surpresos de ver uma mulher que sabia escrever um relatório bem, sabia falar bem no rádio e que sabia dirigir bem. Porque a maioria da mulherada que chegava tinha dificuldade com isso. E isso eu agradeço muito ao CCOPAB, que eles deram essa instrução pra gente, de como dirigir, ensinaram a gente a tracionar o veículo, como... várias coisas assim absolutamente importantes. Inclusive eles fizeram uma instrução lá a respeito de como nós devemos nos comportar em caso de virarmos prisioneiros de guerra, prisioneiros de conflito, como nós devemos agir, como nós devemos fazer, eu achei isso muito criativo, interessante e importante. Eu acho que ninguém deveria ir pra missão sem passar por esse treinamento no CCOPAB. Sem contar as instruções que nós tivemos para mediação de conflitos, né, como lidar [...]”

Neste trecho da entrevista, como podemos perceber, a entrevistada também comenta sobre as mulheres desdobradas de outras nacionalidades na MINUSCA e a sua falta de treinamento para as funções desempenhadas, o que infelizmente corrobora para a percepção estereotipada do desempenho das mulheres em operações de paz. A seguir, ela complementa a sua percepção sobre isso:

“O que eu percebi é que eles [os outros países] mandam algumas mulheres para a missão por mandar. Eu acho que no CCOPAB eles são muito exigentes quanto a isso, e de um lado é legal porque eles acabam mandando policiais e militares para lá de qualidade. Com uma boa formação. E isso faz com que o nosso país fique muito bem falado. Porque quando eu vim de lá as pessoas ficaram falando muito ao meu respeito pros outros militares e policiais que foram para a missão. [...] Então isso é

prazeroso, isso é muito gratificante você escutar que pessoas falaram bem de você na sua ausência. Falar para você que o policial brasileiro ele é exemplar, o militar brasileiro é muito disciplinado, muito preparado, e isso é gratificante.”

Assim como a entrevistada do referido trecho, a maioria das participantes desta pesquisa destacam de forma positiva o treinamento do CCOPAB, principalmente em comparação ao nível de treinamento das mulheres de outros países na MINUSCA. O principal ponto citado na maioria dos relatos é de que há uma preparação ineficaz por parte de muitos países no desdobramento de mulheres, e que isso se relaciona diretamente com a pressão da Organização para alcançar a paridade de gênero e com o risco de sofrerem sanções. O trecho da entrevista abaixo demonstra como a inclusão numérica de mulheres em operações de manutenção da paz precisam ser observadas com maior atenção, uma vez que a inclusão não garante que essas mulheres estejam preparadas e capacitadas para as condições de trabalho adversas encontradas na República Centro-Africana:

“Eu trabalhei com uma tenente que veio da Nigéria, e ela não falava nada em francês. Nada. Aí eu olhei para ela e disse assim: Como foi teu processo seletivo? [...] Porque pra eu vir pra cá foi uma prova de francês difícilima. Aí ela começou a rir. Eu não sei como é os processos seletivos nos outros países. [...] Mas a gente também não pode generalizar, né [...]. Então assim, eu ficava feliz de ver mulheres combatentes na missão. Porque eles têm que perceber que a mulher também serve para o combate, que ela pode auxiliar naquilo ali. Porque o que acontece, a ONU quer igualar os 50%. Mas eles precisam preparar para isso. Porque eu não vou confiar de fazer um pelotão só de mulheres para ir combater se eu sei que elas não estão preparadas. Agora, se eu sei que elas foram preparadas para aquilo ali... Aí é outra coisa. Ao mesmo tempo que eu concordo de igualar o efetivo da ONU, mas por outro lado é muito complicado um efetivo igualado de homens e mulheres. Porque eu vi lá os conflitos como são, e não é fácil. Então é muito perigoso você querer colocar 50% mulheres e 50% homens a não ser que você prepare as mulheres que vão substituir os homens naquele serviço ali. Uma mulher estar dentro de um blindado, dando tiros de ponto 50 e morteiro, não é pra qualquer uma. Ela precisa de um treinamento. Se a ONU quer isso tem que ter preparação, né. Por exemplo, essa moça que chegou só com o inglês, aos poucos fui conseguindo ensinar ela a escrever o relatório, a falar no rádio. E eles tem uma certa dificuldade para falar o francês. Os que chegavam, eu escrevia as frases num papel e ensinava eles a pronunciar.”

A partir do que foi relatado, observa-se que há uma preocupação quanto ao preparo tático-militar das participantes. No relato, é interessante observar como a entrevistada salienta como todas as etapas do treinamento e seleção são importantes, que vão desde o domínio da língua local até os riscos de estar em uma região de conflito armado. No entanto, também é importante observar como a entrevistada ressalta que essa é a responsabilidade da ONU, e que a estratégia de Paridade de Gênero do Pessoal Uniformizado inclui não somente a autorização

para desdobramento, mas todo o processo de seleção, treinamento, e capacitações complementares que são necessários para a plena aptidão de militares, policiais e civis em uma operação de paz. A própria entrevistada, mesmo sabendo das dificuldades das mulheres de ingressarem na carreira policial e militar e na MINUSCA, reconhece que a mera ideia de formar um componente inteiro de mulheres é uma questão complexa que não depende exclusivamente da vontade dos indivíduos envolvidos, mas, novamente, de questões interseccionais.

Outra entrevistada, que estava no cargo de Gender Adviser, e portanto era a responsável por receber e realocar as mulheres da MINUSCA também cita qual era o nível de capacitação das mulheres desdobradas na operação:

“Eu recebi mulheres na missão, que tipo assim... parecia que vieram de cinco séculos atrás, sabe? Não sabiam dirigir porque eram casadas e era o homem que levava para um lado e para o outro. E aí eu não posso mandar para o setor. Porque não? Porque elas vêm como missão individual, mas vêm tipo em castas né? Tem que ficar junto com o mais antigo, que está na capital, porque o mais antigo da nacionalidade tem que tomar conta daquela mulher, entendeu? Não pode dar serviço à noite. Como assim? É militar e não pode dar serviço à noite, por quê? Então não pode se candidatar para essa vaga! Porque essa vaga tem serviço à noite. Então a gente vê que tem umas coisas... Mas aí o que acontece, determinados países colocam [mulheres] porque senão vão sofrer sanções da ONU.

Então manda a mulher desqualificada, culturalmente, porque também não dá para esperar que, por exemplo, um coronel mulher tenha um currículo igual ao de um coronel homem se as oportunidades não foram dadas ao longo da carreira.”

Apesar da entrevistada ter utilizado a expressão “*desqualificada, culturalmente*”, pelo contexto compreende-se que a entrevistada quis se referir às condições sócio-culturais que fazem com que, nos mais diversos contextos, não seja bem aceito pela sociedade que a mulher esteja presente em espaços e funções que geralmente são ocupados por homens, como saber dirigir, por exemplo. Além disso, o depoimento destaca o fato de que as condições desiguais e históricas da mulher na sociedade e nas instituições militares faz com o que o seu currículo, - e portanto, seus cursos de capacitação, suas oportunidades de desdobramento em outras operações de paz - sejam desiguais em relação aos homens. Isso, é claro, reflete na forma como se dá essa participação e a inclusão das mulheres de fato nesses espaços. Enquanto muitos militares e policiais homens estão sendo desdobrados pela segunda ou terceira vez em uma operação de paz da ONU, a imensa maioria das mulheres, no caso da MINUSCA, está tendo sua primeira experiência. Dentre todas as entrevistadas, por exemplo, apenas uma esteve na MINUSTAH (Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti) em 2018 pelo curto período de quatro meses. As demais, ao longo das entrevistas, mencionam

tentativas de serem desdobradas para operações de paz como as do Chipre (UNFICYP) e tentativas nos anos anteriores de estarem na MINUSCA.

A entrevistada também relata de que forma essa falta de preparo afeta psicologicamente as mulheres que passam pela experiência no terreno.

“Eu participei há pouco tempo de um trabalho que a ONU está fazendo com relação à PTSD (Post-Traumatic Stress Disorder), já não lembro como é que é o termo em português, mas porque eu sou da área de saúde. Estava tendo uma conversa entre a missão permanente aqui do Brasil junto à ONU e o Ministério da Defesa no Brasil para participar da reunião. Então, assim, eu vi o pessoal falando lá, apresentando números, realmente dentro da população militar, as mulheres têm o maior índice de PTSD. E aí o que acontece, a primeira visão que o homem tem é que a mulher é mais frágil... Esses dados foram dados da ONU de todas as mulheres desdobradas no terreno. Então aí já começa. “Não, porque a mulher não tem estrutura, a mulher é mais frágil, a mulher não sei o que...”. Aí é tipo assim, você tem que se controlar porque você está falando com muita gente, muito acima de nós. E aí você tem que calmamente explicar que, assim, esses dados não são dados do Brasil, que o Brasil prepara bem as mulheres, eu fui preparada. Pode ser que eventualmente uma ou outra não esteja. Mas a gente, culturalmente, tem uma história... e historicamente a gente não manda militar que não está preparado. Então provavelmente esse PTSD vem dessas mulheres que não sabem dirigir, que vão parar são sei aonde, entendeu, que não pode sair de perto...”

Os transtornos psicológicos relatados pós-experiência em operações de paz e situações de conflito armado, como o Post-Traumatic Stress Disorder (PTSD), não são fruto da *fragilidade emocional* feminina, mas sim, de diversos fatores e, dentre eles, a falta de preparo psicológico. Segundo o National Institute of Mental Health (NIMH) dos Estados Unidos, o Post-Traumatic Stress Disorder (PTSD) é um transtorno que se desenvolve em algumas pessoas que vivenciaram ou testemunharam algum evento chocante, assustador ou perigoso. As pessoas com esse transtorno podem se sentir estressadas ou assustadas, mesmo quando não estão em perigo, levando ao indivíduo a ter flashbacks que o fazem reviver o trauma repetidamente, pesadelos, sintomas físicos como sudorese e taquicardia e pensamentos assustadores.¹²

Portanto, todos os indivíduos que passarem pelo mesmo processo e pelas mesmas situações estão sujeitos a desenvolverem esse tipo de transtorno. Neste caso, novamente observamos como a interseccionalidade é importante em todas as áreas, incluindo a área da saúde. Observando os dados trazidos pela ONU sobre os indivíduos afetados pelo PTSD de forma *neutra*, e sem recorte de gênero, raça, classe, etnia e nacionalidade, além de excluir as condições materiais a que estão expostos, rapidamente são feitas conclusões essencialistas e

¹² Fonte: <https://www.nimh.nih.gov/health/topics/post-traumatic-stress-disorder-ptsd>. Acesso em: 20 de julho de 2022.

generificadas a respeito de algo que é inerente à natureza humana, que são as emoções. É claro que cada indivíduo lida com as suas emoções e com os traumas de forma muito particular e subjetiva, ainda mais em contextos de violência extrema e vulnerabilidade, mas como discutimos anteriormente, o discurso heróico da masculinidade, do uso da força e de proteção dos inocentes é incentivado pelo Estado e pelas instituições a levarem os homens para a guerra, fazendo com que suas emoções e suas fragilidades não sejam expostas e/ou validadas, mas sim, sua bravura e sua coragem (ELSHTAIN, 1995; TICKNER, 2001).

A repressão das emoções por parte dos homens, no entanto, não se explica de forma biológica, mas sim, social. Assim, o conceito de Masculinidade Militarizada, nos é útil para compreender de que forma homens e masculinidades são militarizados, não inerentemente militaristas (EICHLER, 2014, p. 90). Isso significa dizer, para Eichler (2014), que a ligação entre o militarismo e os homens é feita socialmente e não biologicamente. Neste sentido, os homens não são mais “preparados” ou “fortes” para as situações de conflito do que as mulheres, mas essa é uma construção que envolve complexas dinâmicas sociais entre gênero e violência.

Os trechos das entrevistas a seguir demonstram, como os homens também são afetados nesse processo e de que forma as questões psicológicas são, muitas vezes, negligenciadas:

“Eu vi homem surtar na missão, teve gente que se matou lá. Então a gente é muito forte. [...] E agradeço a Deus que eu voltei com o psicológico bem, porque não é fácil. Eu acho que tinha que ter um treinamento psicológico de qualidade, isso que falta.”

“[...] com duas semanas de Missão eu fui para esses lugares que são lugares absolutamente miseráveis.[...]Eu voltei numa sexta-feira e eu chorei a noite inteira, cara, assim de... Porque no início... Depois infelizmente a gente começa a se acostumar, mas no início pra mim... quando eu vi, eu voltei e eu chorei uma noite inteira.”

“Lá foi muito pior do que eu imaginava. Porque quando você chega na capital, você vê uma situação. Às vezes você vê o reporte, foi como você disse, você ler um relatório é uma coisa. Você não tem a real dimensão do que você... do que está acontecendo, né?”

Ainda sim, a grande maioria das entrevistadas reconhece a qualidade do treinamento pré-desdobramento fornecido pelo CCOPAB, sobretudo quando comparado ao treinamento de colegas de contingentes militares de outros países.

“Então eu achava que a gente estava muito mal, que tinha que melhorar muita coisa. Estava muito revoltada com muita coisa. Mas quando eu olhei o que a gente encontra realmente, a situação em relação aos outros países, a gente não está tão

mal. [...] Mas depois eu entendi... que é aquele negócio, depois a gente entende um pouco mais, né? Tem que começar de algum jeito. Tem que ter uma uma cota, tem que ter uma posição. Então, de início, a gente vai receber muita gente sem qualificação até que o próprio país consiga entender. E que foi mais ou menos o caso do Brasil, porque quando eu me voluntariei não tinha ninguém da Marinha nesse banco de dados com qualificação.”

No entanto, é preciso destacar que o processo de treinamento e capacitação pode, em algum momento, tornar-se uma barreira que impede a participação de mulheres nas operações de manutenção da paz. Muitas mulheres acabam não se inscrevendo nas vagas ofertadas por não possuírem o estágio preparatório e/ou não terem conhecimento sobre como o processo seletivo funciona. Algumas entrevistadas já possuíam o estágio quando candidataram-se à vaga, e outras, apenas candidataram-se e, caso fossem selecionadas, fariam a capacitação necessária. Como explica a entrevistada no trecho a seguir, esse processo de fornecer a capacitação antes da vaga surgir de fato, para que já existam mulheres preparadas para assumir o cargo, mudou apenas recentemente:

“Quando eu soube, quando saiu mesmo minha confirmação [para a MINUSCA], eu tentei contato com o CCOPAB [...], só que assim, não tinha como fazer o adestramento só para uma pessoa. Lá tem um cronograma de cursos e você tem que aplicar ao longo do ano. Tem somente duas vezes ao ano, se não me engano. Mas, em contrapartida, o processo nas outras forças é diferente. Pra você fazer um curso de dois meses, o meu comandante só vai me deixar ir se eu tiver alguma coisa em vista. Eu não posso me dar o luxo de virar e falar assim: ó, eu talvez vá, eu tenho vontade para algum lugar e eu preciso fazer esse curso. Agora está começando a mudar essa mentalidade, porque, enfim, eu fui uma das que reclamei pra caramba disso. [...]O pessoal demora pra fazer a seleção, né. Então hoje já tem uma série de mulheres com essa capacitação, mas na época não tinha. Acho que até esse fato de duas terem ganhado o prêmio, isso começou a alertar que a gente tem que estar preparado para uma situação que possa acontecer.”

A entrevistada também relata que a sua capacitação teve que ser feita em 15 dias, mas que, geralmente, esse período de formação tem duração de dois meses. O curso teve que ser customizado devido ao prazo curto para o desdobramento. Por isso, destaca que essa etapa deve ser anterior à candidatura, de forma que as mulheres tenham tempo hábil para se preparar e poder concorrer de forma igualitária às vagas.

Em resumo, observamos que o processo de seleção, treinamento e desdobramento para as operações de paz são etapas burocráticas que envolvem questões como currículo, cursos, vagas, oportunidades, salários, treinamento, networking, cargos e hierarquias internas, mas também profundas questões de gênero, classe, raça, etnia, idioma e nacionalidade. Desde o processo de divulgação das vagas até o processo de desdobramento entende-se que há uma discrepância no tratamento, no incentivo e nas oportunidades ofertadas para militares,

policiais e civis do sexo masculino e feminino. Isso se dá tanto em questões mais institucionais que envolvem a estrutura organizacional da ONU, quanto em questões mais subjetivas que interferem na percepção dos sujeitos, em geral, homens policiais e militares (às vezes de alto escalão), sobre questões de gênero. Como apresentado, a política de Paridade de Gênero de 2018 realmente foi um mecanismo que, em termos institucionais, conseguiu pressionar os Estados-Membros a enviar um maior número de mulheres para as operações, o que fez com que esses números venham aumentando cada vez mais, ano a ano.

Contudo, se olharmos atentamente para os resultados e para as experiências na operação da República Centro-Africana, vemos que essa política também ocasionou lacunas de formação e treinamento adequado às mulheres em terreno e que a paridade numérica não necessariamente garante a igualdade de gênero. Todavia, é preciso que se reconheça que as desigualdades históricas às quais as mulheres foram submetidas, sobretudo em ambientes de masculinidade militarizada, não serão reparadas de formas simplistas. Para além da desigualdade de gênero, a realidade das mulheres do Sul Global (que no caso da MINUSCA, representam grande parte dos Estados contribuintes de tropa) é atravessada por desigualdades ainda mais profundas, o que impacta diretamente no acesso ao ensino e às oportunidades.

Portanto, como destacou uma das entrevistadas, é necessário que a iniciativa em relação à meta 50/50 do pessoal uniformizado da ONU comece de alguma forma, mesmo com algumas falhas e passível de ajustes ao longo do tempo. Em relação ao Brasil, apesar de termos críticas à implementação da Agenda MPS e à forma como a questão de gênero tem sido tratada em organismos internacionais (principalmente nos últimos quatro anos) é preciso reconhecer que o país está a frente em muitas questões e tem desempenhado um papel muito importante no fortalecimento da Agenda frente a ONU na MINUSCA.

3.3.2 Percepções de mulheres militares e policiais sobre as capacitações em Assuntos de Gênero

Em relação ao treinamento sobre assuntos de gênero para o cargo de *Gender Adviser*, a questão também precisa ser analisada a partir de lentes interseccionais. Primeiramente, é preciso esclarecer qual é a função de quem ocupa o cargo dentro da função militar. Como explica uma das entrevistadas, existe o cargo de *Gender Adviser* do componente civil, que é a pessoa civil responsável pelo componente de gênero na MINUSCA como um todo. Este,

portanto, é o cargo principal da célula de gênero dentro da operação. Auxiliando no seu trabalho, está a *Gender Adviser* do componente militar. De forma detalhada:

“Na verdade, a célula de gênero ela está aqui para assessorar tanto horizontalmente como verticalmente. Horizontalmente são as células né, desde o 1, ou S1, que é o pessoal, S2 que é inteligência, S3 que é operações, S4 que é logística, S5 que é planejamento, S6 que é parte de comunicações né, de rádio e comunicação, S7 que é treinamento, S9 que é CIMIC [coordenação civil-militar]...Então essas células na horizontal, que são chefes dessas células, a Conselheira de Gênero, ela está ali para assessorar, de que forma pode incluir a Agenda 1325. O trabalho da Agenda 1325, em cada uma dessas células, é por exemplo, pessoal: orientar, incentivar que as tropas aumentem o número de mulheres desdobradas e colocar mulheres em posições de liderança de chefia. Então, esse tipo de trabalho do *Gender Adviser*. Verticalmente: assessorar o Force Commander quando ele precisa de orientações sobre exploração e abuso sexual, proteção de crianças, uma palestra, uma visita. Então é esse tipo de trabalho que a gente faz.”

Sendo assim, quem ocupa o cargo de *Gender Adviser* em âmbito militar tem a responsabilidade de designar planos de ação, tarefas e funções que auxiliem a plena implementação da Agenda MPS na operação, como projetos de impacto rápido com a comunidade. Essas tarefas, nesse sentido, têm um caráter mais tático-militar, voltado para pensar estrategicamente, dentro da logística da MINUSCA, como as diretrizes da célula de gênero podem ser implementadas. Apesar disso, é esperado que a pessoa designada ao cargo tenha conhecimento, ainda que mediano, sobre todos os temas que perpassam a Agenda, para além do âmbito militar. É claro que, dentro da divisão de cargos das operações da ONU, o escopo de atuação de cada cargo e as suas referentes hierarquias são bem delimitadas, mas, quando falamos de gênero, não podemos restringir a função do *Gender Adviser* em “pensar militarmente a questão de gênero”, uma vez que o tema transpassa essas barreiras.

No que tange a esse aspecto, todas as entrevistadas que ocupam ou ocuparam o cargo na operação da República Centro-Africana relataram a iniciativa de buscar aperfeiçoamento constante, até mesmo para além dos cursos oferecidos pelo Exército e pela Marinha. Parte disso se dá ao fato do treinamento em questões de gênero da ONU cumprir bem o seu papel em nível operacional, mas não abarcar questões mais profundas, como os problemas e debates levantados pela literatura acadêmica e feminista sobre o tema no campo das Relações Internacionais e dos Estudos de Gênero.

“Pra você ter uma ideia, eu paguei o curso da Suécia, do meu bolso, de gênero. Eu fui pra Suécia e eu banquei. Porque como é que o Brasil ia me mandar, se não tinha nada certo ainda [para assumir o cargo]?”

Neste ponto, a entrevistada também volta a refletir sobre o problema dos cursos de formação não serem ofertados em livre demanda para os(as) interessados(as), uma vez que é necessário o afastamento das atividades para a realização dos cursos. No entanto, isso afeta negativamente a participação dos militares e policiais brasileiros (sobretudo em termos de gênero) uma vez que, quando as vagas são ofertadas, muitas mulheres ainda não possuem os requisitos mínimos para tal.

Dentre todas as entrevistadas, apenas uma relatou ter conhecimento dos temas da Agenda MPS há mais tempo, chegando a dar instruções no CCOPAB sobre o tema antes de estar na MINUSCA. As demais entrevistadas relatam que, ao longo da carreira nas Forças Armadas, o interesse por participar de uma operação de paz da ONU foi surgindo, mas que trabalhar especificamente na célula de gênero nunca foi um objetivo:

“Então a Marinha abriu esse curso,[...] e foi muito interessante, porque mais do que um curso informativo, sobre a estrutura da ONU, ou sobre aquele material do CPTM, é um curso que foi dado por mulheres civis ou militares que tinham já participado de alguma missão da ONU.[...] E aí eu fiquei assim, muito apaixonada, muito interessada, e resolvi, que dentro da minha carreira, embora não tivesse nada a ver com engenharia, que eu ia começar a me preparar pra poder tentar uma oportunidade dentro da Marinha em uma missão de paz.”

Sendo assim, a maioria das entrevistadas assumiu o cargo de Gender Adviser por uma soma de fatores envolvendo a oportunidade da vaga e bom currículo, mas também pelo fato de serem mulheres se candidatando para um cargo de *gênero*. Contudo, o quesito experiência de trabalho ou familiaridade com o tema, por exemplo, não foi um fator determinante para isso.

“Então essa vaga, como foi para conselheira de gênero, ainda existe essa mentalidade, né? Que gênero era coisa de mulher, então nem pensaram em mandar um homem para concorrer comigo. Gênero era coisa de mulher. É o que eu brinco que foi a minha sorte, se bobear eu nem ia. Porque eu não tinha experiência nenhuma, entendeu?”

Para além disso, a função de Gender Adviser, na MINUSCA, até hoje ocupada apenas por mulheres, reflete um pouco da mentalidade de que gênero é “coisa de mulher”. E que, por serem mulheres, estas terão capacidades inatas de gerenciar a função relacionada à gênero. Apesar dessas problemáticas, todas as entrevistadas relatam ter recebido o treinamento específico para Operações de Paz da ONU que abrange material do CPTM das Nações Unidas e demais cursos específicos (STM) que abrangem temas como proteção de civis, proteção de

crianças, prevenção de abuso e exploração sexual e prevenção de violência sexual relacionada a conflito.

A seguir, outra entrevistada relata o seu processo de aproximação com as temáticas da Agenda MPS:

“E tinha uma colega minha que trabalhava no CCOPAB e já tinha trabalhado comigo na AMAN, e ela era *Gender Focal Point*. E aí cheguei lá e a gente já era amiga, e aí a gente começou a trabalhar, dividir o conteúdo, ela foi me ensinando, foi passando e eu fui entrando nesse novo universo que é da Agenda MPS. E aí nesse ano de 2014, no CCOPAB, comecei a me inteirar e dar instruções sobre isso...[...] Sempre pediam nos cursos do CCOPAB para a gente dar, e aí eu fui me inteirando sobre o assunto, fui pesquisando...Porque a gente quando se torna pesquisador a gente não quer mais ficar só naquele nível de conhecimento, você quer buscar mais informações, [...] todo pesquisador tem... esse... começa a ficar com esse ranço, né, de estar sempre buscando mais informações, informações atualizadas. Aí virou uma cachaça. Eu comecei a gostar do assunto. Então, no final de 2014, esse meu primeiro ano, eu tive a oportunidade de participar de uma equipe de treinamento para ir para Angola, para dar instrução sobre a CPTM. Aí me pediram para dar instrução sobre a agenda mulheres, paz e segurança, sobre o respeito à diversidade e sobre a exploração sexual, algo que são os temas que estão no pacote. [...]E comecei a palestrar, a dar instruções, a escrever artigos, então, comecei a me tornar especialista nesse assunto.”

A entrevistada em questão possui uma carreira um pouco diferenciada das demais, uma vez que tem um vasto conhecimento sobre os vários assuntos na Agenda Mulheres, Paz e Segurança e que, ao longo de sua trajetória, forneceu inclusive treinamentos sobre isso para as tropas na capacitação pré-desdobramento mas também no terreno, quando esteve no Haiti em 2017. Contudo, apesar de ter um currículo com alta qualificação para trabalhar na célula de gênero, não foi o que aconteceu em um primeiro momento:

“Eu vim para a MINUSCA [...] E a minha função... a primeira né, era para trabalhar com o pessoal de recursos humanos. [...] Aí, quando eu cheguei aqui [na MINUSCA] a Comandante [nome], falou: Poxa [nome], eu nunca trabalhei com isso, estudei e tal, mas você tem um vasto conhecimento, até por causa do CCOPAB, desde 2014. Então seria tão bom se você fosse pra nossa célula de gênero, pudesse colaborar.[...] e aí a gente solicitou ao General né... General, será que poderia mudar a posição da major [nome] para trabalhar na célula de gênero?” E ele: “Vamos ver, me escreve um rascunhado”. E aí eu botei todo o meu currículo, meus cursos, minhas experiências, e aí ele acatou. Então, assim, para Nova York, eu estou numa função que fui designada de trabalhar de auxiliar de recursos humanos. Mas, na verdade, desde que eu cheguei aqui, porque não tem como mudar isso em Nova York, eu fui designada para essa missão, mas internamente a gente pode fazer isso. Tem essa prerrogativa. Desde então eu fui para a célula de gênero.”

Portanto, de acordo com isso, fica evidente que há uma falha interna de cruzamento de dados relativos à oferta de vagas sobre conhecimentos específicos e seleção das e dos candidatos e candidatas. Novamente, a questão implícita aqui parece ser o fato de que,

essencialmente por serem mulheres, as candidatas estão aptas a assumir cargos na célula de gênero. E, quando há de fato alguém com preparo e conhecimento para tal, a designação ao cargo precisa ser feita através de um esforço individual para realocação de trabalho interno na operação, o que talvez pudesse ser facilmente resolvido na etapa de seleção e divisão de cargos, responsabilidades e tarefas. No entanto, parece que aqui as questões de hierarquia dessas instituições, que delimitam cargos e posições nas organizações militares, são fatores que se sobrepõem em absoluto.

De forma resumida, compreende-se que a grande maioria das mulheres brasileiras (militares ou policiais) que assumiram o cargo de Gender Adviser ou algum cargo dentro da célula de gênero tinham pouca ou nenhuma experiência com a temática. Além disso, receberam treinamentos específicos, sobretudo em relação aos "five hats" que abrangem a proteção de civis. Ao mesmo tempo, de acordo com os relatos na seção seguinte, observaremos que todas relatam ter aprendido muito de seu trabalho na prática, observando a realidade e agindo com as ferramentas que tinham ao seu alcance. É preciso mencionar e reconhecer também que todas desempenharam muito bem o seu papel e receberam notoriedade e premiações por isso. Contudo, este desempenho está muito relacionado com o esforço individual e pessoal de cada militar e policial, uma vez que, como veremos a seguir, a grande maioria relata trabalhar e dedicar o seu tempo em questões para além das designadas para o seu cargo, em prol de buscar melhorias na condição da população, compreender mais sobre a cultura do país e entender mais sobre as reais necessidades dos civis.

Isso significa dizer que, apesar do treinamento militar do CCOPAB ser reconhecido pela sua eficiência, os cargos que demandam conhecimentos específicos, como a função de Gender Adviser, poderiam ter um maior preparo na etapa de pré-desdobramento. Ao longo desta seção, observamos que são várias as lacunas desde o processo de seleção até o processo de desdobramento. De maneira semelhante, ainda que nenhuma mulher militar ou policial de outra nacionalidade tenha sido entrevistada para esta pesquisa, os relatos das brasileiras que estiveram na MINUSCA nos mostram que, como um todo, o treinamento tático-militar para mulheres de grande partes dos Estados contribuintes de tropas ainda não é tão eficiente como o esperado.

Como exposto, o desdobramento de militares e policiais que são estão devidamente preparadas pode acarretar num baixo desempenho na operação que, de maneira simplista, pode ser argumentado contra a política de paridade do pessoal uniformizado, com

justificativas como pouca condição física e psicológica, dificuldade de lidar com a situação em terreno, maiores casos de assédio sexual, entre outros. Mais uma vez, fica evidente a necessidade de identificarmos a carga do racismo, do sexismo e da xenofobia que há por trás dessas críticas, uma vez que as mulheres não-brancas do Sul Global são as que mais sofrem esses tipos de ataques, até mesmo por militares mulheres brancas em posições de poder. A interseccionalidade, nesse sentido, nos ajuda a compreender como as opressões estão interligadas e não partem apenas de um lugar.

Na seção a seguir será abordado a experiência em terreno na República Centro-Africana e o trabalho desempenhado pelas mulheres entrevistadas, como Gender Adviser ou como militares e policiais com alguma função dentro da célula de gênero. Em um primeiro momento, será feito um breve histórico da situação reportada nos relatórios oficiais da MINUSCA sobre a violência no país, destacando as seções que trataram de questões relacionadas à proteção de civis, proteção de mulheres e crianças, combate ao abuso e exploração sexual, e combate à violência sexual relacionada a conflito. A seguir, serão apresentados e discutidos trechos onde as mulheres entrevistadas relataram sua experiência na MINUSCA, citando dificuldades, casos marcantes, anseios e suas perspectivas sobre a importância da célula de gênero e da Agenda MPS para as operações de paz das Nações Unidas.

3.4 “POR ONDE EU COMEÇO?”: UMA ANÁLISE DOS ÍNDICES DE VIOLÊNCIA E A EXPERIÊNCIA EM TERRENO NA MINUSCA

O intuito desta seção é abordar um dos pontos mais cruciais que norteiam o desenvolvimento deste trabalho, a experiência no terreno, no caso da MINUSCA, na República Centro-Africana. Mais especificamente, como já dito anteriormente, essa pesquisa se propôs a investigar a aplicação das políticas da Agenda MPS nas operações de paz da ONU e a sua real efetividade no terreno, buscando, a partir do relato de mulheres brasileiras que estão ou estiveram na missão, reflexões, questionamentos e experiências acerca deste tema. Esse questionamento, que tornou-se o problema de pesquisa, surgiu a partir do debate acadêmico no campo das RI e dos estudos de gênero sobre a necessidade de olharmos as políticas de gênero da ONU para além do campo institucional e da narrativa liberal, observando as fissuras coloniais e patriarcais que demarcam as operações de paz embebidas, muitas vezes, no feminismo liberal que permeia as grandes instituições.

Para isso, essa seção busca explorar, de forma breve, uma análise dos relatórios da MINUSCA no período de 2014-2021, a fim de mapear a situação geral da República Centro-Africana em termos de violência, dedicando um olhar especial para as seções que tratam de temas relacionados à Agenda MPS. Posteriormente, buscou-se, através das entrevistas em profundidade, explorar os relatos das participantes, não apenas como representantes oficiais de uma organização ou de certo governo, mas também como sujeitos individuais que possuem suas próprias percepções. Portanto, as entrevistas não se caracterizam por uma narrativa linear, uma vez que, apesar de serem guiadas por algumas perguntas-chave, os relatos fluíam muito entre o pessoal e o institucional.

Sendo assim, mais do que situar os dados reportados nos relatórios *versus* as experiências em terreno, ou narrativas oficiais *versus* narrativas pessoais, esta seção busca discutir como os mesmos fatos podem ser analisados sob múltiplas perspectivas, que variam de acordo com a forma com que são colocados e a interpretação que se pode ter a partir deles. Essas narrativas, portanto, ora se complementam e ora se distanciam, da mesma forma que os relatos das entrevistadas sobre a situação no terreno às vezes se colocam como problemas práticos do cotidiano e às vezes são atravessadas por questões pessoais que se relacionam com as suas vivências enquanto mulheres, racializadas ou não, periféricas ou não, do norte ou do sul global. Não menos importante, essa etapa também tornou-se um processo de escuta e acolhimento dos relatos trazidos pelas entrevistadas, uma vez que esse espaço de discussão e troca de ideias ainda é ausente dentro das instituições militares.

Portanto, a escolha de trazer essas duas fontes para explorar o problema parte da ideia que não há hierarquização em termos de valor acadêmico das duas narrativas aqui postas, mas sim, de que há a necessidade de olharmos para todas as partes envolvidas nesse processo para que a lente de análise seja a mais abrangente possível.

3.4.1 Análise dos Relatórios da MINUSCA 2014 -2021: Um olhar sob os índices de violência

Os relatórios da MINUSCA foram elaborados desde a Resolução 2149 (2014) na qual o Conselho de Segurança da ONU estabeleceu a operação no país para substituir a MISCA, vigente até 2013. Desde então, os reportes foram elaborados no intervalo de três a quatro meses, provendo atualizações sobre a situação política, econômica e securitária do país. Neste

primeiro momento, iniciou-se o processo de transição gradual da MISCA para a MINUSCA, onde as duas operações trabalhavam em conjunto até o pleno estabelecimento da MINUSCA no país. Ao longo dos anos, os mandatos da MINUSCA foram sendo estendidos, e a operação continua em curso até o presente momento.

No relatório elaborado em Agosto de 2014 destacou-se a situação crítica em que o país se encontrava em termos de segurança da população civil. Eram denunciadas as graves violações de direitos humanos a quais a população da República Centro-Africana estava submetida, incluindo o deslocamento forçado da população civil, particularmente os muçulmanos; a destruição da propriedade; estupro e outras formas de violência sexual; o recrutamento de crianças por grupos armados; e violações do direito à vida e à liberdade de locomoção, e à segurança e integridade física, cometidos por meio de assassinatos, execuções e tratamentos cruéis, desumanos e degradantes (CSNU, S/2014/142). No período, a situação de segurança foi marcada por ciclos de ataques e represálias entre grupos armados e comunidades, resultando em um elevado número de vítimas. No reporte a esses acontecimentos, o relatório destaca que, em muitos casos, essas vítimas eram mulheres e crianças, sobretudo quando os ataques ocorriam em vilarejos.

Em relação à violência de gênero, o relatório destaca que a situação de mulheres e crianças da República Centro-Africana era crítica, uma vez que a violência sexual e de gênero contra mulheres e meninas era cometida por todos os grupos no contexto da violência sectária. De acordo com o relatório, os crimes incluíam estupro, estupro coletivo, casamento forçado, escravidão sexual e mutilação sexual. Os dados trazidos pelo relatório de agosto de 2014 mostravam que, nesse ano, o governo da RCA estimou que cerca de 44,5% da população sofreu violência sexual, onde, destes, aproximadamente 20% são casos de estupro (90% dos casos de estupro relatados foram estupros coletivos cometidos por homens armados e 10% dos casos de violência de gênero foram casamentos forçados) (CSNU, S/2014/142). O relatório também menciona relatos de recrutamento e uso de crianças-soldados tanto pelos ex-Séléka quanto pelos anti-balaka, assassinatos e mutilações, estupros, ataques contra escolas e hospitais, sequestros e negação de assistência humanitária. A situação de deslocamento forçado (mais de 1 milhão de pessoas foram deslocadas pelo conflito e 400.000 centro-africanos buscaram refúgio em países vizinhos) e de insegurança alimentar também eram pontos cruciais que demandam maior atenção e planejamento estratégico.

Em relação a atuação da MINUSCA, o relatório aponta que foi montada uma força-tarefa para monitorar e relatar as violações dos direitos das crianças, o que confirmou várias alegações de recrutamento e uso de crianças-soldados e ocasionou no afastamento de mais de 300 crianças da atividade militar no período. Isso também resultou no treinamento de militares para a prevenção da violência infantil. No que diz respeito a violência sexual relacionada a conflito, a MINUSCA começava a dar seus primeiros passos rumo ao estabelecimento de um mecanismo de monitoramento, análise e notificação sobre violência sexual relacionada a conflito, além de sessões de treinamento para os militares e para organizações da sociedade civil. Em colaboração com a ONU mulheres foi finalizado um projeto que objetivava o reestabelecimento da justiça no país e principalmente o combate a impunidade em casos de violência sexual e violência de gênero.

No relatório de novembro de 2014 a situação de violência ainda era extrema, bem como os constantes casos de violação de direitos humanos, com ataques à população civil e intensos conflitos entre grupos armados. No período, houve o registro de sequestro de mulheres e crianças por grupos armados estrangeiros e transfronteiriços na região. Em relação à proteção de crianças, a MINUSCA reforçou os esforços no período para o afastamento de crianças-soldado dos grupos armados, dialogando com os anti-balaka para que crianças não fossem mais associadas a essas atividades (CSNU, S/2014/562).

Segundo o relatório, em termos de violência de gênero os esforços continuavam, em parceria com associações de mulheres, para fortalecer a capacidade da República Centro-Africana de monitorar e investigar alegações de violência sexual e de gênero, inclusive por meio de campanhas de conscientização contra a violência. Em relação as vítimas, as iniciativas voltavam-se para o estabelecimento de unidades especializadas para lidar com a violência sexual e de gênero cometida contra mulheres e crianças (CSNU, S/2014/562). Ainda, são mencionadas iniciativas para a promoção da participação das mulheres no processo de paz, por meio de treinamentos para mulheres em comunidades locais sobre reconciliação intercomunitária, incluindo tanto mulheres da comunidade muçulmana quanto mulheres associadas ao anti-balaka na comunidade cristã.

É possível observar que o ano de 2014 foi, para a MINUSCA, um período marcado pela transição entre as operações, que necessitava de uma adaptação do governo local, da população civil e dos contingentes que estavam sendo deslocados para a RCA com o novo cenário que se configurava. Em um primeiro momento, os relatórios do ano de 2014 nos

mostram que as estratégias iniciais estavam centradas em mapear a situação do país para que se pudessem traçar políticas eficientes para a proteção de civis. Em termos de iniciativas no combate a violência de gênero, as políticas ainda estavam no período de formulação e adaptação ao novo cenário. Apesar disso, a situação era crítica e necessitava de ações rápidas e eficientes para o combate da violência.

No relatório de abril de 2015, destacou-se que embora tenha havido alguma melhora na situação da segurança na República Centro-Africana, em muitas partes do país a violência ainda era altamente volátil, com casos de assassinato, sequestros, e um aumento geral de tensão e violência no país devido à época da transumância, que é o deslocamento sazonal de rebanhos de gado para locais que oferecem melhores condições durante uma parte do ano. Na altura, mais da metade da população sofria com a crise humanitária e pela perpetuação da violência pelos principais grupos armados, sendo eles, as Forças Armadas da África Central (FACA), os ex-Séléka e anti-Balaka. Em relação à proteção de civis, houve uma revisão dos conceitos de operação da MINUSCA a fim de que os planos de implantação da operação buscassem a presença contínua de pessoal uniformizado em áreas de proteção prioritárias, mantendo uma força de reação rápida pronta para a ação (CSNU, S/2015/227). Isso também explicaria o aumento do pessoal uniformizado no período.

No período entre novembro de 2014 e abril de 2015 houve denúncias de violência sexual contra pessoas deslocadas internamente no país e demais civis, cometidas tanto por parte dos ex-Séléka quanto anti-Balaka, totalizando um total de 85 incidentes de direitos humanos no período. Em relação à proteção de crianças, o relatório aponta que apesar de haver um ligeiro declínio no número de violações dos direitos das crianças, ainda havia muitos casos de abuso, sequestro e recrutamento de crianças-soldado. Em 8 de Janeiro de 2015, foi emitido um decreto na República Centro-Africana para a criação de uma unidade nacional de polícia e gendarmaria para combater a violência sexual, a qual a MINUSCA prestou apoio (CSNU, S/2015/227).

Em relação à segurança do seu próprio pessoal, no mesmo período também foram registradas ameaças e incidentes envolvendo o pessoal uniformizado da ONU, totalizando 22 ocorrências, incluindo o sequestro de uma funcionária da MINUSCA que foi retirada de um veículo marcado das Nações Unidas a caminho do trabalho. Nas conclusões gerais, novamente se relatava a constante preocupação com a violação de direitos humanos na RCA,

incluindo atos de violência sexual e de gênero, perpetrados contra civis e com total impunidade.

No relatório do Conselho de Segurança de julho de 2015 destaca-se o Fórum de Bangui sobre a Reconciliação Nacional ocorrido em maio daquele ano, que contou com a participação de 600 representantes, dentre eles, 120 mulheres. O Fórum teve como objetivo discutir com as entidades e com a sociedade civil diversos pontos: paz e segurança; governança; justiça e reconciliação; e desenvolvimento econômico e social (CSNU, S/2015/576). Um dos principais acordos resultantes do Fórum em relação à Agenda MPS foi o compromisso, firmado por representantes de 10 grupos armados e do Governo de transição para a libertação de crianças associadas às forças e grupos armados para acabar com o recrutamento e uso de crianças-soldados.

No período, também se destacaram iniciativas da MINUSCA, em conjunto com o governo de transição, para a preparação do referendo e das eleições no país, provendo suporte logístico e técnico para a sua realização. A MINUSCA, juntamente com outras entidades também demonstraram esforços para a criação de um banco de dados nacional de mulheres para potenciais cargos de liderança em órgãos decisórios do Governo.

Em relação à segurança, o período é marcado por uma melhora gradual na situação de segurança em Bangui e nas principais cidades, contudo, a situação geral em todo o país permaneceu volátil devido a confrontos entre grupos armados, atividades criminosas e violência relacionada à migração sazonal de criadores de gado Fulani (Peuhl) (CSNU, S/2015/576). Relatou-se com grande preocupação os casos de assassinato e violência sexual e de gênero, sobretudo a violência sexual relacionada a conflito (no período, registraram-se 216 vítimas de violência sexual nos serviços médicos, jurídicos e psicossociais), assim como acusações de bruxaria direcionadas a mulheres mais velhas e crianças, o que resultou em vários abusos graves e assassinatos ilegais, inclusive enterrando as vítimas vivas (CSNU, S/2015/576).

Os números alarmantes fizeram a MINUSCA reforçar as iniciativas conjuntas de prevenção e resposta à violência sexual relacionada a conflitos, incluindo o fortalecimento dos sistemas de alerta existentes e do fornecimento de tratamento médico, aconselhamento jurídico e psicossocial e apoio a sobreviventes de violência sexual. Durante o período do relatório também foram relatadas alegações de má conduta contra funcionários da MINUSCA, incluindo alegações graves de exploração e abuso sexual. O relatório não entra

em detalhes sobre o número de casos e onde ocorreram, apenas menciona que foram tomadas providências e que as forças de paz envolvidas foram repatriadas.

Em novembro do mesmo ano, o relatório continuava a destacar a situação crítica de violência, em grande parte causada pela atuação dos grupos armados e do exercício de suas atividades ilegais, como a mineração. Isso levou a MINUSCA a desenvolver bases de operação temporárias ao longo do território nacional para a proteção de civis. De acordo com o relatório, no período foram registrados 710 incidentes de violações de direitos humanos com 1178 vítimas, um aumento de 504 incidentes e 938 vítimas desde o último relatório, um número extremamente alarmante (CSNU, S/2015/918).

De forma semelhante, as denúncias de violência sexual relacionada à conflito persistiam no país, com 24 denúncias registradas no período analisado. Contudo, o relatório destacava que o número real de casos pudesse ser muito mais alto, uma vez que houve um aumento significativo no número de atendimento de vítimas por profissionais da saúde em casos de estupro, o que estava sendo investigado pela MINUSCA. Assim como a violência de gênero, a violência contra as crianças também era uma questão de preocupação, uma vez que o período registrou números altos de mortes, sequestros e estupro de crianças por grupos armados. O recente aumento da violência, segundo o relatório, deu origem a uma nova onda de deslocamento da população, que na altura, afetava 2.7 milhões de pessoas.

As denúncias de má conduta do pessoal da ONU continuaram a ser registradas no período, num total de 23 alegações, 10 delas sendo casos de abuso e exploração sexual, quatro deles envolvendo menores de idades. A partir daí, começou a ser organizada uma formação inicial para os novos contingentes sobre o tópico de abuso e exploração sexual e treinamento para pontos focais (CSNU, S/2015/918).

A República Centro-Africana assistiu, nos anos de 2014 e 2015, a uma rápida e preocupante escalada de violência no país. Enquanto podia se observar um progresso, ainda que tímido, em termos políticos institucionais, a violência no país piorou em níveis alarmantes. Especialmente, a violência de gênero e a vulnerabilidade a que estavam expostas mulheres e crianças requerem que mecanismos eficazes fossem colocados em prática com urgência. No entanto, a MINUSCA ainda passava por um processo de finalização da transição entre as operações, o que tornava esse processo um pouco complexo, uma vez que os recursos ainda estavam sendo alocados nas unidades e o pessoal autorizado ainda estava sendo desdobrado no país. De forma semelhante, os primeiros anos da MINUSCA foram marcados

por uma intensa desconfiança da população civil em relação ao pessoal uniformizado da ONU, o que, especialmente em termos de violência de gênero, é prejudicial porque requer uma aproximação com as comunidades locais e com as vítimas que demandam confiança. Desta forma, a MINUSCA possui diversas lacunas em termos de subnotificação dos casos e dificuldades em estabelecer políticas eficazes. Ainda sim, é preciso reconhecer que esta não era uma situação de fácil resolução, uma vez que estava permeada por questões sociais, culturais, e também políticas, e necessitava de um amplo trabalho de conscientização sobre a violência, que requer, acima de tudo, apoio da comunidade, apoio de líderes locais e, não menos importante, o esforço de forças e organismos nacionais.

Em fevereiro de 2016 foi elaborado um relatório que dedicou especial atenção a violência perpetrada contra crianças na RCA, sobretudo no período entre 2011 e 2015 no país. De acordo com o relatório, um estudo de 2014 da UNICEF estimava que entre seis mil e dez mil crianças estavam associadas a grupos armados, sendo utilizadas para diversas funções, como combatentes, informantes, cozinheiras, “esposas” e também para escravidão sexual, situação que se agravou especialmente com a situação política de 2013 e ocasionou em um recrutamento de crianças em larga escala, tanto em Bangui quanto em outras cidades (CSNU, S/2016/133). O relatório também alertava para o elevado número de mortes de crianças no período, totalizando 333, além de vítimas de mutilação, que foram 589, números novamente subestimados, uma vez que a estimativa é que fossem muito maiores.

Em relação a violência sexual, o relatório afirma que 521 crianças (513 meninas, 8 meninos) foram vítimas de estupro e outras formas de violência sexual. Os casos divididos por ano foram: 3 casos em 2011, 22 em 2012, 20 em 2013, 406 em 2014 e 70 em 2015. O reporte afirma que o aumento substancial da número de casos documentados em 2014 está atribuído ao aumento da violência e confrontos armados em todo o país em dezembro de 2013, mas também à presença de maior número de atores humanitários em determinadas áreas, o que facilitou para a documentação desses casos (CSNU, S/2016/133).

Neste ponto, o relatório apresenta um argumento importante para a análise mais detalhada dos dados relacionados a todos os tipos de violência perpetrados contra a população centro-africana. Em casos graves de subnotificação e de ausência de autoridades locais eficientes, como é o caso da RCA, a presença de militares, policiais e civis como pontos focais para além da capital Bangui, é, de fato, um fator que resulta num maior número de notificações. Portanto, apesar dos números serem alarmantes, é preciso reconhecer também

que um aumento no registro de casos resulta em uma maior investigação e julgamento dos responsáveis.

Ainda sim, para além dos casos subnotificados, o relatório afirma que, nestes casos, há também a estigmatização, vergonha e risco de rejeição das vítimas, o que induz ao silêncio e a falta de denúncias, bem como a sensação de impunidade e da falta de mecanismos eficientes no sistema jurídico. Muitas das vítimas também sofreram retaliações dos grupos armados, tanto dos anti-Balaka quanto de ex-Séléka, por terem denunciado as violências sexuais que sofreram (CSNU, S/2016/133).

Além disso, o relatório especial sobre violência contra crianças em conflitos armados na RCA traz graves denúncias de abuso e exploração sexual por parte das forças internacionais enviadas para o país, em diferentes datas e diferentes mandatos, tanto das Nações Unidas quanto de outros organismos. Em 2014, houve diversas denúncias de violência sexual cometidas com meninos entre 9 e 13 anos por elementos da Operação Sangaris, na qual foi aberto uma investigação pelas autoridades francesas em julho de 2014, que continuava em andamento até dezembro de 2015 (CSNU, S/2016/133). Além da Operação Sangaris, as Forças de Defesa do Povo de Uganda também foram os responsáveis por casos de violência sexual em 2013, caso que até então não tinha sido resolvido. Em 2015, 10 alegações de violência sexual contra crianças cometidas por forças de paz da MINUSCA envolveram militares de diversos contingentes, enquanto em janeiro de 2016, foram recebidas novas denúncias de casos de graves violações contra crianças envolvendo elementos do contingente georgiano da Força da União Europeia e da Operação Sangaris, todos os casos ainda sob investigação (CSNU, S/2016/133).

O ano de 2016 representa um marco temporal importante para os novos rumos da Agenda MPS na MINUSCA. O relatório que dedicou especial atenção aos casos de violência contra crianças trazia denúncias gravíssimas sobre a atuação de grupos armados e sobretudo, de alegações de má conduta por parte do pessoal uniformizado. Para além do relatório, os casos foram amplamente divulgados na mídia internacional, o que ocasionou em políticas mais severas de punição para esses casos, bem como especial atenção para as temáticas de gênero, com a criação de pontos focais de gênero, o treinamento em questões de gênero mais intensificado para as tropas, o fortalecimento da célula de gênero na operação e a criação do cargo de Gender Adviser.

Em abril de 2016, um novo relatório foi elaborado nos moldes usuais sobre a MINUSCA, onde relatava-se os marcos significativos de transição política alcançados, como a realização de um referendo e a realização das eleições presidenciais e legislativas. A situação de segurança, ainda que um pouco instável, apresentou melhoras no período, uma vez que os conflitos entre os grupos armados estiveram em menor intensidade (CSNU, S/2016/305). Contudo, foram relatadas situações de violência na parte central e ocidental do país associada ao movimento sazonal de transumância dos pastores Fulani, devido ao início da estação de seca que perdura até maio, todos os anos.

Em termos de proteção de civis, a MINUSCA dedicou especial atenção às violações de direitos humanos de deslocados internos, que incluiu a violência sexual de grupos armados e sequestro e recrutamento de crianças, além dos casos já citados de exploração e abuso sexual por parte das forças internacionais. As mulheres e as crianças eram as vítimas mais afetadas nestes tipos de violência e, novamente, suspeitava-se que os números relacionados a casos de violência sexual eram muito maiores que os oficiais (CSNU, S/2016/305).

No relatório de junho de 2016 relata-se com grande preocupação a impunidade total por violações e abusos de direitos humanos, incluindo violência sexual e violações graves contra crianças, além do fato da violência sexual relacionada a conflitos permanecer amplamente subnotificada no país (CSNU, S/2016/565). De forma semelhante, graves abusos contra pessoas acusadas de feitiçaria, principalmente idosos, mulheres e crianças, haviam registrado um aumento significativo nos últimos três anos.

Enquanto o processo eleitoral e o restauração da estrutura estatal do país apresentava resultados positivos, em setembro de 2016 o novo relatório alertava para as tensões intensificadas entre grupos armados, sejam elas desencadeadas por lutas internas pelo poder, competição por recursos naturais, tentativas de expansão de áreas de controle, migração sazonal de pastores e tensões intercomunitárias, gerando muita violência para a população civil e também para as forças internacionais (CSNU, S/2016/824). Iniciativas adicionais para a proteção de civis foram elaboradas no período, como oficinas de rede de alerta comunitário em todo o país, a fim de que a comunidade comece a desenvolver seus próprios mecanismos de segurança e defesa.

No referido período a MINUSCA intensificou seus esforços para reduzir as denúncias de a má conduta e abuso e exploração sexual, fornecendo treinamento especializado para pessoal uniformizado e, juntamente com autoridades locais, grupos de jovens e mulheres,

realizou atividades de divulgação sobre exploração e abuso às comunidades locais que vivem nas proximidades de quartéis militares (CSNU, 2016/824).

De acordo com o relatório S/2017/94 de fevereiro de 2017, o grau de violência tinha aumentado consideravelmente no período devido às tensões crescentes entre os grupos armados no país, que resultaram em um elevado nível de mortes, assaltos e confrontos por todo o território. Segundo o relatório, a razão de uma nova onda de violência e do ressurgimento das tensões explica-se pela ausência de progressos tangíveis no combate às causas profundas do conflito e pela postura de líderes de grupos armados que procuram fortalecer suas posições nos processos de negociação, o que acabou prejudicando os progressos em termos de restabelecimento da autoridade estatal feitos até então (CSNU, S/2017/94). As atividades e iniciativas de desarmamento, desmobilização, reintegração e repatriação foram seriamente afetadas.

Neste sentido, a violência se intensificou em todo o país, causando incidentes inclusive na capital Bangui (onde o clima costuma ser mais pacífico) e ataques contra peacekeepers. No período, mais de 50 mil pessoas sofreram deslocamento forçado devido a conflitos entre os grupos armados, motivados essencialmente pelas disputas de controle de áreas ricas em recursos naturais e movimentos migratórios sazonais que causam disputa pelo controle das atividades pecuárias (CSNU, S/2017/94). Um programa nacional de reconciliação foi adotado a fim de que comitês, eleitos pela comunidade local, consigam resolver conflitos dentro de suas localidades.

O período registrou 582 incidentes de violação de direitos humanos e 42 denúncias de violência sexual relacionada a conflito; foi criada uma nova unidade especializada da polícia nacional incumbida de combater a violência contra mulheres e crianças, com 29 novos profissionais locais que receberam o treinamento especializado. A situação humanitária deteriorou-se ainda mais durante o período, onde metade dos 4,6 milhões de centro-africanos continuam dependentes da assistência humanitária. O número de deslocados internos aumentou 18 % para um total de 411.785 (CSNU, S/2017/94).

A essa altura, é possível observar que o histórico da República Centro-Africana é marcado por ciclos de violência que se acentuam ou se mantêm estáveis devido a diversos aspectos. Nota-se que nos períodos de transumância há uma acentuação da violência e das tensões em todo o país, assim como em períodos eleitorais. Todos os fatores que são climáticos, culturais, geográficos mas também políticos fazem com que a situação de

violência seja uma questão multifatorial que, muitas vezes, ultrapassa o conflito entre grupos armados. Também observa-se que nem sempre a situação política institucional anda em consonância com os conflitos e a violência entre grupos da sociedade civil. Mais de uma vez observou-se períodos em que progressos importantes estavam sendo feitos a nível institucional para a paz e a reconciliação, enquanto os níveis de violência entre a população civil aumentavam. Isso corrobora com a necessidade de olharmos com atenção para todas as esferas envolvidas na configuração da sociedade centro-africana para que se compreenda as origens da violência e as formas de combatê-la.

O relatório de junho do mesmo ano (S/2017/473), por exemplo, apontava que houve progressos significativos em relação ao diálogo com os grupos armados e o fortalecimento de instituições e iniciativas de paz. Contudo, registrou-se um aumento da violência especialmente em Haute-Kotto, Mbomou, Ouaka, Ouham e Ouham-Pendé, impulsionada pela competição pela migração sazonal de gado e pelos esforços para controlar território rico em recursos naturais (CSNU, S/2017/473). Também houve registros de ataques a peacekeepers e a população civil pelos anti-balakas em Bangassou, o que levou o grupo armado a destruir as pontes de acesso à cidade e ter controle sob a distribuição de água, o que causou o deslocamento de 7 mil pessoas.

Os números de violações de direitos humanos também continuavam alarmantes, apesar das iniciativas da MINUSCA de monitoramento, vigilância e condução de workshops sobre o combate a violência contra crianças e o combate a violência sexual relacionada ao conflito, tendo este último registrado 27 casos no período.

Em resumo, o relatório S/2017/473 alerta para uma piora na situação de violência nos últimos seis meses, o que resultou num aumento das necessidades humanitárias da população e da insegurança. Os atores humanitários, por sua vez, também vinham sofrendo sérios ataques, uma vez que cerca de 31% dos ataques contra organizações não governamentais registrados globalmente em 2016 ocorreram na República Centro-Africana, tornando-o assim o lugar mais perigoso do mundo para os atores humanitários (CSNU, S/2017/473). De forma semelhante, o ataque às Nações Unidas e aos militares, civis e policiais da MINUSCA também se intensificaram, sendo registrados 134 incidentes e 6 mortes de peacekeepers.

Segundo o relatório, houve o registro de 14 alegações de má conduta, incluindo 5 alegações de exploração e abuso sexual, sendo uma redução significativa no número de novas denúncias relatadas, em comparação com o mesmo período do ano anterior (CSNU,

S/2017/473). A MINUSCA, por sua vez, continuou com os esforços para prevenção da violência através do monitoramento e do treinamento das tropas.

O relatório S/2017/865 de outubro de 2017 continuava a denunciar a deterioração da situação de segurança no país, com duras críticas direcionadas tanto ao presidente Touadera quanto a MINUSCA como incapazes de garantir a paz e a segurança da população e ineficientes no diálogo com os grupos armados para o desarmamento (CSNU, S/2017/865). Algumas mudanças a nível institucional foram realizadas pelo presidente no período, a fim de que a situação fosse amenizada, na medida do possível, assim como novas iniciativas voltadas ao desarmamento, desmobilização, reintegração e repatriação.

Apesar da capital Bangui manter-se estável em termos de violência, os confrontos armados ocorriam pelo resto do país, motivados principalmente pela competição por recursos e também, segundo o relatório, agravada por tensões interétnicas e intercomunitárias, particularmente entre muçulmanos e cristãos, o que também levou a formação de novos grupos armados e aumentava o risco de limpeza étnica no país. No período, a MINUSCA também sofria com a escassez de recursos, principalmente no sudeste, e com constantes ataques a peacekeepers e represálias, o que causava um aumento de tensão entre as forças das Nações Unidas e os grupos armados (CSNU, S/2017/865).

Foram documentadas 809 violações de direitos humanos, totalizando 1.173 vítimas, sendo 55 os casos de violência sexual relacionada ao conflito. Segundo o relatório, em junho foi criada uma unidade de intervenção rápida e prevenção da violência sexual para fins de aprimorar o encaminhamento e atendimento dos casos (CSNU, S/2017/865). Os esforços da MINUSCA, da UNICEF e de demais parceiros também voltaram-se para a reintegração de crianças e jovens envolvidos em grupos armados, totalizando 863 crianças (20% de meninas) incluídas em programas de reintegração à sociedade. A situação humanitária deteriorou-se ainda mais no período, tendo o maior número de deslocados já registrados no país - 1.1 milhão de pessoas - e o maior número de cidadãos já registrados necessitando de ajuda humanitária, totalizando 2,4 milhões de centro-africanos (CSNU, S/2017/865).

Segundo o relatório, no período analisado houve uma significativa redução no número de denúncias por má conduta, que incluem abuso e exploração sexual. Foram registrados apenas 4 incidentes, comparado com as 14 alegações de má conduta no relatório anterior. Este baixo número pode ter sido o resultado das diversas iniciativas que vinham sendo implementadas na MINUSCA para o combate ao abuso e a exploração sexual, como

treinamentos constantes sobre a temática, atualização do time de resposta rápida a exploração e abuso sexual, além do estabelecimento de uma equipe para ações emergenciais que envolvessem estes casos. Também ficou sob responsabilidade da MINUSCA realizar, no primeiro trimestre de 2018, uma avaliação crítica da eficácia no combate a esse tipo de violência (CSNU, S/2017/865).

O que se pode observar nos anos de 2017 e 2018 é que enquanto as forças de paz concentravam seus esforços para manter a situação estável na capital, no interior do país a situação deteriorou-se rapidamente. Novamente, muitos eram os fatores que influenciam na dificuldade das forças internacionais adentrarem nas prefeituras do interior do país, que incluíam alto nível de violência e ataques contra peacekeepers, falta de recursos e racionamento de recursos como gasolina, falta de estrutura para a criação de pontos focais fixos nas comunidades, além da rápida movimentação de grupos armados em um território estranho à forças estrangeiras, o que dificultava o mapeamento de ameaças.

O relatório S/2018/125 evidenciou uma relativa melhora na situação política do país, que incluíam o fortalecimento da autoridade do Estado e das prefeituras. Destacava-se, no entanto, que o ambiente de violência ainda era constante na RCA, marcado sobretudo pela inflamação dos conflitos interétnicos (CSNU, S/2018/125). As iniciativas para a paz e reconciliação continuavam a focar nas principais dificuldades da operação, que, segundo o relatório, incluíam a proteção de civis, acesso a serviços sociais básicos e a restauração da autoridade do Estado, além da prevenção e redução da violência. O período, no entanto, foi marcado pelo agravamento da violência no que tange ao movimento de transumância, com a disputa de grupos armados pelo controle dos corredores humanitários, além da disputa por territórios ricos em recursos naturais (CSNU, S/2018/125).

O período foi marcado por intensos ataques ao pessoal das Nações Unidas, com apedrejamento de veículos, ataques armados e mortes. Ao total, foram 123 incidentes registrados e algumas restrições temporárias aos peacekeepers tiveram que ser estabelecidas em certas localidades pelo alto risco de violência. A situação humanitária também permanecia crítica, principalmente pelo agravamento da violência e do número de deslocados no último ano e, por sua vez, os agentes humanitários também receberam graves ameaças no período.

Em relação à proteção de civis, a MINUSCA, segundo o relatório, buscou desenvolver diversas iniciativas locais de proteção integrada, a fim de criar estratégias de proteção viáveis e benéficas para as comunidades. As alegações de violações de direitos humanos, no entanto,

aumentaram cerca de 37% comparadas ao relatório anterior, o que alertava para a deterioração da situação. Os casos de violência sexual relacionados ao conflito também aumentaram cerca de 25% comparados ao período anterior. O recrutamento de crianças por grupos armados continuava a ser uma das principais questões da RCA, devido ao elevado número de casos. E em relação às denúncias de má conduta, foram recebidas 2 durante o período reportado (CSNU, S/2018/125).

O relatório S/2018/611 de junho do mesmo ano registrava um novo agravamento na situação de segurança, principalmente a partir do mês de abril, onde houve o ressurgimento da retórica sectária e dos conflitos intercomunitários, que afetaram consideravelmente a confiança popular no Estado e nas forças nacionais de defesa e segurança, incluindo também a credibilidade da MINUSCA, que vinha sofrendo com diversos ataques (CSNU, S/2018/611). No período, novas estratégias foram traçadas para a proteção de civis, devido aos números cada vez mais alarmantes em relação a pessoas em refúgio, deslocadas internamente, assassinatos e assaltos. Assim, foram estabelecidos novos mecanismos de alerta antecipado para permitir uma resposta mais rápida, de modo a prevenir melhor as ameaças aos civis, apesar da MINUSCA possuir capacidades limitadas no país (CSNU,S/2018/611). De forma semelhante, a operação continuou a implementar programas de redução da violência comunitária, a fim de apoiar a implementação efetiva de acordos de paz locais.

Os números em relação às denúncias de violações de direitos humanos apresentaram uma leve queda no período reportado, assim como os números relativos à violência sexual. Ainda sim, segundo o relatório, houve 31 denúncias por estupro, 4 por casamento forçado, 3 por tentativa de estupro e 1 por agressão sexual. As denúncias de má conduta contabilizaram 5 casos. O relatório mais uma vez denunciava que responsabilização por casos relacionados a violência sexual continuam a ser um grande desafio na MINUSCA, devido às sérias limitações de capacidade e infraestrutura (CSNU, S/2018/611).

Em termos gerais, o aumento da violência observado na RCA, e principalmente na capital Bangui nos anos de 2017 e 2018 foram os fatores de maior preocupação. As expectativas eram que novos progressos fossem feitos em um período de seis meses em relação aos acordos de paz e que a MINUSCA, através de suas iniciativas, conseguisse demonstrar sua efetividade para os cidadãos do país.

O último relatório do ano de 2018 relata que no último trimestre os esforços concentraram-se em estabelecer e reforçar as iniciativas de paz e programas de redução da

violência, sobretudo as iniciativas regionais e comunitárias, fortalecer o diálogo com os grupos armados para o estabelecimento de acordos de reconciliação e a aproximação com os diversos setores da sociedade civil da RCA para o fortalecimento do Estado e das instituições. Em Bangassou e Bangui, acordos locais e diálogos intercomunitários fizeram com que o número de ataques a civis e o nível de violência reduzissem significativamente (CSNU, S/2018/922). No último trimestre foram iniciados os esforços governamentais, em parceria com a MINUSCA e com as organizações da sociedade civil, para a realização das próximas eleições em 2020 e 2021.

De acordo com o relatório S/2018/922 o período registrou uma relativa diminuição nos números de incidentes de segurança, apesar dos conflitos entre grupos armados ainda continuarem, assim como as atividades ilegais em grande parte do território. Os números de ataques contra o pessoal das Nações Unidas permaneceu alto, o que demonstrava uma clara insatisfação de muitos grupos com a presença da ONU no país. Por outro lado, as comunidades locais vinham demonstrando uma percepção positiva das forças armadas nacionais da RCA, solicitando reforços adicionais na área de Paoua, por exemplo (CSNU, S/2018/922).

Em termos humanitários, em 2018 a República Centro-Africana ocupava o penúltimo lugar no Índice de Desenvolvimento Humano, o que era extremamente grave para o país e sua população. O período também registrou níveis recordes de deslocamento da população, o que consequentemente agravou os níveis de insegurança alimentar, sobretudo em mulheres e crianças. A presença e a autoridade do Estado ainda continuavam fracas e insuficientes para as demandas da população, causando inúmeras lacunas de serviços básicos e de segurança. Também relata-se um aumento no número de incidentes relacionados à violência sexual, apesar dos números exatos não estarem especificados no relatório S/2018/922. Nove denúncias de abuso e exploração sexual foram registradas no período do relatório.

Na parte final, o relatório faz uma série de recomendações relacionadas à renovação do mandato da MINUSCA. Os principais apontamentos refletem para a necessidade de fortalecimento das estratégias e iniciativas africanas para a paz, incluindo o engajamento regional das Nações Unidas com a União Africana; fortalecimento da comunicação estratégica e política entre o governo, a Iniciativa Africana e a MINUSCA para que se compreenda as percepções e necessidades locais; a estruturação de um processo político transparente e inclusivo; o fortalecimento do sistema de justiça nacional; o fortalecimento de

parcerias e a inclusão de iniciativas conjuntas, e não individuais, para a solução da grave crise política e humanitária do conflito; o desenvolvimento de uma iniciativa forte das autoridades nacionais para a proteção de civis, com o apoio das organizações e da MINUSCA; melhor gerenciamento das capacidades e recursos da MINUSCA e, por fim, a necessidade de compreender profundamente o conflito de forma regional e integrada e não apenas isolada, a fim de que os esforços regionais sejam somados e os atores envolvidos possam trabalhar em conjunto (CSNU, S/2018/922).

O relatório S/2019/147 indicava que grandes esforços vinham sendo direcionados para o estabelecimento de acordos de paz entre grupos armados, o diálogo entre as comunidades, a redução da violência e iniciativas em prol da revitalização do processo político, apesar do período registrar tensões entre o poder legislativo e executivo no país. Apesar dos esforços, no entanto, muitos grupos armados resistiram às iniciativas locais de diálogo (CSNU, S/2019/147). O uso da violência continuou exacerbado, afetando principalmente mulheres, crianças, atores humanitários e dificultando a locomoção dos agentes da MINUSCA em algumas partes do território. A insegurança alimentar, a fome, a desnutrição, a falta de acesso à água potável e o consequente número recorde de pessoas deslocadas no país eram fatores de alto risco para a segurança e a integridade da população.

A MINUSCA continuava a empenhar-se no apoio à reforma do setor de segurança, ao andamento do programa nacional de desarmamento, desmobilização, repatriação e reintegração e ao restabelecimento da justiça e de seus aparatos no país. Essas iniciativas incluíam programas comunitários de redução da violência que buscavam propor atividades de geração de renda para as comunidades e o recolhimento de armas de guerra.

Em relação a violência sexual relacionada ao conflito, foram estabelecidas iniciativas governamentais com o apoio policial da MINUSCA, dentre as quais, a unidade mista de intervenção rápida e repressão à violência sexual contra mulheres e crianças. No período, foram iniciadas investigações sobre um caso de estupro em massa ocorrido na cidade de Kiriwiri, ainda em 2018, representando a primeira vez que a unidade conduziu investigações fora de Bangui (CSNU, S/2019/147). No que diz respeito à violência contra crianças, desde o último ano a MINUSCA registrou o resgate de aproximadamente mil crianças de grupos armados, reforçando seu compromisso no combate ao uso de crianças como soldados. Os casos de má conduta, incluindo abuso e exploração sexual continuavam a declinar, com apenas dois casos registrados.

O relatório S/2019/498 datado do mês de junho reportava algumas das maiores dificuldades no estabelecimento dos processos de paz na República Centro-Africana, incluindo o diálogo e a participação política dos grupos armados, a implementação de mecanismos de monitoramento dos acordos de paz e a implementação de unidades especiais mistas de segurança nas comunidades, todas essas iniciativas perpassadas por desafios logísticos, organizacionais e políticos. Em termos políticos, no mês de Março foram eleitos os 14 membros da assembleia nacional, onde apenas três mulheres foram eleitas, não correspondendo à lei de paridade, que exigia uma representação de pelo menos 35% das mulheres nas instituições estatais e privadas por um período transitório de 10 anos. A discussão, no entanto, foi levantada por membros do governo e pela sociedade civil em relação ao código eleitoral das eleições do ano seguinte, o que fez com que o Tribunal Constitucional tenha decidido que a lei de paridade de gênero era aplicável ao código eleitoral (CSNU, S/2019/498).

No período, o relatório S/2019/498 detalha muitos avanços que foram feitos em relação aos acordos locais de paz e reconciliação, o que melhorava consideravelmente os números de incidentes de violência e avançava no retorno gradual de pessoas deslocadas. Ainda sim, os acordos de paz nacionais sofriam com as tentativas de obter vantagem nos acordos de forma violenta por parte dos grupos armados e pelos protestos contra a atual composição do governo, o que elevava as tensões na RCA e dificultava o andamento dos processos. Contudo, registrou-se diálogos positivos entre as diferentes regiões do país em relação aos mecanismos para a melhora da violência relacionada aos movimentos de transumância.

As estratégias integradas da MINUSCA para a proteção de civis que incluem a proteção física, a prevenção, o diálogo, o contato com as comunidades locais e as estratégias comunitárias para a paz têm, cada vez mais, demonstrado um resultado positivo. As redes de alerta comunitários e os 78 assistentes de ligação com a comunidade implantados em todas as 16 prefeituras em 38 bases militares do país têm colaborado enormemente para a segurança e para a coleta rápida de informações (CSNU, S/2019/498).

Ainda segundo o relatório, as denúncias de abuso de direitos humanos e as violações do direito internacional humanitário diminuiriam significativamente durante os primeiros três meses do período do relatório. Dentre as razões estão a falta de grandes confrontos armados

desde o final do período de transumância e o início da estação chuvosa, juntamente com a assinatura do Acordo Político no país (CSNU, S/2019/498).

Os números de violência sexual relacionada a conflito, no entanto, ainda continuam altos. Um total de 68 casos foram registrados no período. A MINUSCA buscou prezar pelo estabelecimento de parcerias com organizações de mulheres que tenham projetos locais para o monitoramento dos casos de violência sexual e de gênero nas comunidades, auxiliando nas denúncias, na conscientização e na prevenção. Também foram realizados no período, segundo o relatório, treinamentos para organizações parceiras em relação ao acolhimento das vítimas em casos de violência. Os casos de alegação de abuso e exploração sexual registraram números mais altos no período, chegando a um total de dez denúncias registradas em 2019, sendo seis delas reivindicações relacionadas à paternidade e pensão alimentícia de membros dos contingentes militares.

O relatório registrava os quatro primeiros meses da assinatura do Acordo Político entre os 14 grupos armados e o Governo, com importantes progressos conquistados, como o estabelecimento de diálogos eficientes com as comunidades locais, a criação das unidades especiais mistas de segurança, os esforços em prol do desarmamento, a desmobilização, a a reintegração e a repatriação e, sobretudo, o reconhecimento da população do país na credibilidade do Acordo Político, fruto de uma campanha de sensibilização a nível nacional sobre a importância do acordo e de suas iniciativas. Neste processo, também se reconhecia a importância da participação das mulheres nesses acordos.

Em outubro de 2019, o último relatório do ano (S/2019/822) detalhou que a situação política e de segurança permanecia quase a mesma do relatório anterior, com uma considerável diminuição na violência em quase todo o país e progressos em termos de paz e segurança. Havia, no entanto, uma certa desconfiança da população e da oposição política em relação ao Acordo, sobretudo porque a eleição se aproximava, o que gerava uma tensão política. Em agosto, houve um encontro entre as partes envolvidas no Acordo e compromissos foram assinados em prol do fim da violência contra civis e da hostilidade entre grupos. O relatório, mais uma vez, chamava a atenção para a pouca participação feminina nesses processos, destacando a importância de disseminar o Acordo para os membros da sociedade civil, organizações de mulheres, religiosas, entre outros (CSNU, S/2019/822).

Em julho, de acordo com o relatório S/2019/822, foi adotado o código eleitoral que previa que pelo menos 35% das candidaturas dos partidos fossem preenchidas por mulheres.

O processo eleitoral, no entanto, ainda enfrentava alguns impasses no que diz respeito ao recenseamento eleitoral, o que poderia atrasar as eleições. Apesar do Acordo Político de Paz e Reconciliação apresentar resultados positivos, ainda eram registrados violações do acordo, principalmente no que tange a violência contra civis, tributação ilegal e obstrução da autoridade do Estado, registros esses que apresentaram um aumento exponencial nos meses de agosto e setembro. Ataques a atores humanitários também foram registrados no período, mas, devido à diminuição dos confrontos em geral, os atores humanitários conseguiram acesso a áreas até então inacessíveis.

A situação humanitária apresentou melhorias, que incluíam os retornos de pessoas deslocadas a seus locais de origem e a diminuição do número de pessoas que necessitam de assistência humanitária, o que conseqüentemente, melhorou a segurança de mulheres e crianças, uma vez que correspondem à grande parcela do número de pessoas deslocadas e refugiadas em países vizinhos (CSNU, S/2019/822).

No relatório S/2020/124 de fevereiro de 2020, um ano após a assinatura do Acordo, os reportes de violência haviam diminuído em geral, embora incidentes tenham continuado a ocorrer em diversas partes do país, causados sobretudo pelo conflito entre grupos armados rivais. Na altura, registaram-se progressos feitos em relação ao combate à impunidade e estabelecimento de mecanismos de reconciliação a nível local, por exemplo. O início da estação seca e o retorno das atividades lucrativas de transumância e mineração ilegal, no entanto, resultaram num aumento das atividades dos grupos ilegais, e conseqüentemente, geraram maiores índices de violência para a população civil, além de ataques a vilarejos e plantações.

Os casos relacionados a violência sexual foram 35 no período, totalizando 48 vítimas. O relatório chama a atenção para o fato de que em áreas em há conflitos relacionados à transumância, há também maior registro violência sexual. Em relação aos casos de abuso e exploração, houve o registro de 23 alegações, apesar de algumas denúncias serem de 2018 ou de anos anteriores, enquanto os reportes de outros casos de má conduta foram os mais baixos desde que a MINUSCA foi criada (CSNU, S/2019/124). Os treinamentos das tropas em assuntos de gênero e violência sexual continuavam a ser fornecidos pela MINUSCA como forma de conscientização e prevenção desses casos.

Em junho de 2020, segundo o relatório S/2020/545 todos os esforços políticos do país estavam mobilizados para as eleições presidenciais na RCA, previstas para ocorrer em

dezembro do mesmo ano. Contudo, devido ao agravamento da Covid-19, foi proposta uma emenda que previa estender os mandatos caso a eleição não pudesse ser realizada por conta da pandemia, o que causou tensões políticas entre grupos divergentes. A emenda, contudo, não foi aprovada.

A situação da Covid-19 trouxe muitas mudanças no andamento dos processos de paz que estavam em curso, o que deixou muitas iniciativas em stand-by. Como previsto, a situação pandêmica também acentuou a crise humanitária, o que mitigou iniciativas sanitárias no combate a propagação da doença, como o fechamento de fronteiras. No entanto, a economia frágil do país sofreu com aumento dos preços de alimentos e do transporte urbano (CSNU, S/2020/545). Algumas medidas tiveram que ser tomadas para diminuição dos riscos de contágio, como a suspensão do envio de equipes onde ainda não há presença permanente de militares, policiais e civis, o que poderia significar uma maior vulnerabilidade da população em algumas áreas do país.

Em relação a violência de gênero, os números de violência sexual permaneciam altos, com 80 incidentes registrados, totalizando 109 vítimas, sendo esses casos mais prevalentes em áreas de transumância, onde mulheres e meninas foram atacadas por pastores armados possivelmente afiliados à ex-Séléka. O fechamento das escolas devido a pandemia de covid também ocasionou em uma maior vulnerabilidade das crianças (CSNU, S/2020/545). Houve 9 alegações de abuso e exploração sexual em 2020. Em contrapartida, segundo o relatório, foram realizadas formações de 75 pontos focais de exploração e abuso sexual a fim de que monitore cada vez mais atividades suspeitas.

Neste ponto, é importante analisar como a pandemia da Covid-19 acentuou ainda mais as desigualdades no país e deu origem a um novo ciclo de violência. Com a carência de recursos e um desconhecimento de como a doença agia, a população centro-africana tornou-se ainda mais vulnerável à epidemia que se alastrava em todo o mundo. No que diz respeito ao aumento da violência, é interessante observar como a diminuição da presença das tropas do pessoal uniformizado da ONU devido às medidas sanitárias para o combate à doença, tanto em Bangui quanto no interior, representou um aumento da violência que atingia a população civil. Apesar da RCA ter assistido nos últimos anos a um fortalecimento das suas estruturas nacionais militares, de polícia e de justiça, estas ainda eram frágeis e incapazes de controlar totalmente a situação sem a presença das forças internacionais.

Essa reflexão vincula-se à crítica de que, a longo prazo, os países tornam-se dependentes da presença da ONU no terreno e incapazes de gerenciar suas demandas internas com as forças locais, o que afeta a soberania nacional.

Em outubro do mesmo ano, o relatório S/2020/994 indicava que os preparativos para a eleição eram os temas de maior centralidade no país. Segundo o recenseamento eleitoral realizado no período, as mulheres correspondiam a cerca de 46,5% do eleitorado centro-africano. Além disso, a MINUSCA e órgãos nacionais incentivam a participação de mulheres nas eleições tanto como eleitoras quanto como candidatas, criando também onze *women's situation rooms* em Bangui e nas demais prefeituras para que as mulheres sejam capazes de acompanhar o processo eleitoral (CSNU, S/2020/994).

No período do relatório, tinham sido registradas 62 mortes por Covid-19 no país. Esforços estavam sendo movidos para a conscientização da população civil sobre a doença e suas formas de transmissão. A pandemia, no entanto, também diminuiu a capacidade de monitoramento da MINUSCA em relação a violência sexual relacionada ao conflito. Foram documentados 60 incidentes, um número abaixo do período anterior, mas além da redução de monitoramento, houve uma redução temporária dos serviços oferecidos às vítimas de violência sexual em alguns locais, assim como muitas vítimas demonstraram preocupação em procurar tratamento em hospitais devido ao COVID-19, o que poderia afetar o controle sobre o número de casos e o tratamento adequado das vítimas (CSNU, S/2020/994). De maneira semelhante, o período registrou uma diminuição no número de crianças separadas de grupos armados em comparação com o período anterior, o que também pode ser atribuído às restrições relacionadas ao COVID-19, que causaram a diminuição dos parceiros de reintegração e uma diminuição na capacidade de monitoramento. As atividades de treinamento das tropas, inclusive sobre temas como abuso e exploração sexual, tiveram que ser realizadas de forma remota.

Já em fevereiro de 2021 o relatório S/2021/146 alertava para as tensões políticas causadas pelas eleições realizadas em dezembro do último ano. Essas tensões eram fruto da desconfiança entre o governo e a oposição sobre o processo eleitoral, o que, segundo o relatório, fez com que alguns grupos armados agissem para interromper o processo eleitoral, o que culminou em tensões por todo o país. Durante as eleições, apenas 37,4% do total registrado foi às urnas para votação. Nas eleições presidenciais, o atual presidente Touadera foi reeleito com 53,16% dos votos e nas eleições legislativas, 21 candidatos, incluindo duas

mulheres, foram eleitos no primeiro turno, enquanto 122, incluindo 13 mulheres, se classificaram para um segundo turno. A participação de candidaturas femininas nas eleições aumentou 5% em relação ao ano de 2015 (CSNU, 2021/146).

Apesar das eleições terem ocupado o centro das atenções no país no período relatado, o relatório S/2021/146 aponta que, em termos de processos de paz, muitos avanços foram feitos, particularmente em questões de desarmamento e desmobilização, passados dois anos do Acordo Político para Paz e Reconciliação. Os mecanismos de paz e segurança a nível local conseguiram realizar um diálogo pacífico e inclusivo na grande maioria das áreas, inclusive com a participação de lideranças femininas.

Como já dito, o processo eleitoral foi o momento de maior tensão no período, registrando ataques de grupos armados na tentativa de interromper o processo eleitoral. Neste sentido, foram registrados ataques ao pessoal das Nações Unidas, que, por sua vez, tiveram que fortalecer suas equipes para reforçar a segurança, mas também foram registradas ameaças a eleitores, sequestros, assaltos, destruição de material eleitoral e incêndios em locais de votação. Segundo o relatório, a situação humanitária deteriorou-se no período, sendo estimado que 240.000 pessoas foram recentemente deslocadas na República Centro-Africana devido à violência relacionada com as eleições, enquanto o número de ataques a atores humanitários em Janeiro de 2021 foi o maior já registrado e o número de incidentes de violações de direitos humanos aumentou 60,6% (CSNU, S/2021/146).

Em termos de gênero, o relatório S/2021/146 afirmava que a a movimentação de tropas e confrontos armados ligados às eleições fizeram com que mulheres, meninas, homens e meninos fossem expostos um risco maior de violência sexual relacionada ao conflito, resultando em 51 denúncias recebidas no período. Devido à insegurança relacionada com as eleições, os serviços médicos, psicossociais e jurídicos para as vítimas também foram afetados.

Em 30 de Março de 2021 o presidente Touadera tomou posse novamente e intensificou os seus esforços em dialogar com as partes interessadas nos acordos de paz a fim de que os compromissos com a paz e a renegociação fossem mantidos (CSNU, S/2021/571). A situação de segurança, no entanto, segundo o relatório de junho de 2021, permanecia frágil, sobretudo nas áreas oeste, noroeste e centro da RCA, onde havia confrontos entre grupos armados que resultaram em mortes, deslocamentos forçados e violações de direitos humanos. Outro desafio constante no que tange à questão de segurança era a dificuldade de consolidação dos ganhos

militares porque, uma vez que forças de defesa nacional e o pessoal desdobrado da MINUSCA deixavam uma área, os grupos armados frequentemente retornavam e havia retaliações contra civis, o que causava instabilidade (CSNU, S/2021/571).

De acordo com o relatório quadrimestral, a situação humanitária tinha alcançado o seu nível mais agudo em cinco anos. Entre as causas estavam o aumento da violência, o deslocamento populacional, o aumento dos preços dos alimentos devido à interrupção da principal rota de abastecimento do país, o impacto socioeconômico da doença do coronavírus (COVID-19) e o declínio da produção agrícola causado pelas inundações (CSNU, S/2021/571). Isso levou a um aumento de 13% no número de pessoas afetadas pela insegurança alimentar e também a um aumento de 28,4% nos casos de violação de direitos humanos. O número de registros de violência sexual (incluindo abuso e exploração sexual) também aumentou, sendo registrados 230 alegações no período. Felizmente, os serviços de atendimento às vítimas que estavam prejudicados devido à violência eleitoral voltaram a funcionar normalmente.

Em junho de 2021, de acordo com o relatório S/2021/867, foi formado o novo governo do presidente Touadera, tendo sete ministras de governo mulheres compondo a nova configuração governamental. O presidente estabeleceu o diálogo entre as comunidades, os diferentes grupos étnicos, mulheres, jovens e demais atores interessados no restabelecimento da paz no país. Em relação aos comitês locais de paz e reconciliação, a MINUSCA avaliou que as mulheres compunham 30% dos membros do comitê até o final de junho de 2021, um aumento de 21,4% comparado a 2020. As iniciativas comunitárias para a paz apresentaram resultados positivos: a aplicação de um sistema de gestão de transumância resultou em uma redução de 19% nos conflitos entre agricultores e pastores em comparação com o ano anterior. De forma semelhante, a MINUSCA continuou a treinar líderes comunitários para a formação de redes de alerta de perigo entre as comunidades. Em 2021, 30% dos voluntários das redes eram mulheres (CSNU, S/2021/867).

Ainda sim, as tensões entre grupos armados e as forças nacionais causavam situações de instabilidade na maior parte do país, resultando na violência contra civis para a tomada de territórios e ataques a bases militares. Conseqüentemente, o número de incidentes de violência aumentou no período, comparado ao ano anterior. As vítimas dos incidentes perpetrados por grupos armados eram mais da metade, mulheres. Em relação ao aumento dos casos de violência sexual e a constante dificuldade de acesso a locais isolados onde acontecem os

casos, a MINUSCA continuou a criar centros de atendimento e proteção para as vítimas em Bangui e arredores. As denúncias de abuso e exploração sexual fizeram com todo um contingente militar, totalizando 410 soldados, fossem repatriados, fazendo jus a política de tolerância zero das Nações Unidas (CSNU, S/2021/867).

O relatório também informa sobre as campanhas de desinformação nas mídias sociais sobre a atuação da MINUSCA e das Nações Unidas no país que fomentava os discursos de ódio e a violência, acusando principalmente membros muçulmanos da MINUSCA de fazerem parte de grupos armados. Consequentemente, isso afetava a credibilidade e a confiança da população na operação e continuava a fomentar ataques a peacekeepers.

De forma resumida, os relatórios do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre a MINUSCA configuram-se como uma excelente fonte de pesquisa de dados secundários, na qual é possível acessar de forma organizada, relatórios detalhados sobre a situação do país nos mais diversos aspectos. Como já dito anteriormente, são geralmente publicados a cada quatro meses, trazendo análises importantes sobre a política, a sociedade, a situação humanitária e a situação de segurança na República Centro-Africana. Uma vez que as informações divulgadas nas mídias tradicionais são escassas e a presença de atores humanitários e organizações não-governamentais no país é marcada por represálias, os relatórios divulgados pelo Conselho de Segurança tornam-se uma fonte segura e acessível para o monitoramento das atividades políticas e da atuação da ONU no terreno.

Ao mesmo tempo, não fica claro se todos os dados utilizados no relatório foram coletados exclusivamente pela equipe das Nações Unidas. Como argumenta Basu (2016) enquanto os indivíduos e organizações do Sul Global são reconhecidos e celebrados por seu trabalho de Women, Peace and Security em contextos locais, a autoria dos relatórios e documentos relevantes – em nível global – reside no órgão internacional relevante, que se supõe principalmente ser em/do Norte Global. Isso reforça a ideia de que a autoridade e a propriedade da agenda estão situadas no espaço "internacional" e, por outro lado, o "internacional" é o espaço de produção de conhecimento e até mesmo construção teórica, quando se trata de "o que funciona" na prática do MPS e como o MPS "deve" ser implementado (BASU, 2016, p.366).

Contudo, na medida em que esta pesquisa se propôs a utilizar a interseccionalidade e a pós-colonialidade para compreender o papel da Agenda Mulheres, Paz e Segurança na MINUSCA, os relatórios, apesar de importantes, tornam-se insuficientes para análise. Como

compreende Shepherd (2020) o edifício teórico mais valioso acontece "no terreno" e assim, para entender a Agenda MPS, pesquisadores e praticantes devem examinar seus contextos locais (reconhecendo que, para alguns, seu "local" é inclusive o espaço internacional da sede da ONU) (p.458).

Portanto, a seção a seguir busca discutir com maior profundidade alguns dos temas que perpassam os vinte e cinco relatórios analisados até então, mas com um olhar crítico e através das narrativas das entrevistadas.

3.4.2 Percepções de militares e policiais sobre a proteção de civis

As entrevistas realizadas com as mulheres participantes da MINUSCA foram feitas de forma semi-estruturada, com algumas perguntas-chave. Nas primeiras seções deste capítulo, abordou-se a trajetória dessas mulheres na carreira militar e policial, o processo de seleção e treinamento e as principais dificuldades enfrentadas tanto a nível pessoal quanto a nível institucional para fazer parte do pessoal desdobrado.

Nesta segunda parte da entrevista, os temas discutidos incluíram: as primeiras percepções ao chegar ao terreno, quais foram as estratégias de trabalho iniciais, quais eram as principais necessidades em termos de violência de gênero no país e quais foram as dificuldades enfrentadas no ambiente de trabalho da MINUSCA (tanto a nível pessoal, dificuldade de adaptação, convivência com nacionalidades diferentes e a nível institucional, incluindo hierarquias, cargos diferentes) e no trabalho conjunto com as forças nacionais (relações de poder e hierarquia entre forças internacionais e forças nacionais).

No entanto, para além disso, muitas informações foram compartilhadas sobre episódios marcantes no trabalho na célula de gênero, reflexões culturais e sociais sobre o tema da violência, dificuldades e angústias pessoais sobre o trabalho no terreno, o racismo e o sexismo nas dinâmicas de poder, entre outros temas. Desta forma, todos esses relatos serão incluídos a fim de que se faça uma reflexão a partir dos sujeitos para além do trabalho institucional das entrevistadas, com o intuito de se aproximar do "local" onde a Agenda MPS realmente ocorre (SHERPERD, 2020).

A seguir, uma das entrevistadas relata suas percepções sobre a violência, o cotidiano e a cultura do país:

“Eles são muito carentes de tudo. Muitos lugares você não tem... a maioria dos lugares você não vai ter luz elétrica, você não vai ter água ou você não vai ter

saneamento. Você não vai ter nada.[...] Somando-se a isso, lá tem mais de, se não me engano, são cerca de 90 etnias diferentes. Então, assim, o que eu notei eles não têm um sentimento de nação. Sabe, quando você quando vai lá naqueles vilarejos, no meio do nada, a pessoa não sabe o que é um centro africano. Ele diz que ele é da tribo tal. Os colonizadores fizeram aquelas fronteiras ali do país de uma forma completamente arbitrária, sem respeitar a distribuição das tribos. Então, a gente tem tribo na República Centro-Africana e no Chade. Pra eles não tem diferença, quem é do Chade, quem é da RCA. Pra eles não existe [a fronteira geográfica]. E não existe ali no terreno, muitas vezes. [...] Você vê essa dinâmica. E tem outras dinâmicas assim. Você tem briga entre entre tribos. E, enfim, em determinadas épocas, a gente tem o fenômeno da transumância, que são os pastores que vão com gado de um lado para o outro. Isso ocorre todo ano e todo ano a gente tem problema entre os pastores e os agricultores, porque o gado acaba com a agricultura. E aí um mata o outro, o outro mata um. [...] enfim, são coisas que ainda estão além da minha, da minha vã percepção.”

Nesta primeira fala da entrevistada, observa-se que há uma percepção crítica, pelo menos enquanto indivíduo - não necessariamente representando a percepção da instituição ONU - do quanto o colonialismo perpassa a história da República Centro-Africana e reflete as mazelas que atingem o país ainda hoje. De forma semelhante, a entrevistada também se coloca como um indivíduo com limitações de percepção em uma realidade cultural, social e geográfica tão distinta. Como aponta Haraway (1995) a partir da sua reflexão sobre os “saberes localizados”, todo conhecimento é particular e corporificado, onde é preciso que saibamos nomear onde estamos e não estamos a partir da produção do conhecimento. Isto significa dizer que, assumir o lugar de onde estamos falando e produzindo conhecimento, e neste caso, formulando políticas também, é reconhecer que todo conhecimento é situado e vincula-se ao contexto social de onde é produzido. Haraway (1995) ainda destaca que:

Estou argumentando a favor de políticas e epistemologias de alocação, posicionamento e situação nas quais parcialidade e não universalidade é a condição de ser ouvido nas propostas a fazer de conhecimento racional. São propostas a respeito da vida das pessoas; a visão desde um corpo, sempre um corpo complexo, contraditório, estruturante e estruturado, versus a visão de cima, de lugar nenhum, do simplismo (HARAWAY, 1995, p.30).

Neste sentido, ainda que de forma individual, o reconhecimento da entrevistada do quanto as suas percepções são limitadas em relação ao terreno apontam, de certa forma, para uma responsabilidade em se colocar enquanto um sujeito situado, que possui percepções situadas e que assume as suas posições de forma transparente, ao contrário de produzir conhecimentos não localizáveis e, portanto, irresponsáveis (HARAWAY, 1995, p. 22).

Um dos primeiros questionamentos levantados na segunda parte da entrevista foi de que forma as mulheres foram introduzidas na dinâmica da MINUSCA e como iniciaram o seu trabalho na célula de gênero da operação. Esse tema foi o ponto de partida porque na literatura feminista sobre a implementação da Agenda MPS porque argumenta-se que as questões de gênero são marginalizadas da política mais ampla de paz e segurança da ONU, e que a resolução 1325 não confronta as raízes estruturais das desigualdades de gênero, incluindo entendimentos arraigados de patriarcado, masculinidade e poder militarizado (Barnes 2011, apud JANSSON, EDUARDES, 2016).

Ainda, discute-se como os setores militares e de segurança instrumentalizam as questões de gênero como um meio para os fins de segurança, estabilidade e eficácia militar e, ao fazê-lo, consolidam uma abordagem militarizada à MPS (DAVIES, TRUE, 2018). Ao contrário disso, as críticas feministas acreditam que a MPS tem potencial transformador no terreno para além do arcabouço militar em que ocorrem as operações de manutenção de paz. Nesse sentido, buscou-se explorar como se deram os processos iniciais de trabalho das entrevistadas da MINUSCA.

Segundo uma das entrevistadas, quando foi desdobrada para a MINUSCA, a colega que estava no cargo no período anterior não pôde, por problemas de saúde, realizar a transição do cargo.

[...] Olha, vou te falar, o que eu vi ali em praticamente um ano e meio, eu acho que eu não teria aprendido tanto em faculdade. E nisso eu acho que foi uma grande vantagem eu não ter recebido muita coisa da [colega]. Porque se de repente ela tivesse me dado uma fórmula de bolo, teria continuado a fórmula de bolo dela. Fazendo o que ela estava fazendo. É uma vantagem de você não saber por onde você ia, que você tem a liberdade de criar.

Ao mesmo tempo, uma das entrevistadas reconhece que *“é muito importante a gente dar continuidade, a gente não mudar totalmente de ação, porque senão as coisas se perdem”*. O que se pôde constatar pelas entrevistas é que, de fato, a função de Gender Adviser tem a autonomia de trabalhar de acordo com as prioridades que acha pertinente seguindo as suas percepções individuais e sem necessariamente dar continuidade às mesmas estratégias que estavam sendo aplicadas até então. Em termos teóricos, isso significa que há uma maturidade no trabalho da(o) chefe da célula de gênero e que, por ser um cargo de liderança, este formato se adequa ao que é esperado da função. Contudo, olhando sob outra perspectiva, há uma enorme dificuldade em traçar planos de ação tão complexos para o período de apenas

um ano, que é o tempo padrão em que os militares e policiais ficam desdobrados na operação. Em termos práticos, isso poderia ser menos eficiente, uma vez que é necessário uma certa continuidade nas estratégias traçadas para que se consiga observar resultados positivos a médio e longo prazo. A entrevistada reflete sobre essa questão:

“Eu fiquei muito chocada com a quantidade, com a gama de problemas que eu tinha na mão para gerenciar, do estilo assim: por onde eu começo? Porque várias coisas me chocaram. Mas assim, um ano é muito pouco, muito pouco tempo. Primeiro para você poder entender a dinâmica das coisas. Acho que assim, dois anos ia ser ótimo.[...] Então, eu procurei focar em atividades que eu pudesse ter uma resposta dentro daquele um ano. [...] mas assim, às vezes é difícil.”

“Eu acho que você começa a ficar bem por dentro da missão, sem brincadeira, com seis meses. E aí, com seis meses, que a gente está no auge das ideias e querendo implementar tudo, o tempo passa assim [num clique].”

Como expõem as entrevistadas, as estratégias pensadas no período de um ano precisavam ser condizentes com a capacidade da operação de pôr em prática o que era proposto, além da viabilidade logística e orçamentária. Isso poderia acarretar em uma restrição do campo de atuação e em uma limitação que apenas focava em resolver problemas urgentes de forma rápida, sem alcançar as razões profundas dos problemas sociais.

Outra entrevistada, que também trabalhou em conjunto com a célula de gênero, descreve um pouco da função da célula dentro do contingente militar da MINUSCA e como acredita ser importante a parte de engajamento com a população:

“E a gente tem feito muito trabalho aqui, legal. Viajado muito, indo pro interior, trabalhado muito com a célula do SIMIC; [...].Então a gente tenta sempre fazer um trabalho colaborativo com o SIMIC, que é a oportunidade da gente estar indo para o terreno, interagir com a população. Uma coisa que a gente fala é que a gente evita ficar só no escritório e escrevendo policy ou mandando e-mail e recebendo e-mail porque isso, é o que você acabou de falar, o que vale não é a documentação, o que vale realmente é você estar no terreno e olho no olho, conversar com a população, ver a realidade dela pra você voltar pro teu escritório e tentar sugerir coisas palpáveis. Porque isso não fica só no mundo das ideias, e às vezes a gente observa que fica muito assim.”

A partir deste trecho, observamos que o pessoal uniformizado da ONU reconhece a atuação limitada que existe, muitas vezes, em reduzir o monitoramento e a implementação da perspectiva de gênero a redigir relatórios e acompanhar os reportes de violência que chegam todos os dias. De forma positiva, é importante observar como essa autocrítica é presente na célula de gênero na medida em que a atuação da Gender Adviser e dos demais peacekeepers

busca ultrapassar essa barreira, como outra entrevista relata uma percepção muito parecida:

“E realmente é uma função [Gender Adviser] que eu digo que não é uma função de caneta e papel, não é uma função de escritório, é uma função que a gente tem que ir pro campo pra gente realmente... Aqui na capital não é a missão, o país ele é difícil, ele é pobre, mas a realidade do interior, a realidade do campo, ela é muito diferente ainda da realidade da capital.[...] E quando eu cheguei na missão em setembro, a MINUSCA tava sofrendo um problema sério de abuso e exploração sexual.[...] Então eu fiquei muito absorvida com essa questão, mas por outro lado foi bom porque eu recebi uma delegação de Nova York pra inspeção, eu tive que viajar com eles duas semanas. E a gente foi justamente visitar todos os locais onde o contingente do Gabão estava instalado. Que foi o contingente que foi todo repatriado por causa da questão de abuso. E eles estavam nos lugares mais pobres e miseráveis aqui da República Centro Africana, então, pra mim, foi bom, porque com duas semanas de missão eu fui pra esses lugares que são lugares absolutamente miseráveis. E isso pra mim foi uma mudança de mindset, quando eu vi isso eu falei: Cara, a Missão é aqui, a missão é aqui.”

Que complementa a fala de outra entrevistada:

“São várias facetas que você tem que observar. É aquela coisa, o papel ele é frio, no papel você pode colocar qualquer coisa, sabe, Eduarda, você pode botar qualquer coisa idealista, mas cada missão é uma missão, cada país é cada país, cada realidade é uma realidade. E se você não vai pro terreno, que é mais ou menos o que está tentando fazer, quando você coleta nossas informações, se você não tem um olhar do terreno, não adianta você botar uma coisa bonita no papel, que não funciona.”

Como afirmam Davis e True (2018), é importante que se atente às adaptações locais da Agenda Mulheres, Paz e Segurança e as suas respectivas estratégias contextuais, de maneira que, os planos nacionais e as estratégias locais definem o que “funciona” e o que “não funciona”. A MPS deve ser, portanto, uma tentativa pragmática que não se baseia em uma teoria *a priori* de gênero e conflito, mas em um processo de tentativa e erro comprometido com a criação de caminhos viáveis para a igualdade de gênero, justiça social e paz (DAVIES, TRUE, 2018, p.4). A teoria feminista construtivista de contestação de Antje Wiener (2009, 2009a) também é útil para analisar esse processo no sentido que compreende as normas em termos do seu “significado em uso” em vez de sua declaração em tratados, leis e políticas no papel. Isso significa dizer que existe um espaço de contestação do que a Agenda MPS significa no papel e o seu conteúdo prático, uma vez que a práxis é o que define a própria Agenda. Nesse processo, as “verdades” sobre o conflito derivam não da macropolítica ou da análise de dados, mas da experiência prática (DAVIES, TRUE, 2018, p.5).

De forma semelhante, muitas feministas têm utilizado o conceito de “melhores práticas” na implementação da agenda MPS, no entanto, é necessário ter cautela ao adaptar “melhores práticas” de uma região de conflito para outra sem levar em conta o contexto específico (D’COSTA,2016; BASU 2016, apud PARASHAR, 2018).

Neste sentido, destaca-se que houve uma preocupação em observar o contexto local e as dinâmicas ali expostas, ainda que esse esforço fosse, muitas vezes, de cunho individual, e não direcionado pela ONU:

“[...] até para eu poder entender o que estava acontecendo, eu ia em todas as reuniões. E o interessante era quando uma pessoa ouvia alguma coisa que poderia me interessar, isso chegava para mim. Tipo: “Ó, vai ter uma reunião não sei aonde, pode ser que seja interessante pra você, é uma boa oportunidade...”[...] porque às vezes a pessoa tem aquela mentalidade de: meu trabalho é esse e eu vou fazer só isso.”

“Então é esse tipo de trabalho que a gente faz. Mas só que a gente é inquieta, eu e a [nome]. Então a gente começa a entrar na seara de outras assim que dá.”

Como relatado nos trechos anteriores, a missão na RCA abrange todo o território nacional. Em termos geográficos, as características específicas do terreno (estação de chuvas e estação de seca, regiões ricas em recursos naturais controladas por grupos armados, fenômeno da transumância), bem como a sua amplitude e a sua extensa área rural são fatores que dificultam o monitoramento de todas as regiões. Algumas estratégias foram postas em prática ao longo dos anos para que se aumentasse o número de pontos focais no interior do país a fim de que, justamente, a missão conseguisse estar presente em todo o território:

“Quando eu olhei para o meu mapa, tinha um mapa grande na minha sala e eu comecei a botar pins aonde eu tinha gente. Aí, quando eu vi que só tinha em dez lugares, eu falei assim: Gente, mas a maior parte dos reportes que eu tenho não tem ninguém lá. Eu falei: Como é que eu vou conferir isso? Tipo assim, eu estou perdendo informação. Aí eu comecei a fazer um trabalho, a gente mudou a estrutura da missão ali em termos de pontos focais, e aí fizemos uma determinação. [...] No início, em maio de 2019 eram 36 pontos focais em dez locais. E aí passamos para 91 em 45 lugares. Fez uma diferença muito grande. E você consegue ter as informações, consegue chegar melhor (as informações) para você.”

De acordo com os relatórios oficiais da MINUSCA e com o relato das entrevistadas, uma das grandes dificuldades da operação era justamente conseguir alcançar o interior do país, regiões pobres, com pequenos agrupamentos de famílias, que viviam em matas fechadas. Ainda sim, essa população estava totalmente vulnerável à ação dos grupos armados ou a conflitos de pastores de gado em época de transumância. Em termos de gênero, os conflitos entre os grupos armados e entre os pastores de gado eram conflitos que, conseqüentemente,

aumentavam a violência de gênero nessas regiões.

Portanto, uma das ações prioritárias na implementação da Agenda MPS estava justamente em conseguir acessar lugares remotos e fazer o monitoramento eficiente da região, com a atuação de patrulhas ostensivas e pontos focais em regiões isoladas. No entanto, o aumento do número de pontos focais, de acordo com a entrevistada 1 (Gender Adviser), teve de ser somada a uma outra estratégia, que foi a capacitação adequada das tropas em relação aos cinco áreas que abrangem a proteção de civis, uma vez que, em 2018, a função deixou de ser conselheira de gênero para ser conselheira de gênero e proteção. Portanto, a função passou a ter o aspecto do gênero, mais o aspecto de proteção de crianças, prevenção da violência sexual relacionada ao conflito e prevenção da exploração e abuso sexual. Como relata a entrevistada, o aumento dos pontos focais, por si só, não garantiria um maior monitoramento nos cinco componentes de proteção de civis:

[...] Não dá para você dissociar a proteção de civis de proteção de gênero. E nenhuma das outras quatro. Então, são temas que se sobrepõem. [...]. Então, conversando com os militares, eu vi que a maioria dos contingentes, não só os contingentes, mas a maioria dos militares, não tinha essa percepção. Que faltava essa percepção básica de proteção de civis e o quanto gênero era importante na proteção de civis. [...]. Só que não tinha como eu capacitar, imagina cinco assuntos com duas semanas cada uma, dez semanas, mais de dois meses de capacitação[...]. Então assim, uma das minhas "brigas" com meu Force Commander era que ele falava: Isso aqui não é uma missão de treinamento. A gente não pode basear tudo em Training Mission, ser um treinamento na missão. Os militares já tem que vir para cá capacitados. Eu concordo. Os militares têm que vir para cá capacitados. Mas e aí o que você faz? Se você sai ali na esquina e conversa com os militares, vê que eles não estão capacitados, você faz o quê? Você liga para o país e fala assim: Ó, tô te devolvendo 800 militares, capacita e me devolve. E quem faz o trabalho deles nesse meio tempo, né. Então assim, não é que a força estivesse completamente ineficiente, mas a força estava subaproveitando as ferramentas que ela tinha, entendeu. Então aí eu organizei o treinamento nisso [...] E, na verdade, assim, a melhor explicação que eu tenho por exemplo, é que você é um militar, você vai em uma patrulha. Você não tem um gorrinho, tipo hoje eu só vou ver proteção de civis. Aí eu só vou ver se tem criança aí. Amanhã, tipo, eu só vou procurar SEA. Não existe isso. Você tem de entender tudo para ser um bom militar.[...] E aí a gente fez esse treinamento. Foi um treinamento em duas línguas, em francês e inglês, para poder, exatamente, atingir melhor todos os contingentes que a gente tinha.

Essa é uma questão emblemática porque expõe as lacunas que ainda permanecem sobre o que significa adotar uma perspectiva de gênero em uma operação, o que representa a Agenda MPS e como isso se relaciona com a proteção de civis. Como colocado pela entrevistada, o aspecto de gênero precisa ser transversal, ou seja, algo que transpassa a todas as demais células e complementa o trabalho de todos os componentes (civil, militar e policial), não sendo restrito somente à célula designada para a função. De forma semelhante,

as cinco áreas que abrangem a proteção de civis não podem ser interpretadas de forma isolada, uma vez que todas as violências se correlacionam entre si. Essa parece ser uma questão ainda latente na organização interna da MINUSCA, de forma que, apesar dos contingentes receberem treinamento no período pré-desdobramento, cita-se a dificuldade de perceber essas violências de forma interligada. Uma abordagem interseccional, por exemplo, nos auxilia nesse processo de identificar como as violências se correlacionam.

Como afirmam Hultman e Sellström (2018) nem sempre as aproximações entre POC (Protection of Civilians) e a Agenda MPS (Mulheres, Paz e Segurança) foram claras. Apesar de serem estratégias complementares que se articulam entre si, a POC é específica para situações de conflito e crises humanitárias, na maioria das vezes limitada à prevenção de danos físicos, ao contrário da Agenda MPS, que se articula em pilares de prevenção, participação e construção da paz, juntamente com a proteção (p.605). Além disso, as autoras afirmam que a POC está posicionada dentro dos mandatos das operações de apoio à paz e para a proteção de civis em termos neutros de gênero, uma vez que se utilizou de ideias essencialistas de mulheres e crianças como “inocentes”. Neste sentido, a integração da agenda MPS com a POC levou a outros desenvolvimentos, percebendo de que forma as violências de gênero estão interligadas e introduzindo novas formas de proteção no nível das operações de manutenção da paz, desenvolvendo um conjunto de ferramentas mais amplo e holístico para proteção (HULTMAN E SELLSTRÖM, 2018, p.605).

No entanto, ao adotar essa abordagem integrada que somou presença militar e patrulha eficiente, rapidamente pode-se observar resultados positivos:

“Então a gente conseguiu assim, um salto imenso nas respostas, entendeu? Das patrulhas e tudo. Então a gente conseguiu ver no relatório que a gente teve um salto muito grande. Em questão de dois meses já estava tendo uma resposta grande assim. E o pessoal tem que ser melhor qualificado. Melhorou em número de reportes e assim... e até o tipo de patrulha que era feito, os registros que eram feitos na patrulha. Porque assim, se você pega uma patrulha que a pessoa tem, nada a declarar, eu não vi nada. Entendeu? É uma patrulha que para mim não é uma patrulha *Gender Responsive*. E a partir do momento que você começa a pegar... porque todas as patrulhas tem reporte. Quando você começa a pegar os reports e você vê que tem dados e que a pessoa prestou atenção nas coisas que tinha que prestar, é uma patrulha responsiva. Ela pode até não ter visto coisas, mas se ela relata, ela dá indícios, se ela põe determinadas coisas da patrulha ali, eu sei o que procurou, o que viu, com quem falou, o que perguntou. A gente nota até pela forma de fazer o relatório que a pessoa estava vendo direito. Então, assim, é o que a gente quer. [...] Porque uma das outras coisas que eu sempre tive aqui... não sei se é um estigma, mas fica aquela ideia que só quem precisa saber de gênero e proteção é o ponto focal. Mas não é. Todos os militares teriam que saber. Senão, a gente teria que botar o ponto focal indo em todas

as patrulhas, todas as atividades do militar que ele precisaria de empregar esses conceitos.”

Aqui, nota-se mais uma vez a importância de perceber como a perspectiva de gênero está presente em todas as esferas de uma operação de paz. O que poderia ser facilmente interpretado como uma questão apenas logística - ou seja, a necessidade de aumentar os pontos focais para aumentar a segurança - precisa, na verdade, ser observado a partir da perspectiva de gênero. Isto é, é necessário que os contingentes militares estejam presentes de forma mais contundente no interior do país, mas não só. O que está sendo reportando, quem está reportando, de que forma está relatando também são fatores cruciais para a efetividade das estratégias de proteção a civis. E, do mesmo modo, a proteção de civis precisa expandir suas barreiras compreendendo que a Agenda MPS não é apenas uma parte do mandato, mas sim um tema transversal. A seguir, cita-se um exemplo em que uma patrulha *gender sensitive* conseguiu observar uma situação de violência:

“A ONU ia distribuir água nas comunidades. Então, num determinado local iam...normalmente, o que você está acostumado a ver quando você vai distribuir água? São mulheres e crianças indo buscar água. Raramente você vê homem, homem não busca água. Entendeu? Homem não busca. Num determinado local, iam mais homens buscar água. Aí isso já levantou uma suspeita, pá, por que que aqui está havendo mais homens? E aí, junto com um componente policial, isso daí é bem interessante, porque o componente policial tem mais entrada na comunidade do que o componente militar. Aí a gente descobriu que nessa determinada localidade os homens estavam indo pegar a água. E aí descobrimos que os homens pegavam a água, os baldes de água. E depois eles redistribuíam dentro da comunidade em troca de favores sexuais.”

Como relata uma das entrevistadas, não é apenas o ponto focal de gênero que precisa estar atento a esse tipo de situação no terreno. Se pensarmos os *five hats* que fazem parte do mandato de proteção de civis de forma isolada, em caixinhas separadas, talvez situações como essa passassem despercebidas ao olhos de um militar no terreno, uma vez que a tarefa inicial - levar água às comunidades - estava sendo cumprida com eficácia. Adotar a perspectiva de gênero e observar essas dinâmicas de forma ampla e interseccional é tarefa de todos os componentes da ONU no terreno, e não apenas dos pontos focais ou da célula designada para tal.

Todas as entrevistadas também relataram que uma das prioridades da célula de gênero era melhorar o engajamento com a população, uma vez que o acesso a informações sobre a

comunidade, a movimentação de grupos armados, incidentes de violação de direitos humanos e outras questões, eram, majoritariamente repassadas ao pessoal da ONU através das patrulhas e dos pontos focais. Os chamados *Engagement Teams* são formados, majoritariamente, por policiais da ONU e tem como principal objetivo buscar a aproximação com a comunidade, enquanto os pontos focais são formados por militares responsáveis por monitorar a atividade no terreno. Nos últimos anos, segundo as entrevistas, o contingente militar também tem começado a realizar patrulhas e interagir, mas a função do policial é exatamente estar dentro da comunidade, monitorando a segurança. Apesar de em menor número, o policial faz esse policiamento dentro das comunidades e tem maior interação, devido ao número de patrulhas que são feitas durante o dia.

A necessidade de maior engajamento também é observada pelas conselheiras de gênero que passaram pela MINUSCA:

“E eu perguntei pra ela [a colega que estava antes], eu falei assim: Olha, eu queria assim... Dentro do que você fez, eu queria que você me dissesse, assim, se você tivesse ficado mais tempo, para onde você iria? O que você sentiu que é alguma coisa que ia ter necessidade da continuidade? E ela me falou esta questão de trabalhar justamente mais no engajamento com a população.”

A entrevistada a seguir relata a sua experiência no pelotão de engajamento:

“Antes do Covid, eles eram super receptivos, ainda mais quando eles viram a minha bandeira do Brasil. Eles queriam se aproximar, tirar foto, eles queriam conversar, porque eu era a primeira brasileira na missão. “Nossa, eu nunca tinha visto uma brasileira! Você conhece o Neymar? Como está o Neymar?” [...] Então eu percebia que a receptividade, a hospitalidade se tornava melhor, por causa da minha nacionalidade e talvez por eu ser mulher. Por eu ser mulher, as mulheres se aproximavam mais, as crianças se aproximavam mais, e os homens já se aproximavam por causa do futebol, eles queriam saber do meu país. E as nossas características são diferentes, são marcantes. Eu sou parda, tenho cabelo liso, preto, olho preto, então eles ficam admirando, olhando. “Nossa, nunca vi!”. Então eles queriam pegar no meu cabelo, e pegavam no meu braço, porque as minhas características são um pouco indígenas, então é diferente para eles. Porque eles estão muito acostumados a ver pessoas loiras, dos olhos azuis, branca ou negra [...]. A gente tinha que bolar estratégias, como diz né, a mulher consegue elaborar estratégias menos violentas, menos evasivas. A aproximação dela é carismática, é simpática. Então nós temos que aproveitar essas características que nós temos para remediar o conflito. Porque você precisa mostrar pra população que você está ali para ser um apoio social, para oferecer uma segurança, até, como devo dizer... um apoio emocional. Porque as pessoas ali estão passando por um período pós-guerra, que está estabilizando.”

Neste sentido, a interseccionalidade aparece como fundamental para análise das dinâmicas apresentadas. Três são as características citadas pela entrevistada, que, segundo ela, auxiliaram na aproximação com a população centro-africana, sendo: o gênero *mulher*, a

cor/raça *parda* ou *indígena* e a nacionalidade *brasileira*. Essas características não podem ser lidas de forma isolada, uma vez que, todas elas se articulam entre si para a formação da identidade. Contudo, façamos o exercício de pensar diferentes situações: Como seria a receptividade se fosse um homem branco brasileiro? Ou uma mulher negra dos Estados Unidos? Ou ainda, mulher branca de um país localizado politicamente no sul global? Os homens se aproximariam se a entrevistada não fosse brasileira e não falasse sobre futebol? As crianças se aproximariam se não fosse uma mulher? As mulheres se aproximariam se ela tivesse características fenotípicas diferentes? Ainda, a simpatia e o carisma são características inerentes às mulheres? Esse é o fator que define maior ou menor aproximação?

Aqui, também observamos outra problemática: a reprodução do discurso essencialista sobre a presença feminina no terreno. Neste sentido, entende-se que os estereótipos de gênero, dentre eles a natureza supostamente gentil das mulheres, a atitude conciliatória, capacidade de controlar a agressão, são características favoráveis às mulheres na manutenção da paz e podem, de fato, torná-las mais eficazes nas operações do que os homens (DeGROOT, 2001, p.34). Contudo, apesar dessa percepção ser essencialista, *peacekeepers* do sexo feminino são vistas como mais acessíveis e conseguem ter maior abertura com a população o que, de acordo com muitos estudos, tende a ser verdade, uma vez que as mulheres das comunidades terão mais probabilidade de reportar casos de violência a mulheres *peacekeepers* devido a sua identidade compartilhada (KARIM, BEARDSLEY, 2013).

Outra entrevistada relata a sua experiência com os pelotões de engajamento e também reflete como a sua identidade impacta nesse processo:

“Eu acho assim, para interagir com mulheres, sem dúvida nenhuma, faz muita diferença o fato de você ter mulheres, assim, abordando. Sempre que você vai interagir com a população, ainda mais uma população tão sofrida, você tem que criar algum tipo de conexão com aquela pessoa. E a conexão ela é criada, normalmente, com base em alguma coisa em comum que a gente tem com aquela pessoa que eu, no caso de mulher para mulher. Então elas se identificam e elas admiram.[...] Agora é interessante essa coisa da identidade. Por exemplo, eu trabalho com a [nome]. E a [nome] é negra. E é engraçado assim, porque eles, às vezes, eu chego numa primeira abordagem e... até eles saberem que eu sou do Brasil, porque o Brasil é muito bem visto. Eu sinto muito orgulho de ser brasileira porque todo mundo gosta muito do Brasil. Mas assim, eu, branca, muito branca, com o olho assim, claro. Então é engraçado porque tem a conexão pelo fato de ser mulher, mas eles olham pra mim no primeiro momento, o que eu falei, tem que criar a conexão. Eles olham pra mim. No primeiro momento - branca colonizadora. É uma associação imediata. Aí eu já mostro logo o Brasil. Então a [nome], que é a mulher e que é negra, já é mais fácil. É impressionante. E ela já tem uma entrada mais fácil, porque além da conexão de ser mulher, ela tem a questão da identidade da pele. Eles já olham e já não vêem uma pessoa achando que é europeu, né.”

Aqui se interseccionam novamente raça, nacionalidade e gênero. Num primeiro momento, como relatado pela entrevistada, as características fenotípicas causam estranhamento à população, mesmo sendo mulher. O fato de ser mulher e brasileira, contudo, faz com que se afaste a ideia de uma mulher *branca europeia colonizadora*. Portanto, o desafio aqui é compreender de que forma podemos olhar para esses relatos sem essencializar a participação feminina nas operações e nem homogeneizar suas experiências no terreno. Como vimos nos relatos acima, assim como o gênero, as diferenças étnicas/raciais e de nacionalidade tem considerável significado e podem variar o grau de interação com a população.

Outra entrevistada, negra, comenta sobre como são as atividades de engajamento são impactadas pela sua identidade:

“Quando eu chego aqui, eles me olham. Eu sou uma negra meia clara, para eles. Porque eles são negros, de cor, tom fechado, negro de negritude mesmo. Eu sou negra, meu cabelo não é um cabelo de negro para eles. Para o Brasil, sim, mas para eles, eles acham meu cabelo bom. Quando eu cheguei aqui, era um tal de querer tocar no meu cabelo, ver e falar, achavam que o meu cabelo era bom, né? [...] E elas me olham e já sabem que eu não sou africana, e várias vezes chegando aqui elas já sabem que sou brasileira, mesmo que eu não esteja com o uniforme, eles já sabem que o tom da minha pele é de brasileira, da mistura, da nossa miscigenação de negros, brancos, índios, tudo isso. Mas então tem essa identificação. É legal que logo que eu cheguei, elas olhavam assim, estranhamente, mas eu já me aproximava. Então senti essa aproximação. Às vezes eu até brinco com a [nome], que ela vai, chega e passa.. Ela quer brigar, discutir, em francês. Aí outro dia eu expliquei pra ela. Tem toda uma construção inconsciente do branco colonizador com o negro colonizado. Então, ainda tem isso na memória coletiva, inconscientemente deles. Então de repente eles vão te tratar assim, mais ou menos, não por que eles não gostam de você, mas é porque é essa memória coletiva, ela fica meio assim, depois ela entende.”

A identidade é gerada por múltiplos fatores, como raça, classe, gênero, sexualidade, idade, deficiência, etnia, nação e religião, entre outros, e para Hill Collins e Bilge (2021) constituem sistemas de poder independentes, interseccionais ou mutuamente construídos. Enquanto categoria de análise, raça, gênero, sexualidade, classe e nação adquirem significado a partir das relações de poder do racismo, do heterossexismo, da exploração de classe e do nacionalismo (p.250). Muitos críticos da interseccionalidade afirmam que uso excessivo da identidade pessoal como uma categoria analítica, argumentando que isso pode minimizar a importância das análises estruturais, especialmente análises materialistas de classe e poder. Hill Collins e Birge (2021) afirmam, no entanto, que uma leitura atenta dos estudos da interseccionalidade revela que essa conclusão só é possível se ignorarmos a centralidade das

análises estruturais que marcam, desde sempre, os estudos interseccionais, uma vez que a interseccionalidade sempre enfatizou a combinação de análises estruturais e culturais (HILL COLLINS, BILGE, 2021, p. 199).

Neste sentido, o relato das entrevistadas precisa ser observado pelo olhar macro e micro, subjetivo e estrutural. A raça, a classe, o gênero, a nacionalidade e a língua articulam-se com as dinâmicas de poder como o racismo, o sexismo e o colonialismo e impactam na percepção que a população tem sobre esses indivíduos. As fissuras causadas pelo colonialismo ainda estão presentes no cotidiano da população, ainda que por questões simbólicas ou subjetivas. Como afirma uma das entrevistadas, *“esse país [a RCA], assim como a maioria da África, foram colonizados pela França. E na década de 50, 60... A maioria dos países da África tiveram a independência em 60. Então é muito recente, sabe”* e portanto, compreender os processos históricos e como eles impactam nas dinâmicas contemporâneas é essencial se nos propormos a fazermos uma análise interseccional e pós-colonial.

Os pelotões e as atividades de engajamento citadas acima, no entanto, também enfrentam dificuldades. Como citado no último relato, há uma necessidade de criar conexões a longo prazo com a comunidade, para que se criem relações de confiança. Ao contrário, há uma enorme resistência da população e críticas a presença da ONU no terreno:

“[...]porque eles falam: Mas o que a missão faz para matar a nossa fome? A gente está abandonado. Não tem nem uma organização não-governamental. A gente está aqui completamente abandonado, não tem polícia, não tem humanitário, não tem ninguém, só tem os militares. E vocês estão aqui e só ficam pedindo informação, informação, informação.”

Para muitas mulheres em zonas de conflito, o que é entendido como suas necessidades domésticas de paz e segurança locais diferem substancialmente dos processos de paz mediados internacionalmente. Desta forma, em alguns conflitos, é evidente que as mulheres locais percebem as intervenções internacionais, incluindo, mas não se limitando à Resolução 1325, como parte do problema e não da solução (AUTESSERRE, 2014, apud, NÍ AOLÁIN, VALJI, 2018, p. 57). Algumas entrevistadas também relatam que há uma dificuldade da população centro-africana em entender qual o papel da ONU no terreno, que é o de assessorar, observar, reportar e identificar quais são as maiores dificuldades da população. A partir disso, as demandas são encaminhadas para as entidades da ONU e

organizações não-governamentais para que se pensem políticas e ações direcionadas a partir do que foi coletado. Como afirma uma das entrevistadas:

Você também depende de outros, não é você que vai botar a mão na massa, você depende da aceitação de outros grupos, de entidades da ONU, de convencer, de fazer aquele trabalho. Então é um trabalho de formiguinha. [...]Esse é o problema da ONU. A gente não vai salvar o mundo, mas vai minimizar. Porque as pessoas, às vezes colocam um estigma na ONU, achando que nossa, né? Que nada, gente. Calma. Não depende da gente. A gente é uma ferramenta e são pessoas. A ONU são pessoas, dependendo do que seja, a gente consegue, e às vezes não consegue.

Kirby e Shepherd (2016) também apontam para o fato de que a MPS é muito centrada na ação do Estado. Assim, a consolidação e implementação dos princípios das MPS em nível nacional e internacional, embora envolva a sociedade civil, têm se tornado cada vez mais focadas na responsabilidade e ação do Estado, envolvendo a sociedade civil de forma muito limitada (p.383). Isso leva a uma falta de compreensão fundamentada das necessidades da comunidade relacionadas a Agenda MPS o que pode levar à percepção da Agenda e dos PNAs como elitistas ou irrelevantes para a vida da população (KIRBY, SHEPHERD, 2016, p.384).

As entrevistadas observam, contudo, que, na medida em que a população começa a perceber que a presença da ONU está surtindo efeito para a segurança das comunidades, há uma maior cooperação no trabalho de coleta de informações, sobretudo por parte das mulheres:

“Sempre brinco que quem quer mais a paz são as mulheres, porque normalmente os grupos armados matam os homens, sequestram as crianças para serem soldados, as mulheres ficam, são estupradas ou então não têm maridos e elas vivem essa instabilidade na vida delas. Qual é a comunidade que quer viver assim? Então elas são as primeiras a colaborar em dizer onde está o grupo armado, onde estão as minas, onde estão os sequestradores. Por quê? Porque elas querem que a paz esteja estabelecida, fato, simples. Então elas vão colaborar. Se eles observarem que as informações que eles estão passando estão tendo uma serventia, um retorno, a população vai colaborar, porque eles querem a paz. Eles querem uma vida normal.”

Outra entrevistada comenta sobre as lideranças comunitárias:

“A maioria das líderes comunitárias lá, eram mulheres. Eu acho que elas se sensibilizavam mais com os problemas das comunidades. Eu cheguei a propor uma reunião com todos os líderes comunitários do bairro onde eu trabalhava, do distrito onde eu trabalhava. E eu descobri que a maioria eram mulheres. Então quando tinha algum conflito, algum problema dentro do bairro, era eu que resolvia, com elas.”

Se por um lado critica-se a noção essencialista de mulheres e crianças como civis inocentes e vítimas do conflito (CARPENTER, 2016) também é preciso observar que, cada indivíduo é impactado de forma distinta pela guerra. A preocupação com as mulheres com a paz relaciona-se com a ideia de entender como o conflito armado também impacta no micronível (TICKNER, 2001). Como as abordagens feministas entendem que “as ameaças à segurança incluem não apenas a guerra e a violência internacional, mas também violência doméstica, estupro, pobreza, subordinação de gênero e destruição ecológica” (SJOBERG, 2010, p.5) é compreensível que as mulheres, em muitos casos, sejam as mais afetadas e se engajem mais em movimentos em prol da paz.

Para além disso, ainda sobre os pelotões de engajamento, existem algumas limitações no que diz respeito ao idioma que afetam a possibilidade de conexão e diálogo com as comunidades. O idioma oficial do país é o Sangô, e, em algumas regiões do país, a população também fala francês. Todas as mulheres entrevistadas relataram falar francês e inglês, mas nem todos os militares e policiais desdobrados no terreno têm o domínio dos dois idiomas. A ONU prevê o uso de assistentes de linguagem na língua local (Sangô), mas como relata uma das entrevistadas, o uso de assistentes de linguagem pode tanto auxiliar como prejudicar a comunicação, sobretudo com as mulheres:

“Em algumas vilas, as vilas menores. Você não consegue, às vezes, uma mulher que fale francês, porque assim, se ela falasse francês, eu falava, eu desenrolava em francês, mas em sangô, dependendo do que for, não rola. Então, eu precisava do intérprete. E ali não tem intérprete mulher, entendeu? Eu tive dificuldade. Na maioria das vezes eu fui com intérprete, homem, e aí que eu já tinha ido a primeira vez, eu notei que eu levei 15 minutos para a mulher conseguir olhar para a minha cara, principalmente as muçulmanas. Elas são extremamente retraídas. Aí assim, consegui fazer piada e eu contava, eu brincava. [...]aí elas começavam a rir, começavam a se soltar. Aí, quando eu começava a falar as coisas, o intérprete chegava perto. Na mesma hora, ela olhava para baixo e não falava. Aí eu comecei a ter a estratégia. Eu sempre procurava algum lugar para falar que eu pudesse estar do lado de uma árvore, porque eu botava a pessoa do outro lado para não ter contato visual. Estranho porque não sei explicar porque a voz era de homem, entendeu? Mas elas continuavam falando comigo e com um pouco mais de naturalidade. Mas se tivesse na frente um homem, o contato visual não ia. Então, assim são coisas estranhas. Não sei explicar como isso funciona, mas funcionava. [...] Tinha a opção de usar um intérprete da vila, mas é complicado porque eu preferia trabalhar com intérprete da ONU, e porque você está com a equipe que você confia. Porque assim, imagina se a mulher está lá me fazendo alguma denúncia de um grupo armado de alguma coisa? Como é que eu vou confiar que aquela pessoa que está fazendo a tradução está traduzindo exatamente da forma que ela está falando? Então, isso eu acho que eu usei duas vezes só o tradutor ali da Vila, que era alguém em vilas um pouco maiores.”

Outra entrevistada relata a mesma impressão sobre os assistentes de linguagem:

“[...] os assistentes de linguagem, têm uma dificuldade porque são poucos assistentes em linguagem que são mulheres, até por uma questão cultural. Assim, de não ter muitas mulheres que estudam, de ter muitas mulheres que têm um nível de ... Então, realmente a maioria... Eu fiz até um levantamento dos assistentes de linguagem que a gente tem, e realmente 80% são homens e, aí eventualmente vai ter esse problema. Se for uma comunidade mais aberta, como o assistente de linguagem, ele é um staff local, ele é um membro da comunidade, ele é um membro da cidade, ele tem uma entrada. As pessoas conhecem. Então a comunidade até confia mais, porque, sabe, é um deles. Agora, se for realmente uma sociedade muito fechada, principalmente muçulmana. Aí realmente vai ficar complicado. Aí vai ter esse problema, porque vai ser difícil comunicar.”

Aqui, para além da intersecção entre gênero, raça, classe, nacionalidade, incluímos na análise também o aspecto religioso. Segundo as entrevistadas, embora nem todas as muçulmanas comportem-se da mesma forma na presença dos tradutores homens, algumas recusaram-se a falar diretamente com eles. Portanto, embora a mulher peacekeeper seja negra e brasileira, por exemplo, existe uma limitação na comunicação devido à barreira imposta pela figura de um homem intérprete de linguagem.

No que diz respeito a violência de gênero na República Centro-Africana, as percepções comuns a todas as entrevistadas eram a banalização da violência no país, inclusive a sexual. Isso fazia com que os casos de violência sexual relacionada ao conflito fosse uma das grandes preocupações em termos de gênero, para a MINUSCA:

“[...] o que eu mais me deparei lá, o problema central da República Centro-Africana é a parte de abuso sexual das adolescentes, das crianças. [...] O que é absurdo, que me chamava muito a atenção era a parte do abuso sexual, da violência sexual. Todo dia tinha, e eu acho que 99% era com adolescentes. Meninas de 10 anos, 12 anos, eram as mais violentadas. [...] O que eu percebi é que para eles é uma coisa tão normal né, a prática de violação sexual, que para eles é como se elas tivessem iniciado a vida sexual ativa. “Ah, e o rapaz é aquele que fez uma besteira, mas tá tudo sem problema, tá tudo resolvido...” Sabe, eu percebi muitas coisas assim. Foi difícil lidar com esse tipo de situação.”

“E é estranho falar, mas a sensação que eu tive ali é que tipo assim... Eles encaram o sexo como um normalidade do estilo: eu estou com fome, vou pegar comida e comer. [...] Ou seja, o estupro é normal. Seja pelos grupos armados, porque eles têm uma condição de poder maior, seja pelas próprias forças, seja dentro das comunidades, seja dentro da família. Então, assim também não é difícil encontrar pais que estupram filhos. Então, assim, o conceito de sexo é diferente. Isso daí é uma coisa que eu sempre questioneei, porque assim, é cultural, mas não está certo. Porque assim, a mulher não está feliz com isso. Então é complicado. Mas, ao mesmo tempo, como é que você muda determinadas coisas? Tipo, casamento de crianças, entendeu? Eu via ali muita criança com filho. Muita criança com filho. Mas e aí, você vai fazer o quê?”

A violência sexual é comumente descrita como uma epidemia na República

Centro-Africana (PHAM, BALTHAZARD, VINCK, 2020), mas tanto a violência sexual no contexto intercomunitário, ou seja, que é praticado fora do contexto do conflito, quanto os casos de CBSV precisam ser olhados com bastante atenção, a fim de que se evitem conclusões apressadas para as causas da violência.

A partir do que se pode observar pelas entrevistas, a violência sexual na RCA perpassa uma questão cultural e também estrutural, que se relaciona com as masculinidades, o patriarcado, e a dominação masculina e a educação sexual extremamente deficitária no país. No entanto, assim como afirma Wood (2015), esses elementos, sozinhos, não são capazes de explicar a totalidade das situações vivenciadas na RCA. Há uma busca por demonstrações de poder dos grupos armados que envolvem aspectos religiosos e étnico/raciais e também demonstrações de poder em territórios em disputa.

A questão cultural levantada pela entrevistada também é um tópico sensível para análise da violência. O que pode ser considerado cultural? No caso dos casamentos infantis, muitos fatores amparam esse fenômeno dentre eles: o aspecto religioso, social, cultural de uma determinada região, etnia ou nacionalidade. No entanto, fatores como vulnerabilidade infantil, pobreza, baixa escolaridade e controle sobre os corpos, sobretudo das mulheres e das meninas são fatores que legitimam o casamento infantil.

No entanto, as questões culturais são atravessadas pelo olhar eurocêntrico sobre a cultura. Em muitas sociedades, há diferentes percepções sobre a vulnerabilidade das mulheres e das crianças, por exemplo:

“O que é gênero? Mas assim, em que nível está colocada a posição da mulher, da criança? No Haiti era assim: a última pessoa que comia era a criança, primeiro eram os homens, depois eram as mulheres. Se sobrasse comida, as crianças comiam. Então tinha muita criança que passava fome. Isso é cultural, não é? No Brasil, a gente vai dar primeiro o alimento para criança, para as mulheres, para os idosos. Então é por aí. Aqui na África a criança é o último, o adulto vai lá comer primeiro. Então são questões de gênero. Quem são as prioridades? São as crianças? São as mulheres? São os homens? Quem é que trabalha normalmente? Aqui quem trabalha mais são as mulheres. Os filhos, carregando, você já deve ter visto aquelas fotos. Elas amarram os filhos nas costas, com aquelas grandes bacias que elas passam para vender frutas, verduras. E os homens estão lá, deitadinho, esperando. No máximo cuida de um gadinho ali, da casa. Então quer dizer, muita coisa é cultural. E essa perspectiva de gênero, você tem que olhar para entender como funciona, quem é protegido, quem não é.”

Neste ponto, o trabalho não se propõe em adentrar profundamente nas questões que dizem respeito à diferença cultural entre o olhar eurocêntrico e o africano, e nem discorrer

sobre o papel da cultura nas sociedades africanas. Ainda assim, busca-se salientar como este ponto também é importante para análise. O reconhecimento da entrevistada sobre a necessidade de observar o contexto cultural de forma ampla para a adoção da perspectiva de gênero na MINUSCA - ao trazer essa reflexão como algo pertinente para o relato - aponta, de certa forma, para uma abordagem comprometida com a diferença e capaz de dialogar com temas, muitas vezes, considerados complexos e contraditórios. No entanto, também observa-se nas entrevistadas uma análise responsável que não aceita a passividade do relativismo cultural como única resposta para compreender as violências e as dinâmicas ocorridas em sociedades não-ocidentais.

Somado a essa questão cultural da percepção da violência, a impunidade compõe um dos principais fatores que fazem com que esse tipo de violência seja banalizada, como observamos no relato a seguir:

“[...] A gente lutava muito contra a impunidade. Porque infelizmente era um crime que estava muito banalizado. A ONU que ainda chegou para acabar com isso, né. Criou a UMIRR, que é como se fosse a Delegacia da Mulher. Que cuida da mulher que foi violentada. Eles dão logo o antivírus, eles dão apoio médico e psicológico praquela menina. Só que assim, o violador, com 6 dias ele é liberado. Ele fica preso, ele é julgado rapidamente. Passei por situações do tomador, do violador, ter condições financeiras, e ter estuprado uma menina pobre, e os pais dele irem lá negociar por dinheiro para liberar ele. E aí eu manter aquele cara preso, e aí eu fui liberada do meu trabalho e no outro dia eu fui procurar por ele e cadê o cara? Simplesmente as famílias negociaram a liberação por dinheiro, vim descobrir isso. Claro, não foi nada oficial, mas eu conversando com os policiais locais, infelizmente eles são muito corruptos. Nós lutávamos muito contra isso, mas infelizmente nós nos deparamos muito com esse tipo de situação na delegacia.”

A entrevistada que observou esse tipo de situação afirma que é necessário, além de leis mais rígidas, um trabalho com toda a comunidade para a conscientização sobre a violência doméstica e sexual:

“Por exemplo, no Congo, houve uma pesquisa e descobriram que os índices de estupro no Congo eram altíssimos. Então eles começaram não só a tratar as meninas, as mulheres, que foram violentadas, mas começaram também a cuidar dos homens, como? Eles fizeram tipo uma espécie de Alcoólicos Anônimos, lá, um projeto para tratar psicologicamente esses homens que praticavam esse tipo de crime. Então foi descoberto que eles eram orientados desde criança a fazer isso, a tratar a mulher como objeto. Uma coisa que fazia parte da cultura deles. Então esse trabalho que a ONU fez lá foi muito interessante, porque eles começaram a trabalhar com os garotos, até os adultos. Pra mostrar para aqueles garotos que não era o correto de se fazer, porque o que acontece, os homens, os estupradores, eles acabavam sendo modelo para os menores, para os adolescentes, para as crianças. Então assim, os homens, os garotos, os adolescentes, eles já cresciam com essa mentalidade de que praticar isso é algo normal. Violentar uma mulher era algo que fazia parte da cultura

deles, então precisou ser feito um trabalho para orientar, corrigir, e mostrar para eles que não era essa a forma. E foi um trabalho excepcional, porque eles começaram a entrevistar as mulheres locais, e elas começaram a dizer: Nossa, meu marido melhorou muito depois desse trabalho que vocês estão fazendo. Porque mesmo a mulher sendo casada, eles tomavam a mulher por violência, para manter a relação sexual. Então era tudo sob violência. Era batendo, era espancando. E aí o que aconteceu, as mulheres locais começaram a expor as vantagens, as melhorias, como que ficou o relacionamento familiar, depois desse trabalho que foi desenvolvido lá no Congo. Era isso que tinha que ser feito na RCA, mas enquanto eu estive lá eu não fiquei sabendo de nenhuma iniciativa assim.”

Para além da violência doméstica e sexual intercomunitária, a violência de gênero na RCA tem diversas faces. Um número significativo de casos está ligado com o conflito entre grupos armados:

“[...] por várias questões, por manter poder, para se impor em cima de religiões ou de etnias, [os grupos armados] usam as vezes a violência sexual. Na maioria das vezes porque é uma forma de intimidar, de mostrar poder. A violência sexual, na maioria das vezes é pra mostrar poder. O poder do homem, da força bruta do homem sobre a mulher, poder de gênero, de entender que a mulher é só um objeto para satisfazer, porque isso aí tem a ver com culturas, com etnias, com a mulher de ser submissa e com poder do grupo armado, de mostrar que ele tem a força, que ele pode invadir uma cidade, um vilarejo, que são pequenos vilarejos, e matar todo mundo ou sequestrar, estuprar e assim vai.”

“Uma outra situação que é muito importante é que a RCA é extremamente rica. É muito rica. Então tem muita mina ilegal, muita. Não importa a justificativa oficial. A que eu vi, extraoficial, é controle dos recursos. E assim, eles fazem... eles usam mesmo essa violência sexual para ter um movimento da população, da população sair dali, entendeu? E tem muita abdução de criança. Muita. Para ser usado como criança-soldado, para ser usado nas minas.”

A violência sexual relacionada ao conflito (*conflict-based sexual violence* em inglês - CBSV) inclui múltiplas formas de violência. Os atores armados podem perpetrar tortura e escravidão sexual, casamentos forçados, prostituição forçada, esterilização, entre outros. A CBSV é tradicionalmente compreendida como uma violência perpetrada contra mulheres e meninas, mas o mesmo ocorre com homens e meninos em contextos de conflito armado.

Wood (2015) afirma que as teorias clássicas sobre CBSV explicam apenas uma pequena parte das variações de violência observadas em conflitos armados. A abordagem da masculinidade militarizada, por exemplo, pode explicar como os combatentes representam a dominação do inimigo em termos generificados e por isso se utilizam da violência sexual para reforçar essa posição, mas não explica a ausência da violência sexual em muitos grupos armados insurgentes (WOOD, 2012). De forma semelhante, o argumento de que o estupro

relacionado ao conflito ocorre porque a organização armada ordena ou promove seu uso como estratégia de violência contra civis não pode explicar os muitos atores armados que praticam outras formas de violência, mas não praticam o estupro (WOOD, 2012, p. 6).

Giannini (2015), ao analisar a violência sexual no Haiti, compreende que diversos fatores contribuem com a intensificação de crimes sexuais no país, como a instabilidade política e as consequências do terremoto, por exemplo, que geraram políticas específicas para proteção de civis baseada em gênero na MINUSTAH. Apesar dos efeitos positivos, a natureza do problema da violência baseada em gênero no Haiti não foi compreendida a fundo (GIANNINI, 2015, p.70). No caso do Haiti, como argumenta Giannini (2015), a condição desigual das mulheres no país, a maior parte das vítimas de violência sexual, foi acentuada pelo terremoto, pela debilidade das instituições, pela omissão do Estado e pela escalada de violência no Haiti, o que torna difícil apontar uma causa única para a violência (p.70).

Portanto, o relativismo cultural não deve ser uma válvula de escape para explicações apressadas e simplistas sobre a violência de gênero em sociedades africanas e não-ocidentais, sobretudo porque o contexto cultural nunca atua de forma isolada. As dinâmicas culturais interagem junto às estruturas de opressão que não estão ligadas somente ao comportamento e aos costumes de uma certa tribo, etnia ou religião por exemplo, mas sim, estruturas macro como o patriarcado e o racismo. Essas estruturas demonstram poder por meio do comportamento dos indivíduos, mas também por meio de instituições e pela ação do Estado.

Para além disso, há também os homens que são violentados sexualmente na República Centro-Africana, tema que ainda sofre muito estigma e sofrimento para as vítimas, como também aponta uma das entrevistadas:

“Existe um grande número de problemas envolvendo homens na população com relação à violência sexual e que é under reported, porque o homem não vai falar, ele não fala com o homem e ele não fala com a mulher. A mulher, culturalmente, está um pouco mais aberta a conversar sobre isso. Mas o homem não fala sobre isso, como que o homem vai falar que foi estupro? Então assim, é muito mais complicado.”

A entrevistada relata que compreender gênero de forma multidimensional ajudou os militares, policiais e civis da ONU a entenderem que gênero não é “coisa de mulher”.

“A gente conseguiu fazer com que os pontos focais homens entendessem a importância do homem ter essa visão. Porque assim, a gente só consegue mudar as coisas quando todo mundo está imbuído ali. E aí os pontos focais conseguiram entender que há motivação para eles serem melhores. Então, da mesma forma que a gente tem que ter o olhar para a necessidade da mulher dentro daquela população, a gente tem que ter o olhar para a necessidade do homem, com certeza. E que muitas

vezes a mulher não vai ser a mais adequada para falar dentro daquela comunidade como os homens, entendeu. Então, por isso que eu sempre, eu sempre defendi a ideia que a gente tem que ter pontos focais de gênero e patrulhas de engajamento com homens e mulheres.”

Os *Female Engagement Teams* (FET) foram utilizados em programas de apoio à paz em diversos países da África, incluindo a República Democrática do Congo, Mali e Somália (OWUOR, 2021). No caso da República Centro-Africana, a Capitã Márcia Braga, buscou aplicar, durante o ano de 2018, a estratégia de implementação dos FET. Algumas das entrevistadas que trabalharam no período posterior, no entanto, defendem que a melhor estratégia é adotar os *Mixed Engagement Teams*. Como justificativa, conforme o trecho acima, isso facilita o entendimento de que não apenas as mulheres que precisam prestar atenção às questões relacionadas à gênero, mas também os homens precisam estar engajados e atentos no combate a todas as formas de violência de gênero. A patrulha mista coloca todos sob a responsabilidade de observar e reportar situações de violência. De forma semelhante, como apontou a entrevistada, nem sempre as mulheres serão as pessoas mais adequadas para tratar sobre certos assuntos com a comunidade e com os demais colegas, incluindo também os casos de SEA, que trataremos a seguir.

As percepções sobre abuso e violência sexual (SEA - Sex Exploitation and Abuse), que, segundo a UCNUR, é definida como um abuso real ou tentado da posição de vulnerabilidade de alguém (como uma pessoa que depende da pessoa em questão para sobreviver, rações alimentares, escola, livros, transporte ou outros serviços), poder diferencial ou confiança, para obter favores sexuais, incluindo mas não apenas, oferecendo dinheiro ou outras vantagens sociais, econômicas ou políticas, é uma questão grave no país que precisa ser analisada com atenção:

“A gente foi conversar com o prefeito. O subprefeito, na verdade. E ele tava dizendo pra gente que ele achava abuso e exploração sexual era uma coisa normal e uma coisa boa, porque a população era muito miserável. As mulheres... a única chance que aquelas mulheres tinham de ter uma garrafa de água pra beber ou uma lata de sardinha pra comer. Então a gente não tinha como dizer pra aquelas mulheres... e o pior é que assim, da perspectiva... se a gente se colocar na perspectiva da população, a gente tem que entender, porque quando a pessoa tá numa miséria extrema, numa condição de viver como se fosse até animais, o filtro moral ele não existe como ele existe pra gente, né. A pessoa ela tá preocupada com a sua refeição, cada dia é um dia que a pessoa tem que sobreviver. Isso pra mim foi uma mudança assim... (coloca a mão na cabeça), eu falei, meu deus, eu não posso julgar, eu não posso criticar, eu tenho que entender... é assim que a população vive, é assim que funciona.”

Duas das entrevistadas também possuem relatos muito parecidos no que diz respeito

ao perfil dos perpetradores de abuso sexual e apontam alguns caminhos para que se compreenda melhor o tipo de situação de situação envolvendo SEA que ocorre no país:

“O que a gente percebe é que se você for olhar um site de conduta e disciplina da ONU que tem as informações ostensivas e abertas desde 2015, para consulta, a gente tem mais ou menos um tipo de perfil. Você vai ver que são sempre mais ou menos os mesmos países que têm esse tipo de problema e eu acho que tem muito a ver, como tem a ver essa que eu estava falando, que a gente tem que entender, por exemplo, da questão do estresse e do desconforto. [...]Aí junta com o fato de que, por exemplo, esses países são países vizinhos. É diferente. O que acontece, para eles. O brasileiro vê uma mulher dessa como uma beneficiária, como uma... pro cara que é de Camarões, que é vizinho, pro cara que é do Gabão, é como se tivesse um ambiente dentro do país dele. E é difícil convencer ele que numa relação que é consensual, que aquilo ali tem problema, é difícil. O cara acha que é consensual, que aquilo ali... ele considera uma namorada. Só que ele não tem um senso de responsabilidade de entender que ele pode engravidar aquela mulher. Que ele vai embora um dia, aquela mulher vai ficar com um filho.”

“Então, assim, de todas as missões, a RCA tem mais de 50% das alegações de SEA, pelo menos nos últimos três anos, que foi o que fiz o levantamento. [...] Em algumas vilas menores...E isso eu procurei tentar passar de uma certa forma para os militares, porque assim, o que a gente vê quando explode um negócio desse tipo? “Ah, o militar está abusando da população.” O que eu tentei passar para os militares é que: a primeira coisa, a maior parte dos contingentes são contingentes africanos, e é como se você dizer para o brasileiro que ele não pode namorar um argentino, é estranho... e às vezes está ali na fronteira com o país. Porque o que acontece? Algum iluminado resolve colocar Camarões: área de responsabilidade, aonde? do lado dos Camarões. Entendeu? Então é muito complicado. Aí é aquela coisa. Eles falam a língua local da população, que não é nem o Sangô, é um outro dialeto. Então tem essa aproximação. Então com alguns contingentes, eu levava um pouco mais de tempo para conseguir conversar. Por isso que depois eu adotei a política de quem tinha que falar disso para os contingentes direto, era alguém lá de dentro. Até por conta de barreira cultural, era difícil um homem ouvir uma mulher falando de sexo para eles, entendeu? [...] Então, eu era bem curta e grossa.[...] A regra é essa. Enquanto você estiver usando a boina azul, tu não pode ter nenhum tipo de relacionamento sexual com país anfitrião ou com a população local. [...] mas é difícil. Então, por exemplo, eu peguei alguns relatos de SEA que foram comprovados depois, que foi assim: o militar do país vizinho começou um relacionamento com a menina. Aí trocou a geladeira. Aí trocou o fogão da casa. Aí, quando o cara disse que não tinha mais condição de trocar mais nada, aí resolveram denunciar ele. Então isso acontece, entendeu? Ou então assim, o cara voltou para o país e parou de trocar as coisas. Ou parou de dar as coisas. Então aí vem a denúncia.”

Aqui, observa-se uma situação muito emblemática no que diz respeito a SEA. As denúncias sobre exploração e abuso sexual em operações de paz têm sido notificadas desde a década de 1990 pelas organizações de direitos humanos, registrando um grande número de casos na Bósnia e Herzegovina, Cambodia, República Democrática do Congo, Timor Leste, Libéria, Serra Leoa, Haiti, Sudão do Sul e na República Centro-Africana, entre outros países (HUMAN RIGHTS WATCH, 2016). Em 2003, foi adotada pela ONU a política de tolerância zero para abuso e exploração sexual, entendendo que esse tipo de violência ocorre como uma

forma abuso de poder contra populações vulneráveis que se utilizam dos privilégios do pessoal uniformizado da ONU contra a população civil do país em questão.

Em julho de 2008, o Secretariado da ONU lançou o Sistema de Rastreamento de Má Conduta (MTS), um banco de dados global e um sistema de rastreamento confidencial para todas as alegações de má conduta envolvendo o pessoal de manutenção da paz.¹³ Em 2015, o tema ganhou novamente as manchetes internacionais com os gravíssimos casos ocorridos justamente na República Centro-Africana por tropas internacionais francesas, a Operação Sangaris. Apesar das tropas não estarem servindo à ONU, havia a presença da Organização no terreno, o que de certa forma responsabilizava as Nações Unidas pelo ocorrido. Em meio a isso, a Agenda MPS buscou, ao longo dos anos, reforçar seu compromisso com o combate ao abuso e exploração sexual e a política de tolerância zero para estes casos. Através das resoluções da Agenda MPS buscou-se fomentar políticas de prevenção, proteção, amparo às vítimas e medidas corretivas para os perpetradores, além dos treinamentos em assuntos relacionados a gênero e políticas de monitoramento dos contingentes.

Ainda sim, há um longo percurso pela frente. Para Martuscelli e Rinaldi (2017) três são as causas do fenômeno de abuso e exploração sexual por parte da ONU: o contexto local de vulnerabilidade, a forma como os participantes de operações de paz se veem e percebem a comunidade local e a impunidade desfrutada por eles. Para os autores, a ONU e as missões de paz estão inseridas em uma lógica patriarcal e eurocêntrica na qual os corpos da comunidade local são sexualizados e racializados, o que faz com que o abuso e exploração sexual tornem-se uma prática que vê a população do terreno como o Outro, corpos estes que são racializados e generificados (p. 215).

Entrevistas feitas com peacekeepers na MINUSTAH, UNIMIK e UNIFIL demonstram que as suposições raciais e de gênero sobre a população do terreno fazem com que os casos de SEA sejam mais prováveis de ocorrer quando há a desumanização do outro nos discursos dos peacekeepers, fazendo com os perpetradores não entendam a SEA como uma violação de um código de conduta ou um crime (LUTZ, GUTMANN E BROWN, 2009, apud MARTUSCELLI, RINALDI (2017).

No entanto, as entrevistas apontam para uma outra interpretação dos casos de SEA registrados na MINUSCA. É importante destacar que há estudos que analisam criticamente a política de tolerância zero da ONU. Westendorf (2017), por exemplo, aponta que ao sugerir

¹³ Fonte: [NORMAS DE CONDUTA | Manutenção da Paz das Nações Unidas](#)

que todas as relações entre mantenedores da paz e beneficiários – entendidas como toda a população local em contextos de manutenção da paz – são inerentemente desiguais e, portanto, provavelmente exploradoras, a política sugere que os adultos em comunidades afetadas por conflitos não têm a capacidade de exercer agência e consentir livremente em suas relações sexuais (p.12). Para a autora, é necessário que a abordagem para má conduta não seja individualizada e focada em “indivíduos quebrando regras”, mas sim, em uma abordagem que direcione um trabalho mais amplo sobre gênero, proteção e direitos humanos.

De certa maneira, a percepção das entrevistadas sobre os casos de SEA na MINUSCA está mais próxima deste tipo de abordagem, principalmente por relatar que os relacionamentos são, muitas vezes, consensuais e que há um certo poder de agência dessas mulheres que se relacionam com os peacekeepers. No entanto, sabendo que mesmo em relacionamentos consensuais há dinâmicas de poder implícitas, há a possibilidade de uma “flexibilização” da política de zero tolerância da ONU? Relações sexuais-afetivas que envolvem estruturas de poder desiguais são necessariamente classificadas como SEA? Como classificar e agir perante a estes casos?

Como afirma Parashar (2018) “melhores práticas” pode ser um termo de política útil para se referir às políticas da MPS, mas não capta a complexidade da situação no terreno, uma vez que as questões de gênero nos conflitos faz parte de uma complexa formação de identidade interseccional, que pode incluir o privilégio de casta, classe, religião, etnia, idioma e nacionalismo – ou uma combinação dessas identidades (p.832). Portanto, uma “boa prática” que pode ser ideal para um certo contexto pode não se adaptar da melhor maneira em situações diversas.

Tratando-se de um tema tão urgente e sério como o abuso e exploração sexual em ambientes militarizados, não há uma solução simplista. É preciso, no entanto, entender que nem sempre o abuso e a exploração se dão em contextos violentos, e que o consentimento não é sinônimo de ausência de relações de poder. É claro que, a agência das mulheres e das vítimas não pode ser apagada, bem como suas vivências dentro do contexto em que estão inseridas. No caso da RCA, as entrevistadas apontam que a grande maioria dos casos de SEA envolvem países africanos. O contingente que foi inteiramente repatriado por alegações de SEA, foi o do Gabão, por exemplo, um país muito próximo da República Centro-Africana, no qual a população possui muita similaridade em termos culturais. Contudo, isso, por si só, não anula o fato de que o abuso e a exploração não possam ocorrer entre as populações. Apesar da

grande maioria das tropas serem provenientes de países do Sul Global, isso não significa que há ausência de dinâmicas de poder nessas sociedades.

A última parte do trecho apresentado acima também reforça o quão importante é a participação e o comprometimento masculino nas pautas de gênero. A entrevistada afirma que nesse contexto, acredita que quem precisa discutir sobre os casos de abuso e exploração sexual é um homem das forças locais, porque neste caso pode funcionar de forma mais efetiva.

Por fim, algumas entrevistadas também mencionaram os projetos de impacto rápido com a população, os chamados QIPs (*Quick Impact Projects*) como forma de aumentar o engajamento da população local e prover algum tipo de atividade que aumente a segurança nas comunidades e movimente a atividade econômica gerando trabalho e renda. Os QIPs são usados também junto com as estratégias DDR como um meio de prover uma atividade produtiva para os homens e mulheres que são afastados dos grupos armados. De forma abrangente, os projetos tendem a melhorar diversos aspectos dos vilarejos, como o senso de comunidade que ajuda a criar ambientes mais pacíficos para a população. Neste sentido,

“A gente tem projetos, por exemplo, de ensinar a costurar, você dá máquina de costura. Você ensina a pessoa costurar para que ela possa ter dali o seu sustento. Às vezes a gente tem alguns projetos de centro comunitário, que é um galpão que aí a pessoa ali faz algum tipo de comércio. Eu queria fazer um que era tipo um centro comunitário, que a gente pudesse ter o comércio. No centro comunitário, ter as especialidades tipo carpintaria, sapataria, costura, um padeiro em uma padaria, alguma coisa assim. Ensinar, processar o grão para fazer a farinha para poder fazer o pão, o bolo. Se tivesse também pelo menos duas ou três salas de aula no centro, ia ser tipo assim, como se fosse um redondo com o meio vazado, tipo a construção ao redor, com entradas, mas a construção ao redor e no meio com um campo de futebol, que eles gostam muito de futebol. Isso para as crianças, porque lá é tudo meio turno. O que a gente mais vê quando a gente se desloca são as crianças andando na estrada sozinhas. Então eu fiquei pensando: Gente, eu, como mãe, vai me dar uma máquina de costura para costurar? Como é que eu vou ter... como vou ficar em paz para costurar, sabendo que meu filho está ali, podendo ser raptado? Então assim, colocar junto com isso um centro para atividades para as crianças, com esporte, com reforço escolar, com alguma coisa assim, entendeu? Porque eu acho que a família ia ficar mais segura se as crianças da região tivessem ali. [...] Aí você sabe o que eu ouvi? “Ah, não, mas você tem que entender porque isso vai ser difícil, porque quem vai olhar para as crianças? Vai ter que contratar alguém para dar aula. [...] Eu não tive a oportunidade de falar com o Unicef na época, porque assim, acho que falta esse olhar, porque eu vi a ONU investindo dinheiro em muita coisa, mas em muita coisa. Mas coisas que, na verdade, não tem um impacto, depois.”

A entrevistada complementa o relato, observando que, nem sempre os projetos de impacto rápido vão ao encontro com a realidade da população e se adequa a sua realidade:

“Porque assim, uma outra coisa que eu também aprendi, é que você não pode chegar na comunidade, oferecer o que você quer. Você tem que perguntar o que eles querem, porque senão não vai adiantar. [...]Essa história de você dar uma máquina de costura, a gente usa isso muito no DDR, para poder trazer a pessoa de volta para aquela comunidade. Então a gente ensina um ofício, etc e tal. O que eu vi acontecendo? isso ninguém me contou. Eu vi a pessoa. Tipo assim, ela vai ter que pagar aquela máquina durante, dois anos, vai dar um tiquinho daqui, vai trabalhar para ganhar vamos supor 100 R\$ por semana, vai ter que pagar \$ 30. Aí ela chega, oferece para um outro qualquer fala assim: me dá, \$500, ou seja, o que em dois meses ele ia ganhar, teoricamente trabalhando, ele prefere vender ali na hora. Aí, quando tem, quando tem que prestar conta, ele vira e fala assim: não, eu não tenho mais. “Estragou, perdi, não tem.”

A entrevistada também relata a importância de pensar iniciativas que englobam toda a comunidade nas atividades propostas:

“Então, outra coisa que eu percebi, por exemplo, claro que a gente tem iniciativas específicas para mulheres, enfim, até para poder corrigir aquelas exclusões históricas, entender o que ela sofreu ao longo dos anos e anos e anos, entendeu? Então, você tem que dar uma força um pouco maior pra mulher. O problema é que, às vezes a ONU coloca algumas coisas, e o que eu noto, é que o componente masculino daquela comunidade começa a ficar com raiva da mulher. Então, assim, a minha sugestão sempre foi de colocar... se você vai fazer algum trabalho, você vai fazer um QIP, por exemplo, de corte e costura. Não faça isso direcionado para mulheres, faça direcionando para homens e mulheres, até para mostrar que o homem e mulher tem condição de trabalhar com a mesma coisa.”

Novamente os relatos vão ao encontro do que a literatura afirma sobre a importância de entender que cada realidade é uma realidade, e que não há soluções prontas para problemas complexos. Sendo a Agenda MPS uma agenda baseada na tentativa e erro, a adaptação local de certas estratégias pode nem sempre refletir a intenção total das resoluções da MPS, mas oferece uma abertura que não existia antes e não existiria se pressionarmos por uma versão “perfeita” de como a agenda normativa deveria ser em aquele contexto local. Assim, de uma perspectiva pragmatista feminista, o progresso incremental pode ser mais gerador de soluções duráveis para problemas intratáveis do que a revolução. (DAVIES, TRUE, 2018, p. 6).

A entrevistada, no entanto, também reconhece projetos que foram muito úteis para a população:

“A Zâmbia já faz um trabalho desde 2016 lá com a comunidade, junto com o pelotão de engajamento delas. Elas foram pioneiras nisso. Então, elas trabalham com a comunidade, ensinando a fazer a agricultura, como cultivar melhor. Ensinando, por exemplo, teve uma cidade, um vilarejo que foi identificado pelos observadores militares que as crianças estavam em estado de desnutrição, em estado grave de

desnutrição. Aí o contingente levou uma das médicas para examinar a população. E as crianças abaixo de cinco anos estavam em situação pior. E aí foi lá essa equipe de engajamento ensinar as mulheres da comunidade a fazer uma papinha nutritiva com os produtos da região. Porque não adianta chegar e falar assim: você dá esse suplemento aqui, você dá isso, você dá aquilo, porque ela não vai ter. Então eles foram aonde? Na horta comunitária, pegaram o que tinha. Ensinar como fazer. Um mingau que pudesse dar os nutrientes para aquelas crianças, entendeu? E aí até incentivar, tipo assim. Em tal momento, plante tal coisa, porque também vai muito da sazonalidade.”

Em suma, ainda que as entrevistadas relatem que, principalmente os QIPs precisem ajustar-se em suas estratégias de ação, os projetos estão em andamento e sendo constantemente avaliados. Portanto, apesar de não contemplarem a totalidade das intenções da Agenda, observa-se um compromisso com a viabilidade e a eficácia dessas iniciativas. Observa-se também, a partir dos relatos, um comprometimento com a compreensão da realidade local da comunidade e de suas necessidades. O exemplo do projeto realizado pelo contingente da Zâmbia também reflete a importância da participação de contingentes africanos no terreno. A representatividade étnico, cultural e até mesmo simbólica pode ser muito eficaz no contato e na aproximação com a população, como também reflete uma entrevistada:

“Eu tinha deixado de recomendação, quando eu saí, que tivesse a deputy de um país africano. Porque num primeiro momento, em 100% das vezes que eu fui com elas pro terreno, a comunidade se sentia mais à vontade falando com elas. 100% das vezes, entendeu? Eu, clarinha, de olho claro, não sei o que. É um corpo estranho ali no meio. Mas assim, algumas vezes eu fui para o terreno sem elas. Então, quando tinha a opção, eu e elas, sem dúvida elas se abriam mais com elas. Sem dúvida. Independente da barreira de língua. Uma delas não falava uma palavra de francês. Mas só a presença...”

3.5 RAÇA, RACISMO E XENOFOBIA NA MINUSCA

Esta seção buscará abordar como as hierarquias raciais e as dinâmicas de poder marcadas pelo colonialismo estão presentes nas operações de paz das Nações Unidas. No primeiro capítulo, mais especificamente na seção 1.3, discorreu-se como a lógica de proteção da ONU tende a basear-se em uma visão patriarcal e colonial. Especialmente, as operações de manutenção da paz compreendem, na maioria das vezes, as mulheres como a “mulher do Terceiro Mundo” (MOHANTY, 2008; SPIVACK, 2010), um sujeito essencializado e sem capacidade de agência. Esta lógica ainda muito presente nas operações de manutenção de paz da ONU demonstram certas continuidades com a era colonial (DE ALMAGRO, 2018).

Durante as entrevistas, algumas entrevistadas levantaram discussões relacionadas a raça, racismo e xenofobia de forma espontânea relatando situações que vivenciaram ou observaram. Outras entrevistadas foram perguntadas diretamente se observavam ou sofreram algum tipo de racismo e/ou xenofobia por parte de colegas e de forma encaravam as diferenças étnico-raciais no terreno. O intuito, ao levantar este tópico, era observar qual era o comportamento e atuação das tropas estrangeiras perante à população africana e majoritariamente negra e como a diferença impactava nesse processo. A partir disso, pretende-se analisar como ocorrem dinâmicas racistas e sexistas que são, muitas vezes, veladas, mas que configuram-se como uma violência simbólica (BOURDIEU, 2004).

O racismo, para Silvio Almeida (2019), precisa ser analisado a partir de uma perspectiva estrutural. O termo “estrutura”, contudo, para o autor, não significa dizer que o racismo seja uma condição incontornável ou que indivíduos que cometam atos discriminatórios não devam ser pessoalmente responsabilizados, mas sim que o racismo, como processo histórico e político, cria as condições sociais para que, direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática (ALMEIDA, 2019, p.33). Segundo Silvio Almeida (2019), o propósito desse olhar mais complexo é afastar análises superficiais ou reducionistas sobre a questão racial que, além de não contribuírem para o entendimento do problema, dificultam em muito o combate ao racismo (p.34).

Sendo assim, para além de mapear comportamentos racistas e/ou xenofóbicos individuais em ambientes de operações de paz, o intuito do tópico é compreender de forma mais complexa como, estruturalmente, o racismo, o colonialismo e o patriarcado fazem parte das instituições internacionais e operam até hoje por meio de seus instrumentos.

Além disso, este tópico pretende discutir a ausência de indicadores de raça nos dados sobre os contingentes desdobrados nas operações de paz, bem como uma lacuna existente nas discussões de raça dentro da Agenda MPS. Como afirma Pratt (2013) a Agenda MPS tende a privilegiar o gênero acima da raça, classe ou outras relações significativas de poder na compreensão das experiências e respostas das mulheres ao conflito. De forma semelhante, Sasson- Levy (2017) afirma que uma análise interseccional dos componentes militares requer novas questões e ferramentas de de pesquisa:

"Em vez de perguntar o que os homens ou as mulheres fazem nas forças armadas, a questão crítica é 'Quem serve onde?' Por que alguns grupos de mulheres são rastreados para posições clericais e outros para funções de treinamento de

prestígio? Por que alguns grupos étnicos de homens são rastreados em papéis de inteligência enquanto outros se tornam soldados de combate? Qual é a experiência subjetiva de cada grupo de gênero e classe durante o serviço militar? Quem ganha com a estrutura de gênero/classe dos militares, quem perde e como essa estrutura é mantida?” (SASSON-LEVY, 2017, p. 131).

Como afirmam Martuscelli e Rinaldi (2017) embora a maioria das tropas contribuintes em operações de paz seja oriunda de países do Terceiro Mundo, a tomada de decisão de mandatos, estratégias e operações vem dos países do Primeiro Mundo, principalmente de três membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU: o Reino Unido (Reino Unido), os Estados Unidos (EUA) e França (p.216). Neste sentido, o objetivo é desvendar o racismo e a xenofobia que perpassam não somente a ação individual, mas estão imbuídos nas estruturas organizacionais da ONU e sobretudo, alertar sobre a necessidade de adotarmos uma perspectiva interseccional nas operações de paz e na Agenda MPS.

3.5.1 Percepções de militares e policiais sobre as questões de raça, racismo, nacionalidade e xenofobia

Perguntadas se já testemunharam algum tipo de atitude racista, as entrevistadas relataram que se observa um certo desprezo em trabalhar com contingentes africanos:

As coisas veladas, a gente às vezes percebe. E percebe às vezes um comentário de que o africano é preguiçoso, isso os militares né. “Ah, certos países são difíceis, são preguiçosos, não querem trabalhar.” Ou então o europeu não quer trabalhar com africano porque acha que ele não tem perfil. [...] Não to falando que fazem de propósito sabe, mas você percebe. A forma como lidam. As vezes nem olham muito [para as pessoas].

Outra entrevistada relata que há contingentes militares de certos países, sobretudo africanos, que enviam militares e policiais com pouca instrução, que possuem dificuldades de mexer no computador, dirigir, fazer relatórios, falar no rádio, e, por isso, esses contingentes são alvos de racismo. “Isso incomoda as pessoas que têm formação a mais, de às vezes ter que ensinar os outros a fazer as coisas”.

A entrevistada relata também uma situação que presenciou, onde uma Capitã da Tunísia (mulher muçulmana, que usava véu, segundo suas palavras), não queria que um policial do Senegal (recém-chegado) fizesse parte de sua equipe de trabalho. A entrevistada

relata que o policial sentiu-se perdido e abandonado, e que, em certa situação, o senegalês precisava participar de um evento com a equipe, e foi “esquecido” pela Capitã da Tunísia na delegacia. “Ela tinha mil desculpas para justificar que ele trocasse de equipe”.

A entrevistada relata que os contingentes militares de maioria muçulmana, possuem, em geral, um preconceito para trabalhar com contingentes africanos e com negros. Descreve que, quando ia falar com o general, “sempre tinha uma mulher esperando para falar com ele, de cara feia, fazendo queixas sobre a equipe de trabalho e solicitando ajustes”. Relata, no entanto, que os egípcios e tunisianos, por serem *brancos* e *muçulmanos*, segundo suas palavras, não se consideram africanos, e sim do Oriente Médio. Por terem essa percepção, são racistas com os demais contingentes africanos. Todas as entrevistadas que apontaram casos de racismo afirmam que generalizações não podem ser feitas, uma vez que há uma pluralidade de indivíduos e comportamentos, mas que observaram um certo padrão de comportamento de alguns contingentes.

Neste sentido, temos um emaranhado de elementos que se relacionam. Uma análise interseccional revela não apenas como a violência é entendida e praticada dentro de sistemas fechados de poder, mas também como constitui um fio comum que liga racismo, colonialismo, heteropatriarcado, nacionalismo e capacitismo. (HILL COLLINS, BILGE, 2021, p. 79). A discriminação e o preconceito contra contingentes africanos não é somente ligada à questão racial, mas interliga-se com questões de gênero, classe, nacionalidade e nível educacional. É interessante notar no relato da entrevistada como ela enfatiza que, muitas vezes, o racismo e a xenofobia partiam de mulheres, a maioria de origem muçulmana e oriundas de países africanos, mas que não se enxergam como parte dessa identidade. Diante disso, podemos analisar algumas intersecções entre identidades, mas uma vez destacando a importância da análise relacional das opressões. Segundo uma entrevistada, as mulheres muçulmanas da Tunísia e do Egito se vêem como *brancas* e *não-africanas*, o que justificaria a sua discriminação contra africanos e negros.

Deste modo, o termo “africano” também é abrangente e, muitas vezes, essencialista. Sabemos que o continente africano é extenso e composto por 54 países. Comumente, utiliza-se a divisão regional entre regiões Subsaariana e região Setentrional ou Norte da África. Ainda, segundo a subdivisão da ONU feita para fins estatísticos, o continente africano pode ser dividido entre África do Norte, África Subsaariana, África Oriental, África Central, África Austral e África Ocidental. Contudo, impropriamente, muitas vezes a África

Subsaariana é referida como “África Negra” e a Setentrional como “África Branca” (LOPES, 2012). Dentro dessa dinâmica é interessante observar como, pela visão ocidental, mesmo as populações que residem no Norte da África não são lidas como *brancas*, mais uma vez reforçando o caráter relacional da análise e a importância de estarmos atentos a essas dinâmicas.

Em relação aos contingentes europeus, algumas entrevistadas relataram observar um certo ar de superioridade ao lidar com a população local e, ao mesmo tempo, uma resistência da população em interagir com esses contingentes, como apontam os relatos abaixo:

“Lidar ou ter que interagir com países desenvolvidos, uma Suécia da vida, com uma Europa da vida, um português, um francês, é difícil porque eles não conseguem se colocar na posição do outro. Aqui [na RCA] são pessoas que foram colonizadas na década de 60, tiveram a liberdade, mas não mostraram para eles com serem um país, como ser um país democrático. Então, isso aí é difícil. Por exemplo, a gente percebe um certo ranço com os militares da França. Porque esse país [a RCA], assim como a maioria da África, foram colonizados pela França. E na década de 50, 60... A maioria dos países da África tiveram a independência em 60. Então é muito recente, sabe. Então a França chegou, colonizou, explorou e largou. Então eles têm ainda uma certa, um certo ranço. Vou dizer a palavra ranço porque fizeram a zona toda, foram embora e largaram eles aqui. A gente percebe algumas leituras desse tipo. Mas, claro, a gente nem fala muito para os franceses porque eles nem se tocam. Mas é uma questão de colonizador e colonizado. Quer dizer, o cara que colonizou e explorou o país, e depois volta pra fazer missão de paz e quer ajudar, né? Quer ajudar o que ele bagunçou? Então o negócio não combina.”

Outra entrevistada, por exemplo, relata que no período que esteve na MINUSCA, o contingente da Romênia teve muitos casos de desvios de conduta. A entrevistada acredita que, por serem europeus, acreditam gozar de uma certa impunidade no terreno e também não aceitam ordens superiores. Relata que os romenos se recusam a tirar fotos com as crianças, com a população local, no meio das mulheres, etc. A entrevistada relata que argumentou que isso é necessário constar nos relatórios, pois a ONU solicita as fotos como forma de avaliar as atividades de engajamento com a população. Os romenos alegam que seus treinamentos para ir à Missão proíbem as fotos, “eles dizem que são orientados: não podem tirar fotos!”. Isso, para a entrevistada, no entanto, revela o sentimento de superioridade dos europeus.

Rasack (2004) ao analisar o caso Somália - um assassinato brutal de adolescentes pelas forças de paz do Canadá ocorrido em 1993 - busca compreender como o caso é marcado por um racismo implícito pelas forças de paz e como isso continua a ser reproduzido pelas

operações de manutenção de paz ainda hoje por meio da violência, seja ela explícita ou implícita.

Para a autora, o ocorrido na Somália revela as sórdidas origens coloniais das operações de manutenção de paz, e como os episódios de violência ocorridos no terreno não podem ser facilmente separados do racismo, ou mesmo do colonialismo. Para Razack (2004) os soldados agiram mais como conquistadores do que humanitários, e suas ações enfatizaram o significado dos corpos negros aqui e ali, historicamente e no presente (p.17). Neste contexto, a autora busca enfatizar como a raça muitas vezes desaparece da memória pública por meio de uma variedade de truques, e os incidentes de violência racial se transformam em outra coisa, algo com o qual podemos conviver (RAZACK, 2004, p.20). Ou seja, a violência perpetrada por peacekeepers no terreno torna-se cada vez menos vinculada ao racismo e ao colonialismo e passa a ser encarada apenas como parte de comportamentos individuais, ou apenas “maçãs podres” dentro das Forças Armadas, muitas vezes justificados pelas circunstâncias tensas e bélicas que ocorrem (RAZACK, 2004).

No caso da Somália, como afirma Razack (2014), as hierarquias raciais presentes na produção de conhecimento e das leis legitimou a ideia de os somalis possuíam valores diferentes dos ocidentais e permitiu ao tribunal entender que a violência em tal cenário era normal e necessária. Essas suposições, racistas em sua origem e impacto, permite o entendimento das tropas do Primeiro Mundo como superiores (p.22).

Em termos amplos, busca-se discutir como os “casos isolados” tem, na verdade, uma profunda dinâmica colonial enraizada desde a sua concepção, que colecionam casos de violência, abuso de poder, abuso e exploração sexual, que envolvem, entre outros aspectos, a degradação racial da população. Para Razack (2004) a manutenção da paz moderna é construída como uma linha de cores com as nações brancas civilizadas de um lado e as nações não-civilizadas do Terceiro Mundo do outro. Infelizmente, esse não parece ser um caso isolado da MINUSCA. Uma das entrevistadas relata que conheceu colegas do Mali e do Senegal, que ficaram um ano no Haiti e estavam na RCA. O colega do Senegal relatava que voltou antes do Haiti por não ter aguentado o racismo por parte dos outros contingentes.

Nos relatos colhidos sobre as experiências na MINUSCA, o debate se complexifica um pouco por interseccionar outros elementos que não apenas a raça, como já exposto anteriormente. De forma semelhante, a análise feita por Razack (2004) situa-se no início dos anos 2000, e, pelo menos nos últimos vinte anos, o debate sobre as dinâmicas pós-coloniais e

interseccionais em busca da pluralidade e da diversidade na ONU tem se intensificado. No mesmo sentido, uma entrevistada relata que não há mais “a pureza dos países europeus”:

[...] os europeus, por ter ainda aquele olhar, não todos, porque vai pra Europa, você vai para a França, a maior parte são imigrantes da África que estão aqui [nos contingentes]. [...] Mesma coisa Portugal, [quem faz parte dos contingentes] são imigrantes da África. Portugal, França, tem muitos imigrantes, vai para a Espanha, imigrantes árabes, do Marrocos e aquele pessoal, tudo ali. Então não tem muito para onde fugir. Não tem mais pureza dos países europeus, mas tem uma certa resistência, velada, [em lidar com os africanos].

Em certo sentido, a concepção de contingentes *europeus*, assim como de contingentes *africanos*, precisa ser mais explorada. Como aponta a entrevistada, é preciso levar em consideração que muitos membros dos contingentes europeus são, na verdade, imigrantes oriundos de países do Sul Global. No entanto, a percepção comum de alguns soldados em relação à superioridade que envolvem dinâmicas de masculinidade, poder e hierarquias raciais ainda são muito presentes no contexto das operações e nos estudos de caso, o que faz com que, ao mesmo tempo, a análise de Razack (2004) ainda seja muito atual.

Por fim, destaca-se que nos relatórios e dados oficiais no site da MINUSCA, não há dados desagregados por raça dos militares, policiais e civis no terreno. Há apenas dados desagregados por gênero e nacionalidade. Neste sentido, parece que o comprometimento com a diversidade na instituição limita-se apenas à inclusão de contingentes do Sul Global, ou então, à inclusão de mulheres. Mas que mulheres? As mulheres negras estão ocupando cargos de liderança? Nos relatos, uma das entrevistadas apontou que acredita ser necessário que haja, nas atividades de engajamento, sempre uma mulher policial ou militar de origem africana. Mas, em termos práticos, esses dados precisam estar registrados para que se pense na composição dos times de engajamento. Como é feito esse mapeamento da raça das e dos participantes da MINUSCA?

Neste sentido, parece que as questões de raça ainda ocupam um tema secundário nas operações de paz. A Agenda MPS ganhou muito destaque nos últimos vinte anos, mas, ao que tudo indica, o foco em igualdade de gênero e implementação da perspectiva de gênero tem ofuscado outras questões igualmente importantes.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se propôs a realizar uma análise pós-colonial e interseccional da aplicação da Agenda Mulheres, Paz e Segurança na MINUSCA no período de 2014-2021. Por

meio da metodologia Estudo de Caso, este estudo pretendeu responder à seguinte pergunta de pesquisa: Como podemos analisar os resultados da aplicação das diretrizes da Agenda Mulheres, Paz e Segurança (MPS) na MINUSCA de uma forma pós-colonial e interseccional?

Para isso, foi realizada uma análise documental das Resoluções da MINUSCA e dos relatórios da operação no referido período, bem como entrevistas com mulheres militares e policiais que estiveram na República Centro-Africana em diferentes períodos do mandato da operação. Algumas entrevistadas ocuparam o cargo de *Gender Adviser*, o que facilitou a análise da aplicação da Agenda MPS no terreno.

Diante disso, pretendeu-se analisar a) a participação de mulheres nas operações de manutenção da paz; b) a capacitação pré-desdobramento das mulheres e o treinamento em assuntos de gênero; c) a prevenção da violência de gênero e a atuação de *Gender Advisers* na MINUSCA e d) as dinâmicas de raça que refletem o racismo e a xenofobia no ambiente institucional e interpessoal.

Com o intuito de explorar a necessidade de olharmos para a realidade do terreno nas operações, mais especificamente no caso da República Centro-Africana, assim como valorizar as experiências dos sujeitos, este trabalho demonstrou a importância dos relatos e das entrevistas com os participantes da MINUSCA para o amplo entendimento da prática da Agenda MPS. Foi através do contato com as entrevistadas e a aproximação com o “local” na perspectiva das Relações Internacionais que este trabalho se consolidou.

Ainda sim, como discutido na introdução deste trabalho, mesmo com a tentativa de trazer a experiência dos sujeitos para o centro da análise, o fato da totalidade das entrevistadas serem mulheres brasileiras na MINUSCA configura-se como uma amostragem situada em um certo contexto cultural, social e racial que influencia nas suas percepções, opiniões e experiências enquanto *peacekeepers* na República Centro-Africana. No entanto, ainda que este recorte seja situado, os relatos configuram-se como essenciais para a percepção das práticas no terreno e no mapeamento das dinâmicas de poder. A longo prazo, objetiva-se expandir ainda mais o leque de sujeitos entrevistados para que a amostragem tenha mais pluralidade.

Diante disso, conclui-se que os relatórios trimestrais da MINUSCA publicados pelo Conselho de Segurança da ONU, assim como os demais dados fornecidos pelas Nações Unidas em seus canais oficiais, apesar de abrangentes, são insuficientes para captar todas as dinâmicas que ocorrem no terreno. Os relatórios nos fornecem um extenso número de

informações sobre os índices de violência contra civis, incluindo a violência de gênero, a porcentagem de participação feminina, as iniciativas colocadas em prática ao longo dos anos, mas não explicam as suas causas e nem exploram as suas raízes profundas.

No caso da participação feminina na MINUSCA, é possível observarmos, através dos dados divulgados, um aumento dos números nos últimos cinco anos, impulsionados, sobretudo, pela política de Paridade da ONU lançada em 2018. Contudo, apenas através das entrevistas em profundidade foi possível compreender quais são as principais barreiras no acesso à essas vagas, que relacionam-se, em grande medida, à falta de divulgação das vagas, pouco incentivo por parte das Forças Armadas para a participação, estereótipos de gênero reproduzidos no interior das instituições e ausência de capacitação adequada para concorrerem aos cargos.

Através das entrevistas, pode-se compreender também como a paridade de gênero, por si só, não pode ser o objetivo final das políticas para alcançar a igualdade das Nações Unidas. O desdobramento de militares e policiais que são estão devidamente preparadas para a atuação em um ambiente de conflito pode acarretar num baixo desempenho na operação que, de maneira simplista, pode ser argumentado contra a política de paridade do pessoal uniformizado, com justificativas como pouca condição física e psicológica, dificuldade de lidar com a situação em terreno, maiores casos de assédio sexual, entre outros. Neste sentido, é também necessário identificarmos a carga do racismo, do sexismo e da xenofobia que há por trás dessas críticas, uma vez que as mulheres não-brancas do Sul Global são as que mais sofrem esses tipos de ataques relacionados a pouca instrução, até mesmo por militares mulheres brancas em posições de poder. A interseccionalidade, neste sentido, é essencial para entendermos como as dinâmicas de opressão estão interligadas.

Em relação à capacitação pré-desdobramento e a preparação para o cargo de *Gender Adviser* na MINUSCA, foi possível observar duas dinâmicas: por um lado, há o reconhecimento da efetividade da atuação das conselheiras de gênero na MINUSCA dentro da instituição e na mídia internacional, com a premiação de duas militares brasileiras, por dois anos consecutivos, que estiveram no cargo. Por outro lado, através dos relatos foi possível demonstrar que muitas mulheres só conseguiram participar da MINUSCA justamente porque o cargo era de gênero, e “gênero é coisa de mulher”, uma vez que a quase totalidade das entrevistadas já havia tentado se inscrever para cargos em outras missões.

A grande maioria das entrevistadas relata não ter nenhum conhecimento prévio da temática, e que precisaram, a partir de um esforço individual, buscar capacitação adequada sobre o tema. Todas as entrevistadas receberam treinamentos específicos, sobretudo em relação aos *five hats* que abrangem a proteção de civis. Ainda sim, relata-se que este é um treinamento padrão para o desdobramento no terreno, e que muitas das funções desempenhadas em seus trabalhos foram aprendidas no cotidiano, observando a realidade e agindo com as ferramentas que tinham ao seu alcance. Assim, foi possível perceber que a “efetividade” da Agenda MPS na MINUSCA está ligada a uma série de fatores que nem sempre dizem respeito ao suporte da ONU nesse processo. A organização, contudo, utiliza-se dessa narrativa enquanto instituição para legitimar suas políticas, até mesmo porque a República Centro-Africana possui um triste histórico de abuso e violência sexual o que faz com que, direta ou indiretamente, as Nações Unidas busquem essa legitimidade na atuação do terreno.

Portanto, apesar do treinamento militar do CCOPAB ser reconhecido pela sua eficiência, os cargos que demandam conhecimentos específicos, como a função de Gender Adviser, poderiam ter um maior preparo na etapa de pré-desdobramento, uma vez que foram observadas várias lacunas desde o processo de seleção até o processo de desdobramento. Do mesmo modo, ainda que nenhuma mulher militar ou policial de outra nacionalidade tenha sido entrevistada para esta pesquisa, os relatos das brasileiras que estiveram na MINUSCA nos mostram que, como um todo, o treinamento tático-militar para mulheres de grande parte dos Estados contribuintes de tropas ainda não é tão eficiente como o esperado.

No que diz respeito ao mandato da proteção de civis, a MINUSCA possui, para além do componente de proteção relacionada à gênero: proteção de civis, proteção de crianças, prevenção da violência sexual relacionada ao conflito e prevenção da exploração e abuso sexual. Neste sentido, os relatórios são amplos, bem documentados, precisos e se configuram como uma fonte muito importante para o mapeamento da situação política, social e econômica do país. No entanto, justamente por serem bem abrangentes, torna-se inviável explorar as dinâmicas mais complexas com as quais as entrevistadas se deparam no seu trabalho cotidiano.

Como fonte primária de dados, a importância dos relatórios é imprescindível, mas só a partir dos relatos de experiência é que foi possível aprofundar-se em temas que envolvem reflexões sobre a natureza da violência de gênero no país, a forma como a transumância, a

exploração de recursos naturais, os conflitos religiosos e as disputas regionais afetam as dinâmicas internas, como as percepções culturais atravessam os comportamentos de violência e como as diferenças étnico/raciais se relacionam neste meio. Para além do âmbito institucional, a riqueza dos relatos proporcionou a análise a nível dos sujeitos, revelando as "peacekeepers" como pessoas que também exercem o pensamento crítico, questionam políticas organizacionais da ONU e também reconhecem o seu lugar de fala perante a uma realidade tão diversa quanto a do terreno. Todas as entrevistadas se colocaram abertas ao diálogo e disponíveis para trocas futuras, o que também revela disposição em debater sobre a Agenda MPS e suas experiências individuais, o que pode demonstrar que há pouco espaço para esse tipo de discussão dentro das instituições a que pertencem, reforçando mais uma vez a importância do diálogo entre a academia e as instituições.

Em relação à aplicação da Agenda MPS, as peacekeepers brasileiras demonstram consciência sobre a necessidade de adaptação das "boas práticas" ao contexto local e cultural, reconhecendo que cada terreno possui uma realidade específica e que as iniciativas nem sempre podem ser facilmente replicadas. Do mesmo modo, a violência de gênero que ocorre em contextos de conflito armado, incluindo o abuso e exploração sexual, precisam ser analisadas a fundo. Somente um estudo detalhado dos casos recorrentes, das vítimas, dos perpetradores e do contexto local é que a ONU conseguirá implementar políticas efetivas no combate à violência que de fato ajudem a população local.

No mesmo sentido, as mulheres brasileiras na MINUSCA entendem sua capacidade limitada de ação no período de um ano, compreendendo que a ONU, sozinha, não conseguirá resolver todos os problemas no terreno. Diante disso, a Agenda MPS parece se comprometer com o contato com as organizações da sociedade civil e as lideranças locais para que se pensem políticas em conjunto com a população e organizações do país. Contudo, essa aproximação ainda se revela tímida no caso da MINUSCA. Também observa-se uma certa dificuldade das tropas de compreenderem o que significa a adoção da perspectiva de gênero na MINUSCA e seu aspecto transversal, ficando muito restrita à ideia de só o ponto focal de gênero é responsável pelo monitoramento das situações de violência ou ainda, que somente a célula de gênero deve pensar sobre essas questões.

Como se pôde comprovar, a presença de pontos focais ou de times de engajamento precisa ser observado de forma a analisar as interseccionalidades que se colocam nesse processo. Quem está participando, com quem está interagindo, o que está observando, o que

está sendo reportado e como está sendo reportado são questões fundamentais para avaliarmos de forma qualitativa a aplicação das diretrizes da Agenda na RCA.

Por fim, buscou-se explorar um tema muitas vezes oculto sobre as operações de paz que é o racismo e a xenofobia. Nesse sentido, o objetivo foi denunciar a ausência de indicadores de raça nos dados publicados pela ONU sobre a MINUSCA bem como as práticas e racistas que são perpetradas e reforçadas no seio da instituição. Argumenta-se que o foco nas questões de gênero dentro da Agenda MPS acaba por ocultar outras dinâmicas igualmente importantes como a questão de raça, o que faz com que ainda permaneça uma lacuna relacionada à discussão das questões raciais nas operações de paz e na própria Agenda. Sabendo que as políticas feministas da ONU são, muitas vezes, pautadas pelo liberalismo, novamente reforça-se a necessidade da perspectiva interseccional guiar as políticas da Agenda.

Portanto, apenas o olhar macro e micro, subjetivo e estrutural consegue captar como as questões de raça, a classe, o gênero, a nacionalidade e a língua articulam-se entre si e criam dinâmicas que, ora facilitam, ora dificultam a atuação da ONU. É, portanto, necessário reconhecer o caráter relacional e não estático que a Agenda MPS precisa adotar, afinal, a Agenda MPS não é uma iniciativa eficiente por si só, mas sim, que ganha significado a partir da sua aplicação e de seus resultados em cada caso particular.

É preciso mencionar, no entanto, que esta pesquisa não advoga em prol do relativismo e do ceticismo em relação à Agenda MPS. Acredita-se que avaliações e análises em relação às práticas da ONU são a melhor forma de contribuir para visões mais plurais e inclusivas que promovem o aperfeiçoamento constante de suas práticas. A questão principal aqui está na necessidade de reconhecer que a ONU enquanto instituição ainda está permeada por visões patriarcais e coloniais, ainda que se observe movimentos de contestação. Portanto, pensando na importância de avaliarmos o que está sendo posto em prática de fato, essa pesquisa busca incentivar estudos como estes, a fim de reafirmar a adoção de uma perspectiva que não é adversária a reformas, mas que as entende como passos importantes para as mudanças profundas na estrutura política da sociedade, ou seja, comprometida com a transformação da realidade social.

Neste ponto, este trabalho reconhece a importância da Agenda Mulheres, Paz e Segurança no contexto das operações de manutenção de paz, ao passo em que também reconhece a importância das críticas mais radicais em relação à Agenda e a própria atuação da

ONU, em uma perspectiva a longo prazo de transformação profunda da sociedade. No entanto, também compreende que esforços para fins de operacionalizar as críticas em tentativas reformistas a curto e médio prazo são importantes para que se construam alternativas ao que está posto em prática, uma vez que a Agenda MPS enquanto instrumento pode ser muito útil e eficaz no combate à violência e as desigualdades de gênero.

A partir dessa perspectiva, fica evidente a importância de pesquisadoras(es), civis e internacionalistas atuarem junto à Agenda MPS e as operações de manutenção de paz da ONU, bem como serem incluídos na discussão e na elaboração dos Planos Nacionais de Ação. Desta forma, além da promoção do debate no meio acadêmico, a sociedade civil, as Forças Armadas e a ONU também conseguem ter acesso às discussões que dizem respeito à temática, a fim de que a academia e a prática social possam andar juntas.

REFERÊNCIAS

- ACEMOGLU, Daron. ROBINSON, James. **Por que as Nações Fracassam**. Elsevier Editora Ltda, 2012.
- ACKERLY, Brooke. STERN, Maria., TRUE, Jacqui. **Feminist methodologies for International Relations**. In: Feminist Methodologies for International Relations. Cambridge University Press, 1-17, 2006.
- AGIUS, Christine. NICHOLAS, Lucy. **The Persistence of Global Masculinism: Discourse, Gender and Neo-Colonial Re-Articulations of Violence**. Springer, 2017.
- AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. **A Situação Jurídica das Operações de Paz das Nações Unidas**. Rev. Fac. Direito UFMG, Belo Horizonte, n. 68, pp. 685-706, jan./jun. 2016.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Coleção Feminismo Plurais, Pólen, 2019.
- ATHIE, Aïssata. TAYLOR, Sarah. **UN Peacekeeping: Where is the Gender Expertise?** Disponível em: <https://theglobalobservatory.org/2017/10/un-peacekeeping-where-is-the-gender-expertise/> / Acesso em: 30 de julho de 2021.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
 _____ . **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011 .
- BASU, Soumita. **“The Global South Writes 1325 (Too).”** International Political Science Review 37 (3): 362–374, 2016.
- BELLAMY, Alex J. WILLIAMS, Paul D. GRIFFIN, Stuart. **Understanding Peacekeeping**. Polity, Mar 29, 2010.
- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo. Fatos e Mitos**. Tradução Sérgio Milliet. Difusão Europeia do Livro, São Paulo, 1970.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo, v.I, II.** Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BEILSTEIN, Janet. **Women 2000: The Role of Women in United Nations Peacekeeping.** New York: Division for Advancement of Women (DAW), 1995.

BONACINA, Amabilly. **A República Centro-africana: Tensionamentos Históricos E Desdobramentos Políticos Do Governo Seleka.** Trabalho de Conclusão de Curso em Relações Internacionais. UFRGS, 2018.

BOOTH, Ken. **Security and Emancipation.** *Review of International Studies*, Vol. 17, No. 4 pp. 313-326, 1991.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico.** Rio de Janeiro: Editoria Bertrand Brasil S.A., 1989.

_____. **Coisas ditas.** tradução Cássia R. da Silveira e. Denise Moreno Pegorim ;revisão técnica Paula Montero. - São Paulo : Brasiliense, 2004.

BRASIL. Ministério da Defesa, Ministério da Justiça e Segurança Pública e pelo Ministério dos Direitos Humanos. **Plano Nacional de Ação Mulheres, Paz e Segurança.** 2017.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole; WILDE, J. de. **Security: A New Framework for Analysis.** Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1998.

BUZAN, Barry. **People, States and Fear. The National Security Problem in International Relations.** Great Britain, WHEATSHEAF BOOKS LTD, 1983.

CARPENTER, R. “**Women, Children and Other Vulnerable Groups**”: **Gender, Strategic Frames and the Protection of Civilians as a Transnational Issue.** *International Studies Quarterly* 49, 295–334, 2005.

CARREIRAS, Helena. **Gendered culture in peacekeeping operations.** *International Peacekeeping*, v. 17, n. 4, p. 471- 485, 2010.

CARREIRAS, Helena. KUMMEL, Gerhard. **Off Limits: The Cults of the Body and Social Homogeneity as Discursive Weapons Targeting Gender Integration in the Militar.** In: **Women in the Military and in Armed Conflict.** VS Verlag für Sozialwissenschaften, 2008.

CHARLESWORTH, H.; CHINKIN, C; WRIGHT, S. **Feminist approaches to international law.** *American Journal of International Law*, v. 85, n. 4, p. 613-45, 1991.

CHIMNI, B. S. **Third World Approaches to International Law - A Manifesto.** *International Community Law Review*. V. 08, p. 03-27, 2000.

COHN, Carol. **Mainstreaming Gender in UN Security Policy: A Path to Political Transformation?** Rai S.M., Waylen G. (eds) Global Governance. Palgrave Macmillan, London, 2008.

_____. "Sex and Death in the Rational World of Defense Intellectuals." *Signs*, vol. 12, no. 4, 1987, pp. 687–718. *JSTOR*, www.jstor.org/stable/3174209. Accessed 10 Feb. 2021.

_____. "Wars, Wimps and Women: Talking Gender and Thinking War." Em *Gendering War Talk*, editado por Miriam G. Cooke e Angela Woollacott, 227–246. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1993.

COHN, C., KINSELLA, H., GIBBINGS, S. *Women, Peace and Security Resolution 1325. International Feminist Journal of Politics*, 6(1), 130–140, 2004. doi:10.1080/1461674032000165969

CONNELL, R. **Masculinities**. London: Routledge, 1995.

CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, J. W. **Hegemonic Masculinity: Rethinking the Concept**, *Gender & Society*, 19(6), pp. 829–859, 2005. doi: 10.1177/0891243205278639.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero: uma perspectiva global**. Moschkovich, Marília. São Paulo: nVersos, 2015.

CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS. **Report of the Secretary-General on the Central African Republic submitted pursuant to paragraph 48 of Security Council resolution 2127 (2013) S/2014/142.**

_____. **Report of the Secretary-General on the situation in the Central African Republic S/2014/562** (2014).

_____. **Report of the Secretary-General on the situation in the Central African Republic S/2014/857** (2014).

_____. **Report of the Secretary-General on the situation in the Central African Republic S/2015/227** (2015).

_____. **Report of the Secretary-General on the situation in the Central African Republic S/2015/576** (2015).

_____. **Report of the Secretary-General on the situation in the Central African Republic S/2015/918** (2015).

_____. **Report of the Secretary-General on the situation in the Central African Republic S/2016/133** (2016).

_____. **Report of the Secretary-General on the situation in the Central African Republic S/2016/305** (2016).

_____. **Report of the Secretary-General on the situation in the Central African Republic S/2016/565** (2016).

_____. **Report of the Secretary-General on the situation in the Central African Republic S/2016/824** (2016).

_____. **Report of the Secretary-General on the situation in the Central African Republic S/2017/94** (2017).

_____. **Report of the Secretary-General on the situation in the Central African Republic S/2017/473 (2017).**

_____. **Report of the Secretary-General on the situation in the Central African Republic S/2017/865 (2017).**

_____. **Report of the Secretary-General on the situation in the Central African Republic S/2018/125 (2018).**

_____. **Report of the Secretary-General on the situation in the Central African Republic S/2018/611 (2018).**

_____. **Report of the Secretary-General on the situation in the Central African Republic S/2018/922 (2018).**

_____. **Report of the Secretary-General on the situation in the Central African Republic S/2019/147 (2019).**

_____. **Report of the Secretary-General on the situation in the Central African Republic S/2019/498 (2019).**

_____. **Report of the Secretary-General on the situation in the Central African Republic S/2019/822 (2019).**

_____. **Report of the Secretary-General on the situation in the Central African Republic S/2020/124 (2020).**

_____. **Report of the Secretary-General on the situation in the Central African Republic S/2020/545 (2020).**

_____. **Report of the Secretary-General on the situation in the Central African Republic S/2020/994 (2020).**

_____. **Report of the Secretary-General on the situation in the Central African Republic S/2021/146 (2021).**

_____. **Report of the Secretary-General on the situation in the Central African Republic S/2021/571 (2021).**

_____. **Report of the Secretary-General on the situation in the Central African Republic S/2021/867 (2021).**

_____. **Resolução 1159 (1998).**

_____. **Resolução 1325 (2000).**

_____. **Resolução 1820 (2008).**

_____. **Resolução 1888 (2009).**

_____. **Resolução 1889 (2009).**

_____. **Resolução 1860 (2010).**

_____. **Resolução 2106 (2013).**

_____. **Resolução 2122 (2013).**

_____. **Resolução 2127 (2013).**

_____. **Resolução 2149 (2014).**

_____. **Resolução 2242 (2015).**

_____. **Resolução 2387 (2017).**

_____. **Resolução 2467 (2019).**

_____. **Resolução 2493 (2019).**

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento Para o Encontro De Especialistas Em Aspectos Da Discriminação Racial Relativos ao Gênero.** Estudos Feministas, 2002.

CRENSHAW, Kimberlé. **Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color**. *Stanford Law Review*, Vol. 43, No. 6, pp. 1241-1299, 1991.

DAVIES, Sara. **Making these beautiful resolutions real: Sara E. Davies in conversation with Devanna de la Puente**. *International Feminist Journal of Politics*, 19(1): 112-117, 2017.

DAVIES, Sarah. TRUE, Jacquis. **Women, Peace, and Security: A Transformative Agenda?** In: *The Oxford Handbook of Women, Peace, and Security*. Edited by Sara E. Davies and Jacqui True. New York, NY, United States of America : Oxford University Press, 2018.

DE ALMAGRO, María. **Producing Participants: Gender, Race, Class, and Women, Peace and Security**. *Global Society*, 32(4): 395-414, 2018.

DE ALMAGRO, Maria. **Indicators and Success Stories: The UN Sustaining Peace Agenda, Bureaucratic Power, and Knowledge Production in Post-War Settings**, *International Studies Quarterly*, 2021. <https://doi.org/10.1093/isq/sqab059>

DeGROOT, Gerard J. **A few good women: Gender stereotypes, the military and peacekeeping**. *International Peacekeeping*, 8(2), 23–38, 2001. doi:10.1080/13533310108413893

DEPARTMENT OF PEACE OPERATIONS. **Uniformed Gender Parity Strategy 2018-2028**. United Nations, New York, 2018.

DEMETRIOU, Demetrakis Z. “Connell’s Concept of Hegemonic Masculinity: A Critique.” *Theory and Society* 30:337–61, 2001.

DIEHL, Paul F. **International Peacekeeping**. John Hopkins University Press, 1993.

DOS SANTOS, Andiará Valloni. **‘Unpacking’ the gender perspective at UN Peacekeeping Operations: A case study of MINUSCA through a feminist lens**. *Governance and Development Policy (GDP)*, 2020. Retrieved from <http://hdl.handle.net/2105/55498>;

DUNCANSON, Claire. FARR, Vanessa. Testing the WPS Agenda: The Case of Afghanistan. In Sara E. Davies and Jacqui True, eds, **The Oxford Handbook of Women, Peace and Security**, Oxford: Oxford University Press, 2018.

EICHLER, Maya. **Militarized Masculinities in International Relations**. *Brown Journal of World Affairs*, 2014.

EISENSTEIN, Zillah. In: **Sexual Decoys: Gender, Race and War in Imperial Democracy**. London: Zed. Books, 2007.

ELSHTAIN, Jean. **Women and War**. University of Chicago Press, 1995.

ENLOE, Cynthia. **Bananas, Beaches and Bases. Making Feminist Sense of International Politics.** University of California, 1990.

_____. Margins, Silences, and Bottom Rungs: How to Overcome the Underestimation of Power in the Study of International Relations. In : **The Curious Feminist: Searching for Women in a New Age of Empire.** Berkeley: University of California Press, 19–42, 2004.

_____. **Maneuvers: The International Politics of Militarizing Women's Lives.** 1st ed., University of California Press, 2000. JSTOR, www.jstor.org/stable/10.1525/j.ctt14qrzb1.

FARR, V. **UNSCR 1325 and Women's Peace Activism in the Occupied Palestinian Territory.** International Feminist Journal of Politics, 13(4), 539–556, 2011. doi:10.1080/14616742.2011.611661.

FEDERICI, Silvia. **O Ponto Zero Da Revolução Trabalho Doméstico, Reprodução E Luta Feminista.** Coletivo Sycorax, 2019.

FERRIS, Elizabeth. Protecting Displaced Women and Girls: The Case of Syria in Sara E. Davies and Jacqui True, eds, **The Oxford Handbook of Women, Peace and Security,** Oxford: Oxford University Press, 2018.

FLICK, Uwe. **Introdução à Pesquisa Qualitativa,** 3rd edição. ArtMed, 2008.

FRÖLICH, Paul. **Rosa Luxemburgo: pensamento e ação.** Tradução de Nélio Schneider e Érica Ziegler. São Paulo: Boitempo; Iskra, 2019.

GEORGE, Nicole. WPS and Women's Roles in Conflict-Prevention: The Case of Bougainville. In Sara E. Davies and Jacqui True, eds, **The Oxford Handbook of Women, Peace and Security,** Oxford: Oxford University Press, 2018.

GIANNINI, Renata Avelar. **A abordagem de gênero no Haiti. Da política à implementação: preenchendo as lacunas para a promoção de uma abordagem de gênero no Haiti.** Instituto Igarapé, 2015.

GIDDENS, Anthony. **O Estado-Nação e a Violência.** Trad: Beatriz Guimarães. 1999.

GIERTZ, Dorota. Women, Peace and United Nations: Beyond Beijing. In: **Gender, Peace and Conflict.** SKJELSBOEK, Inger. SMITH, Dan. (Ed). London: SAGE Publications, 2001.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social .** 6. ed. - São Paulo : Atlas,. 2008. ISBN 978-85-224-5142-5.

GILDER, Alexander. **Human Security and the Stabilization Mandate of MINUSCA,** International Peacekeeping, 2020. DOI: 10.1080/13533312.2020.1733423.

GOERTZ, Gaty. MAHONEY, James. **A Tale of Two Cultures: Qualitative and Quantitative Research in the Social Sciences**. Princeton University Press, 2012.

GOLDSTEIN, Joshua. **War and Gender: How Gender Shapes the War System and Vice Versa**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2001.

GRANT, Rebecca. The Sources of Gender Bias in International Relations Theory. In: **Gender and International Relations**. Rebecca Grant and Kathleen Newland, eds., 2-27. 1991. Consulted online on 23 July 2021 <http://dx.doi.org/10.1163/2468-1733_shafr_SIM010100004>.

GUIMARÃES. Antônio Sérgio Alfredo. **Como trabalhar com "raça" em sociologia**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.29, n.1, p. 93-107, jan./jun. 2003.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2003.

HANSEN, Lene. **Gender, Nation, Rape: Bosnia and the Construction of Security**. International Feminist Journal of Politics, 3:1, 55-75, 2000a. DOI: [10.1080/14616740010019848](https://doi.org/10.1080/14616740010019848)

_____. **The Little Mermaid's Silent Security Dilemma and the Absence of Gender in the Copenhagen School**. *Millennium*. ;29(2):285-306, 2000b. doi:[10.1177/03058298000290020501](https://doi.org/10.1177/03058298000290020501)

HARAWAY, Donna. **Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo é o privilégio da pesquisa parcial**. Tradução de Mariza Corrêa. Cadernos Pagu (5), p. 07-41, 1995.

HENRY, Marsha. **On the necessity of critical race feminism for women, peace and security**. Critical Studies on Security, 9:1, 22-26, 2021 DOI: [10.1080/21624887.2021.1904191](https://doi.org/10.1080/21624887.2021.1904191)

HERRERA FLORES, Joaquín. **Teoria crítica dos direitos humanos: os direitos humanos como produtos culturais**. Trad. por Luciana Caplan et al. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

HILL COLLINS, Patricia. BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza 1ªed., - São Paulo, Boitempo, 2021.

HUDSON, Heidi. **Decolonizing the mainstreaming of gender in peacebuilding: toward an agenda for Africa**. *African Peacebuilding Network (APN) Working Paper* 8, 2016.

HULTMAN, Lisa. SELLSTRÖM, Angela M. **WPS and Protection of Civilians**. In: The Oxford Handbook of Women, Peace, and Security. Edited by Sara E. Davies and Jacqui True. New York, NY, United States of America : Oxford University Press, p. 598-605, 2018.

HUMAN RIGHTS WATCH. **UN: Stop Sexual Abuse by Peacekeepers**. New Report Reveals Lack of Justice. 2016. Disponível em: <<https://www.hrw.org/news/2016/03/04/un-stop-sexual-abuse-peacekeepers>>.

HUMAN RIGHTS WATCH. **SHATTERED LIVES. Sexual Violence during the Rwandan Genocide and its Aftermath.** 1996.

INSTITUTO IGARAPÉ. **Mulheres Brasileiras em Missões de Paz: a coragem em dados e relatos,** 2019.

INSTITUTO IGARAPÉ. **Manual: Formação de facilitadores Gênero e Mulheres, Paz e Segurança.** 2018.

JACEVIC, Mirsad. **WPS, States, and the National Action Plans.** The Oxford Handbook of Women, Peace, and Security, 272–290, 2018.

JEWKES, Rachel. MORRELL, Robert. HEARN, Jeff. LUNDQVIST, Emma. BLACKBEARD, David. LINDEGGER, Graham. QUAYLE, Michael. SIKWEYIYA, Yandisa. GOTTZÉN, Lucas. **Hegemonic masculinity: combining theory and practice in gender interventions, Culture, Health & Sexuality.** 17:sup2, 112-127, 2015. DOI: 10.1080/13691058.2015.1085094

JIMENEZ VILLARREAL, Jaime Edgar Maximiliano; JIMENEZ MONTALVO, Daniel Andrés. **Sexual violence in post-conflict zones: Reflections on the case of the Central African Republic.** *Rev. Cient. Gen. José María Córdova*, Bogotá, v. 17, n. 27, p. 504-523, Sept. 2019. Available from <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1900-65862019000300504&lng=en&nrm=iso>. access on 20 July. 2021. <https://doi.org/10.21830/19006586.436>.

JOUANNET, Emmanuelle. **Des origines coloniales du droit international: À propos du droit des gens moderne au 18eme siècle.** Brill Nijhoff, p. 649-671, 2014.

KARIM, Sabrina. **Delivering WPS Protection in All Female Peacekeeping Force: The Case of Liberia.** In: The Oxford Handbook of Women, Peace, and Security Edited by Sara E. Davies and Jacqui True, Oxford: Oxford University Press, 2018.

KARIM, Sabrina. BEARDSLEY, Kyle. **Female Peacekeepers and Gender Balancing: Token Gestures or Informed Policymaking?**, *International Interactions*, 39:4, 461-488, 2013. DOI: [10.1080/03050629.2013.805131](https://doi.org/10.1080/03050629.2013.805131)

KIRBY, Paul. SHEPHERD, Laura J. **The futures past of the Women, Peace and Security agenda.** *International Affairs* 92: 2, 373–392, 2016.

KRAUSE, K. WILLIAMS, M. From Strategy to Security: Foundations of Critical Security Studies. In: **Critical Security Studies. Concepts and Cases.** KRAUSE, K. WILLIAMS, M. (Ed). UCL Press, 3-32, 1997

KRAUSE, Jana. KRAUSE, Werner. BRANFORS, Piia. **Women's Participation in Peace Negotiations and the Durability of Peace,** *International Interactions*, 44:6, 985-1016, 2018. DOI: 10.1080/03050629.2018.1492386.

KRONSELL, Anicca. **Methods for studying silences: gender analysis in institutions of hegemonic masculinity.** In: *Feminist Methodologies for International Relations*. Cambridge University Press, 108-128, 2006.

KRONSELL, Annica. **“Gendered Practices in Institutions of Hegemonic Masculinity: Reflections from Feminist Standpoint Theory.”** *International Feminist Journal of Politics* 7, 2: 280–298, 2005.

LAPID, Yosef. **The Third Debate: On the Prospects of International Theory in a Post-Positivist Era.** *International Studies Quarterly*, Vol. 33, No. 3, pp. 235-254, 1989.

LAVILLE, Sandra. **UN aid worker suspended for leaking report on child abuse by French troops.** *The Guardian*, 2015. Available in:

https://www.theguardian.com/world/2015/apr/29/un-aid-worker-suspended-leaking-report-child-abuse-french-troops-car?CMP=share_btn_tw.

_____. Child sex abuse whistleblower resigns from UN. *The Guardian*, 2016a.

Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2016/jun/07/child-sex-abuse-whistleblower-resigns-from-un>.

_____. UN whistleblower who exposed sexual abuse by peacekeepers is exonerated.

The Guardian, 2016b. Disponível em: <https://www.whistleblower.org/in-the-news/guardian-un-whistleblower-who-exposed-sexual-abuse-peacekeepers-exonerated>.

LOPES, Nei. **Dicionário da Antiguidade Africana.** [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

LUGONES, MARÍA. **Colonialidade e gênero.** *Tabula Rasa* [online]. 2008, n.9, pp.73-102. ISSN 1794-2489.

MADSEN, D. H.; HUDSON, H. **Temporality and the discursive dynamics of the Rwandan National Action Plans on Women, Peace and Security from 2009 and 2018.** *International Feminist Journal of Politics*, 1–22, 2020. doi:10.1080/14616742.2020.1779600

MARCONI, M.; LAKATOS, E. **Fundamentos de metodologia científica.** - 5. ed. - São Paulo : Atlas 2003.

MARTUSCELLI, Patricia N. RINALDI, Augusto L. **Preventing “Protectors To Become Predators”: Can The United Nations Stop Sexual Abuse And Exploitation By Un Peacekeepers?** *Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, Dourados*, v.6. n.11, jan./jun, 2017.

McKENNA Amy. **The History of Central and Eastern Africa.** The Rosen Publishing Group, 2011. [S.l.: s.n.] ISBN 978-1-61530-396-0

MEGER, Sara. **War as feminized labour in the global political economy of neoimperialism.** *Postcolonial Studies* 19.4, 378-392, 2016.

MIGNOLO, Walter. **Desobediência Epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política.** Cadernos de Letras da UFF 34, p. 287-324, 2008.

MILLER, Barbara. POURNIK, Milad. SWAINE, Aisling. **Women in Peace and Security through United Nations Security Resolution 1325: Literature Review, Content Analysis of National Action Plans, and Implementation.** Washington: Institute for Global and International Studies, 2014.

MOHANTY, Chandra. **Bajo los ojos de occidente.** Academia Feminista y discurso colonial. Publicado en: Liliana Suárez Navaz y Aída Hernández (editoras): *Descolonizando el Feminismo: Teorías y Prácticas desde los Márgenes*, ed. Cátedra, Madrid, 2008.

MUNANGA, K. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia.** Cadernos PENESB (Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira). UFF, Rio de Janeiro, n. 5, p. 15-34, 2003.

NGUEULEU, Isidore Collins. GORTÁZAR, Cristina Fernández-Durán. **Conflict-related sexual violence and access to justice - The case of the Central African Republic.** In: *Gender, Poverty and Access to Justice. Edited By David Lawson, Adam Dubin, Lea Mwambene.* 1st Edition, Routledge, 2020.

NÍ AOLÁIN, Fionnuala. VALJI, Nahla. **Scholarly Debates and Contested Meanings of WPS.** In: *The Oxford Handbook of Women, Peace, and Security* Edited by Sara E. Davies and Jacqui True, Oxford: Oxford University Press, 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Carta das Nações Unidas, 1948.**

_____. **Report of the World Conference of the International Women's Year, 1975.**

_____. **Report of the World Conference of the United Nations Decade for Women: Equality, Development and Peace, 1980.**

_____. **Report of the World Conference to Review and Appraise the Achievements of the United Nations Decade for Women: Equality, Development and Peace, 1986.**

_____. **Windhoek Declaration and Namibia Plan of Action on 'Mainstreaming a Gender Perspective in Multidimensional Peace Support Operations, 2000a.**

_____. **Report of the Panel on United Nations Peacekeeping, 2000b.**

_____. **Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher, 1995.**

_____. **United Nations Peacekeeping Operations - Principles and Guidelines, 2008.**

OWUOR, Veronica Aluoch. **The Role Of United Nations Peacekeeping Female Engagement Teams In Peace Support Operations In Africa: A Case Study Of Democratic Republic Of Congo.** Thesis. Institute of Diplomacy and International Studies University of Nairobi, 2021.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. São Paulo, Editora Paz e Terra, 1993.

PARASHAR, Swati. **Feminism and Postcolonialism: (En)gendering Encounters**. *Postcolonial Studies*, 19:4, 371-377, 2016. DOI: [10.1080/13688790.2016.1317388](https://doi.org/10.1080/13688790.2016.1317388).

PARASHAR, Swati. The WPS Agenda: A Postcolonial Critique, in Sara E. Davies and Jacqui True, eds, **The Oxford Handbook of Women, Peace and Security**, Oxford: Oxford University Press, p. 829- 837, 2018.

PARSONS, T. "Family structure and the socialization of the child", In: **Family, Socialization and Interaction Process**, Londres, Routledge, 1956.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. São Paulo, Editora Paz e Terra, 1993.

_____. **The Disorder of Women: democracy, feminism, and political theory**. Stanford: Stanford University, 1989.

PETERSON, V. Spike. **Gendered States: Feminist (Re)visions of International Relations Theory**. Boulder, CO: Lynne Rienner, 1992.

_____. Foreword. In: **Revisiting Gendered States Feminist Imaginings of the State in International Relations**. PARASHAR, Swati. TICKNER, Ann. TRUE, Jacqui. Oxford University Press, 2018.

PETERSON, V.; RUNYAN, A. **Global Gender Issues**. Boulder, Colo.: Westview, 1999.

PHAM, Phuong N. BALTHAZARD, Mychelle. VINCK, Patrick. **Assessment of Efforts to Hold Perpetrators of Conflict-related Sexual Violence Accountable in Central African Republic**. *Journal of International Criminal Justice*, Volume 18, Issue 2, p. 373-396, 2020. <https://doi.org/10.1093/jicj/mqaa009>.

PRÁ, Jussara Reis. EPPING, Léa. **Cidadania e feminismo no reconhecimento dos direitos humanos das mulheres**. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 20(1): 344, janeiro-abril/2012.

PRATT, N., RICHTER-DEVROE, S. **Critically Examining UNSCR 1325 on Women, Peace and Security**. *International Feminist Journal of Politics*, 13(4), 489–503, 2011.

PRATT, Nicola. **Reconceptualizing Gender, Reinscribing Racial—Sexual Boundaries in International Security: The Case of UN Security Council Resolution 1325 on "Women, Peace and Security"**. *International Studies Quarterly*, 57(4): 772-783, 2013.

PUECHGUIRBAL, Natalia. **Discourses on Gender, Patriarchy and Resolution 1325: A Textual Analysis of UN Documents**. *International Peacekeeping*, 17(2), 172–187, 2010.

PUGH, Michael. **Peacekeeping and critical theory**. *International Peacekeeping*, 11(1), 39–58, 2004. doi:10.1080/1353331042000228445.

REBELO, Tamyá. **O equilíbrio de gênero nas O equilíbrio de gênero nas operações de paz: avanços e operações de paz: avanços e desafios**. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 21(3): 496, setembro-dezembro/2013.

RAZACK, Sherene H. **Dark Threats And White Knights**. The Somalia Affair, Peacekeeping, and the New Imperialism. University of Toronto Press, 2004.

SASSON-LEVY, Orna. **Ethnicity and Gender in Militaries: An Intersectional Analysis**. In: The Palgrave International Handbook of Gender and the Military. Edited by Rachel Woodward and Claire Duncanson. Chapter 8, p. 124-144, 2017.

SARJOON, A. YUSOFF, M. A. **The United Nations Peacekeeping Operations and Challenges**. Academic Journal of Interdisciplinary Studies, 8(3), 202, 2019. Retrieved from <https://www.richtmann.org/journal/index.php/ajis/article/view/10575>.

SCOTT, Joan. W. **Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica**. Traduzido pela SOS: Corpo e Cidadania. Recife, 1990.

SHEPHERD, Laura. **Veiled References: Constructions of Gender in the Bush Administration Discourse on the Attacks on Afghanistan Post-9/11**. International Feminist Journal of Politics 8(1): 19–41, 2006.

SHEPHERD, Laura. **Gender, Violence & Security: Discourse as Practice**. London: Zed Books, 2008.

SHEPHERD, Laura J. **Situating Women, Peace and Security: theorizing from “the local.”** International Feminist Journal of Politics, 22(4), 456–461, 2020. doi:10.1080/14616742.2020.1796262.

SIMIĆ, Olivera. **Does the Presence of Women Really Matter? Towards Combating Male Sexual Violence in Peacekeeping Operations**. International Peacekeeping, 17:2, 188-199, 2010.

SINGH, Shweta. **In between the *ulemas* and local warlords in Afghanistan: critical perspectives on the “everyday,” norm translation, and UNSCR 1325**. International Feminist Journal of Politics, 22 (4), 504-525, 2020.

SION, Liora. **“Can Women Make a Difference? Female Peacekeepers in Bosnia and Kosovo,”** Commonwealth & Comparative Politics, 47(4): 476 – 493, 2009.

SIRADAČ, A. **Explaining the Conflict in Central African Republic: Causes and Dynamics**. Epiphany: Journal of Transdisciplinary Studies (9)3: 86-103, 2016.

SJOBORG, Laura. GENTRY, Caron. **Mothers, Monsters, Whores: Women's Violence in Global Politics**. Zed Books, 2007.

SJOBORG, Laura. **Gendering Global Conflict: Toward a Feminist Theory of War**. Columbia University Press, 2013.

_____. **Gender, War, & Conflict**. Polity Press, 2014.

_____. **Gender and International Security: Feminist Perspectives**. New York: Routledge, 2010.

_____. **Introduction to Security Studies: Feminist Contributions**, *Security Studies*, 18:2, 183-213, 2009. DOI: [10.1080/09636410902900129](https://doi.org/10.1080/09636410902900129).

SMITH, Sarah. **Accountability and sexual exploitation and abuse in peace operations**. *Australian Journal of International Affairs*, 71(4), 405–422, 2017. doi:10.1080/10357718.2017.128787

SOLHJELL, Randi. **Female Bodies and Masculine Norms: Challenging Gender Discourses and the Implementation of Resolution 1325 in Peace Operations in Africa**. NUPI Report 2. Oslo: NUPI, 2014.

SOUZA, Cristiane Aquino de. **A Desigualdade De Gênero No Pensamento De Rousseau**. *Revista Novos Estudos Jurídicos - Eletrônica*, Vol. 20 - n. 1 - jan-abr 2015.

SPINELLI, Letícia Machado. **CRÍTICA FEMINISTA AO CONTRATUALISMO: interfaces de gênero na obra de Rousseau**. *Revista Café com Sociologia* Volume 5, número 3, Ago./Dez. 2016.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o Subalterno Falar?**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SPIVAK, Gayatri. **Can the subaltern speak?**. Harvard University Press, 1999.

STIEHM, J. H. **The protected, the protector, the defender**. *Women's Studies International Forum*, 5(3-4), 367–376, 1982. doi:10.1016/0277-5395(82)90048-6.

TICKNER, J. Ann. **Gendering World Politics: issues and approaches in the post-Cold War Era**. Nova York: Columbia University Press, 2001.

_____. **Gender in International Relations: Feminist Perspectives on Achieving Global Security**. Nova York: Columbia University Press, 1992.

TICKNER, J. SJOBERG, L. **Feminist Perspectives on International Relations**. In: **International Relations Theory: Discipline and diversity**. DUNE, T. KURKE, M. SMITH, S. (Ed). Oxford: Oxford University Press, 2013.

TICKNER, Ann. **Feminist responses to international security studies**. *Peace Review*, 16:1, 43-48, 2004 DOI: [10.1080/1040265042000210148](https://doi.org/10.1080/1040265042000210148)

TICKNER, Ann. **Hans Morgenthau's Principles of Political Realism: A Feminist Reformulation**. *Millennium*. 17(3):429-440, 1998. doi:10.1177/03058298880170030801

TRUE, Jacqui. PAFFENHOLZ, Thania. ROSS, Nick. DIXON, Steven. SCHKUCHTER, Anna-Lena. **Making Women Count - Not Just Counting Women: Assessing Women's Inclusion and Influence on Peace Negotiations**. Geneva: Inclusive Peace and Transition Initiative (The Graduate Institute of International and Development Studies) and UN Women, April 2016.

TRUE, Jacqui. **Feminism**. In: *Theories of International Relations*. Third Ed. 213-234, 2013.

TRUE, Jacqui. **Feminism**. In: *Theories of International Relations*. First Ed. 1996.

VAN EVERA, Stephen. **Guía Para los Estudiantes de Ciencia Política**. Editorial Gedisa, S. A.Barcelona, 2002.

VÄYRYNEN, Tarja. “**Gender and UN Peace Operations: the confines of modernity**”. *International Peacekeeping*, v. 11, n. 1, p. 125-142, 2004.

VILLARREAL, J.J.MONTALVO, D.J **Sexual violence in post-conflict zones: Reflections on the case of the Central African Republic**. *Revista Científica General José María Córdova*, 17(27), 505-523, 2019. <http://dx.doi.org/10.21830/19006586.436>

VIOTTI, Maria Luiza Ribeiro. “**Declaração e a plataforma de ação da IV Conferência Mundial sobre a mulher: Pequim 1995**”. In: FROSSARD, Heloísa (Org.). **Instrumentos internacionais de direitos das mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, p.15-25, 2006.

VON BILLERBECK, S. B. K. **UN Peace operations and conflicting legitimacies**. *Journal of Intervention and Statebuilding*, 11 (3). pp. 286-305, 2007. Available at <https://centaur.reading.ac.uk/71251/>.

WADLEY, Jonathan. Gendering the state: performativity and protection in international security. In:**Gender and International Security Feminist perspectives**. SJOBERG, Laura. (Ed.) p. 38-58, Routledge, 2009.

WATANABE, Ana Flávia Pucci Fleury. **Análise da proteção de civis na missão multidimensional integrada das Nações Unidas para a estabilização da República Centro-Africana (MINUSCA)**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021. Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2021>.

WESTENDORF, Jasmine-Kim. **WPS, CRSV and Sexual Exploitation and Abuse in Peace Operations: Making sense of the missing links**. LSE Women, Peace and Security, 2017.

WEYNS, Yannick. HOEX, Lotte.HILGERT, Filip. SPITTAELS, Steven. **Mapping Conflict Motives: The Central African Republic**. IPIS, 2014.

WILLETT, S. **Introduction: Security Council Resolution 1325: Assessing the Impact on Women, Peace and Security**. *International Peacekeeping*, 17(2), 142–158, 2010. doi:10.1080/13533311003625043

WIENER, Antje. ‘**Enacting Meaning-in- Use. Qualitative Research on Norms and International Relations**’. *Review of International Studies*, 35, 175–193, 2009.

_____. **Contested Norms in International Law and International Relations**. *Journal of International Law and International Relations*, 2009a.

WOMEN’S INTERNATIONAL LEAGUE FOR PEACE AND FREEDOM. **UNSCR 1325 at 20 Years: Perspectives from Feminist Peace Activists and Civil Society**, 2020.

WOOD, Elisabeth Jean. **“Rape during War is Not Inevitable: Variation in Wartime Sexual Violence”**, in Morten Bergsmo, Alf B. Skre and Elisabeth Jean Wood (eds), *Understanding and Proving International Sex Crimes*, Torkel Opsahl Academic Epublisher, Oslo, pp. 389–419, 2012.

YOUNG, Iris. **The Logic of Masculinist Protection: Reflections on the Current Security State**. *Signs*, Vol. 29, No. 1, pp. 1-25, 2003.